

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

# NOVA

UNIVERSIDADE NOVA  
DE LISBOA

---

As pequenas escalas da rua  
Morfologia, apropriação e significados do beco em Lisboa

Ana Catarina Pires Bernardo Ramos Fontes

Doutoramento em Estudos Urbanos

Orientadora:

Doutora Maria da Graça Índias Cordeiro, Professora Associada com  
Agregação  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

---

As pequenas escalas da rua  
Morfologia, apropriação e significados do beco em Lisboa

Ana Catarina Pires Bernardo Ramos Fontes

Doutoramento em Estudos Urbanos

Júri:

Doutora Maria Teresa Esteves Costa Pinto, Professora Associada,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Alba Victoria Zamarbide Urdaniz, Project Officer, UNESCO –  
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Doutora Maria Manuela Afonso da Fonte, Professora Auxiliar,  
Faculdade de Arquitetura – Universidade de Lisboa

Doutora Joana Esteves da Cunha Leal, Professora Auxiliar, Faculdade  
de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Doutor João Pedro Lopes de Oliveira Silva Nunes, Professor Auxiliar,  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de  
Lisboa

Doutor Frédéric Jean Marc Vidal, Professor Auxiliar, Universidade  
Autónoma de Lisboa

Doutora Maria da Graça Índias Cordeiro, Professora Associada com  
Agregação, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

## **AGRADECIMENTOS**

A todos com quem tive o privilégio de partilhar de forma directa ou indirecta esta experiência e longo percurso.

Em especial à Professora Graça Cordeiro pelas longas conversas que deixaram marcas neste trabalho e em mim.

À minha mãe e pai pilares de tudo e à minha família. Todos os espaços são poucos para agradecer o tanto.

Aos meus amigos de sempre e aos novos amigos que este doutoramento trouxe.

Ao Lutz.

Apoio financeiro FSE e Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)  
Bolsa de Doutoramento (Ref. SFRH/BD/121371/2016)

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

 **REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

## RESUMO

Conduzida entre a análise espacial e a etnografia urbana, a presente Tese de Doutoramento em Estudo Urbanos procura revelar significados do beco, como rua de *pequena escala*, para a cidade contemporânea. O *beco* torna-se o fio condutor para descrever a cidade, o bairro e a rua nas suas relações de fronteira. O desenvolvimento do traçado urbano, os limites e fragmentação da paisagem urbana, o alcance das redes de interacção social e mecanismos de controle sobre o espaço, são questões abordadas para o contexto de Lisboa e caso de Alfama.

A toponímia é o ponto de partida para criar sucessivos recortes no território, apresentados ao longo de uma análise em progressiva proximidade e pormenor. A descrição do beco, sob várias perspectivas, permite conjugar e pôr em diálogo dados de diversas proveniências, triangularizando o *nome* com a *forma* e o *conteúdo*. Mediante uma leitura de variações da forma e apropriações do espaço são problematizados significados e questionadas tipologias urbanas à escala do bairro. O nome beco passa a estar inserido num quadro local, definido no traçado e rede hierárquica que estabelece níveis de permeabilidade no acesso ao bairro, através da filtração implícita dos percursos que levam ao seu nível mais profundo.

As *pequenas escalas da rua* são o beco descrito nas suas variações de forma e variantes toponímicas, nas ambiguidades entre espaço público e privado e como imagem visual e simbólica da versão pitoresca da cidade. São ruas no seu extremo hierárquico, mediadoras privilegiadas do acesso à casa e conciliadoras de valores materiais e imateriais. Funcionam como linhas de fronteira de elevada espessura e profundidade, pois compreendem um elaborado, complexo e flexível sistema dinâmico de barreiras e permeabilidades, mecanismos de controlo sobre o espaço que de maneira tendencialmente implícita determinam o quê e quem se encontra dentro e fora. Em segundo plano, são consideradas dinâmicas no tempo e impactos matizados pela inserção do bairro numa rede global onde a validação e vinculação de património é também um meio para fomentar o turismo.

PALAVRAS-CHAVE: beco, toponímia, tipologia urbana, fronteira, património, *historic urban landscape*, etnografia urbana

## ABSTRACT

This Doctoral Thesis in Urban Studies was conducted between spatial analysis and urban ethnography. It seeks to reveal the meanings of the alley, as a small-scale street, for the contemporary city. The alley becomes the unifying thread to describe the city, the neighborhood and the street in their boundary relations. The development of the urban layout, the limits and fragmentation of the urban landscape, the reach of social interaction networks and control mechanisms over space, are issues addressed in the context of Lisbon and the case of Alfama.

The toponymy is the starting point to create successive sections in the territory, which evolve together with an analysis in progressive proximity and detail. The description of the alley, through various approaches, enabled the combination and discussion of data from different sources, while triangulating the name with the urban form and its content. Meanings and urban typologies are questioned at the neighborhood scale, in consequence of the variations in shape and appropriations of space. The name *beco* is described in the local framework, defined within the streets' layout and hierarchical network. These conditions establish levels of permeability in accessing the neighborhood, through the implicit filtering of paths that lead to its deepest level.

The *small scales of the street* are established as a synonym of *beco*, when the latter is described in its shape variations and toponymic variants, in the ambiguities between public and private space, and as a visual and symbolic image of the picturesque version of the city. They are streets in the extreme hierarchical sense, privileged intermediaries of the access to the home and they comprise tangible and intangible values. They operate as boundary lines of high thickness and depth because they comprise an elaborate, complex and flexible dynamic system of barriers, permeabilities and control mechanisms over space that tend to implicitly determine what and who is inside and outside. In the background, dynamics in time are considered as well as impacts nuanced by the insertion of the neighborhood in a global network where the validation and linkage of heritage is also a means to promote tourism.

KEYWORDS: alley, toponymy, urban typology, boundary, heritage, *historic urban landscape*, urban ethnography

# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. Entre a Cidade e a Rua: enquadramento teórico, metodologia e objetivos</b>	<b>6</b>
1.1 Morfologia, apropriação e significados	6
1.1.1 Conceptualizações sobre o estudo da forma urbana	7
1.1.2 Usos e apropriações da forma urbana	10
1.1.3 Interpretações e significados da forma lida em conjugação com o conteúdo	15
1.2 As pequenas escalas da rua	19
1.3 Estrutura da dissertação e organização do argumento	25
1.4 Entre a análise espacial e a etnografia urbana	27
1.4.1 O beco em Lisboa	31
1.4.2 Referências a Lisboa e Alfama	34
<b>Capítulo 2. A Cidade: Resiliência da forma urbana</b>	<b>36</b>
2.1 Toponímia e morfologia. Questionando tipologias urbanas	36
2.2 Padrões espaciais do beco em Lisboa	44
2.3 Breve aproximação ao desenvolvimento urbano de Lisboa	51
2.4 Alfama e Baixa. Trajectórias de dois bairros	59
<b>Capítulo 3. O Bairro: Pitoresco e hierarquia</b>	<b>70</b>
3.1 Os limites de Alfama. Adequação e heurística do recorte empírico	70
3.2 A versão pitoresca da rua. Da Olisipografia à interpretação da forma urbana e seu significado	77
3.3 Análise de hierarquias e <i>territorial depth</i>	86
3.4 Largos, ruas e becos. O quarteirão e outras lógicas hierárquicas implícitas	93

<b>Capítulo 4. A rua: Beco e metonímias</b>	<b>103</b>
4.1 Entre o público e privado	103
4.1.1 Análise espacial da forma urbana	104
4.1.2 Olhares antropológicos sobre a forma urbana	106
4.1.3 Evocando alguns becos de Alfama	108
4.2 Tipos e variantes de beco	116
4.2.1 Metodologia aplicada na proposta de classificação	118
4.2.2 Tipos e subtipos	120
4.3 Explorando etnograficamente becos de Alfama: fronteiras, espessura e profundidade	127
4.3.1 Mecanismos de gestão da fronteira entre a casa e a rua	129
4.3.2 Ritualizações à escala do bairro	134
<b>Capítulo 5. Alfama: Traços de uma Paisagem Histórica Urbana</b>	<b>143</b>
5.1 Património Urbano. Reflexões sobre as dimensões material e imaterial	143
5.1.1 Definindo Paisagem Histórica Urbana	151
5.2 Reabilitação e regeneração urbana	154
5.3 O caso do Museu Judaico. Dinâmicas locais e projectos sobre o futuro do bairro	161
<b>Capítulo 6. Mudança e Resiliência. Trajectórias do bairro em pontos de encruzilhada</b>	<b>170</b>
6.1 Entre o global e o local: cidade, bairro e identidade cultural	170
6.2 A primeira vaga de regeneração urbana em Alfama	173
6.3 Intersecções com o turismo. Impactos num quadro local	180
6.3.1 Ecos do turismo em Alfama. Perscrutando o <i>Twitter</i>	192
6.4 Relações de fronteira: uma proposta conceptual	199
<b>Notas finais</b>	<b>207</b>

<b>Lista de Fontes</b>	<b>212</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>214</b>
<b>Anexos</b>	<b>225</b>
Anexo A	
Anexo B	

## Lista de Figuras<sup>1</sup>

Figura 1.1 O <i>beco</i> como objecto de estudo	24
Figura 2.1 Beco da Cardoso, Lisboa, Portugal	37
Figura 2.2 Callejón Jesus y Maria, Toledo, Espanha	37
Figura 2.3 Vicolo Mazzini, Verona, Itália	37
Figura 2.4 Becos em Lisboa sobre base cartográfica (1856-1958)	47
Figura 2.5 Becos em Lisboa sobre base cartográfica (1904-1911)	47
Figura 2.6 Toponímia em Alfama	48
Figura 2.7 Mapa de densidade de becos em Lisboa.	50
Figura 2.8 Mapa focando área de maior densidade de becos.	50
Figura 2.9 Planta topográfica de Lisboa identificando a Cerca Moura	52
Figura 2.10 Planta de Lisboa (Tinoco, 1650)	55
Figura 2.11 Planta da <i>Baixa Pombalina</i> (1760)	64
Figura 3.1 Mapa de divulgação turística <i>Alfama &amp; Castelo</i>	71
Figura 3.2 Painel em azulejo que sugere dois percursos turísticos no bairro de Alfama (Largo das Portas do Sol)	72
Figura 3.3 Mapa das novas e antigas freguesias de Lisboa (excerto)	74
Figura 3.4 Cena do documentário <i>Alfama. A Velha Lisboa</i>	80
Figura 3.5 Cena do documentário <i>Alfama. A Velha Lisboa</i>	80
Figura 3.6 Beco do Carneiro, Alfama	81
Figura 3.7 Beco dos Ramos, Alfama	81
Figura 3.8 Beco do Melo, Alfama	81
Figura 3.9 Vista do Beco do Carneiro	85

---

<sup>1</sup> Assume-se que são da autora, todas as fotografias e imagens cuja fonte não está identificada na legenda.

Figura 3.10 Vista do Beco do Carneiro, direcção Rua da Regueira	85
Figura 3.11 Medina de Tunes, hierarquia viária.	88
Figura 3.12 Mapeamento da toponímia das ruas de Alfama	90
Figura 3.13 Bairro Grand Lakes	92
Figura 3.14 Bairro Woodlands	92
Figura 3.15 Bairro Houston Heights	92
Figura 3.16 Toponímia e usos em Alfama.	96
Figura 3.17 Beco do Surra	99
Figura 3.18 Evento de Fado no Largo do Chafariz de Dentro	100
Figura 3.19 Piscina colocada no Largo de S. Miguel	100
Figura 4.1 Planta de Roma (excerto) por Giambattista Nolli (1748)	103
Figura 4.2 <i>Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911</i> (excerto) por Vieira da Silva	103
Figura 4.3 Edifícios no Beco da Cardosa Piso Térreo.	110
Figura 4.4 Beco da Cardosa, venda de ginja na rua	113
Figura 4.5 Beco da Cardosa, bancos improvisados no espaço público	113
Figura 4.6 Beco do Maquinez, Alfama	114
Figura 4.7 Beco do Azinhal, Alfama	114
Figura 4.8 Localização e configuração dos becos no traçado urbano em Alfama	120
Figura 4.9 Efeitos topoceptivos: topológicos e perspectivados do percurso	125
Figura 4.10 Beco do Surra, moradora varrendo a rua	131
Figura 4.11 Escadinhas de Santo Estêvão, venda de ginja no espaço público	131
Figura 4.12 Beco da Corvinha, apropriação da rua durante os Santos Populares	132
Figura 4.13 Escadinhas de S.Miguel durante os Santos Populares	132
Figura 4.14 Beco da Cardosa, várias soleiras que se colam às escadinhas	136
Figura 4.15 Beco da Cardosa, fronteira entre a casa e a rua	137
Figura 4.16 Beco da Cardosa, vizinhas conversando através do postigo	137

Figura 5.1 Largo de São Miguel após a demolição dos edifícios mediante o projecto licenciado do museu judaico	164
Figura 5.2 Cartaz afixado por iniciativa da APPA nos tapumes que vedam o local do futuro museu	165
Figura 6.1 - Largo do Sequeira	186
Figura 6.2 - Rua de São Tomé	186
Figura 6.3 Análise de conteúdos de <i>tweets</i> de turistas em Alfama	197
Figura 6.4 Exemplos onde o nome do bairro é apropriado na denominação de estabelecimentos em Alfama.	198

## Lista de Tabelas

Tabela 2.1 Número de becos com base no cruzamento dos dados provenientes de roteiros e cartografias históricas	46
Tabela 2.2 Número de becos com base no cruzamento dos dados	49
Tabela 4.1 Proposta de classificação de tipos e subtipos de beco para o caso de Alfama	124
Tabela 6.1 Número de anúncios por <i>host</i> , anunciados através da plataforma <i>Airbnb</i>	190
Tabela 6.2 Síntese da análise de conteúdos de <i>tweets</i> em Alfama	195

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AML: Assembleia Municipal de Lisboa
- APPA: Associação do Património e População de Alfama
- CML: Câmara Municipal de Lisboa
- GTL: Gabinete Técnico Local
- HUL: Historic Urban Landscapes
- ICOMOS: International council on monuments and sites
- IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- INE: Instituto Nacional de Estatística
- IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico
- IPPC: Instituto Português do Património Cultural
- ISPA: Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
- MML: Movimento Morar em Lisboa
- PDM: Plano Director Municipal
- PDUL: Plano Director de Urbanização de Lisboa
- PRAUD: Programa de Recuperação das Áreas Degradadas
- PRU: Programa de Reabilitação Urbana
- PU: Plano de Urbanização
- PUNHACC: Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo
- Recria: Regime Especial de Participação para Recuperação de Imóveis Arrendados
- RMUEL: Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa
- RNAL: Registo Nacional de Alojamento Local
- RPUNHACC: Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo
- SDR: Sociedade de Desenvolvimento Regional
- SIG: Sistemas de Informação Geográfica (GIS - Geographic Information Systems)
- SIPA: Sistema de Informação para Património Arquitectónico
- UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## Introdução

A questão *o que é um beco?* poderia sintetizar todo este percurso de procura de significados, para além de definições. Desde a fase inicial, é quase suficiente, conhecer as ruas de Lisboa ou observar uma cartografia da cidade para intuir que uma definição formal para este termo-chave seria um falso propósito. Por outro lado, a palavra *beco* está carregada de significados lisboetas que o tempo, moradores/visitantes de Alfama e até o fado (um morador também visitante) lhe vêm atribuindo.

O beco está associado ao bairro de Alfama e através dele ao pitoresco. Este espaço de convergência do beco, enquanto forma e imagem do bairro e do pitoresco, requer aprofundar um imaginário preenchido de relações invisíveis entre o nome, a forma e o conteúdo, que vieram permitir avançar para um estudo sobre a morfologia, apropriação e significados do beco em Lisboa.

Nos último cinco anos, a Graça foi o meu bairro em Lisboa, a minha residência e a minha ponte para Alfama. Desde cedo, entusiasta para percorrer a cidade a pé como forma de me encontrar com a paisagem e a vida urbana, foi durante os meus estudos em arquitectura, que começaram as empatias com os trabalhos de Baudelaire (1991), Certeau (1988), Lynch (1971), Jacobs (2001), Cullen (1996), Rossi (1998; 2001), Gehl (2006), entre outros.

Desde a Graça ou para a Graça, tive a oportunidade de atravessar Alfama inúmeras vezes, de explorar os diferentes percursos, que me levavam ao coração mais escondido do bairro ou mo apresentam como ponte a atravessar para chegar a outros pontos da cidade. Talvez não a mais óbvia, mas a que sempre surpreende com alguma experiência de proximidade (ainda quando redescobrimo o bairro num ritmo mais apressado) e recentemente, com muitas mudanças.

É difícil encontrar o momento em que as ruas estreitas e sinuosas que fui encontrando um pouco por todo o lado, durante as minhas viagens à volta do Mediterrâneo, começaram a levantar-me questões além de uma curiosidade mais superficial. No entanto, poderia situar esse momento algures no tempo em que estudei arquitectura em Creta, na Grécia. As pequenas cidades cretenses de alargados bairros/centros históricos são a provável génese do fascínio pela cidade histórica e momento em que passei a olhar para o acto de projectar em arquitectura através de uma lente crítica sobre o novo e o moderno, vendo na ruína, no local e no passado o potencial e o espelho de um futuro e um possível caminho para a arquitectura.

Na curta incursão pela prática profissional na área da arquitectura tive a oportunidade de lidar com projectos em várias escalas, compreendendo em antítese um caminho que ambiciona atingir uma promessa de sustentabilidade talvez demasiado futurista, onde o novo e na inovação são potenciais aproximações ao genial. Não querendo tornar esta introdução numa crítica ou numa tentativa de teoria da disciplina, poderemos estar a perder nesta ânsia pela inovação de base tecnológica, uma série de lições e potenciais contidos num tempo passado, em que é ainda possível rever, reler e reinterpretar o existente sem forçar a mudança, mas procurando em alternativa geri-la.

Talvez o papel do arquitecto passe por uma espécie conselheiro e consultor da cidade, independentemente da escala a que antecipe nela intervir, oscultando problemas e propondo acções. Mas falando em soluções, esse termo fica reservado a outras áreas positivistas, aqui não são fechadas e supremas, mas são antes negociações e diálogos e intervenções abertas e permeáveis ao escrutínio e à flexibilidade.

Na conjugação das anteriores condições poderemos construir em optimismo, a possibilidade de encontrar potenciais, optando pela perspectiva de harmonizar uma *atmosfera*<sup>2</sup>, contribuindo para construir e/ou manter uma estabilidade material e social. É um trabalho de valorização do que existe, de colar os pedaços fracturados sem romper paradigmas ou objectivar novas vanguardas, distanciando a arquitectura da procura de criação de uma obra de arte, das belas artes, pois esse é um resultado não antecipável na relação com a cidade. É um trabalho de precisão e detalhe que Marco Casagrande<sup>3</sup> denomina de *urban acupuncture*.

Esta vertente arquitectónica propõe o papel do arquitecto como interprete da cidade, os valores e as regras são ditadas pela sociedade e pelo meio e afinal cabe ao arquitecto interpretar e respeitar a história e a versão da cidade que tem raízes além de si e do presente, atingindo valores estéticos através da simplicidade, que em muitas formas é representada pelo pitoresco,

---

<sup>2</sup> O arquitecto suíço Peter Zumthor (2006) assume que o termo se lhe apresenta como resposta à questão “What do we mean when we speak of architectural quality?” (p.11).

<sup>3</sup> Arquitecto finlandês que desenvolveu a *Urban Acupuncture* “a cross-over architectural manipulation of the collective sensuous intellect of a city. The City is viewed as a multi-dimensional sensitive energy-organism, a living environment. Urban acupuncture aims into a touch with this nature. UA: Sensitivity to understand the energy flows of the collective chi beneath the visual city and reacting on the hot-spots of this chi. Architecture as environmental art is in the position to produce the acupuncture needles for the urban chi. A weed will root into the smallest crack in the asphalt and eventually break the city. Urban acupuncture is the weed and the acupuncture point is the crack. The possibility of the impact is total, connecting human nature as part of nature. The theory opens the door for uncontrolled creativity and freedom. Ruin is something man-made having become part of nature.” [www.casagrandelaboratory.com/](http://www.casagrandelaboratory.com/) (última consulta 04.09.2020)

por ser o lugar entre o belo e o sublime<sup>4</sup>, o lugar que espelha a humanidade na sua humilde consciência e ligação ao quotidiano.

Esta perspectiva que submete a arquitectura ao lado humano da cidade estabelece-se numa facilitação de controle sobre o lugar e escala a que a rede de caminhos e interacções se espraia.

A distinção entre espaços apropriados e espaços dominados é alvo de reflexão por Lefebvre (1991). Com efeito, os dois complementam-se mutuamente e definem-se numa combinação de níveis de controle exercida em complementaridade por diferentes actores, que têm diferentes relações e intenções com e sobre um mesmo espaço. No entanto, os espaços podem ser tendencialmente dominados ou tendencialmente apropriados, mediante o tipo de controle que assume maior relevância e em consequência adquirem determinados significados.

An appropriated space resembles a work of art, which is not to say that it is in any sense an imitation work of art. Often such a space is a structure – a monument or a building – but this is not always the case: a site, a square or a street may also be legitimately described as an appropriated space. Examples of appropriated spaces abound, but it is not always easy to decide in what respect, how, by whom and for whom they have been appropriated (Lefebvre, 1991, p.165).

A forma de reconhecer este tipo de espaços, tendencialmente apropriados, passa em primeira análise por um filtro sensitivo ou intuitivo, que consideramos merecer ser descortinado nas suas complexidades e profundidades. É esta experiência que se converte na teorização sobre uma rede de caminhos e lugares de pequena escala.

A perda de controlo e orientação sobre o lugar é talvez síndrome da cidade metropolitana. O que poderia ser visto como problema é por outra via compensado pelas ligações em transportes a velocidades que levam o ser humano a tranquilizar-se no compromisso de perder o controlo sobre a sua relação com o espaço, para tentar abranger a escala da cidade numa base quotidiana ou dos quatro continentes quando evoluímos para uma dimensão ainda mais global.

Esta situação retrata uma *sobremodernidade* produtora de *não-lugares* (Augé, 2007). O autor estabelece que o lugar e o não lugar são polaridades fugidias pois “o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se consoma totalmente – palimpsestos nos quais se reinscreve sem cessar o jogo misto da identidade e da relação” (Augé, 2007, p.68). Esta

---

<sup>4</sup> Price, Uvedale. *An Essay On The Picturesque : As Compared With The Sublime And The Beautiful; And, On The Use Of Studying Pictures, For The Purpose Of Improving Real Landscape*. London: Robson

construção de não lugares e lugares é assim dinâmica no tempo e no espaço, e estreitamente relacionada com a mobilidade e a velocidade (relação espaço-tempo).

A relação com o espaço passa a ser gerida numa certa contradição entre o desligamento com o espaço, em privilégio da relação com o tempo, enveredando numa procura geograficamente alargada de símbolos e referências que permitam restabelecer essa ligação perdida. Muitas vezes, essa busca pauta-se pela descoberta do excêntrico, mas mais vezes é realizada encontrando o familiar, o pitoresco.

O melhor termo para descrever o processo decorrente desta investigação será mesmo: percurso. Na verdade, é um longo percurso composto por muitos sub-percursos que me levaram a vários caminhos além dos becos de Alfama. Levaram-me também a outras cidades além de Lisboa, onde pude aprender a olhar para o objecto de estudo ainda sobre uma outra perspectiva. As abordagens sobre turismo e sustentabilidade vieram justificar as minhas estadias em Madrid e em Munique e desde o meu ponto de vista torna-se fácil encontrar, por entre os capítulos, as referências e as aprendizagens destes dois percursos, que afastando-me de Lisboa me permitiram entendê-la ainda de forma mais próxima, mais completa e confiante.

Em vários momentos reflecti e redefini o meu posicionamento neste trabalho, pensando numa etnografia urbana. Por vezes, achei que teria atingido uma reflexividade que me colocava num posicionamento de forasteiro visitante, que olhava para o bairro desde fora procurando entendê-lo por dentro. Mas mais vezes, me apercebi que o meu olhar se posicionava nessa fronteira espessa entre o fora e o dentro, que o bairro acabou por me deixar perceber.

Este é um espaço limite *entredois*, de certa ambiguidade, onde estando dentro se olha à volta num raio que abrange perifericamente duas direcções fora e dentro e ganha profundidade, quando olhado por dentro da sua espessura, definida nas tonalidades definidas nas ambiguidades locais. Esta percepção, pode representar uma camada que o meu viés disciplinar (se tal se pode definir) acrescentaria, no sentido em que a minha posição no xadrez social do bairro acabou por não se focar na identificação de grupos e suas redes de interacção social ou visões sobre o bairro.

No entanto, passou ainda assim, por uma desconstrução e reconstrução do bairro numa matriz de hierarquias e fronteiras, muitas vezes imperceptíveis numa primeira abordagem, mas que se evidenciavam na integração entre a forma e apropriações, fechando um possível circuito

sobre as experiências que o espaço suporta. Deste ponto de vista teremos atingido o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre o bairro a um nível etnográfico.

Pensar o beco como *micro-unidade espacial urbana* desencadeou a definição de um objecto de estudo que atravessa várias escalas, dentro da cidade e se descreve nelas em diferentes graus de pormenor. As perspectivas de análise são também múltiplas, trianguladas mediante a interdisciplinariedade assumida e entendida como ponto positivo e abordagem inovadora para o tema.

Neste sentido, poderemos terminar e começar invocando a ideia que acaba por transparecer por entre as opções de tom para esta tese. Tornou-se num exercício de ligações e interpretações sobre a rua e o beco e o bairro e a cidade, que veio descrever a relação do beco com a cidade, sob uma perspectiva que tende para a micro-história, pois tende a valorizar a *Alltagsgeschichte*<sup>5</sup>, a história do quotidiano, uma história do lugar pitoresco.

---

<sup>5</sup> *Alltagsgeschichte* é uma vertente da micro-história apresentada nos anos 1980 pelos historiadores alemães Alf Lüdtke e Hans Medick que se foca sobre a experiência quotidiana, concentrando-se na vida e emoções do quotidiano, do *popular*.

## Capítulo 1. Entre a Cidade e a Rua: enquadramento teórico, metodologia e objetivos

### 1.1 Morfologia, apropriação e significados

A ideia de que o espaço público constitui um ambiente global é chave para a classificação de dimensões espaciais na morfologia urbana que Lamas (2011) baseia nos trabalhos de Tricart (1963), onde se encontram definidas três escalas principais da paisagem urbana: a escala da rua ou *bout de rue* que corresponde ao espaço abrangido por um observador; a escala de bairro, conjunto de quarteirões, praças, ruas, etc; escala da cidade como *assemblage* de bairros.

O território pode ser diferenciado em unidades de leitura e/ou concepção que justificam a intenção recortá-lo em partes identificáveis. A dimensão sectorial ou escala da rua é a unidade mais pequena e também de maior detalhe, focando os elementos morfológicos apreendidos de forma estática ou em circuito fechado, tais como as características dos edifícios, mobiliário urbano, etc. A dimensão urbana ou escala do bairro traduz-se numa estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. A esta escala a identificação de elementos morfológicos deverá ter em conta o movimento e a ideia de percurso. A dimensão territorial ou escala da cidade é a articulação de diferentes formas que compõem a paisagem urbana, definida pelos diferentes bairros e suas conexões (Lamas, 2011).

Cozen (1973) propõe a possibilidade de fragmentação da *paisagem urbana* em diferentes escalas através de três elementos chave para a constituição e leitura dessa paisagem: *town plan* (cidade), *building forms* (formas construídas) e *land use* (uso). À escala local, uma área em que estes três factores apresentem características homogéneas comporia uma *urban landscape cell*. Estas células de características homogéneas poderiam, ainda, ler-se em conjunto enquanto *urban landscape units*, que por sua vez se combinam de diferentes maneiras e em vários níveis de integração, gerando uma hierarquia de *intra-urban regions*. Potencialmente, as unidades de paisagem urbana representam o desenvolvimento histórico de uma paisagem urbana, cristalizando camadas da sua historicidade.

Kostof (1991) denomina de *processo urbano* as alterações físicas da cidade ao longo do tempo. O autor descreve os processos de transformação de cidades romanas posteriormente ocupadas por muçulmanos, citando os casos de Damasco e Mérida, onde o traçado romano foi progressivamente preenchido com novos edifícios, aumentando as dimensões dos quarteirões e criando um sistema de circulação interior, onde o *cul-de-sac* ganha relevância como elemento

urbano que resguarda a intimidade no acesso ao espaço doméstico. Para o autor, nenhuma cidade pode ser considerada não planeada. Não obstante a arbitrariedade aparente da sua forma/estrutura, a topografia, o parcelamento do solo e o sinecismo são factores que podem justificar uma estrutura urbana irregular. Nesta ideia de processo urbano, fica de certa forma contemplada a normalização da transformação e adaptação dos territórios, remetendo para a resiliência da forma.

Para Rossi (2001) *facto urbano* inclui três níveis dentro da cidade que, fundamentalmente, vão de encontro às escalas da rua, bairro e cidade, referindo a importância da contextualização dos factos, perante a sua envolvente, na apreensão de significados. Rapoport (2005, pp.23-29) defende que, para compreender o espaço mediante os sistemas de actividades e interacções não deverão ser descuradas as várias escalas em que o sistema se integra. Propõe, assim, uma abordagem a três escalas “macroscale (settlement); mesoscale (neighbourhood); microscale (dwelling)”, defendendo que nas sociedades mais complexas e especializadas os indivíduos atravessam constantemente estas escalas para desempenhar diferentes actividades e relações do seu quotidiano.

### **1.1.1 Conceptualizações sobre o estudo da forma urbana**

Lamas (2011, p.98) entende os termos *traçado* e *rua* como sinónimos, afirmando que a última é “um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de a projectar” fundindo os dois termos que estariam associados a dois tempos da cidade “planeada”. Com efeito, nem sempre na história do urbanismo, a rua aparece como um elemento urbanístico fundamental enquanto espaço de sociabilidade.

Com o *modernismo*, a rua da cidade pré-moderna é radicalmente criticada e excluída dos novos planos para a cidade. Le Corbusier (1979) considera que a rua é uma *máquina de circular*, como tal deve desenhar-se para cumprir essa função de forma eficiente e exclusiva. O aparecimento do automóvel, é um dos apogeus da *era da máquina* e com ele surgem transformações no traçado das cidades, com o objectivo de viabilizar a sua integração como meio de transporte quotidiano dentro e fora da cidade. As vantagens do automóvel no transporte de indivíduos e bens, rapidamente patrocina a sua banalização, mesmo antes de as cidades se organizarem e se munirem de infra-estruturas para receber a nova velocidade para transitar no seu interior. Estes pressupostos radicais sobre a soberania do automóvel como mote para

desenhar a cidade foram consolidados na Carta de Atenas (Le Corbusier, 1993) e em muito inspiração para o Plano Piloto de Brasília de Lucio Costa (1957).

Na crítica ao Plano Piloto de Brasília, Holston (1989, p.105) veio explicar como a rua perdeu a sua qualidade como *espaço social* e em consequência a própria cidade passa a ser apreendida como uma cidade *fria* “lacks of human warmth”. Em particular, as distâncias entre edifícios e segregação funcional em sectores são factores que contribuem para um não reconhecimento da rua como *espaço humano*. Por outro lado, as associações mentais ganham forma de expectativa, tendo como referência outras cidades. Com efeito, Brasília não corresponde ao imaginário de uma cidade brasileira, pela falta de esquinas, passeios, fachadas de lojas que definem percursos e pela esparsidade ou baixa densidade de acontecimentos, actividades e pessoas (Holston, 1989).

As cidades tendiam a transformar-se para uma nova *paisagem urbana* perdurável e adaptada à realidade e velocidade dos novos meios de transporte e circulação. Nesta altura, parece óbvio o desaparecimento da rua, que é suplantada pela *road* (via de trânsito). Lamas (2011, p.100) define o gesto de desenhar cidades novas através das suas artérias como “quase fenómeno cósmico enraizado na humanidade”. As cidades organizam-se em vias colectoras, distribuidoras, principais, secundárias, nacionais, auto-estradas, circulares, de derivação, vias rápidas. São dimensionadas e planeadas em função da velocidade que lhes é associada, de forma a maximizar a eficiência na circulação. A largura das vias, as curvas, inclinações, desenho de cruzamentos, iluminação artificial, sinalização, materialidade, barreiras de choque, etc. são estudadas para serem seguras e rápidas (Relph, 2002).

As novas artérias da cidade podem não ser usadas por menos pessoas, no entanto, são usadas para menos actividades, em última análise, exclusivamente para o trânsito e/ou estacionamento de veículos. Os materiais, entre eles betão, asfalto e metal, são escolhidos para serem visíveis a velocidades alcançáveis com os novos meios de transporte e circulação. Por outro lado, o pormenor no seu desenho é evitável, justificável na necessidade de focar a concentração na circulação em trânsito (Relph, 2002).

No polo oposto, está o interior dos edifícios, por excelência, o local do peão. Essa primazia é gradualmente perdida para o automóvel quando atravessamos para o exterior, ficando limitado às faixas dos passeios de um lado e outro duma grande artéria. Em muitas situações, o espaço da rua tem de ser disputado nas intercepções e interacções com o automóvel.

Lefebvre (1991, p.359) denota como o espaço urbano se encontra “sliced up, degraded, and eventually destroyed” devido à proliferação das *roads*. Com efeito, a banalização da utilização do automóvel como meio de transporte privado, culmina na deterioração das condições do próprio espaço, não apenas devido à intensidade do tráfego que passou a acumular-se nos centros urbanos, mas devido à poluição atmosférica e sonora, que o ruído e emissão de gases implicaram.

Gehl e Gemzo (2001) descrevem uma situação de *invasão* do espaço público, onde o trânsito automóvel passou a determinar as regras e veio alterar drasticamente os espaços públicos da cidade “Not much physical space is left, and when other restrictions and irritants such as dirt, noise and visual pollution are added, it doesn’t take long to impoverish city life” (Gehl & Gemzøe, 2001, p.14).

Para Cullen (1996) existem duas consequências da invasão das cidades pelo automóvel: o desaparecimento da diversidade e da personalidade das superfícies pavimentadas e a invasão das zonas reservadas a peões. Esta situação proporciona-se devido à velocidade do automóvel que torna o espaço que lhe é exterior inabitado e vazio de presença humana. Le Corbusier (1979) descreve a situação

As velocidades vinte vezes maiores 100km/h substituíram a velocidade imemorial do passo do homem ou do passo do cavalo, ou do boi, do burro...  
Em cem anos, uma civilização nasceu, subvertendo tudo à sua passagem. A medida humana foi transgredida, ultrapassada, talvez perdida (p.16).

As condições para o trânsito automóvel são distintas das condições para o trânsito pedonal, no entanto, o contacto entre os dois é parte da dinâmica de circulação numa cidade, como tal o trânsito automóvel deve ser analisado na perspectiva deste contacto, ao invés da utopia da sua separação. Com efeito, ao evocar uma quebra abrupta entre espaço público e privado compreendemos que uma das consequências deste contacto é o facto de trânsito automóvel condicionar sociabilidades na rua, independentemente de esse ser um objectivo planeado (Cullen, 1996). Nas propostas de cidade apresentadas pelos mentores do *modernismo*, entre os quais Le Corbusier se destaca, não havia lugar para entender a rua como um espaço para a circulação pedonal, pois a dinâmica de circulação na cidade era focada no automóvel, funcionando com uma espécie de ponte entre edifícios. O trânsito pedonal era remetido para espaços verdes e parques, onde predominavam as funções lúdicas, numa intenção de especialização funcional extrema da cidade.

Holston (1989) explica como o desenho da cidade se baseia na relação entre cheios (*solid*) e vazios (*void*). Aos cheios correspondem os edifícios e por associação o espaço privado, enquanto aos vazios correspondem as ruas e largos entrando em domínio público. A cidade conforma-se posteriormente numa lógica de repetição e exceção. As exceções compreendem os edifícios públicos, que sendo cheios se inserem em vazios para descrever uma intencional marcação de destaque em relação à estrutura urbana. O autor defende que o modernismo veio inverter esta lógica para a construção de cidade, pois o espaço passa a ser tratado como contínuo onde não há lugar para exceção. Por outro lado, a inscrição de cada edifício num vazio marca-o como *monumento*, gerando-se um paradoxo em que a exceção se torna regra e em consequência é lida como repetição, perdendo significado próprio.

A leitura de padrões espaciais, compreende analisar um jogo de barreiras e permeabilidades gerador de percursos, integrando espaços particularmente relevantes para a vida pública e social. Lefebvre (1991, p.87) refere como as barreiras erguidas no espaço, as barreiras materiais, não mais do que separações aparentes, pois no global o espaço é fluído e o que existe é uma “ambiguous continuity”. No entanto, alguns espaços integrados nesta rede, que Alexandre (2004) denomina *Hulls*, tornam-se reconhecidos e reconhecíveis mediante um significado atribuído como espaço público positivo dentro da cidade.

### **1.1.2 Usos e apropriações da forma urbana**

As definições de espaço público, na crítica ao urbanismo do modernismo, recuperam a rua pré-moderna, onde a heterogeneidade e a mistura funcional são considerados catalisadores da apropriação do espaço e da construção de uma vida pública, que Jane Jacobs (2001) define como *informal*. A autora critica a ideia de espaço público enquanto vazio urbano, defendendo que para efeitos de convivência e segurança o espaço público deverá ser o mais densamente populado e concretamente definido “As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres” (Jacobs, 2001, p.38), criticando cumulativamente a especialização de funções e a segregação da circulação defendida por Le Corbusier (1993; 1979) e Costa (1957), entre outros.

O espaço público desempenha o papel de facilitador da vida pública, criando as condições que influenciam favorável ou desfavoravelmente a co-presença, ou seja, a possibilidade de integrar uma rede de encontros casuais, como anónimo na multidão (Baudelaire, 1991). Com

efeito, caberia à rua albergar e articular todas as funções. Não é suficiente que o espaço permita às pessoas ir e vir, pois concedidas as condições externas favoráveis, as pessoas podem entreter-se nos espaços e desenvolver neles actividades. O permanecer é o tempo que corresponde a acções não obrigatórias (Gehl, 2006). Sendo não obrigatórias ficam potenciadas em decisões/acções espontâneas e relacionam-se com um tempo de paragem no circular e interacção com/no espaço, por um período de tempo mais longo. As motivações para estas paragens podem não ser meramente funcionais, nomeadamente para ver, ouvir, falar. Cullen (1996, p.25) descreve “Abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as condições que levam à ocupação de determinados locais”.

Lefebvre (1991, p.91) refere-se à relação entre o tempo e o espaço como dois elementos indissociáveis na constituição de *representational spaces* e *representations of space*. O tempo é, por isso, um factor intrínseco ao percurso e ao circular e como tal, a rua não é lida como um *elemento imóvel ante o olhar* (De Certeau, 1988), mas como um elemento que traduz e se lê em diferentes velocidades. Com efeito, o movimento e a velocidade impõem uma leitura continuada das várias cenas e efeitos que se geram no percurso de acordo com a configuração própria do espaço.

Kohlsdorf (1996) defende que a apreensão da forma da cidade acontece mediante a existência de efeitos topoceptivos, que interferem com a legibilidade e orientabilidade do/no espaço. A existência de cenas onde a perspectiva da rua provoca, por exemplo, um forte direccionamento ou o realce de um determinado edifício permite uma forma particular de perceber e reconhecer o espaço enquanto único. Lynch (1971) e Cullen (1996) referem a importância dos marcos, enquanto formas de expressão icónica e/ou simbólica para o reconhecimento de lugares. Os edifícios ajudam a dividir a cidade ao mesmo tempo que geram a necessidade de articular as suas zonas através de espaços de circulação, da rua. Assim, a imagem da cidade constrói-se nas cenas resultantes da constante interacção do volume (o edifício, o construído) com o vazio (a rua, o percurso).

Cullen (1996) sublinha a inequívoca relação entre o espaço físico e os seus significados. O *local* depreende relações e interacções do corpo humano com os objectos construídos, evocando um forte sentido de posicionamento espacial. A relação com o nível do mar, da terra, ou a sensação de altitude geram reacções emocionais específicas, que interferem directamente com a forma como o espaço é lido e percebido. O *conteúdo* revela a identidade da cidade através das características físicas que a individualizam, diferenças de cor, textura, escala, estilo, etc.

A rua pode ser palco de uma experiência a várias profundidades interpretativas, que acontecem enquanto o transeunte se apropria do espaço, percorrendo-o e construindo uma imagem mental. As profundidades que a experiência pode atingir dependem de sugestões induzidas pelos objectos imóveis e da influência dos movimentos e actividades, da parte animada e móvel deste cenário, bem como das interpretações instantâneas e/ou expectativas em relação ao lugar. Deste cenário, fazem parte os elementos físicos e imóveis e as pessoas que desenvolvendo actividades compõem um ritmo para a vida da cidade “everyday life also figures in representational spaces – or perhaps it would be more accurate to say that it forms such spaces” (Lefebvre, 1991, p.116). Com efeito, posicionando um transeunte nesta narração sobre o espaço teríamos de considerá-lo, simultaneamente, um observador do cenário e parte integrante dele.

A *imagem da cidade* é igualmente influenciada pela experiência de a percorrer. Por isso, é fragmentada e cheia de significados subjectivos, onde se misturam interpretações e valores individuais e partilhados. Lynch (1971) defende que a *imagem da cidade*, para ser complexa e profunda deve incluir a relação estrutural ou espacial entre os vários objectos e os observadores para que estes lhe possam atribuir um significado prático (de funcionalidade) e emocional (de carga subjectiva). Cabe ao observador uma parte da construção da cidade, ao transformá-la na sua mente em algo familiar e por isso “a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores” (Lynch, 1971, p.16).

Assim, o espaço real é filtrado mediante representações, numa pós-edição/produção da realidade, bem com através da apropriação preenchendo o espaço de memórias, ritualizações e simbolismos de carácter individual e/ou colectivo (Lefebvre, 1991). As expectativas que levam à apropriação de espaços que pertencem à cidade (e por isso a todos) são subjectivas, influenciadas por factores culturais e sociais, onde se incluem, uma vez mais, valores e princípios que determinam a relação com o espaço e com os pares. Portanto, a apropriação do espaço não é literal na relação de interacção entre o corpo e o meio natural ou artificial. O processo implica uma interacção mental. Geram-se interpretações e significados, através do processamento e edição da informação recebida até que, em última análise, aconteça o esgotamento da capacidade de apreender informação, devido ao excesso de estímulos, criando abertura para uma atitude *blasé* (Simmel, 1973).

Na Teoria Dimensional de Análise (Holanda & Kohlsdorf, 1995) a forma da cidade é associada às expectativas sociais. Existe uma constante identificação entre o percurso e quem

o percorre, que se traduz numa complexidade de relações, que permitem uma avaliação do espaço sob as várias dimensões ou aspectos. De acordo com os autores, as expectativas podem ser de carácter funcional, bioclimático, económico-financeiro, co-presencial, topocetivo, emocional e simbólico. O carácter funcional de um espaço deriva directamente do propósito do seu uso, o bioclimático relaciona-se com o conforto ambiental, o económico-financeiro inclui custos de execução e manutenção, o co-presencial relaciona-se com a capacidade de promoção de encontro, o topocetivo (Kohlsdorf, 1996) associa-se às propriedades de orientação e legibilidade, e o expressivo-simbólico remete para expressividade e criação de vínculos emocionais.

Sobre ambiente e comportamento, Rapoport (2005, pp.24-25) define quatro níveis, que se encontram relacionados entre si “organization of space, time, meaning and communication; system of settings; cultural landscape; fixed, semi-fixed and non fixed elements”. O espaço e o tempo são as bases para a organização das actividades quotidianas. No entanto, estas não se limitam a um carácter de funcionalidade operativa, mas comportam significados latentes, estabelecendo códigos culturais na sua ritualização, instituindo regras e mecanismos de comunicação e de acção.

Por outro lado, individualizam uma cultura, que se apoia nestes códigos para uma eficaz e fácil comunicação e socialização. No entanto, a sua inteligibilidade interna pode ser transversal e pode mesmo ser incompatível com códigos de outras culturas. A transformação do espaço é resultado e simultaneamente parte da própria cultura, definindo o *cultural landscape* do qual fazem parte os elementos de carácter fixo como edifícios, infra-estruturas, entre outros, que suportam certa perenidade, ou seja, demoram muito tempo a transformar-se; os elementos semi-fixos (mobiliário interior ou mobiliário urbano) frequentemente alterados e adaptados para corresponder às várias actividades; e os elementos não fixos onde se incluem pessoas, animais e as suas actividades, comportamentos e interacções quotidianas (Rapoport, 2005).

Se a configuração do espaço deriva de intenções e manifestações sociais dentro do seu padrão social e cultural, neste processo, o espaço não é um factor passivo ou uma variável totalmente dependente (Hannerz, 1980; Holanda, 2002). Em vez disso, apesar de transformado para responder material e simbolicamente às demandas da sociedade, a linha material que retrata o urbanismo e a linha de apropriação social, nem sempre coincidem para convergir numa

relação de *urbanidade*. A *urbanidade* pode ser, neste sentido, a medida para apropriação do espaço mediante acções espontâneas em oposição à formalidade (Holanda, 2002).

De Certeau (1988) defende três factores para a vida na cidade a *presença*, o uso e a vivência dos espaços que torna alguns vivos e outros esquecidos; o *discreto*, condição de que a cidade não é perfeitamente homogénea a nível de acontecimentos, escalas e vivências; e o *fático*, que diz respeito à relação pessoal que cada indivíduo cria com o espaço e a sua apropriação individual devido à proximidade emocional, tornando a arquitectura e a distância subjectivas e susceptíveis a uma interpretação original. O aspecto *fático*, na apropriação do espaço foi já introduzida como um factor para a construção de representações. O *discreto e a presença*, a noção de que a cidade se constrói sobre a diversidade e na rede relacional entre indivíduos e espaço são noções também abordadas por Hannerz (1980). O autor refere a questão da acessibilidade, amplificando a aplicação do conceito para o associar a *sense of place*. Agier (2011) refere-se à margem para a espontaneidade como o *agir urbano*, identificando-o com os *espaços intermediários*, portanto nem demasiado privados nem demasiado anónimos, que conseguem potenciar formas de ocupação e manifestações sociais espontâneas, seja de ordem política, artística, entre outros, considerando esta forma de interagir com o espaço como externa às “restrições institucionais e normativas das cidades” (Agier, 2011, p.43).

A diversidade de relações interpessoais que podem construir-se em diferentes graus de proximidade e intimidade, aparece como dado importante para a definição de cidade, e segundo Hannerz (1980), alguns novos tipos de relações, exclusivas aos urbanitas, podem ser situacionais e casuais. A ideia de *vida pública informal* (Jacobs, 2001) remete para a concretização da urbanidade, na praticabilidade do espaço enquanto potenciador de encontros. A autora refere-se a um sistema complexo de encontros, o espaço é compartilhado numa presença e vivência comum, permitindo a construção de uma rede de vigilância silenciosa que contribui para uma generalizada sensação de segurança. Assim, as cidades não são seguras por serem pequenas ou grandes, mas pela forma como são povoadas, pela densidade dos fluxos de pessoas que as percorrem e pela saúde dessa vida pública informal, que permite a um visitante sentir-se incluído numa rede complexa de vigilância. A segurança na cidade aparece como uma extensão da segurança da rua, com a vigilância natural que resulta da presença constante de pessoas no espaço público. Os *vigilantes da rua* são os transeuntes que a percorrem, os consumidores que se servem dos espaços comerciais que lhe estão associados e os moradores que observam o espaço público, desde o refúgio da sua casa, espaço doméstico. A complexidade

desta rede de relações e transições, amenizada pelos espaços comerciais que definem a linha limite último entre o espaço público e privado, resulta numa vigilância espontânea e recíproca que depende em última análise da presença no espaço público.

O grupo de investigação HABITAR (Monteys, 2012) apresenta o conceito de *calle domesticada*, que seria a rua onde as pessoas se sentem e actuam como em suas casas. Nesse processo de domesticação da rua entende-se como fundamental incrementar o atrito mútuo para que as pessoas se possam expressar nela e o espaço urbano se contamine com a sua presença e actividade. Para tal, seria necessário promover a flexibilidade do desenho urbano, tornando-o o menos especializado possível e, portanto, o mais flexível possível. Os pisos térreos assumem um papel particularmente central ao estarem em permanente contacto com a rua, tornando-se determinantes no fomento das dinâmicas da rua. Como tal, devem ser habitados e preenchidos com usos diversos. Esta proposta é a protagonista de uma das linhas estratégicas para a revitalização das ruas, através da diluição dos limites entre o espaço privado e o espaço público. Os usos propostos vão desde habitação a *vivienda taller* (casa-atelier) e de comércio a escritórios. Ocupar os pisos térreos é visto como forma de catalisar o papel da rua, enquanto *lugar* que coloca os diferentes usos e actividades em relação. Louis Kahn<sup>6</sup> (1971) é uma das referências na definição de rua adoptada: lugar que expressa uma pacto para a vida em comunidade, onde se vive, aprende, compra e trabalha.

A rua funciona como espaço mediador entre “o privado e o anonimato, o demasiado próximo e o demasiado longínquo” (Agier, 2011, pp.42-43). O espaço público e privado são palco da execução de tarefas quotidianas e da construção de uma rede social mais ou menos extensa e com diferentes graus de aprofundamento. Os dois universos em concomitância que o sujeito habita diariamente são-lhe necessários separadamente, mas a existência de espaços intermediários, que parecem ter lugar entre o público e o privado, definindo-se em ambiguidades negociadas à escala local, podem ver-se representados nas *pequenas escalas da rua*.

### **1.1.3 Interpretações e significados da forma lida em conjugação com o conteúdo**

A ideia de espaço *entredois*, implica um espaço mediador da diversidade social, permitindo uma transição entre dois paradigmas sócio-espaciais. São espaços que permitem amenizar

---

<sup>6</sup> Kahn, L., 1971. *The Room, the Street and Human Agreement*. New York: Rizzoli

contrastes, evitar rupturas nos tecidos sócio-espaciais, assumindo extrema importância na “saudável” articulação da cidade como organismo em movimento (Agier, 2011). O autor preconiza a rua como o palco inicial da política e da invenção cultural, por via da tomada de palavra pelas comunidades em manifestações. Esta tomada do espaço público para uma afirmação social e cultural é já uma forma de construir significados, representações e memórias colectivas. Os espaços marcados por este tipo de acontecimento tornam-se, muitas vezes, simbólicos para as comunidades, adquirindo significados e associando-se a memórias colectivas num processo de construção de identidades sobre o espaço urbano, tornando-o património para a comunidade, que tem sobre ele uma ligação de pertença.

De acordo com Le Goff (1984) a memória colectiva e a sua forma científica: a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*. No entanto, o autor ressalta que o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade. Com efeito, existe um processo de selecção assumidamente inerente ao uso do património como instrumento de gestão.

O facto de um espaço ser entendido como central nas dinâmicas sociais quotidianas, implica que um certo grupo o defina como tal. Esta definição é imbuída de significados e representações, que veiculam interpretações do espaço na sua intersecção com determinadas memórias e vivências individuais ou colectivas as quais, mediante determinadas atribuições de valores, podem torná-lo património unido a determinadas narrativas.

Varine (2012) afirma que o património é elemento essencial da identidade local, regional, nacional, assumindo a existência de identidades colectivas em torno do património, por muito difícil que possa a definição dos limites da rede que contém uma comunidade de referência.

As iniciativas para a regulação administrativa e política da preservação do património assumem protagonismo, no contexto europeu em 1960-1970, apresentando respostas semelhantes a uma questão que se impunha como global (Ashworth & Tunbridge, 1990). A constatação de que a preservação destes valores materiais e imateriais é essencial para as comunidades e para o desenvolvimento do turismo como actividade económica, resulta em concertações como a *Carta de Veneza* e ganha ênfase em organizações internacionais como a UNESCO, ICOMOS e Conselho da Europa. A UNESCO oficializa em 1972 a necessidade de organizar e planear uma estratégia integrada e geral para a salvaguarda do património (Choay,

2011). No entanto, são os governos que assumem protagonismo quanto à activação de mecanismos para a inventariação, protecção, manutenção e reabilitação do património.

O interesse e valorização das áreas históricas da cidade leva ao alargamento do conceito de património, passando a pressupor não apenas a arquitectura e forma urbana da cidade, mas também costumes e tradições que retratam componentes de identidades colectivas, combinando os lados material e imaterial da cidade (Choay, 2011). O conceito de *cidade histórica* (Ashworth & Tunbridge, 1990) implica a definição de limites que podem variar em escala até, em última análise, abrangerem toda a área urbana. Segundo os autores, uma cidade histórica é uma cidade em que o planeamento e gestão urbana se regem pela ideia de contradizer os ritmos da mudança morfológica. Assim, critérios morfológicos ou funcionais podem ser utilizados na circunscrição da área a incluir para preservação e ou reabilitação.

A *historical townscape* e centro histórico ultrapassou a ideia de monumento, no seu valor individual, para valorizar o enquadramento e desenvolvimento histórico da cidade, onde ruas e edifícios são parte de um conjunto a ser preservado e gerido no seu consumo, enquanto património. O ambiente construído definido pela arquitectura histórica e forma urbana consolidada ao longo do tempo, a associação com acontecimentos e personagens históricos e a acumulação de artefactos culturais e artísticos são chaves na ideia de uma cidade *turística-histórica*.

Com efeito, para além da associação a valores e comunidades locais, o património passa também a ser visto como um recurso turístico da cidade e, como tal, torna-se um potencial recurso para consumo cultural. Zukin (1998) refere-se à conversão de edifícios históricos em museus e infraestruturas industriais em polos culturais, para demonstrar como o consumo cultural associado ao turismo se disseminou, enquanto critério para projectar a cidade. A cultura intervindo e resultando na/da construção de significados que vieram a ser aproveitados em suporte de narrativas construídas como marcas comerciais, torna-se um potencial mecanismo de controle da cidade (Zukin, 1991; 1996).

Com a elevação de determinados fenómenos a uma escala global, onde o consumo cultural é visto como um outro espaço dentro do mercado, o património e a cidade tornam-se um produto, que deve não só ser consumido, mas promovido e veiculado em associação com nome do lugar. As contradições nestes novos estilos de vida e de consumir cultura, enquanto turistas ou como *gentrifiers* ficam latentes entre a tolerância e valorização da diversidade e a disseminação de imagens e símbolos coerentemente narrados recorrendo ou não a marcas que

alcançam uma escala global. Em consequência, a autora remete para uma *Disneyfication* da paisagem, entendendo que um dos riscos é a reprodução de imagens encurtando os canais de veiculação entre o global e o local.

Assim, a autora defende que as estratégias de desenvolvimento urbano passaram a basear-se no consumo, com foco no visual e na imagem, onde ficam privilegiados espaços de consumo como restaurantes, zonas de atração turística, museus, casinos, instalações desportivas e lojas. O denominador comum entre todos os novos espaços de consumo é a sociabilidade dependente da coerência visual, a fundação de uma memória colectiva da cultura comercial (Zukin, 1998; 2010).

Zukin (1998) traça um perfil de *gentrifier* onde se inserem professores, advogados, artistas, escritores, pessoas ligadas às indústrias criativas, entre outras profissões ligadas ao sector público e privado, que se interessam por boa comida, artes e consumo cultural. Este perfil está na génese dos novos estilos de vida, que a autora defende fundarem a base para uma nova produção e consumo culturais. Os centros urbanos e bairros históricos devolvem um certo fascínio pela decadência, enquanto são reproduzidos através de uma demanda estética que prima pela coerência visual e importação de imagens e símbolos para o quadro local. Com efeito, estes *urban lifestyles* encontram um enclave paradoxal, a tolerância pela diversidade étnica, de classes de estilos de vida conjuga-se com a uniformização (*standardisation*) dos lugares, que chega a atingir níveis de espectacularização.

Lefebvre (1991, p.75) refere a importância da imagem na produção de espaço “The predominance of visualization (more important than spectacularization, which is in any case subsumed by it) serves to conceal repetitiveness”. O espaço pode ser produzido e é em consequência produto (*product*) que o autor distingue de *work*, onde se enquadram os espaços fortemente expressivos, caracterizados como “unique and unified as a painting or a sculpture” (Lefebvre, 1991, p.73). O autor entende o *mass tourism*<sup>7</sup> como uma “manifestation of a major

---

<sup>7</sup> Walton (2009, p.117) problematiza a aplicação do conceito *mass tourism* “There is recurrent recourse to the concept of mass tourism, which (like the bourgeoisie) seems always to be rising in historical terms. It has been used as a convenient label to apply to everything from the early Cook’s tours, through the rail-borne working-class seaside holiday (which developed at different times, rates and intensities in different parts of the world), to the package tourism of the jet age. This simplistic and unduly flexible coinage, which remains prevalent in historical writing and appears in the subtitles of many excellent books, encourages oversimplification and distortion, not least because it promotes misleading assumptions about the uniformity of tourist experiences and the lack of agency and choice ascribed to the tourists themselves”.

spatial contradiction of modernity: here we see space being consumed in both the economic and the literal senses of the word” (Lefebvre, 1991, p.122).

Augé (2007) descreve o paradoxo das cidades criado na *sobremodernidade*, situando-o numa encruzilhada entre a valorização simbólica da cidade, nomeadamente recorrendo à inventariação de património e o desligamento com o espaço gerado pelas novas formas e ritmos de mobilidade

desde Malraux, as nossas cidades estão a transformar-se em museus (monumentos, rebocados, expostos, iluminados, sectores reservados e ruas pedonais), ao mesmo tempo que os desvios, comboios a grande velocidade e vias rápidas nos afastam delas (Augé, 2007, p.64).

A complexidade das cidades, recortadas nas suas sucessivas escalas, justifica a discussão teórica que vem atravessando vários momentos. A rua aparece iterativamente como o palco da vida social ou como vilã do progresso, até ao momento em que o carro passa a ser questionado enquanto meio de transporte dominante nos centros urbanos e as cidades passam a apoiar-se nas narrativas patrimoniais, associadas à sua construção histórica, bem como nas qualidades intrínsecas dos seus bairros para a construção de identidades veiculadas como âncoras de atracção turística.

## 1.2 As pequenas escalas da rua

O objectivo principal deste estudo é desenvolver uma reflexão sobre a relação entre a forma, a apropriação, os significados e representações da rua, na sua mais *pequena escala*, em Lisboa. As conclusões ajudam a contribuir para a compreensão de como esta escala de rua é emblemática da imagem da cidade, na sua versão *pitoresca* e *popular*. As reflexões propostas revelam ritmos e trajectórias do seu uso e apropriação, através da leitura de sinais e impactos da mudança nestes espaços, em determinados momentos da história do desenvolvimento da cidade, com particular ênfase na época contemporânea. Uma das propostas integra o debate em que o passado, o presente e o futuro de bairros históricos, numa cidade cosmopolita e na rota do turismo internacional são evocados.

A nível teórico, são questionados os conceitos espaço público e privado, pretendendo descrever enfaticamente um espaço que se caracteriza pela ambiguidade, por se encontrar num limite de definições e simultaneamente num intervalo cinzento entre uma bipolarização conceptual sobre espaço em dentro/fora, público/privado. Este espaço, por se encontrar no

limite entre os dois domínios, considera-se defini-lo como um *espaço de fronteira*. Lefebvre (1991, p.176) afirma que “every spatial envelope implies a barrier between inside and out, but that this barrier is always relative and, in the case of membranes, always permeable”. A proposta de recortar o território, com o objectivo de construir um método de análise, implica a definição de fronteiras. No entanto, definir uma fronteira implica assumir um jogo de barreiras e permeabilidades e ambiguidades inerentes.

Mediante o contexto específico, pudemos reflectir sobre como a valorização dos centros históricos e património cultural reivindicados por valores sociais e económicos, mais recentemente intersectando-se com turismo, vêm incrementando novos significados, que se tornam centrais nas dinâmicas urbanas. Há ainda que contrapor as relações com o exterior considerando o contexto macroeconómico, onde o investimento internacional tem impactos à escala local, inflingindo uma espécie de choque que eventualmente desequilibra o sistema, desencadeando diversas trajectórias (Galster et al., 2007).

No caso de Lisboa torna-se incontornável abordar as questões sobre património material e imaterial e impactos do crescente uso turístico sobre a comunidade, guardiã de património vivo. Recorrendo ao conceito de património, foram contextualizadas políticas urbanas e de gestão cultural (*cultural management*), enquadradas entre os vários actores comunidade local, poder político e pressão exterior, traduzida (neste caso) pelo turismo.

Ainda que a cidade e o bairro sejam duas escalas de análise para o presente estudo, a sua leitura é sempre feita através do beco, como fio condutor, entendido como o hipotético extremo hierárquico da rua. A definição de *beco*, como elemento urbano, é um dos objectivos para o estudo. No entanto, as perspectivas em que a descrição se conforma, não se limitam a procurar explicá-lo com base numa definição teórica do ponto de vista morfológico.

A reconstituição histórica do aparecimento deste elemento urbano, como meio para preservar a privacidade no acesso ao espaço doméstico, pressupôs falar da cidade islâmica. Apesar disso, a sua resiliência nos traçados urbanos de bairros/centros históricos em várias cidades, incluindo Lisboa, evidencia-se na apropriação contemporânea e culturalmente distante dos princípios fundacionais.

A cidade de Lisboa oferece um contexto pertinente para qualificar a *pequena escala da rua*, mediante a antiguidade da sua estrutura urbana, que se desenvolve desde o período romano e as características topológicas que derivam do seu enquadramento paisagístico, protagonizado

pelas várias colinas, nas quais a cidade se implanta. A topografia e a matriz histórica são, assim, dois factores que tendencialmente contribuem para o traçado em ruas estreitas e escadinhas, predominantes nos bairros antigos. A imagem de *pitoresco* apresentada sobre uma perspectiva histórico-patrimonial é veiculada dentro e fora da cidade como um dos traços carismáticos da morfologia urbana e particulares da cidade, a par das vistas de topo proporcionadas nos miradouros situados em pontos estratégicos nas várias colinas (Araújo & Martins, 1889-1952; França, 2008).

A definição do objecto de estudo apresentou-se como um processo aberto, essencialmente quando, avançando para a escala do bairro, se iniciou uma fase mais imersiva de trabalho de campo. Com efeito, no trabalho de campo, o objecto empírico faz o campo (a questão permite ler o lugar e ambiente de interconhecimento como significativo) e o campo faz o objecto (a investigação permite descobrir boas questões) (Beaud & Weber, 2007). As questões iniciais foram necessariamente redireccionadas ou abandonadas, mantendo o campo como elemento perene da investigação e condutor das respostas que levariam a mais perguntas.

Morando nos últimos anos num bairro vizinho de Alfama, as já muitas incursões por Alfama nunca deixaram de me fascinar ou causar estranhamento num discurso mais oportuno à explanação do trabalho etnográfico, que veio a ocupar um espaço importante nesta investigação. Por um lado sou levada a pensar que poderá ter sido um pouco desse fascínio a ajudar a minha integração no bairro, como curiosa e como interessada em ouvir, observar e retratar o quotidiano das gentes naquele contexto espacial. Entrar no campo foi quase natural, talvez pelo ritmo lento, pelo caminho pré trilhado, ainda sem essa intenção. Ainda assim, numa fase posterior, a ligação à associação APPA acabou por tornar-se, em certa medida, o centro das incursões por Alfama e através dela para outras partes da cidade.

Quando o desenho deste projecto de investigação foi delineado para permitir estudar um potencial tipo/escala de rua através de progressivos recortes no território, aproximando entre eles o olhar e ampliando o nível de detalhe na sua descrição, era ainda incerto que o recorte empírico viria a focar-se sobre a dimensão urbana, no bairro. O beco tornou-se uma espécie de ferramenta operativa para chegar ao bairro, redescobrimo através dele a sua natureza e desenvolvimento, filtradas por uma espécie de cristalização espacial dinâmica, que se defende num tempo lento de assimilar a mudança e na resiliência do lugar. Eames e Goode (1977) explicam como num trabalho etnográfico, o bairro pode assumir diversos níveis de relevância, tornando-se ou não objecto de estudo ou integrando a unidade de análise (*unit of analysis*). Os

autores expressam como se torna central, na antropologia urbana, questionar os limites (*boundary*), pois ao contrário da antropologia tradicional a fronteira espaço-temporal não é, neste contexto, um dado adquirido.

O bairro viabilizou uma escala intermédia incontornável na definição do objecto de estudo. O beco passou de uma intuição de que poderia representá-lo, à confirmação de poder defini-lo, porque é parte de uma paisagem urbana e de um imaginário que funde o observável com uma série de imagens e interpretações, de raízes na experiência directa e nas narrativas veiculadas, de diversas proveniências e postas em circulação numa rede virtual e global. O beco é ainda metáfora de pitoresco e metonímia da escala das ruas do bairro e portanto, do próprio bairro. As ambiguidades que interagem na construção de narrativas para articular de forma assimétrica relações que tendem mais para um *quadro local de implantação*, numa versão de génese histórico-patrimonial ou baseada num *quadro local de vida* (Costa, 2008), impactam inequivocamente sobre as suas ruas e as apropriações que nelas se estabelecem.

Interessava, neste sentido, compreender no *quadro local*, os factores espaciais e sociais que derivam das representações associadas às ruas de Alfama mediante a sua toponímia, escala, hierarquia e apropriações reveladoras de modos de vida particulares. E no entanto, como este trabalho se enquadra na fronteira entre a análise espacial e a etnografia urbana, o bairro começou por ser apresentado na espacialização das suas designações toponímicas.

A construção do objecto de estudo foi um processo contínuo e não linear. Com efeito, a definição de sucessivos recortes no território permitiu observar o beco a várias *escalas e níveis de proximidade*, atingindo conseqüentemente diferentes *graus de pormenor* e obtendo, em resultado, diferentes tipos de dados. Concretamente, este caminho entre as várias escalas foi conduzido pela leitura do espaço através na conjunção entre a *forma* e o *conteúdo*, tendo no *nome* o ponto de origem e avançando gradualmente para o estudo da forma integrando-a e relacionando-a com o seu conteúdo.

Lefebvre (1991) apresenta a relação entre a forma e conteúdo como condição disjuntiva para apreender significados sobre o espaço. As abordagens possíveis para analisar um espaço social (*social space*) relacionam-se com as suas características intrínsecas

Like any reality, social space is related methodologically and theoretically to three general concepts: form, structure, function. In other words, any social space may be subjected to formal, structural or functional analysis. Each of these approaches provides a code and a method for deciphering what at first may seem impenetrable (Lefebvre, 1991, p.147).

Por outro lado, nestes sucessivos avanços entre escalas, acabámos por perceber que, talvez por influência desta condição previamente estabelecida de atravessar da cidade em direcção ao seu interior, o foco passou a ser a fronteira, o ponto de atravessamento. O beco deu o mote para explicar limites, que se podem definir numa esbatida barreira legível, quando examinamos pontos de fractura, de fragmentação da paisagem.

O caso da Baixa foi abordado no sentido em que permitiu abrir uma trajectória para a Lisboa, cidade moderna enquanto Alfama veio a representar um outro lado marginal da cidade. Nesta descrição (ver tópico 2.4) propomos recuperar momentos pontuais da história do bairro de Alfama em que o seu lado mais resiliente tem vindo a evidenciar-se, distinguindo as trajectórias que ditaram o futuro de dois bairros de Lisboa, expostos a semelhantes circunstâncias, perante a catástrofe de 1755. Paradoxalmente, na actualidade, voltam a estar unidos e validados com base nos valores patrimoniais, que em diferentes formas e medidas, representam. Este poderia ser um ponto de partida para discutir o conceito de património, como instrumento político de validação cultural que implica selecção e decisão, por vezes impondo a perda de uns significados, para reforçar outros valores e memórias.

A ideia de fronteira esbatida volta a surgir perante a tentativa de recortar a rua do bairro. Na leitura de lógicas hierárquicas da rede constituída pelo seu traçado ficou evidente uma bipolarização da *acessibilidade* dentro do bairro, baseada nas designações *rua* e nas que viemos a definir como *ruas de pequena escala*. Mediante as evidências lidas entre o traçado e a espacialização das designações toponímicas, fomos levados a incluir na definição não apenas o *beco*, mas outras designações associadas a pequenas dimensões da rua, como sejam as *escadinhas*, *calçadinhas*, *travessas*, tomando parte numa rede secundária de caminhos remetida ao interior mais inacessível dos potenciais quarteirões (definidos pelas ruas).

Para fechar uma linha de análise de fronteiras entre as várias escalas, focando a rua-beco, concentramo-nos no limite entre a rua e a casa, entre o público e o privado. Nesta fase a proximidade e o nível de detalhe atingem o patamar mais elevado e só com a recolha de dados durante o trabalho de campo que se adensou numa etnografia urbana, pudemos compreender mecanismos através dos quais as ambiguidades da relação entre o espaço público e privado, se expressam em determinadas apropriações do espaço.

Atingindo o maior nível de detalhe, havia que voltar à cidade. Numa última fase da análise, o foco passa para permeabilidades entre as várias escalas da casa para a rua, para o bairro, para a cidade. Em consequência foram encontrados determinados mecanismos de resposta, de

resistência e adaptação à mudança – resiliência. Com efeito, a mudança é sentida como ameaça desde *dentro*. Nesta reflexão impôs-se a reavaliação e reposicionamento da rede de interacções sociais, que filtra quem pertence, ou seja, quem está dentro e fora, tendo em conta matizes particulares que marcam o contemporâneo. O percurso é da cidade para a rua, atravessando as sucessivas escalas (E1-cidade, E2-bairro, E3-rua, na Figura 1.1), fronteira a fronteira (F1, F2, F3, na Figura 1.1) do global para o local, até atingir um ponto de inflexão em que, mediante as permeabilidades, voltamos a encaixar o local no contexto global.

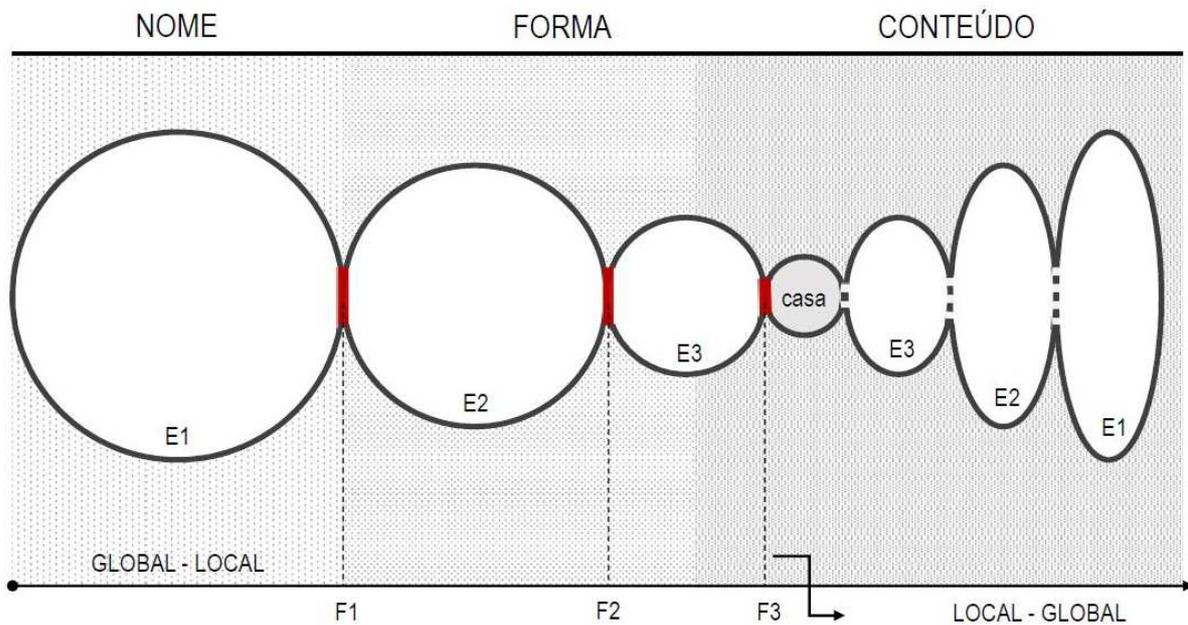


Figura 1.1 O beco como objecto de estudo

Poderemos abordar brevemente uma ausência intencional no texto, o termo/conceito *sustentabilidade*. A sua ausência na discussão teórica foi determinada pela vasta aplicação que, por um lado, esvazia o conceito de um significado manifesto e por outro lado tornam-no uma referência implícita em vários momentos da argumentação, ao relacionar-se com a gestão de recursos num propósito de construção de equilíbrios entre as mais diversas dimensões, ou mesmo sob uma perspectiva holística. Poderia ainda servir como termo charneira para sublinhar a questão da escala e velocidade humana, retratados sob um determinado ritmo da vida quotidiana, imposto no beco e no bairro, pelos constrangimentos espaciais e pela forma como são interpretados e geridos. O ritmo de que falamos em intersecção com o conceito de sustentabilidade, leva-nos ao movimento *slow*. Este foi assumido como crítica e alternativa à *fast food*, propondo a *slow food* como modelo para um ritmo alternativo para a vida no planeta,

aplicável às mais variadas áreas, *slow development*<sup>8</sup> e *slow tourism* são apenas mais dois exemplos.

### 1.3 Estrutura da dissertação e organização do argumento

A divisão do texto em capítulos acompanha a evolução de escalas e a perspectiva desde a qual o objecto de estudo é focado. O ponto de partida é o *nome*, ou seja, a designação contida na toponímia. Após o momento inicial em que se questiona através da toponímia, a frequência e localização associadas ao nome, o beco passa a ser focado através da relação *nome-forma*. Este passo inclui descrevê-lo de acordo com a sua escala e relevância hierárquica, dentro do traçado urbano. Por fim, gera-se a relação em triangulação onde o nome, a forma e o conteúdo são camadas de informação, que permitem descrever o objecto de estudo e esclarecer novos conceitos em que esta relação é pertinente e representativa de determinadas dinâmicas dentro da cidade.

Como referimos, o beco é o fio condutor para avançar em escalas e pormenor em direcção ao interior da cidade, até à rua-beco e desde aí voltando à cidade para reflectir sobre paradoxos do contemporâneo nos dois últimos capítulos (Capítulo 5 e Capítulo 6).

No Capítulo 1 é apresentado o objecto de estudo e a metodologia desenhada na interdisciplinariedade inerente a uma investigação no campo dos Estudos Urbanos, para observar a cidade através das suas *ruas de pequena escala*.

No Capítulo 2 o foco é o nome – beco na toponímia de Lisboa. A toponímia é o ponto de partida para a análise espacial, com o objectivo de localizar os becos e concluir sobre a sua concentração em áreas específicas da cidade. Por outro lado, propõe-se uma contextualização sobre a resiliência do beco, enquanto nome e transpondo-o para uma potencial tipologia urbana.

---

<sup>8</sup> Entre as várias iniciativas que surgem inspiradas nesta forma alternativa de entender a relação do homem com o tempo e o espaço, propomos destacar o movimento *CittàSlow* que surge em 1999, em Greve in Chianti, cidade implantada numa colina da região da Toscana em Itália. A validação surge numa fase inicial por quatro as cidades (Orvieto, Bra, Positano e Greve in Chianti) que estabelecem os princípios orientadores que definem e impactam sobre a gestão de uma *cidade lenta*. O objectivo é desacelerar o ritmo de vida e desenvolvimento, respeitando valores maiores. Pretendendo uma cidade menos poluída, onde os valores culturais e comunidade locais são privilegiados, fomentando o desenvolvimento do lugar com base na sua vitalidade, salubridade e qualidade de vida. As actividades e produtos artesanais locais são eixos para o desenvolvimento, respeitando ritmos inerentes aos processos de produção. A tecnologia é entendida como uma ferramenta de apoio à gestão e diálogo com a comunidade, bem como à partilha de experiências e soluções administrativas entre os parceiros (Knox, 2005). O movimento tem vindo a expandir-se e várias cidades portuguesas estão já integradas na rede (por exemplo Tavira, Lagos e Viana do Castelo).

Para tal, remete-se para a sua contextualização em relação ao desenvolvimento da estrutura urbana e traçado da cidade, desde o seu núcleo fundacional, na colina do Castelo, entre as suas várias expansões até à consolidação metropolitana.

No Capítulo 3 avança-se para o recorte à escala do bairro, tendo em consideração os resultados alcançados no capítulo anterior. Aqui, o foco passa a ser a relação do nome beco com um determinado papel dentro do traçado urbano, numa perspectiva de encontrar a sua função dentro da rede de caminhos da cidade. As hierarquias do traçado, implícitas na denominação toponímica são exploradas e enquadradas mediante usos e dinâmicas à escala do bairro, começando a descortinar significados relacionais entre *nome-forma-conteúdo*.

No Capítulo 4, o *beco* é focado como elemento urbano e analisado mediante a relação entre *nome a forma* e o *conteúdo*. Podemos presumir que este é o capítulo que representa de forma particularmente explícita e completa a construção teórica por detrás de todo o processo de descrição do objecto de estudo. Metaforicamente o capítulo sobre o *beco* é não só o capítulo em que atingimos uma maior proximidade e detalhe, mas onde é experimentada em síntese a construção teórica implícita na globalidade dos capítulos, através dos sucessivos recortes no território, do nome para a forma e para o conteúdo e da cidade para o bairro e para a rua-beco.

Nos Capítulos 5 e Capítulo 6 fecha-se um ciclo de escalas passando do local para o global, do beco atravessando o bairro para atingir a cidade. Este último passo permite posicionar os fenómenos do local numa rede global de acontecimentos que condicionam por via externa a trajectória do bairro. Assim, podemos enquadrar não apenas determinadas apropriações e significados como patrimónios locais, mas reflectir sobre transformações tendo em conta mecanismos e actores que operam e interferem, desde diversas perspectivas no presente e futuro do bairro. O Capítulo 5 foca questões sobre património urbano, onde é pertinente apresentar o caso da proposta para o Museu Judaico em Alfama. No Capítulo 6 o foco passa a ser intersecções com o turismo e relações do bairro com o exterior.

Cada capítulo tem um ritmo interno de desenvolvimento do conteúdo específico. O primeiro tópico introduz uma discussão teórica que é desenvolvida com a aplicação ao caso de estudo nos tópicos seguintes.

## 1.4 Entre a análise espacial e a etnografia urbana

A construção da metodologia para estudar questões relacionais entre espaço e sociabilidades impunha, desde uma fase embrionária, o cruzamento de várias disciplinas. Esta opção para além de colocar inequivocamente este trabalho no campo dos Estudos Urbanos, dá uma coerência própria ao objecto de estudo.

Agier (2011, p.57) estabelece como fundamental esclarecer a relação entre a situação e o contexto para atingir “certo nível de compreensão”, sendo que integram o contexto factores de ordem “cultural, histórico, sociológico, local, etc”. Por outro lado, o estudo da paisagem urbana ou a morfologia urbana é por muitos autores entendido como intrinsecamente interdisciplinar (Larkham & Whitehand, 1992). Rapoport (1978; 2005) defende para os estudos que visem uma compreensão da relação ambiente-comportamento, a observação do espaço mediante as actividades e relações nele desenvolvidas, colocando o foco numa abordagem não exclusivamente baseada na forma urbana, ou seja, esvaziada do seu conteúdo.

Richard LeGates (2011) defende que a desvantagem das disciplinas é o facto de encorajarem o pensamento dentro de uma espécie de caixa, fechada sobre si mesma. O autor explica que o potencial das abordagens interdisciplinares reside em permitir uma compreensão mais rica e holística sobre o fenómeno estudado, em vez de se escusar a ir além da perspectiva de uma única disciplina. Esta ideia é latente no trabalho de Lefebvre (1991)

The dominant tendency fragments space and cuts it up into pieces. It enumerates the things, the various objects, that space contains. Specializations divide space among them and act upon its truncated parts, setting up mental barriers and practico-social frontiers. Thus architects are assigned architectural space as their (private) property, economists come into possession of economic space, geographers get their own place in the sun, and so on (p.89).

No entanto, há que assumir os riscos a que uma abordagem interdisciplinar, especificamente, se expõe. Não obstante as vantagens mencionadas, é necessário assegurar que o estudo evolui para um certo nível de aprofundamento nas temáticas e rigor científico. Mediante as possibilidades abertas pela proposta de entender um fenómeno ou uma realidade, em última análise, na sua plenitude coloca-se muitas vezes como difícil atravessar a linha que afasta um estudo e/ou objecto da superficialidade e dispersão. Ou seja, o perigo é a falta de objectividade e coerência. De facto, este receio pautou grande do desenvolvimento deste estudo, para o qual, paradoxalmente ou não, contribui o excesso de dados e fontes de informação disponíveis e recolhidos durante as várias fases do trabalho de campo. Este tomou forma desde

o dia ainda anterior (-1), em relação ao início da investigação. Para contornar a questão, o rigor metodológico apresentou-se como elemento chave e impõe-se a sua detalhada justificação, onde ficam ressalvadas as escolhas e decisões tomadas no seu desenvolvimento.

LeGates (2011) dá pistas fundamentais para construir uma investigação no campo dos Estudos Urbanos. O autor começa por defender que ambos os métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo, podem paralelamente contribuir para a compreensão das cidades e complementa afirmando que a utilização de vários métodos permite triangular o problema e, portanto, considera-se uma forma coerente de desenhar uma metodologia de investigação sobre a cidade. O tempo apresenta-se como uma dimensão importante na análise e implica tomadas de decisão à partida. A análise poderá focar-se sobre um intervalo de tempo determinado (*cross-sectional research design*) ou pela compreensão do fenómeno mediante as suas alterações no tempo (*longitudinal research design*) ou mesmo combinar os dois. A par do tempo, o espaço geográfico é a segunda dimensão a ter em conta, podendo ser uma das variáveis a inquirir na investigação. Para tal, o autor menciona a importância do SIG (*Geographic Information System*) como ferramenta complementar para uma *urban spatial analysis*.

Com efeito, Lefebvre (1991, p.130) vem colocar o “temporal process” como produtor de espaço “spatial dimension”. Não obstante a escala, desde um corpo ao universo, os dois estão interrelacionados e como tal, o espaço vive e produz-se desde um enquadramento temporal, de origem e transformação. Os dois tornam-se, assim, distinguíveis, mas indissociáveis.

Interpretar, de forma progressiva e iterativa a cidade, nas suas dimensões territorial, urbana e de elementos morfológicos (Lamas, 2011) implica interpretar e recortar o tecido urbano, mantendo presente a existência de camadas sobrepostas, numa determinada construção abstracta de homogeneidade sobre a forma e a vida urbana.

No que diz respeito a investigações com objectos de estudo territoriais/geográficos, vários autores defendem partir de um contexto geral, para consecutivamente entrar num maior nível de proximidade, utilizando várias escalas para a análise (Cozen, 1973; Rossi, 2001; Rapoport, 2005; Lamas, 2011). Para esta investigação, a metodologia desenhada inclui recortar o território em unidades progressivamente mais reduzidas, na tentativa de enquadrar os becos de Alfama no seu contexto espacial, histórico, teórico, de uso e apropriações. A procura de entender não apenas aspectos espaciais da paisagem urbana, mas optando pela combinação de diferentes factores que traduzem a complexidade do meio urbano, conduziu à necessidade de assumir o risco de introduzir teorias e métodos desenvolvidos e aplicados por diferentes disciplinas. Com

esta tomada de decisão, torna-se possível triangular perspectivas de análise sobre o objecto de estudo.

Não obstante as contradições inerentes ao processo de fragmentar artificialmente a cidade, esta forma de a interpretar permite um olhar a diferentes níveis de pormenor, mantendo como objectivo o conhecimento sobre dinâmicas urbanas e movendo o foco da macro para a micro escala e vice-versa. A opção metodológica de recortar a cidade, lendo-a não como unidade homogénea, mas procurando progressivos enquadramentos territoriais nos quais é possível aprofundar o nível de informação e atingir elevado pormenor tornando visíveis pontos de fragmentação da paisagem, tem raízes de referência no campo dos Estudos Urbanos. Aprofundamos no ponto 1.1 as referências que permitem fazer um enquadramento teórico da opção de estudar o beco, atravessando a cidade até ao bairro e chegando à rua.

LeGates (2011) explica que não existe uma única forma correcta de fazer investigação sobre cidades e defende uma opção de monitorização do problema através da triangulação, recorrendo a vários métodos, quantitativos nomeadamente estatísticas e mapeamentos ou análise espacial com recurso aos SIG e qualitativos onde se integra a observação directa, entrevistas, entrevistas em profundidade, *focus group*, casos de estudo, etc.

A vertente antropológica com foco no urbano é igualmente conciliadora de escalas, na proposta de desconstruir e reconstruir a cidade, usando como ponto charneira a experiência de quem a conhece *de dentro* e a interpretação de quem a observa de fora para dentro. Agier (2011, p.59) afirma que “...não é a partir da cidade que emergem conhecimentos da antropologia urbana, mas a partir de uma montagem de sequências da vida urbana retiradas de uma ínfima parte do curso real do mundo.” O autor apresenta os mecanismos que permitem chegar a uma *cidade bis*, ou seja, à cidade resultado de um estudo antropológico. Neste processo, as informações recolhidas e ancoradas ao nível microssocial são parciais “e só abrangem a totalidade urbana através de procedimentos de análise: metáforas e metonímias (processos de generalização e comparação (entre estudos de caso), diálogo interdisciplinar (diálogo com outras ciências)” (Agier, 2011, p.60).

Esta ideia de entender a metonímia como um processo surge em Lefebvre (1991), onde é apresentada como ferramenta que permite operacionalizar a linguagem e entendida como acção de descodificação análoga à forma pois

they erect a mental and social architecture above spontaneous life. In discourse, as in the perception of society and space, there is a constant to-and-fro both

between the component elements and between the parts and the whole” (Lefebvre, 1991, p.140).

Gilberto Velho (2013) afirmar estarmos perante uma *interpretação de interpretações*. Sobre a observação salienta-se a complexidade inerente ao processo de compreender, memorizar e anotar e a construção de uma tensão constante, a ser negociada entre o que é familiar ao investigador e se torna estranho e o que é estranho e se torna familiar. O autor problematiza questões de unidade e descontinuidade, encontrando espaço para interpretações numa contradição entre as particularizações de experiências e universalização de outras “que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores” (Velho, 2013, p.84).

Cordeiro (2010, p.115) defende que “A perspectiva antropológica (etnográfica) tem a vantagem de evitar a dicotomia entre o indivíduo e as mega estruturas urbanas” funcionando assim como uma espécie de ponte entre escalas, facilitadora de informações que permitem preencher os vazios criados pela fragmentação do território através da lente geográfica.

As escalas e/ou dimensões a que um estudo sociológico pode desenvolver-se, baseiam-se, por sua vez, nas redes de interacção social ou por exemplo em classes. Weber (2009) refere os sistemas de interacção local, como uma escala de análise relevante para o entendimento de dinâmicas urbanas. Costa (2008) aplica o conceito como pertinente no enquadramento do bairro de Alfama no seu contexto urbano.

A informação obtida nas diferentes escalas a que entendemos poder focar a cidade para estudar o beco, tem necessariamente uma natureza distinta, que deriva da posição do observador. Este coloca-se na posição de *voyeur* (De Certeau, 1988) observando a cidade como um todo e olhando-a desde um plano superior, não humano, não quotidiano, mas procurando uma síntese estrutural, construindo um entendimento abstracto através do que é *visível*, ou coloca-se numa posição de proximidade, procurando ir de encontro ao seu núcleo *invisível*, onde a essência social humana surge como camada de informação legível nas rotinas e ritualizações de acções e interacções quotidianas com o espaço e entre pares.

Lefebvre (1991) defende que o espaço se caracteriza numa dualidade, pois por um lado existe um sentido de posicionamento que caracteriza a relação do indivíduo com o espaço, por outro, o espaço torna-se um ponto intermédio para atingir ou apreender significados implícitos. Na primeira situação, o indivíduo torna-se sujeito e é através do seu posicionamento que lê e mede o espaço. No entanto, o espaço pode não ser o objecto final de apreensão, pelo menos não

num sentido demasiado lato ou objectivo “space serves an intermediary or mediating role: beyond each plane surface, beyond each opaque form, one seeks to apprehend something else” (Lefebvre, 1991, p.183).

Há ainda que assumir a cidade como *organismo vivo*<sup>9</sup> e como tal, em constante transformação, num ritmo que é frenético e numa rede que é global, atendendo a um contemporâneo estado de transitoriedade, em que os estilos de vida, as políticas de gestão, as tendências dominantes podem ser propostas ou impostas à escala e ritmo da globalização.

#### 1.4.1 O beco em Lisboa

De forma sintética, as várias etapas que constituem a metodologia aplicada poderiam ser resumidas nas seguintes tarefas específicas: definição dos conceitos teóricos fundamentais com base na bibliografia (fontes de informação secundárias) e reflectindo sobre a sua aplicação no âmbito do objecto de estudo; análise de dados provenientes de fontes de informação primária (cartografia cadastral, toponímia de Lisboa, base de dados construídas a partir de informação proveniente do RNAL, *Airbnb* e *Twitter*, legislação) posteriormente tratados em tabelas e mapas em SIG e/ou Excel; trabalho de campo que incluiu observação, registo escrito, gráfico, vídeo fotográfico e entrevistas semiestruturadas.

O estudo proposto sobre a *pequena escala da rua*, foca a designação *beco*, utilizando a *toponímia* para fazer o primeiro filtro, usado como passo metodológico para criar sucessivos recortes no território. A definição de *beco* como o extremo hierárquico da rua, enquanto mais estreito, mais curto e potencialmente mais segregado na estrutura viária, serve como ponto de partida para abordar, à escala da cidade e do bairro, questões de escala da rua e hierarquia do traçado, aproximando consecutivamente o olhar e em consequência aumentando o nível detalhe. Estes são pontos de partida fundamentais que permitiram desenhar uma metodologia onde o objecto de estudo é analisado com recurso a diferentes métodos e técnicas, de acordo com a escala e tipo dados recolhidos, posteriormente processados e interpretados.

---

<sup>9</sup>Referência ao grupo de arquitectos do *Archigram* propôs entre 1960 e 1974 vários projectos utópicos sobre uma cidade fantástica e futurista entendida como um *living organism*, em constante movimento e mutação. Entre as propostas, evidencia-se o plano para a *Plug-In City* de Peter Cook.

Por outro lado, Lefebvre (1991) entende um *living organism* como o sujeito que actua sobre o espaço “Space is social morphology; it is to lived experience what is for the living organism, and just as intimately bound up with function and structure” (p.94) “the living organism may be defined as an apparatus which, by a variety of means, captures energies active in its vicinity. (...) it modifies space or generates new space” (pp.176-77).

À escala da cidade, foram recompilados os nomes dos becos de Lisboa com base em três fontes primárias e posteriormente mapeada a sua localização geográfica em SIG (ver Capítulo 2). Com esta informação foi possível identificar padrões que evidenciam a concentração de becos em áreas específicas da cidade.

Nesta escala, tornou-se pertinente avançar para uma análise diacrónica, usando cartografias históricas de referência, para os três últimos séculos. A análise longitudinal não é apenas redundante na confirmação dos dados dos três últimos séculos. Veio permitir a contextualização do caso de Lisboa, considerando o desenvolvimento da cidade e as alterações no seu traçado urbano, tendo como ponto de referência para a narração apoiada na história o bairro de Alfama. As conclusões permitem explicar a existência e resiliência do *beco*, enquanto topónimo associado a ruas em Lisboa e estabelecer a sua relação com a história do bairro de Alfama e da cidade, enquadrando o recorte à escala do bairro.

À escala do bairro, são focados o uso e morfologia urbana. Aqui, tornou-se pertinente iniciar uma reflexão sobre a problemática da delimitação do bairro de Alfama e o que pode significar esse processo de separar o que está *dentro* do que se encontra *fora*. Com recurso aos SIG, as ruas do bairro foram mapeadas consoante a designação toponímica, com o objectivo de compreender hierarquias e encontrar o significado dos becos na estrutura de caminhos dentro do bairro. O uso do espaço é abordado com recurso a dados provenientes do trabalho de campo, dados provenientes de plataformas de alojamento de curta duração e OpenStreetMaps.

A escala da rua/beco é o nível de maior detalhe, onde se procurou compreender modos de vida particulares associados às *ruas de pequena escala* em Alfama. A amostra de becos seleccionada como representativa do bairro acabou por igualar o universo dos becos (53). Tendo em conta a amostra seleccionada foram efectuados levantamentos com o objectivo de criar uma base de trabalho comparativa, com foco nas características da forma urbana. Estes dados foram analisados a fim de identificar potenciais padrões e variações tipológicas.

A construção de uma espécie de dicionário tipológico de becos era um dos objectivos iniciais, no entanto, o resultado acabou por esclarecer contradições e variações dentro da tipologia *beco* para o caso de Lisboa-Alfama, contribuindo para encontrar o beco como metonímia de uma escala de rua particular, acima de pretender redefinir ou reestruturar o significado do beco como tipologia estanque.

Durante o trabalho de campo foram realizadas visitas regulares, mantido um registo regular e reunidas fotografias/vídeos/gravações. O trabalho de campo em Alfama terá passado pelas fases descritas em Beaud e Weber (2007) exploração, acumulação de dados, questionamento e reorientação de algumas questões iniciais e por fim avaliação/verificação dos potenciais resultados e reorientações. Com efeito, os conceitos chave para explicar as relações entre forma e conteúdo foram encontrados durante o trabalho de campo, com base na observação directa e interações com moradores e visitantes. Nomeadamente, a questão da *fronteira*, enquanto linha de elevada espessura e profundidade, que determina quem está dentro e quem fica de fora, do bairro, da casa.

A integração dos SIG como ferramenta permitiu analisar a localização de becos à escala da cidade e posteriormente estudar o beco como elemento urbano, nas variações da sua forma. O número de ruas denominadas beco nos Roteiros das ruas de Lisboa ascendia a centenas e apenas com a utilização das ferramentas de processamento, disponibilizadas com os SIG, foi possível utilizar *Geodados* gerados pela CML e analisar padrões de concentração de becos na cidade. Com efeito, este passo veio justificar os progressivos recortes, para chegar ao beco como rua de pequena escala. A análise espacial teve sempre como objectivo desconstruir preconceitos associados ao beco, como por exemplo a sua associação ao bairro de Alfama, para compreender efectivamente *onde* o beco está e *como* ele é, contemplando padrões mas também variações e excepções.

A segunda grande opção metodológica para esta investigação foi o trabalho de campo. Como referido, o trabalho de campo é uma parte importante, prolongando-se entre Outubro de 2017 e Julho de 2019 e compreendendo duas fases, com diferentes objectivos sobre o tipo de dados a obter. Apesar de não ser totalmente estanque esta divisão do tempo do trabalho de campo em duas fases, podemos afirmar que entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2018 o principal objectivo era recolher dados sobre a forma urbana, através de visitas aos vários becos que foram incluídos na amostra, (por fim corresponderam ao universo dos becos de Alfama). Foram realizadas fichas individuais, que sumariam uma série de características espaciais e de uso, de forma a poder tratar e comparar os becos como pares na análise espacial (ver Anexo B).

Numa segunda fase, com particular ênfase entre Outubro de 2018 e Julho de 2019, a relação com a APPA<sup>10</sup> intensificou-se e paralelamente ou através dela deu-se um período de imersão

---

<sup>10</sup> APPA é o nome mais conhecido e abreviado da Associação do Património e da População de Alfama. Foi fundada a 1 de Setembro de 1987 e a actual presidente é Lurdes Pinheiro. A associação tem uma elevada dinâmica

que gradualmente se aprofundou nas redes de contactos e interacções do bairro. Neste período, durante o qual foi construído o *Diário de Campo*<sup>11</sup>, além das múltiplas visitas ao bairro e aos becos e das conversas casuais, houve participações em festas e eventos a convite da APPA ou moradores e estabeleceram-se relações de confiança com moradores e pessoas que têm outro tipo de ligações ao bairro. De acordo com Beaud e Weber (2007) no trabalho de campo a observação atravessa quatro fases: negociar o seu lugar, *in situ*, escrever, analisar e controlar. Com efeito, esta segunda fase do trabalho de campo tornou particularmente evidente a necessidade de definir relativos posicionamentos em relação a acontecimentos experienciados, como foi o caso da proposta para o Museu Judaico (tópico 5.3).

#### 1.4.2 Referências a Lisboa e Alfama

Importa mencionar os trabalhos académicos que, tendo Lisboa como pano de fundo, se tornaram fontes fundamentais e incontornáveis no diálogo com as conceptualizações e enquadramentos aqui defendidos.

*A diversidade da rua na cidade de Lisboa. Morfologia e morfogénese* de Sérgio Proença (2014), apresenta uma exaustiva análise das formas urbanas de Lisboa na sua dimensão sectorial, abordando questões e relações entre toponímia e traçado urbano, onde o beco é uma das tipologias exploradas. No estudo sobre os tipos e variantes da rua em Lisboa, o autor, começa por dividir as designações toponímicas em três famílias: as que têm origem na posição geográfica; as que têm origem na função urbana e as que têm origem na forma, que se dividem em: reflectem o traçado (onde se encontra a designação beco) e reflectem elementos de composição. O termo beco é estabelecido como intrinsecamente associado com a qualificação do espaço.

*O trágico e o contraste. O Fado no bairro de Alfama* de António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro (1984) tendo o fado como tema central, são evidenciadas heterogeneidades sociais, negociadas através de uma unidade/identidade cultural que sai reforçada nas imagens que projecta para o exterior do bairro. *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural* de António Firmino da Costa (2008) (a primeira edição data de 1999) onde a identidade

---

dentro do bairro e uma parte das suas acções foca-se na preocupação com a diminuição da população residente no bairro, atribuída como consequência da privação do acesso à habitação pelo aumento generalizado das rendas e progressiva conversão para usos associados ao turismo.

<sup>11</sup> Ao longo do texto serão apresentados vários excertos do Diário de Campo.

do bairro é questionada em termos de representações e transformações de acordo com a sua visibilidade e visitabilidade. Estes dois trabalhos de base etnográfica sobre Alfama são basilares para compreender dinâmicas contemporâneas.

Vale a pena mencionar as dissertações de Benis (2011) *Vielas de Alfama. Entre Revitalização e Gentrificação. Impactos da «gentrificação» sobre a apropriação do espaço público* e Gago (2018) *O aluguer de curta duração e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa* que vêm descrever um cenário de turistificação e gentrificação, colocando Alfama numa encruzilhada entre a vida à escala local e as novas tendências e estilos de vida, que o vieram integrar nas políticas de regeneração urbana e intenções turísticas sobre a cidade, gerando elevada pressão sobre os moradores.

*Um lugar na cidade. Quotidiano, memória, representação no bairro da Bica de Graça*, Índias Cordeiro (1997), retrata as escadinhas que conformam o núcleo do bairro da Bica, nos anos 90. A referência é pertinente, não apenas porque se tratam de dois bairros típicos de Lisboa, mas a abordagem da autora foca-se sobre a apropriação da rua e a sua relação com a casa, descrevendo as relações vicinais e o papel das colectividades nas dinâmicas sociais. As práticas e situações descritas, especificamente sobre a apropriação da rua e as relações de vicinais, que tendem a pôr em causa a estagnidade e bipolarização do espaço em público e privado, tornam este trabalho uma referência para o caso do beco.

## Capítulo 2. A Cidade: Resiliência da forma urbana

### 2.1 Toponímia e morfologia. Questionando tipologias urbanas

As contribuições que a toponímia pode aportar são reconhecidas no âmbito da evolução e história urbana (Carita, 1999; Rossa, 2002); do conhecimento sobre usos e linguística (Topalov, 2002); da morfologia urbana, encontrando nas designações (não nos atributos) linhas para reflectir sobre significados espaciais, funcionais, sociais e culturais (Rykwert, 1978; Topalov & et al., 2010; Lamas, 2011). A toponímia, constituída por dois elementos: designação e atributo, pode assim ser estudada para conhecer sobre a rua e a cidade funções, hierarquias, origens, transformações, etc. As aplicações a casos concretos e à escala da cidade, remetemos para os estudos de Hakim (1986) que tem como objectivo compreender lógicas hierárquicas em Tunes e de Proença (2014) onde são estabelecidos tipos de ruas, intersectando toponímia e morfogénese para o caso de Lisboa.

Topalov et al. (2010) define beco como uma via urbana muito estreita e curta, com uma conotação de espaço pouco frequentado e pouco favorável à passagem. O conceito de beco sem saída aparece endossado ao de beco como um beco limitado por três fachadas, o que inviabiliza o seu atravessamento, funcionando, em última análise, como *lugar onde a rua termina* e contribuindo para uma ideia de labirinto associado à estrutura da cidade islâmica (Morris, 1979; Goitia, 1996).

Topalov et al. (2010) dá, ainda, pistas para alguns idiomas nos quais o beco adquire significado equivalente ao do contexto português. Podemos destacar *alley* (em inglês) que designa vias mais estreitas que uma rua. O termo anterior aparece associado a *dead-end alley*. *Cul-de-sac* (em francês), *vicolo* (em italiano) e *zuqâq* (em árabe) são dados pelo autor como termos equivalentes e que se enquadram num contexto específico mediterrâneo, o qual poderá ser especialmente pertinente para estudar a existência e evolução da utilização de termos e formas urbanas, que traduzem este extremo da rua. Torres (1995) enquadra Lisboa no eixo das cidades-porto mediterrânicas, cuja fundação e desenvolvimento urbano partilhados conformam uma possibilidade de entender um contexto comum, pondo em causa a viabilidade de circunscrever aspectos da forma urbana ao contexto micro local<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Desenvolver o factor mediterrânico não foi um objectivo da presente investigação, no entanto, entende-se existir matéria relevante para aprofundar e sedimentar estas evidenciadas relações mediterrânicas. A leitura de uma paisagem histórica urbana mediterrânica através das ruas de pequena escala manifesta-se e é exaltada de



Figura 2.1 Beco da Cardoso,  
Lisboa, Portugal

Dezembro de 2017



Figura 2.2 Callejón Jesus y  
Maria, Toledo, Espanha

Abril de 2018



Figura 2.3 Vicolo Mazzini,  
Verona, Itália

Maio de 2018

Hakim (1986) utiliza o termo *cul-de-sac* para traduzir os seguintes termos na toponímia árabe: *Sikka ghair Nafida*, *Sikka munsadat al-asfal*, *Derb ghair Nafid*, *Zuqaq ghair Nafid*, *Zanqa*. Tal como *beco* em português, estes termos associam-se ao extremo hierárquico da rua – a mais estreita, curta e de constringido ou impossível atravessamento. Permitindo mais relações linguísticas, Sampayo (2014) refere o *beco* como um dos elementos mais característicos da cidade islâmica.

Madanipour (2003) defende que *alleys* e *pedestrian pathways* se distinguem das ruas devido à sua escala e função. Dentro das *alleys* são integrados todos os caminhos (*paths*) demasiado pequenos para o trânsito automóvel fluído e para uma forte e variada actividade comercial.

Sob a perspectiva da génese da forma urbana, o beco poderá traduzir uma forma de organizar a vida social. Kostof (1991) defende que a organização social é, em si, variável independente na configuração da cidade, usando a cidade islâmica para ilustrar o seu

---

acordo com os significados específicos na conjugação da forma com o conteúdo. Estas cidades e estas pequenas ruas à volta do Mediterrâneo (Figura 2.1, Figura 2.2, Figura 2.3) partilham mais do que uma história de desenvolvimento urbano. Estas circunstâncias fundacionais remetem para lógicas e dinâmicas retratáveis ainda no contemporâneo e atravessam, até certa medida, processos semelhantes e transversais com a integração na rede global do turismo.

argumento. De acordo com o autor, a cidade islâmica tradicional estrutura-se a partir de três factores fundamentais: a necessidade de distinguir entre membro da *Umma* e outsiders (que levou à criação de bairros); a separação entre homens e mulheres que promoveu soluções específicas na organização do espaço e os princípios e linhas orientadoras sobre comportamento social designadas pela *Fiqh*. Estes princípios não sendo propriamente modelos de planeamento urbano, geravam directrizes de elevado grau de subjectividade na sua transposição para a estrutura urbana. No entanto, a influência que indirectamente obtêm é inquestionável de acordo com a sua importância na gestão da vida em sociedade, ditando, nomeadamente, as regras para gerir conflitos entre vizinhos (Hakim, 1986; Abu-Lughod, 1987).

Rossa (2002) explica como as ruas nas cidades portuguesas do século XIII funcionavam como prolongamento da habitação, situação motivada pela falta de condições de habitabilidade e pela não especialização dos espaços (esta é uma das propostas para a viabilidade da *calle domesticada*). As ruas principais poderiam chegar aos 6 metros de largura, mas a maioria não excedia os 2 ou 3 metros, não sendo excepcional a existência de ruas com apenas 1 metro de largura.

Em Lisboa, um primeiro regulamento impunha que os balcões e as sacadas ocupassem apenas 1/3 da rua de cada lado, ficando incluído o beirado. Assim apenas restava livre o último terço do espaço aéreo da rua, mas se de ambos os lados os edifícios fossem do mesmo proprietário, este poderia uni-los através de um passadiço/sobrado, sem que esse direito fosse definitivo(...) Cavaleiros e carros tinham assim a sua circulação bastante limitada, mas como se tal não bastasse, poiais, bancas, tabuleiros, alpendres, escadas, esteios, panos publicitando adegas, casas renovadas que avançavam sempre um pouco, as vendedoras sentadas na rua, etc. completavam a panóplia de problemas que entorpeciam o tráfego. Pavimentação era requinte quase inexistente, o que motivava a alternância sazonal da poeira com a lama (Rossa, 2002, p.224).

Quanto à origem dos termos, que hoje enquadram as designações toponímicas de Lisboa, Carita (1999) afirma que o termo *rua* não aparece em documentos dos séculos XII e XIII. O termo *via pública*, pretendia identificar e evocar um lugar específico, tendo em conta que antes do século XV não existia a capacidade de entender o espaço de forma abstracta, no sentido de classificá-lo e aplicá-lo mediante a conceptualização de tipologias urbanas. A ideia expressa pelos termos empregues nesta altura, seria baseada na experiência em evocação de um percurso/lugar

O espaço medieval é, sobretudo, um lugar vivenciado. Opondo-se radicalmente ao espaço tridimensional, uniforme, divisível em sequências mesuráveis e com qualidades independentes do seu conteúdo material, o sentimento de espaço

medieval, em particular até aos séculos XIII e XIV, é em essência concreto, individual, descontínuo, e profundamente fundamentado numa experiência do sujeito (Carita, 1999, p.25).

O termo *beco*, associado a uma rua sem saída também, não encontra sentido nas escrituras medievais. Segundo o mesmo autor, o termo era raramente citado e não aparece associado a uma categoria tipológica clara

Num percurso de conceptualização espacial, os locais e as actividades principais que aí tinham lugar vão progressivamente cedendo o seu nome à rua que constituíam como nova identidade espacial (Carita, 1999, p.26).

Carita (1999) reforça a importância de documentos escritos, como fontes de informação, ainda que o principal objectivo de um estudo tenha como foco a análise morfológica. Neste caso, é fundamental contextualizar a aplicação dos termos, que atravessando os tempos, são ainda actualmente referidos pela toponímia para denominar categorias e por esta via consolidar a ideia de tipologia urbana. O autor procura explicar os termos aplicados sobre elementos do traçado urbano (rua, travessa, beco, largo, praça), mediante os modelos espaciais e os seus significados no período medieval da cidade de Lisboa.

Apesar do termo rua, não existir em documentos dos séculos XII e XIII, sendo usado o termo via pública, este último não se relacionava directamente aos termos travessa, beco ou azinhaga como variações tipológicas. Ao longo do século XIV os termos rua e via aparecem indistintamente usados, sem uma definição tipológica rigorosa, sem invocar uma imagem espacial enquadrada formalmente por um conjunto de fachadas e edifícios urbanos, mas traduzindo a experiência "...onde o espaço e o tempo aparecem como que indissociáveis" (Carita, 1999, p.24). No mesmo sentido, o termo lugar *-locus-* tem conotação de uma memória de estar, sendo-lhe automaticamente atribuído um significado a partir da vivência.

A estabilização de tipologias urbanas vai-se consolidando ao longo do tempo, ainda que a atribuição de designações mantenha um carácter empírico. Com efeito, quando trabalhamos com uma categoria específica da toponímia, há que manter certa reflexividade, ao assumir a existência de uma relação entre o nome e uma definida forma espacial (tipologia urbana). A definição de categorias tipológicas não é um processo contínuo e dedutível, assim como não é fixa a atribuição de denominações aos elementos urbanos. Os critérios foram-se sistematizando, ao longo do tempo, no entanto mantém-se questionável a associação da configuração espacial de um elemento urbano, classificável dentro de uma perspectiva tipológica, com o termo contido na designação toponímica. As alterações na toponímia, que envolvem a alteração da

designação de um elemento urbano, não são obviamente consequentes da alteração da sua tipologia ou mesmo da sua configuração espacial. Topalov (2002; 2010) salvaguarda o facto de as designações toponímicas estarem sujeitas a reclassificações ao longo do tempo e ainda que sejam referências da mesma época e aplicadas pelo mesmo locutor, podem variar mediante o contexto e situação intrínseca.

No caso de Lisboa, a diversidade de designações toponímicas pode ser explicada na falta de regulação na sua atribuição aos arruamentos e espaços públicos da cidade (Proença, 2014). Em Maio de 2018, a Secção da Toponímia online disponibilizada pela Câmara Municipal de Lisboa identificava 27 designações diferentes na toponímia da cidade. Podemos concluir que se apresenta como certa a existência da designação toponímica beco, assim como é inegável a existência de um tipo de rua, caracterizada pela sua pequena escala e papel hierarquicamente secundário dentro do traçado urbano. No entanto, menos clara fica a intensidade e estandardização na relação entre as duas dimensões que o beco assume – enquanto nome (toponímia) e enquanto forma (tipologia urbana).

Proença (2014) propõe uma classificação para os diversos termos utilizados na toponímia em Lisboa, com base no significado e etimologia, definindo três grupos: os que têm origem na posição topográfica; os que têm origem na função urbana; os que têm origem na forma, onde podemos distinguir os topónimos que reflectem o traçado e os topónimos que reflectem os elementos de composição. Nesta classificação, beco integra o tipo morfo-toponímico, onde a forma e os elementos de composição da rua são a referência para a designação. O autor propõe que a designação *beco* terá origem provável na palavra latina *via*, que significa rua ou caminho, com a adição do sufixo diminutivo e pejorativo *-eco*. Desta operação resultaria *vieco*, cuja corruptela terá originado a palavra beco. Actualmente, o significado do termo prende-se com a qualificação do espaço

rua estreita e curta, escura e por vezes sem saída, o que confirma a hipótese da sua origem (...) arruamentos secundários do traçado urbano, espaços lineares filamentosos, que invariavelmente servem edifícios com funções habitacionais ou de armazenagem. Em muitos casos existe um carácter quase doméstico pela apropriação do espaço público com ocupações e actividades dos edifícios privados limítrofes, particularmente dos que constituem impasses (Proença, 2014, p.297).

O autor refere o caso de Alfama como paradigmático para encontrar este tipo de rua em Lisboa. No entanto, é salvaguardada a diversidade morfológica no caso de Lisboa e utilizado como exemplo o bairro de Alfama, onde encontramos becos “ desde exíguos e sem saída (...)

até aqueles que constituem percursos secundários alternativos aos percursos primários do bairro...” (Proença, 2014, p.297).

Repescando a história das ruas de Lisboa, em Silva (1899) podemos encontrar exemplos de divergências sobre a designação toponímica, em diferentes fontes e tempos, tais como a antiga Porta do Mar que era denominada no Tombo de 1755 Bêco do Arco Escuro<sup>13</sup>. Casos semelhantes são referidos em Castilho (1938), que descreve alterações no traçado urbano e na toponímia. Os exemplos multiplicam-se, o Beco do Seminário terá sido anulado, enquanto o Beco do Chão da Feira, em 1938, era já denominado como Travessa de S. Bartolomeu e o Beco da Lage ou Rua do Forno da Lage era em 1938 Travessa do Chão da Feira. O nome dos elementos urbanos, na cidade, resulta de um contexto particular, com margem para alterações, reinterpretações e negociações entre comunidades e poder administrativo.

Os estudos que têm a toponímia em pano de fundo ou a focam como objecto, não são novidade para quem conhece a olisipografia<sup>14</sup>. As linhas de reflexão que fomentam sobre o desenvolvimento urbano, evidenciando noções de abstracção sobre a forma de entender o espaço ou permitindo concluir sobre a estabilização e aplicação de tipologias no planeamento urbano, têm vindo a ser descritas com base em referências incontornáveis ao caso de Lisboa, como já tivemos a oportunidade de mencionar.

Ainda assim, a presente proposta implica chegar às fontes primárias, recolhendo os dados que permitem analisar diacronicamente a existência de becos na toponímia de Lisboa e explicando a sua relevância na construção do traçado urbano desta *cidade histórica*.

Em meados do século XVI Lisboa teria cerca de 80 mil habitantes, 432 ruas e travessas, 89 becos, e 62 posto. O primeiro *Itinerário Lisbonense*<sup>15</sup>, foi publicado em 1804, como já se fazia nas capitais de países europeus e compilava os nomes dos locais de 1801-02, registando 636 ruas, travessas e calçadas, 58 largos e praças, 5 campos, chãos e terreiros, 20 estradas, caminhos,

---

<sup>13</sup> Actualmente o Beco do Arco Escuro situa-se entre a rua dos Bacalhoeiros e rua Canastras.

<sup>14</sup> A olisipografia pode ser definida como um “género composto de apontamentos históricos e míticos, arquitectónicos e urbanísticos, etnográficos e jornalísticos acerca da cidade de Lisboa, muito em especial dos seus aspectos mais antigos ou considerados tradicionais. Algumas obras olisipográficas vieram a constituir-se no principal de acervo de referências históricas e patrimoniais, consecutivamente reutilizadas pelos mais diversos tipos de estudos e notícia, textos de divulgação e suportes de promoção turística” (Costa, 2008, p.20).

<sup>15</sup> Itinerario Lisbonense ou Directorio Geral de todas as ruas, travessas, becos , calçadas, praças, etc. que se compreendem no recinto da cidade de Lisboa com os seus proprios nomes, principio e termo, indicados dos lugares mais conhecidos, e geraes, para utilidade, usos, e commodidade dos estrangeiros, e nacionaes (1804), Lisboa: Impressao Regia

azinhas e carreiras e “...igualmente 119 becos, muitos deles restos de uma rede viária antiga” (França, 2000, p.51).

A partir da publicação do primeiro *Itinerário Lisbonense* foram publicados Roteiros, com uma periodicidade mais ou menos anual, que mantinham o mesmo objectivo: listar e compilar informação sobre todas as ruas de Lisboa a partir da toponímia. Todos os roteiros mencionam a designação beco, havendo alguma variação no número total a integrar nas listas ao longo dos anos. Vidal (2007, p.12) considera que os Roteiros representam “...uma das primeiras traduções concretas das novas modalidades de descrição ou de apreensão do espaço urbano”. A par da publicação dos Roteiros que tinham como objectivo indicar os lugares “mais conhecidos, e geraes, para utilidade, usos, e commodidade dos estrangeiros, e nacionae”<sup>15</sup>, a administração dos correios começou por desenhar um plano inspirado nos modelos de Londres e Paris, que tinha como objectivo melhorar e reestruturar os serviços. Em consequência, os roteiros dos correios (listas ordenadas das ruas da cidade) tornam-se num dos instrumentos indispensáveis para o estabelecimento da pequena posta em Lisboa.

Os critérios para esta sistematização munem-se de intenções sobre a definição abstracta do espaço urbano “Na verdade, os critérios são bastante variáveis e nem sempre correspondem a uma lógica única: ordem alfabética, toponímia, categorias de vias públicas (ruas, becos, travessas), tipologia de territórios (paróquias, sítios, etc.) (Vidal, 2007, p.15)”. Vidal (2007; 2008) dá-nos conta de como para os Roteiros, as ruas de Lisboa se estratificam em três categorias recorrentes e que tendencialmente representam três níveis hierárquicos dentro da estrutura do traçado urbano. Ruas, travessas e becos, são os termos que permitem encaixar a maioria das ruas de Lisboa. Por outro lado, remanesce a hesitação entre apresentar a cidade dentro de uma lógica que a coloca em paralelismo com as grandes cidades, enquadrando tipologias e classificações dos elementos urbanos ou alternativamente como “um conjunto de lugares típicos e únicos” (Vidal, 2007, p.17).

Os roteiros não renunciam a olhar a cidade tal como é, ou seja, como um conjunto de formas diversificadas e complexas. Uma cidade feita de ruas, mas também de beccos, boqueirões, caminhos, calçadas, largos, campos, arcos, ou terreirinhos, etc. Contudo, no meio de uma miscelânea de referências diversas, o esforço de classificação das vias e formas urbanas é um dado constante. O roteiro abre com três rubricas que, nesta altura, já abrangem a maior parte das vias públicas lisboetas: Ruas, Travessas e Beccos, por ordem decrescente de importância quantitativa (Vidal, 2007, p.15).

Quando estabelecemos as raízes desta forma de entender a cidade à escala da rua, da qual degeneram duas *subcategorias* que pretendem especificar a relação de escala e hierarquia das formas urbanas, parece indiscutível pensar que existe um misto de processos endógenos e exógenos a estabelecer uma forma de encontrar hierarquias dentro da rede de vias da cidade. O nome (categoria/designação na toponímia) e a forma (tipologia) das vias urbanas, atravessam processos que ao longo do tempo foram, de alguma forma, estabelecendo as raízes da cidade contemporânea, onde o espaço ainda é apreendido num misto entre a tripartição da escala da rua em pequenas escalas e a construção da experiência em versões quase míticas que se intersectam com o pitoresco, o típico e o autêntico.

Com a reorganização do serviço de correios (século XIX), acabaram por ser estabelecidas regras para a identificação dos domicílios, privilegiando o reconhecimento do espaço da cidade com base na identificação das formas urbanas, sem ter de recorrer às informações que circulam entre os moradores ou a sítios/edifícios icónicos. Para tal, a divisão administrativa da cidade e a introdução da morada são passos fundamentais. Por outro lado, as categorias da toponímia rua, travessa, beco consolidam-se gradualmente como predominantes na designação das vias da cidade (Vidal, 2008).

Entre 1836 e 1878, o Governo Civil de Lisboa era responsável pela denominação das vias públicas. Essas competências passam a ser da Câmara Municipal de acordo com o Código Administrativo de 1878, mas apenas em 1973 é criada a Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa (Martins, 2007).

De acordo com a actual Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, a Comissão Municipal de Toponímia funciona como Órgão Consultivo da Câmara e tem as seguintes competências:

- a) Propor à Câmara a denominação de novos arruamentos ou a alteração dos actuais;
- b) Elaborar pareceres sobre a atribuição de novas designações a arruamentos ou sobre a alteração das já existentes, de acordo com a respectiva localização e importância;
- c) Propor a realização de protocolos ou acordos com municípios de países com quem Portugal mantenha relações diplomáticas, com vista a troca de topónimos, em relações de reciprocidade;
- d) Definir a localização dos topónimos;
- e) Proceder ao levantamento, por freguesia, dos topónimos existentes, sua origem e justificação;
- f) Elaborar estudos sobre a história da toponímia em Lisboa;
- g) Colaborar com Universidades, Institutos, Fundações, Associações e Sociedades Científicas no estudo e divulgação da toponímia;
- h) Publicitar, através de edições, os estudos elaborados;
- i) Colaborar com as escolas da Cidade, editando materiais didácticos para os jovens sobre a história da toponímia de zonas históricas ou das áreas onde as escolas se

inserir; j) Garantir, em colaboração com a Direcção Municipal de Cultura, a existência de um acervo toponímico da Cidade de Lisboa. São definidas normas para a afixação de placas de denominação bem como os diferentes tipos de placas de acordo com o local e também regras para a numeração dos vãos de porta<sup>16</sup>.

Salienta-se a falta de regulamentação sobre os critérios para a denominação de arruamentos, competência prevista e que de alguma forma reproduz a multiplicidade de critérios e a génese situacional, que tem vindo a caracterizar a toponímia da cidade, elevando o nível de ambiguidade quando pensamos numa associação estável entre uma categoria da toponímia e uma tipologia urbana identificável.

## 2.2 Padrões espaciais do beco em Lisboa

Os roteiros das ruas de Lisboa, são uma das fontes primárias, usadas como ponto de partida para o estudo diacrónico do beco na toponímia de Lisboa. Quando enquadrámos o surgimento e âmbito de aplicação dos roteiros, referimos como as três categorias: rua, travessa e beco, estruturam a base para classificar as vias urbanas de Lisboa no século XIX. A consolidação destas categorias, evidencia-se ao longo dos séculos XX e XXI na toponímia da cidade. Neste ponto, o objectivo é não só confirmar e quantificar os becos que aparecerem nos roteiros, mas também interpretar a sua localização geográfica, através da análise padrões espaciais, recorrendo aos SIG.

Os roteiros seleccionados para a análise, procuram representar pontos de situação, posteriormente unidos através de uma análise diacrónica. Em consequência, pudemos propor uma interpretação sobre a evolução da existência desta designação na toponímia da cidade. É ainda relevante, contextualizar os possíveis resultados mediante as transformações que ocorreram neste período, em que a cidade atravessou um processo de expansão significativo.

O Roteiro de 1804<sup>1</sup> é considerado o primeiro exemplar do tipo e é nele que tem início a análise diacrónica. Foram também incluídos o Roteiro de 1919<sup>17</sup> e o Roteiro de 2012<sup>18</sup>. Os roteiros apresentam uma variação no número de becos, que poderá ter múltiplas explicações às

---

<sup>16</sup> A Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia foi aprovada pela Assembleia Municipal em 17/05/1990, com as alterações introduzidas pela Deliberação n.º 106/CM/ 2003, publicada em *Boletim Municipal* n.º 473 de 13/03/2003.

<sup>17</sup> Pacheco, J.S. (reorg.) (1919). *Roteiro da Cidade de Lisboa (com nomes antigos e modernos)*. Lisboa: Livraria Académica

<sup>18</sup> Fonseca, Ana (2012). *Roteiro das Ruas de Lisboa*. Barcarena: Marcador Editora

quais devemos fazer referência, apesar de considerarmos que não inviabilizam a relevância dos dados para o estudo.

A variação do número de becos justifica-se, por exemplo, na área utilizada como referência para o levantamento, nas efectivas alterações à toponímia e no método utilizado para compilar a informação sobre a toponímia de Lisboa. Por exemplo, o Roteiro de 1919 apresenta listados becos antigos e modernos, onde 74 mudaram de nome, dos quais 33 deixaram de ser beco na toponímia, resultando na existência de duplicações de nomes para a mesma rua.

A fim de reconstruir historicamente a presença da categoria beco na toponímia de Lisboa, o passo seguinte passou por confrontar os dados obtidos através dos roteiros com outras fontes. As cartografias históricas da cidade tornaram-se uma fonte incontornável, pela riqueza e fiabilidade da representação, contendo dados sobre a toponímia e configuração dos elementos urbanos. Com efeito Gauthiez (2004), considera que a partir do século XVIII as fontes históricas passam a retratar de forma fidedigna o espaço. As cartografias *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*<sup>19</sup> (1856-1858) e *Levantamento da Planta de Lisboa:1904-1911*<sup>20</sup> têm vindo a ser consideradas fontes relevantes para o estudo da história urbana de Lisboa.

No presente estudo, suportam em complementaridade com os roteiros a análise diacrónica e permitem localizar espacialmente os becos que constam nos roteiros, com base nas referências geoespaciais que se alimentam mutuamente. Nos roteiros encontramos uma descrição, que nos orienta sobre a localização da rua com base numa espécie de reconstituição dos percursos possíveis para aí chegar desde as ruas, becos, travessas (entre outros) adjacentes ou pela alusão à rua onde o beco desemboca. Enquanto nas cartografias, o nome surge, literalmente, sobreposto à forma urbana. Este processo de identificação e localização não foi isento de lacunas, que pela quantidade de dados e em função do objectivo da análise, foram consideradas de menor relevância<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Filipe Folque (dir.) 1856-1858.

<sup>20</sup> Viera da Silva Pinto and Sá Correia (cord.) 1904-1911.

<sup>21</sup> Mediante a impossibilidade de localizar ou identificar os becos, estes foram suprimidos das listas finais de becos identificados sobre as cartografias.

Tabela 2.1 Número de becos com base no cruzamento dos dados provenientes de roteiros e cartografias históricas

Cartografias	Roteiros	Becos localizados
Cartografia (1856-1858)	Roteiro (1804)	<b>178</b> becos
Cartografia (1904-1911)	Roteiro (1919)	<b>192</b> becos

Na Tabela 2.1 apresenta-se o resumo quantitativo, do processo de cruzamento dos dados obtidos através dos roteiros de 1804 e 1919 e as cartografias de 1856-1858 e 1904-1911. O *Itinerário Lisbonense* (1804) permitiu construir uma lista de 119 becos. A lista de becos identificados através da informação contida na cartografia (1856-1858) sobre toponímia das ruas obteve 173 entradas. Cruzando as duas listas (e retirando os becos identificados fora da área da cartografia ou sem informação suficiente para poderem ser localizados), 178 becos puderam ser localizados e sistematicamente identificados com um ponto sobre a cartografia correspondente (1856-1858).

A lista de becos construída a partir do *Roteiro da Cidade de Lisboa* (1919) obteve 246 entradas e a partir da cartografia de 1904-1911, construiu-se uma lista de 75 becos. Cruzando as duas listas (e retirando os becos localizados fora da área da cartografia, que mudaram de nome segundo a mesma fonte ou que não tinham dados suficientes sobre a sua localização) 192 becos foram localizados e sistematicamente identificados com um ponto sobre a cartografia correspondente (1904-1911).

O método utilizado implicou a representação simplificada dos becos, pensando exclusivamente (nesta fase) na sua localização e numa análise diacrónica que permitisse ler padrões espaciais, em função da dispersão/concentração de becos no traçado urbano. Para tal, optou-se por utilizar um ponto por cada beco, apesar deste não retratar a configuração ou área correspondente efectivamente ao beco. A esta escala, justifica-se a simplificação extrema da forma, pois o objectivo não é estudar configurações, mas apenas evidenciar padrões espaciais de localização à escala da cidade, com base na toponímia.

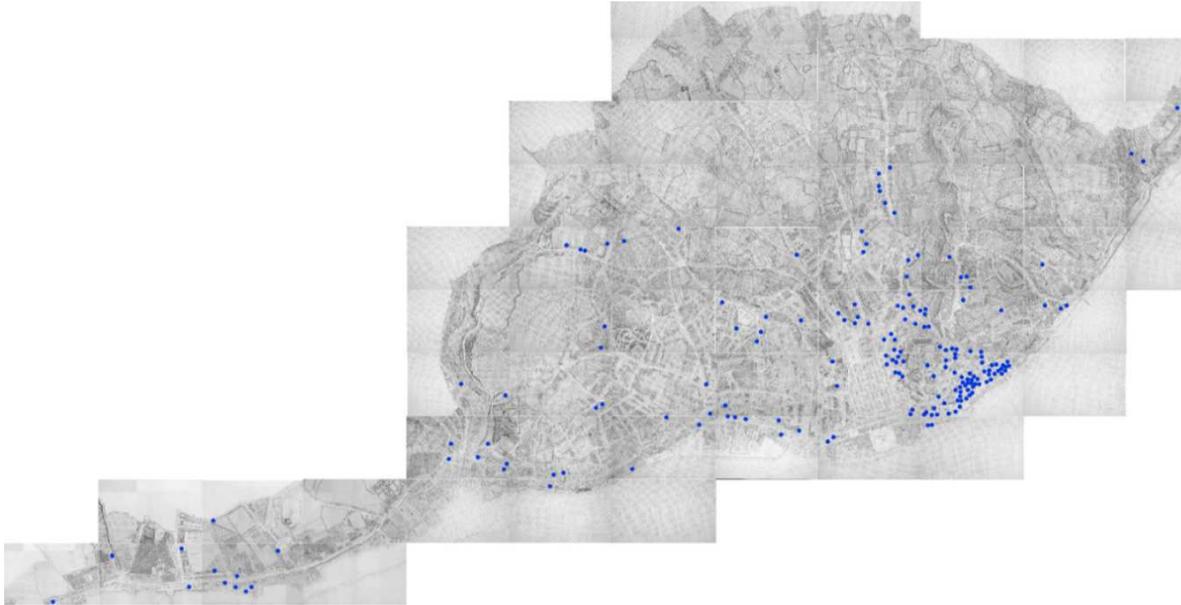


Figura 2.4 Becos em Lisboa sobre base cartográfica (1856-1958)



Figura 2.5 Becos em Lisboa sobre base cartográfica (1904-1911)

A utilização dos SIG no processamento de dados sobre cartografias históricas tem vindo a ganhar expressão com a necessidade de medir e relacionar dados quantitativos e qualitativos, provenientes de diferentes fontes, cujo foco de análise seja espaço-temporal. Khifran (2010) apresenta uma análise interpretativa da estrutura de Atenas e Alexandria, onde os SIG contribuem para concluir sobre desenvolvimento urbano. Pablos, Perez e Cubero (2018) revisitam a planta de Roma de Nolli (1750) para uma análise sobre mobilidade pedonal, propondo a implantação e sobreposição das cartografias recorrendo à georeferenciação, como

base para uma interacção sincronizada entre o passado, o presente o futuro da cidade, onde o espaço público e especialmente as representação sobre o mesmo se constroem também através dos *Big Data*.

A CML começa a dar passos neste sentido, a plataforma Lxi<sup>22</sup> é uma plataforma interactiva para uso interno e externo, onde são, nomeadamente, apresentadas as várias cartografias históricas georreferenciadas, permitindo uma imagem quase imediata sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Por outro dado, são disponibilizados dados editáveis (Geodados em open data)<sup>23</sup> sobre variadas temáticas relevantes para estudos sobre a cidade ou para o seu planeamento, permitindo um acesso imediato à informação gerada pela CML e tornando viável o seu processamento directo em SIG. Neste trabalho foi utilizada a *feature layer* da toponímia e os mosaicos georreferenciados que correspondem às cartografias históricas (Figura 2.4 e Figura 2.5).

Observando os mapas (Figura 2.4 e Figura 2.5) podemos verificar que, não obstante a variação do número de becos registados na tabela, existe uma evidente concentração desta categoria/designação da toponímia na colina do Castelo, com especial densidade na encosta frente ao rio Tejo, onde encontramos o bairro de Alfama. Estes resultados, são de alguma forma esperados e vêm confirmar representações sobre o bairro, que em várias vertentes assumem o beco como elemento emblemático (Figura 2.6).



Figura 2.6 Toponímia em Alfama

Documentário Alfama. A velha Lisboa de J. Almeida e Sá (1930)

<sup>22</sup> <http://lxi.cm-lisboa.pt> (última consulta: 20.06.2020)

<sup>23</sup> <http://geodados.cm-lisboa.pt> (última consulta: 20.02.2020)

Com as cartografias históricas pudemos compreender que as referências e relações entre Alfama e o beco adquirem raízes geograficamente justificáveis. A geografia da colina assume, de facto, o nome beco como recorrente para descrever ou denominar muitas das suas ruas, mesmo quando lidas em função da cidade. A análise diacrónica sobre a expressividade e densidade de becos não fica, no entanto, completa sem averiguar a situação actual.

Além dos Geodados sobre a toponímia para processamento em SIG, a CML disponibiliza online<sup>24</sup> uma secção para toponímia. Estes foram recursos fundamentais, para a construção da lista de becos e do último modelo a processar em SIG. Por uma questão de coerência metodológica, foi igualmente consultado o Roteiro das ruas de Lisboa de 2012 (onde se registaram 89 becos), embora se tenha concluído que a qualidade dos dados disponibilizados pela CML acabou por tornar redundante o recurso a essa fonte (os 151 becos foram localizados com base na informação obtida através dos Geodados da CML) (ver Tabela 2.2).

Tabela 2.2 Número de becos com base no cruzamento dos dados

		Becos localizados
Secção Toponímia CML	Roteiro (2012)	<b>151 becos</b>

Com base na informação da tabela, foram seguidos os passos metodológicos aplicados às cartografias históricas. Os becos foram identificados na base cartográfica com um ponto (processamento em SIG). Seguidamente, foi utilizada a ferramenta *Point Density* para obter um mapa de manchas de diferentes níveis de intensidade (escala cromática), a fim de identificar zonas de maior densidade, representadas pela cor mais escura. Esta ferramenta permite calcular uma magnitude por unidade de área, entre pontos que se enquadrem numa vizinhança ao redor de cada célula. Nos mapas que representam a situação actual (Figura 2.7 e Figura 2.8) foi opção manter a representação dos becos (pontos), procedendo à análise de densidade sobre a camada de pontos (becos).

<sup>24</sup> Website da CML, secção toponímia: <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia> (última consulta: 20.06.2020)

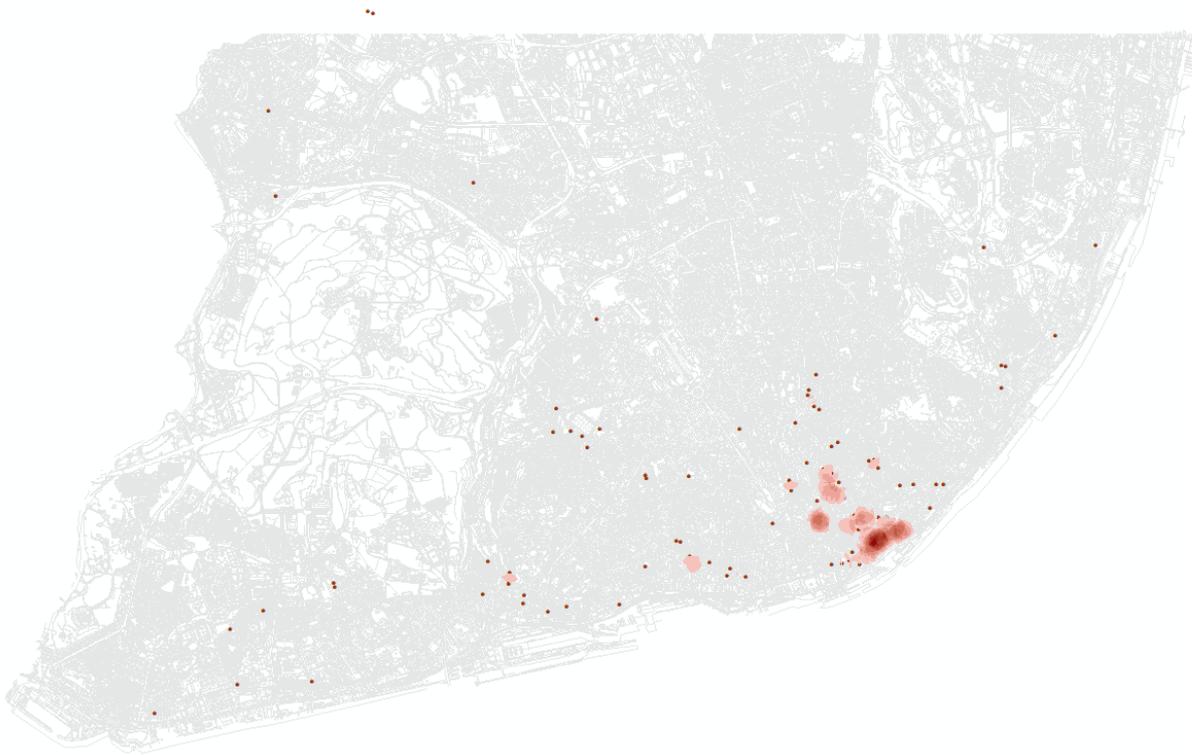


Figura 2.7 Mapa de densidade de becos em Lisboa.

Processamento *Point Density* em SIG

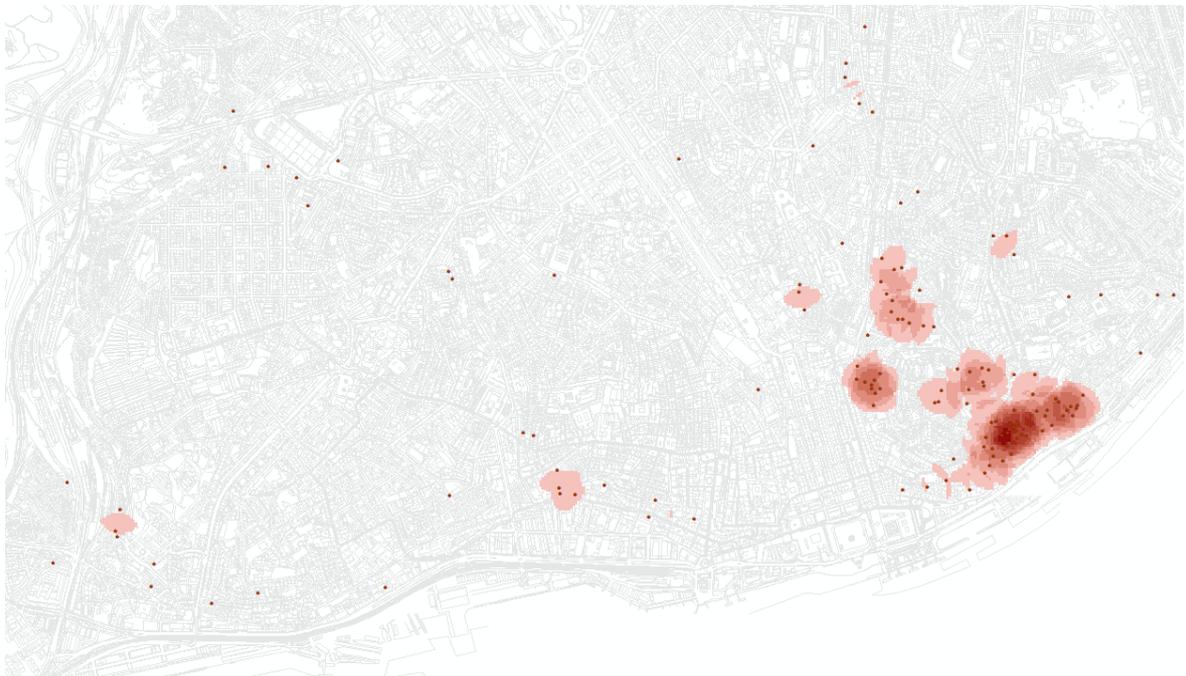


Figura 2.8 Mapa focando área de maior densidade de becos.

Processamento *Point Density* em SIG

O resultado confirma a conclusão, intuída anteriormente, sobre a especial concentração de becos na colina do Castelo. Esta análise sobre padrões espaciais, onde o beco é posto em evidência em relação à cidade é fundamental para justificar um recorte no território que possa ser representativo, na premissa de olhar o objecto de estudo em múltiplas escalas, dentro do contexto urbano.

Os roteiros aportaram dados sobre a toponímia, enquanto as cartografias serviram além disso como suporte para a espacialização dos becos. O cruzamento das duas fontes contribuiu para as conclusões obtidas e para caracterizar uma resiliência do nome *beco*, que persiste em ser encontrado numa determinada zona da cidade. Tal circunstância justifica, em última análise, o recorte à escala do bairro e o colocar o foco definitivamente no bairro de Alfama.

Com efeito, esta análise à escala da cidade, constrói a base para progressivos recortes à escala do bairro e à escala da rua, permitindo, por um lado, manter a relação com a cidade e por outro avançar para uma maior proximidade. Da análise diacrónica, podemos compreender como existe uma matiz histórica, que deve ser tida em consideração para a contextualização da existência de becos, particularmente evidenciada, numa área que integra o bairro de Alfama. Há que reforçar que esta análise é feita com base na toponímia e na designação beco. E, portanto, não aporta conclusões sobre a forma ou estrutura da forma urbana, nem foi considerado, à partida, propor extrapolações sobre correlações entre nome e forma.

O importante a retirar desta análise é uma moldura histórico-espacial, que vai permitir contextualizar o beco na cidade de Lisboa, ultrapassando definições mais ou menos abstratas, que vão deixando estabelecer uma relação entre o nome e a forma. Viabiliza ainda um primeiro ponto de contacto com o imaginário sobre o bairro, onde o pitoresco, as ruas estreitas e a referência beco contribuem para uma espécie de *atmosfera* típica do bairro.

### **2.3 Breve aproximação ao desenvolvimento urbano de Lisboa**

A história da cidade de Lisboa parte, à semelhança deste estudo sobre o beco, da colina do Castelo. Silva (1899, p.8) afirma que através dos “...restos de edifícios e de monumentos e pelas moedas descobertas...” é possível concluir que a *Olisipo* romana se estendia pela encosta meridional do monte do Castelo de S. Jorge. O período romano é assumido por França (2008) e Viera da Silva (1899) como a época em que a cidade começa a estruturar-se.

França (2008) refere-se a uma estrutura de vias preexistentes em relação à *Cerca Moura* ou Cerca Velha (Figura 2.9), que datam da última fase do Império Romano, avança ainda que estávamos perante uma estrutura em grelha, onde as ruas, que cortavam a cidade no sentido transversal, eram intersectadas por outras no sentido Norte-Sul. As últimas asseguravam a comunicação com a zona ribeirinha. A localização do porto seria hipoteticamente junto ao Arco Escuro que se mantém por séculos um ponto de comunicação com o rio, conhecido como Porta do Mar na Idade Média (Silva, 1999; França, 2008).



Figura 2.9 Planta topográfica de Lisboa identificando a Cerca Moura

Silva (1999) (excerto)

A encosta do Castelo, em direcção ao rio Tejo, é o ponto nuclear a partir do qual a cidade se desenvolve. França (2000; 2008) descreve a organização da Lisboa medieval como sedimentada nas raízes romanas, acumulando as transformações impostas por suevos e visigodos e mais tarde as do período mouro da cidade. Em 719, os mouros chegaram à Península Ibérica e tomaram *Olisipone*, tendo-lhe no processo, alterado o nome para *Achbuna/Lixbuna*. Neste período, que se prolonga por mais de quatro séculos, as muralhas romano-góticas foram restauradas e reedificadas, mantendo o castelo como ponto de referência para a construção da cerca de defesa, que se estende até ao rio (Figura 2.9). Os acessos à cidade a partir do rio ficam integrados como portas da muralha, mantendo a estrutura definida pelos romanos.

A cidade medieval tinha duas referências principais: a alcáçova onde funcionava a sede e residência administrativa e militar, localizada no alto da colina e a zona ribeirinha, fechada pela

muralha. Entre os dois pontos, encontravam-se os edifícios que compunham a zona de residência e labuta da população, de pescadores, artesãos e comerciantes (Torres, 1995; França, 2008). No interior dos dois quilómetros da Cerca Velha, o edificado adensava-se em “...casas de piso térreo ou de um andar assobradado com quintal para a frente, quando possível, e havendo passadiços entre elas, sobre as ruas” (França, 2008, p.51).

O traçado urbano vinha-se estruturando desde o período romano da cidade e segue organicamente as curvas de nível, acompanhando a topografia do terreno. O eixo principal que priorizava o percurso entre as portas do Sol e do Ferro, passava pelas duas mesquitas. Para lá deste eixo, o traçado era sinuoso ramificando-se em ruas e becos de dimensões reduzidas em que a largura, no geral não excedia 2,40 metros. O autor afirma que “um testemunho físico pode ser procurado, visitando, ainda na actualidade, os bairros que escaparam à catástrofe, a Alfama e a Mouraria...” (França, 2008, p.52), salvaguardando, que mesmo estes bairros foram alterados ao longo do tempo.

Esta mesma ideia é expressa por Teixeira (2001), fixando a fundação do quarteirão medieval no contexto português nos séculos XIII e XIV e defendendo que a zona baixa de Alfama se apresenta como um dos casos em que a estrutura medieval terá sido preservada, ainda que, parte dos edifícios seja representativa de outra época.

Costa (2008, pp.22-23) refere como depois de 1147, no terceiro quartel do século, o bairro de Alfama passa a ter duas referências fundamentais, através das quais se estruturam os principais eixos do bairro: as igrejas de São Miguel e Santo Estêvão

Os dois núcleos são polarizados, como referido, pelas igrejas de São Miguel e Santo Estêvão, em torno das quais se foi desenvolvendo e adensando malha urbana de matriz muçulmana e medieval cujo traçado labiríntico, que se manteve no essencial até ao presente, constitui, porventura, uma das marcas mais salientes das imagens com que se vai reproduzindo a visibilidade social do bairro (Costa, 2008, p.23).

Em 1373, o rei D. Fernando promoveu a construção de uma nova parte da muralha que pretendia corresponder à nova realidade de povoamento (cerca de 65 mil pessoas). As áreas contidas nas zonas de ampliação da muralha entre o morro do Castelo e a colina contígua (de S. Francisco a S. Roque), apresentavam uma grande superfície plana em oposição ao que acontecia na colina entre o Castelo e o Tejo. Com esta expansão, a nova rede de caminhos ia-se estruturando entre os polos de atracção locais como os conventos, as novas paróquias e algumas casas nobres (França, 2000).

Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) são contruídos grandes edifícios que albergam funções públicas como a Alfândega Real, os Estudos Gerais Universitários e as Fangas da Farinha. Em 1395, D. João I promove o estabelecimento das primeiras directrizes que visam o arruamento dos mesteres. O desenvolvimento da cidade é também impulsionado com a fixação de ordens religiosas, que promovem no século XIII a construção dos conventos do Espírito Santo da Pedreira, Santo Eloy, Santa Clara e Graça. Por outro lado, os bairros judaicos encontram-se em várias zonas da cidade. A judiaria Grande localizava-se entre Alfama e a Baixa e no interior de Alfama existia uma segunda judiaria de menores dimensões (França, 2000).

No século XVI, a estrutura da cidade foi profundamente modificada “... física e simbolicamente, com a instalação da corte junto ao rio, num novo paço real rapidamente construído para fora da Cerca, sobre os armazéns das mercadorias da Mina e da Índia” (França, 2000, p.15). O Terreiro do Paço veio sublinhar a ligação da cidade ao rio, desenhado para ser o centro da vida da corte complementado pelo Rossio. Ambos afirmavam-se como as duas principais praças da cidade. Com a necessidade de adaptar a cidade à realidade da campanha dos Descobrimentos, o Paço da Ribeira tinha obras sucessivas neste período. Moita (1983) reforça a ideia desta nova imagem da cidade, com o centro urbano deslocado para junto do Tejo.

Damião de Góis (2001) descreve Lisboa nos anos 1550, como uma cidade de extensa área e população, fazendo o elogio à sua arquitectura, onde inclui tanto os edifícios da família real e nobreza como os populares. A cidade teria, então, vinte e duas portas viradas para o mar (zona mais nobre) e voltada para terra tinha dezasseis portas. O autor ressalta a extensão da área urbana e o elevado número de habitantes. Em suma Moita (1983) descreve Lisboa quinhentista como o

principal centro financeiro da Europa, cidade de luxos e do negócio fácil, de gentes de muitas cores e raças, onde, a cada esquina, se cruzava um mercador de alto trato com um revendedor de moeda falsa, Lisboa foi no século XVI, por muitas razões, polo de atracção de todos os especuladores da banca e aventureiros da fortuna, mas também dos espíritos curiosos das novidades que as terras recém- descobertas tinham revelado (p.22).

A descrição revela para lá de um momento áureo da história da cidade, o momento em que ela se torna atractiva para o exterior, funcionando como ponto central europeu, entre os continentes americano, africano e asiático, uma cidade cosmopolita para a época e de grande diversidade e actividade económica.

Durante o século XVI, a cidade cresce e o Bairro Alto é um dos focos de expansão. Em 1527 o bairro contava já com 408 fogos e “...em 1554 ou 55, o Sumário de Cristóvão Rodrigues já mencionava cinco ruas traçadas no sentido Norte-Sul e duas no sentido Nascente-Poente...” (França, 2000, p.18). Na representação da cidade em 1650 (Figura 2.10) o bairro aparece retratado. França (2000) considera-o uma marca na

aquisição de uma consciência urbanística e arquitectónica que ao longo de seiscentos anos se processou, a partir e em grande parte graças à ocupação espanhola que trouxe à capital portuguesa a influência da civilização castelhana no momento em que nela se desenvolvia a grande arquitectura do *Sigo d’Oro* (p.19).

Na zona fundacional da cidade, as ruas mantinham a sua configuração medieval, tendo sido abertas ou readaptadas em alguns casos, a fim de permitir ligações entre pontos que adquiriram maior relevância. Por exemplo, a ligação ao bairro de Santa Catarina com a Rua Nova do Almada em 1665 o alargamento da rua dos Ourives da Prata em 1681 e o alargamento de dez portas e postigos da Cerca Velha, são algumas das alterações referidas em França (2000).

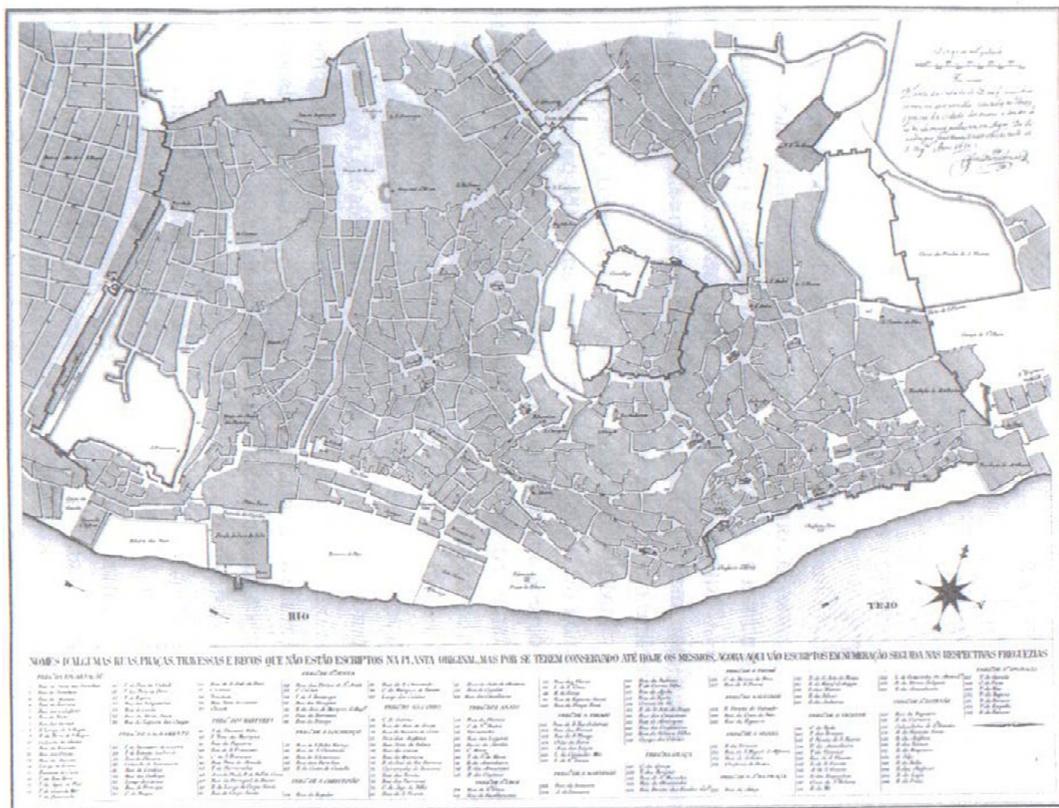


Figura 2.10 Planta de Lisboa (Tinoco, 1650)

França (2000)

A época joanina é caracterizada por impactar mais sobre interior de alguns edifícios marcantes, como por exemplo a intervenção e decoração interior da capela de S. João Baptista em S. Roque (França, 2000). No século XVIII foi construído o aqueduto das Águas Livres e foram realizadas intervenções, denotando preocupações com o urbanismo da cidade, nomeadamente o alargamento e regularização de ruas e largos, calcetamento de vias periféricas e regulamentação sobre o trânsito e definição de larguras mínimas para as ruas (Rossa, 1998; Carreira, 2014).

O terramoto de 1755 foi marcante para a transformação da estrutura da cidade. A zona mais afectada pela catástrofe era também a mais densamente habitada: baixa central, encosta ocidental do Castelo e zona oriental do bairro Alto. França (2000) refere que

dez por cento das 20 000 casas da cidade ficaram destruídas e mais de dois terços delas inabitáveis. Dos 72 conventos e recolhimentos só 12 podiam servir sem perigo maior, após a catástrofe, à qual nenhum dos seis hospitais escapou e que destruiu ainda 33 palácios das maiores famílias da corte além do complexo Paço real, completamente perdido no incêndio (p.35).

A solução para a área da Baixa vem a ser a proposta mais progressista, o Plano é elaborado por Eugénio dos Santos, sob direcção geral de Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino.

O século XIX traz a afirmação da iluminação nocturna das ruas de Lisboa, em 1834 ainda a azeite, e nos anos 50 já alimentada por gás. O início do século é marcado pelas mudanças políticas e pela pluralidade de intenções sobre a cidade no legado do positivismo pombalino. Lisboa na sua passagem pelo urbanismo romântico, é renovada em novos e reinventados jardins e miradouros, como o enformoseamento do Passeio Público e o adicional jardim-miradouro, o jardim da Estrela e o Jardim do Príncipe Real (França, 2000; Silva, 2008).

Enquanto a Lisboa moderna se foi consolidando, gerou-se um estigma sobre os bairros antigos (em seguida, tópico 2.4, serão aprofundadas as trajectórias que levaram estes bairros a assumirem papéis periféricos em relação aos princípios que orientavam, nesta altura, o desenvolvimento da cidade). A ideia de higienizar e modernizar a cidade é patente nas políticas governamentais que evocavam a construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações “...com condições de higiene e decoração, como do alojamento e livre trânsito do público” (Decreto de 31 de Dezembro de 1864 citado por França (2000, p.55)). Neste contexto,

Pezerat<sup>25</sup> impulsiona a reconversão do Campo de Sant'Ana num espaço ajardinado, a deslocação da Feira da Ladra para Santa Clara e a demolição da Praça de Touros (Silva, 2008). A construção da linha de caminho-de-ferro entre Santa Apolónia (Lisboa) e o Porto, completada em 1863, foi outro marco da chegada da modernidade à cidade. A edificação da Avenida da Liberdade começou em 1879 e ditou a demolição do antigo Passeio Público contra o protesto de dois mil lisboetas entre eles Ramalho Ortigão "...indignado contra o "boulevardismo" deste "presente funesto" feito à cidade mais autêntica da tradição" (citado por França (2000, p.63)).

Os limites da cidade foram, ao longo do século XIX, progressivamente reavaliados e ampliados. A Avenida da Liberdade foi o primeiro passo para romper a circunvalação de 1852, que continha ainda a cidade. Tornou-se também num elemento de elevado simbolismo para o desenvolvimento da cidade, não indiferente ao valor simbólico do Passeio Público, ponto charneira deste novo eixo, desenhado e apreendido como a *boulevard* da cidade.

O engenheiro Frederico Ressano Garcia passou a dirigir a equipa técnica da CML em 1874 e desde então a Avenida da Liberdade estabelece-se como o eixo articulador de uma nova expansão da cidade. Ao longo deste eixo surgem vários novos bairros: o bairro Barata Salgueiro, o bairro Camões, o bairro das Picoas e a partir da rotunda do Saldanha começava mais o novo plano de urbanização que ficou conhecido como *Avenidas Novas* (Silva, 2008).

Em 1885, tinha sido publicada a lei que reformou o município de Lisboa, alargando a área da cidade, que viria a ser delimitada por uma nova circunvalação, onde ficavam incluídas as freguesias de Camarate e Sacavém. Após várias revisões a área do município é fixada em 1903 em 8.244 hectares. Neste período, as *Avenidas Novas* encontravam-se já em fase de obra, o plano incluía a zona do Campo Pequeno até Entrecampos e os dois parques (Jardins do Campo Grande e Parque Eduardo VII). Dentro desta visão expansionista, os bairros operários começaram a surgir em vários pontos da cidade. Em 1906 Lisboa tinha-se desenvolvido para uma escala que tendia a afastá-la do rio e dos bairros antigos, ganhando novas referências e novas centralidades (França, 2000; Silva, 2008).

Nos anos 30 e 40, com o Estado Novo surge um movimento inverso de apologia a uma versão simbólico-ideológica exacerbada, onde os bairros antigos são entendidos (ou seja, é

---

<sup>25</sup> Pierre Joseph Pezerat (Paris, 1801- Lisboa, 1872) tornou-se em 1852 engenheiro e arquitecto da Câmara Municipal e professor na Escola Politécnica e uma das vozes que anunciam a necessidade de radicais e urgentes intervenções nos bairros antigos.

manufacturada uma imagem) no quadro da “História de Portugal”. Alfama, em particular é enquadrada como singrado representante da vida do “povo português”. Esta construção sistémica é consubstanciada através de diversos mecanismos de propaganda, dos quais poderia ser exemplo o documentário Alfama. A velha Lisboa de J. Almeida e Sá (1930) (Figura 3.4 e Figura 3.5). Costa (2008) afirma que estaríamos perante um cenário de *invenção do património* (Choay, 2001), onde tomam parte uma série de melhoramentos sobre a paisagem do bairro, que inclui dimensões materiais e imateriais.

Quanto à respectiva vertente etnográfico-folclorizante, faz-se menção, em geral, às marchas populares, aos arraiais e “retiros” das festas dos Santos Populares, aos concursos de decoração de ruas e janelas, às “casas típicas” de fado. Em paralelo, no âmbito de uma vertente histórico-patrimonializante, aponta-se sobretudo um conjunto de “arranjos” realizados no bairro e que incluíram calcetamento de ruas, construção de escadinhas de pedra, aplicação de painéis de azulejos e remodelação de outros elementos de fachadas, levantamento de arcos, demolição de certas casas para proporcionar ângulos paisagísticos mais favoráveis, construção de miradouros, fontes e chafarizes – toda uma série de elementos que depressa passaram a ser tidos, de forma corrente, por traços típicos do perfil do bairro e constitutivos do seu património histórico. Os diversos filmes então realizados com Alfama como cenário, por um lado, e a promoção turística, por outro, fizeram o resto (Costa, 2008, pp.32-33).

Enquanto Lisboa cresce para novos limites e se lhe impõem novas lógicas de fazer cidade, o beco atravessa a história da toponímia da cidade com referências, não mais tardias que o século XII (Carita, 1999). É nesta moldura permitida pela história da cidade de Lisboa, que podemos começar a esclarecer a interpretação dos padrões espaciais anteriormente apurados. As transformações impostas no traçado urbano, ao longo do tempo, enquanto a estrutura de Alfama acaba por persistir na sua configuração de referências ainda ao traçado medieval, cria uma dicotomia entre o bairro e a cidade, quando lido na perspectiva de desenvolvimento urbano.

O bairro é um dos territórios dentro da cidade contemporânea que absorveu mais camadas de ocupação e transformação, sendo, no entanto, o que mantém mais fidedignamente o legado da sua história quase como objecto arqueológico. Perante as necessidades, as catástrofes, e as políticas de urbanização, mais ou menos espelhadas em teorias e modelos internacionais, a cidade fragmentou-se e reunificou-se, em sucessivos processos de expansão nos quais foram integradas as sete colinas, distintas nas suas características particulares.

## 2.4 Alfama e Baixa. Trajectórias de dois bairros

Reflectir sobre mudança, num passo anterior aos seus impactos, poderá ajudar a construir o distanciamento necessário, que não fica estabelecido pela contemporaneidade do tema, mediante a reflexividade, que caracteriza a historiografia. A opção por reconstituir processos de transformação em determinados momentos-chave da história de Alfama (ver também tópico 6.2 sobre o início do processo de regeneração urbana), com base na sua descrição e com recurso a literatura de referência, conforma-se com a contextualização do bairro e das suas trajectórias de desenvolvimento em comparação e confronto com a própria cidade. Podemos ainda considerar que foi uma opção privilegiada, em relação a um possível estudo comparativo com outros casos, que poderiam ser utilizados como referências pertinentes para o estudo do caso de Lisboa - Alfama.

O rescaldo do terramoto de 1755 torna-se um momento pertinente para explicar a trajectória assumida pelo bairro de Alfama e também pela Mouraria em clara dissonância com as intenções da cidade moderna. O bairro atravessou momentos na História, onde o seu futuro encontrou pontos de encruzilhada e, em retrospectiva, é relevante rever o contexto que determinou em termos de trajectória, as formas de adaptação deste território e seus moradores. Recorremos, para tal, ao conceito de *resiliência*, linearmente legitimado, no retratar das respostas de adaptação de uma sociedade a uma catástrofe, como o terramoto de 1755.

Este ponto encaixa-se no anterior (2.3) como um grande parêntesis que tem como objectivo aprofundar um momento particular do desenvolvimento urbano de Lisboa. Aqui, propõe-se uma mudança de perspectiva, em relação ao enquadramento do bairro em função do desenvolvimento da cidade. O foco passa a ser a fragmentação da cidade em: antiga, a *velha Lisboa*<sup>38</sup> e a progressista, no rescaldo do período em que a cidade e o bairro se recuperam e reestabelecem após o choque, que criou um desequilíbrio na linha de desenvolvimento, quebrando o *status quo* e forçando-os a urdir uma resposta para resolver uma crise.

A base para apresentar paralelamente os casos da Baixa e Alfama, prende-se com a necessidade de aprofundar o contexto em que, dois bairros tão próximos fisicamente, integrados na mesma cidade e expostos a semelhantes adversidades, acabaram por encontrar diferentes formas de adaptação para integrar a cidade renascida dos escombros. Os dois divergem, assumindo diferentes trajectórias, no que diz respeito à reconstrução material/física, social e simbólica. No entanto, e apesar disso, vêm posteriormente a convergir em termos de validação

simbólica, mediante um vanguardismo ideológico e património de contornos arquitectónicos e estéticos ou com base numa atmosfera com referências ao imaterial e ao pitoresco.

O conceito de *resilience* serve para apresentar esta descrição de trajectórias, em tom de contraste e oferece a base para compreender o fenómeno da mudança sob uma reflexividade teórica, adensada para o contexto urbano – *urban resilience*. Meerow et al. (2016) apresentam a definição de resiliência urbana, com base nas tensões conceptuais, que ficam implícitas em determinadas referências sobre o tema, nomeadamente: equilíbrio e a sua negação, conceptualizações positivas, neutras ou negativas sobre resiliência, mecanismos de mudança num sistema (persistência, transição, transformação), adaptação e adaptabilidade, tempo de acção, caracterização e definição de urbano em função do conceito resiliência. Defendem, ainda, que a definição contém em si a dinâmica inerente ao processo e expressa as múltiplas trajectórias sobre resiliência (persistência, transição e transformação).

Por outro lado, traduz a importância da escala temporal e privilegia a adaptabilidade geral em relação à adaptação específica. Entendendo o *urbano* como sistema complexo e adaptável, composto por redes socio-ecológicas e socio-técnicas, que atravessam várias escalas espaciais, a sua resiliência reporta-se a um estágio desejável (positivo) e, portanto, negociado entre os actores, que determinam sobre ele empiricamente.

Urban resilience refers to the ability of an urban system-and all its constituent socio-ecological and socio-technical networks across temporal and spatial scales - to maintain or rapidly return to desired functions in face of a disturbance, to adapt to change, and to quickly transform systems that limit current or future adaptive capacity (Meerow et al., 2016, p.39).

O conceito de resiliência está intrinsecamente ligado à mudança, enquanto a forma como (no contexto urbano) a estrutura física e as redes de interacção social, se adaptam e encontram resposta em determinados momentos que marcam pontos de transição. Uma catástrofe ambiental, como o terramoto de 1755, é exemplo de um momento charneira, onde a estabilidade do sistema é abalada e cria-se em consequência um desequilíbrio. Exige-se, portanto, uma resposta/reacção de escala proporcional para conseguir recuperar o equilíbrio perdido. Com efeito, é na capacidade de gerir a transição e de adaptação à nova realidade, com o objectivo de construir um novo ciclo de equilíbrio, que o conceito se aplica.

A definição apresentada por Campanella (2006, p.141) aproxima o conceito à sobrevivência de uma cidade a um ponto de rutura “...the modern city has an almost magical capacity to rebound even from catastrophic destruction”. O autor refere catástrofes históricas,

que demonstram como as cidades e as sociedades têm a capacidade de reconstruir e reerguer-se perante a tragédia e sugere como todo o processo é relativamente rápido. A recuperação dá-se, não tendo cada edifício por base, numa perspectiva individual, mas antes, estabelece-se através das redes sociais existentes, que gerem à escala local uma estratégia para transitar para o novo ciclo.

O caso do furacão Katrina (2006) em New Orleans é destacado para explicar como a sobrevivência da rede de interação, da comunidade vietnamita, foi determinante para a resiliência da comunidade e a sua adaptação à mudança causada pela catástrofe “...the social fabric held, secured by a common heritage. This enabled an extraordinary degree of communal resilience.” (Campanella, 2006, p.143). Sobre o terramoto na cidade do México (1985) o autor cita Davis <sup>26</sup>

Within days of the earthquake people began to organize on their own and reclaim the city for themselves by taking over the business of recovery and reconstruction without assistance from government authorities. Their efforts ensured that certain activities were recovered or restored, ranging from housing to medical services (Davis (2005) citado por Campanella (2006, p.143)).

Medonça et al. (2019, p.363) colocam definitivamente o terramoto de 1755 no âmbito dos estudos sobre *community resilience* e começam por definir o conceito como “...ability of a community to anticipate, respond to, and recover from sudden or slow onset shocks - traces its origins to the earliest days of contemporary disaster research”.

A magnitude e impacto do terramoto de 1755 é, de facto, global estendendo-se em diferentes níveis de intensidade a todo o país. No entanto, iremos focar-nos sobre a resposta urdida desde os bairros Baixa e Alfama, ao choque introduzido pela catástrofe, assumindo a ideia de resiliência.

Em novembro de 1755, o país, a cidade e bairros, enfrentam um terramoto de elevada magnitude. Em Lisboa, ao evento segue-se ainda um impacto incrementado por um tsunami e sucessivos incêndios, que se propagam e prolongam, por vários dias. O resultado é de destruição generalizada. Mortes, desalojamentos, alterações topográficas que ditaram a anulação de ruas por ficarem soterradas e danos estruturais em inúmeros edifícios, que implicaram a ruína ou

---

<sup>26</sup> Davis, D. E. (2005) *Reverberations: Mexico City's 1985 earthquake and the transformation of the capital*. Citado por (Campanella, 2006). Publicação posterior: Davis, D.E. (2014) *Reverberations: Mexico City's 1985 Earthquake and the Transformation of the Capital*. In *Cities of the Global South Reader*, edited by Neema Kudva and Faranak Miraftab. Routledge.

instabilidade estrutural de muitos e serviram de mote para as demolições que se sucederam, com particular incidência sobre a zona da Baixa.

### *Baixa*

Raquel Henriques da Silva (2008, p.133) refere como o impacto destrutivo que o terramoto teve sobre a Baixa, poderia ser a justificação para a intervenção radical que se sucede. No entanto, é na decisão de arrasar o que restou e fazer dele “...o chão pragmático de uma cidade quase literalmente nova, em termos físicos e simbólicos” que encontramos a resposta do poder político, utilizando este acontecimento para alterar a trajectória de futuro da cidade, posicionando a Baixa como espelho do seu futuro mais progressista. Sob uma perspectiva arquitectónica e construtiva, a nova Lisboa representava uma estética erudita. Ia buscar referências a modelos clássicos e materializava-se com base nos critérios de eficácia e pragmatismo que as circunstâncias exigiam, dada a necessidade de recuperar rapidamente este território após a catástrofe.

É relevante mencionar, que no primeiro memorando entregue por Manuel da Maia ao Duque de Lafões em 1755, constavam várias propostas, as quais implicavam diferentes formas de intervir na cidade. As opções estabeleciam-se diametralmente entre posições mais radicais ou pensando numa restituição ao estado anterior, gerindo os danos materiais. Uma das propostas apresentadas, sugeria restituí-la ao seu estado pré-terramoto, mantendo a configuração e estrutura do seu traçado urbano e edifícios. Outras propostas apresentavam alterações pontuais, de envergadura limitada, baseadas no alargamento de ruas e impondo limitações sobre as cêrceas do edificado (estabelecendo um máximo de dois pisos, acima do piso térreo).

No extremo intervencionista, surgia a quarta proposta, que previa arrasar toda a cidade Baixa e utilizar o entulho para nivelar cotas e criar uma pendente adequada à gestão da relação com o rio. Esta proposta implicava repensar toda a organização da Baixa. A quinta proposta implicava o abandono da Baixa como zona central de referência para a cidade, deixando a sua reconstrução ao critério dos proprietários e investir alternativamente na construção de um novo centro urbano de raiz (França, 1977).

Terão sido as preocupações sobre a possibilidade da cidade ter de enfrentar um novo terramoto ou a necessidade de a preparar estruturalmente para essa eventualidade, os argumentos prementes para repensar a cidade, intervindo radicalmente sobre o seu centro, onde se concentrava grande parte da população e também por isso, onde os impactos foram mais

significativos. Por outro lado, a dificuldade em executar o alargamento pontual de ruas e a restrição ao número de pisos, foi outro entre os constrangimentos, que gradualmente contribuía para a assumpção de que seria inevitável optar pela solução mais radical.

Marquês de Pombal elegeu a proposta elaborada por Eugénio dos Santos, posteriormente prosseguida por Carlos Mardel e que

implicava arrasar as ruínas existentes e preparar o terreno, entulhando-o, com aumento de nível e, sobretudo, ajustar os valores das propriedades entre os seus anteriores donos, de modo a que as modificações radicais da planta da cidade fossem servidas pela equivalência prévia do “parcelar”, dos terrenos a construir de novo, obtida mediante escambos, cedências e vendas (França, 2000, pp.36-37).

O Plano da autoria de Eugénio dos Santos (Figura 2.11), sob a direcção de Manuel da Maia, foi elaborado num curto período de tempo e oficialmente implementado em 1758, ano em que se iniciam as obras de reconstrução. A previsão era concluir os trabalhos num prazo de cinco anos. No entanto, anteviam-se conflitos e dificuldades em ultrapassar questões sobre a propriedade do solo, que as intenções de impor novas normas específicas e restritivas para a edificação, inevitavelmente trariam. O preâmbulo de Manuel da Maia e a legislação criada para o efeito foram aspectos fundamentais que tornaram o Plano viável, orientado por uma visão global para a cidade que foi, pela primeira vez, “...pensada, programada e edificada” (França, 2000, p.38).

O eixo entre o Rossio e o Terreiro do Paço é privilegiado no Plano. Não obstante a nova geometria introduzida pelo traçado ortogonal, a requalificação do modelo urbanístico e estética dos novos quarteirões e fachadas, as duas referências principais da estrutura urbana são mantidas como constante, as já mencionadas praças Rossio e Terreiro do Paço. É aí, no Terreiro do Paço, que se iniciam os trabalhos. O Palácio Real foi simbolicamente substituído pela instalação do Estado, representado nas suas funções administrativas e no centro da praça localizada a Estátua Equestre de D. José I, inaugurada em 1775 (Silva, 2008).

A gravura de Braunio<sup>27</sup>, que retrata a zona baixa de Lisboa no final do século XVI, mostra como a estrutura urbana, entre o Rossio a norte e o Terreiro do Paço junto ao rio, se caracterizava pela irregularidade do seu traçado, de ruas estreitas e irregulares, características semelhantes às da colina do Castelo, onde se encontra o bairro de Alfama.

---

<sup>27</sup> Gravura do quinto álbum *Urbium proecipuaram mundi theatrum quintum* editado por Geogio Braunio

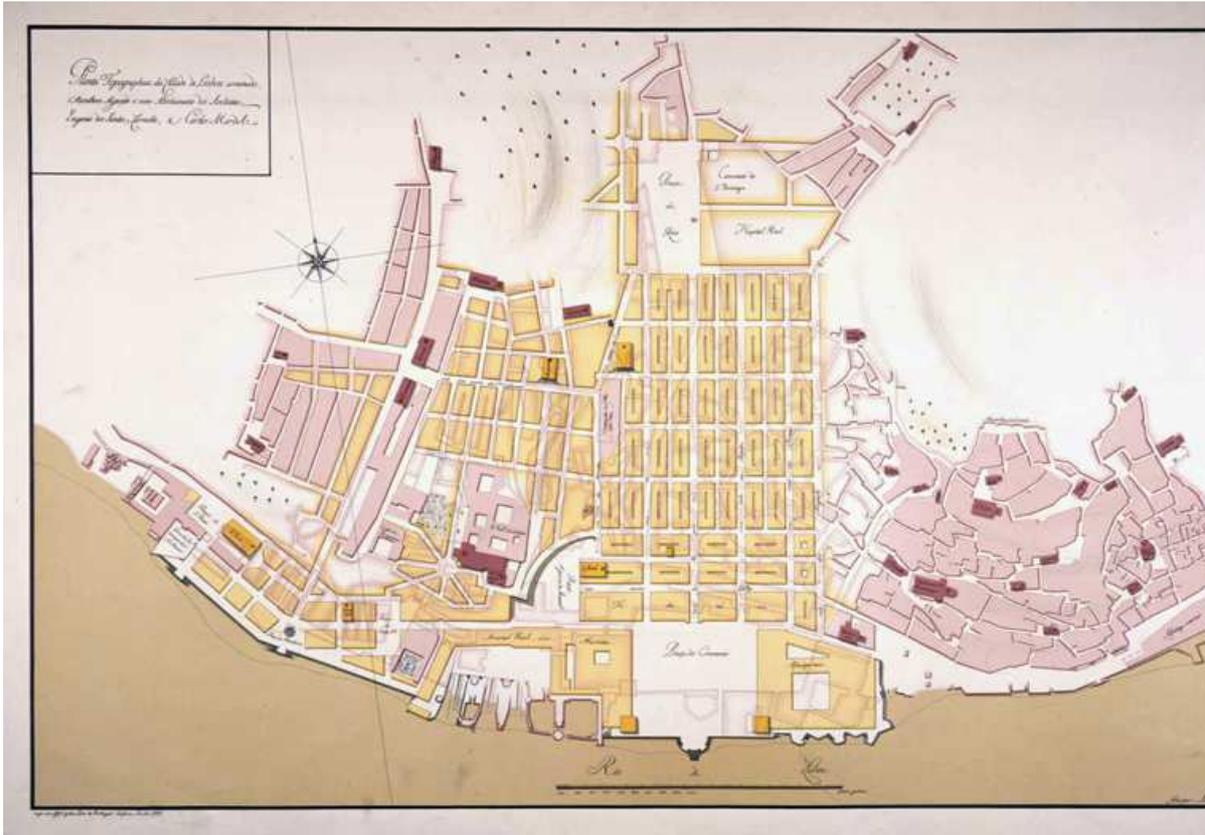


Figura 2.11 Planta da *Baixa Pombalina* (1760)  
Plano Nº 5 por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, no concurso para reconstrução de Lisboa após o  
terramoto de 1755  
Museu de Lisboa

A cartografia de 1650 de João Nunes Tinoco (Figura 2.10) é uma fonte importante para compreender a dimensão da transformação na Baixa. Norberto de Araújo (1889-1952) refere como o terramoto foi o momento charneira para a transformação na Baixa

A Baixa, truncada de ruelas, de becos cruzados, misera e magnificente, pitoresca e evocativa, nobre e plebeia, perdem a sua configuração, e ganham uma provisória melhoria estética, num sentido urbano ajustado às circunstâncias, como sacrifício da sua primitiva tessitura (pp.74, lv. I).

O quarteirão é o modelo de construir cidade privilegiado, encastrado na grelha ortogonal. As ruas estratificam-se hierarquicamente em três categorias (principais, secundárias e travessas), distinguindo-se na largura e desenho das fachadas que as delimitam, adquirindo composições mais elaboradas ou simplificadas no seu desenho. A nova estética das fachadas foi buscar referências a modelos clássicos, disseminados na Europa através da tratadística francesa dos séculos XVII e XVIII. A padronização das componentes decorativas das fachadas, nomeadamente as cantarias dos vãos, cornijas, guardas das varandas e azulejos possibilitam

apreender a ideia de projecto global, para este novo projecto de centralidade, que emerge das ruínas extintas no seu testemunho físico, e se recorta da estrutura medieval da cidade, remetendo para intenções políticas sobre o seu futuro (Silva, 2008).

A decisão de alterar radicalmente o traçado e arquitectura da Baixa não é isenta de impactos a curto e longo prazo, que adquirem conotações positivas e negativas, gerando argumentos polarizáveis, dependendo da época e da perspectiva focada na sua interpretação. Nomeadamente, o processo ditou a perda de memórias e testemunhos retratados e articulados com a forma da cidade pré-terramoto. A decisão adquire, assim, vários níveis de intenções, relacionadas não exclusivamente com a transformação material do espaço, mas com repercussões ao nível simbólico. Silva (2008) levanta a questão de forma clara

agiram eles movidos pelo medo, por uma ideia, necessariamente utópica embora produtiva, de modernidade ou pela oportunidade imperdível de refazer Lisboa, mais monumental do que fora no passado, celebrando-a, quase no final de um ciclo civilizacional, como capital imperial apontada da Europa às Américas? (p.134)

Com efeito, parte do que a Baixa perdeu não mais recuperou. A população que a habitava e sobreviveu à catástrofe deslocou-se desta zona da cidade para gerar o fenómeno da *anti-baixa* (Rossa, 1998; Silva, 2008). A intervenção de grande escala implicou décadas de grandes estaleiros, que afectaram toda a vida na Baixa, dissipando a possibilidade de reestabelecer imediatamente as condições para habitá-la. Em 1790, a situação da maioria das obras era ainda um estado de desenvolvimento pré-inicial. As condicionantes impostas aos proprietários para proceder às obras de reconstrução eram entraves que permitiam, por um lado, garantir que o Plano era cumprido e por outro, impediam a célere exequibilidade da reabilitação. Os proprietários que pretendessem reconstruir os seus edifícios viam-se obrigados a obedecer ao Plano e a finalizar a obra num prazo de cinco anos. Os que não tinham os meios necessários para tal, viam-se pressionados a desfazer-se dos lotes, sendo recompensados com base nos critérios definidos para essa área. O sistema definido previa que os proprietários que usufruiriam da possibilidade de valorizar os seus lotes, deveriam compensar os que estariam excluídos ou impossibilitados de aceder a este privilégio (França, 1977).

Os novos edifícios apoiavam-se em novos modelos de habitação, nos quais, muitos dos antigos moradores, não reviam significado para os seus estilos de vida. Por outro lado, havia a intenção vanguardista de destinar os novos edifícios ao mercado de aluguer. Os moradores despojados de poder de decisão sobre as suas habitações, acabaram por fundar novos bairros na

cidade, onde as normas para a edificação eram menos restritivas e o terreno disponível permitia incluir espaços de logradouro, sobejamente valorizados nos estilos de vida da época (Silva, 2008).

O fenómeno da *anti-baixa* pode ser entendido como a consequência de um certo desajuste entre as expectativas da população, sobre a forma de reagir à catástrofe e a imposição política, que pretendeu assumir a situação, como uma oportunidade para redimir o centro comercial e cívico da cidade, materializando uma agenda que a dirigia para uma certa utopia de desenvolvimento futurista. Nesta *anti-baixa* ficam incluídas as expansões na área ocidental da cidade como a Lapa e a Estrela até ao Rato, Campo de Ourique e Campolide. As novas ruas e barracas foram posteriormente consolidadas e melhoradas ao longo do tempo.

(o terramoto) gerou duas cidades: a erudita e estatizada, gizada pela Casa do Risco e fortemente condicionada na sua concretização; outra, popular e aristocrática, resultante de aforamentos e subaforamentos particulares e de tradições edificatórias que recuavam ao século XVI, quando se delineara o Bairro Alto (Silva, 2008, p.141).

A transformação da Baixa e o valor simbólico do Plano de Eugénio dos Santos, vieram a atingir um nível reconhecimento, que talvez os seus promotores anteviram. A Baixa enfrentou uma radical transformação, determinante para a extinção da ligação de grande parte da população (que aí habitava antes do terramoto) com este território e fundou uma nova forma de habitar, cortando ligações com os significados e referências medievais, que se tornaram invisíveis aos novos tempos.

Ainda assim, a qualidade do Plano e a sua materialização, levou a que em 1978 o conjunto urbano fosse classificado como Imóvel de Interesse Público, sendo a primeira área urbana em Portugal classificada como *conjunto monumental* e designada por *Baixa Pombalina*, em homenagem a um dos promotores. Santos (2005, p.20) explica a intenção desta classificação na necessidade de restringir a acção das forças especulativas e precaver a tendência para alterar o Plano original e desvirtuar as características da zona que terá “aumentado drasticamente a partir dos anos 60”.

Neste contexto de transformação, a Rua da Madalena representa a linha de transição entre a Baixa proposta e imposta em consequência do Plano e o traçado antigo, que veio a manter-se na colina do Castelo. Esta rua, apesar de paralela às ruas do Plano, apresenta uma inclinação que acompanha as cotas dos edifícios antigos, tendo sido permitido aos proprietários a sua reconstrução exigindo, no entanto, que as fachadas se enquadrassem na nova estética e que as

condições de salubridade fossem melhoradas (Santos, 2005). Aqui fica até certo ponto demonstrado, que o projecto de cidade concebido para Baixa foi uma solução pensada especificamente para esse território e que além dele, não havia uma intenção de generalização sistemática a outros bairros antigos (Silva, 2008). França (2000, p.45) defende que a intervenção na Baixa marca “...uma etapa fundamental, separando duas Lisboas – a medieval e barroca e a moderna, que o século XIX desenvolverá”.

### *Alfama*

O terramoto e os incêndios afectaram também Alfama, onde se verificaram todos os impactos devastadores anteriormente mencionados. No entanto, o seu processo de reconstrução, foi fundamentalmente deixado nas mãos dos moradores sobreviventes, esquecidos pelo poder político, que focava os esforços nas transformações impostas à Baixa. A estrutura urbana de Alfama, no seu traçado fundamental, encontrava-se já definida nos séculos XIII-XIV, incluindo algumas designações ainda hoje associadas à toponímia do bairro (como referimos no tópico 2.1).

Quando todos os focos se viravam para a “nova cidade”, a colina do Castelo foi sendo progressivamente reconstruída pelos seus moradores, que na parcimónia de recursos e na urgência da reabilitação das habitações, mantiveram no geral a estrutura do bairro. Foi necessário lidar com as alterações de cotas impostas pelo terramoto, mas no geral, foi mantida a escala e configuração das ruas e dos edifícios, marcando um acentuado contraste em relação à trajectória de desenvolvimento da Baixa, por via do Plano de reconstrução.

Apenas mais tarde, o papel do bairro para uma cidade, que revia na Baixa o seu futuro, foi posto em causa e debatido nos seus valores físicos e simbólicos.

Pezerat iniciou em 1852 as suas funções como engenheiro e arquitecto chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, as quais acumulava com a docência na Escola Politécnica. Em seu nome desencadeiam-se ideias sobre uma premente modernização para a Lisboa oitocentista, cujos bairros da colina do Castelo se mantinham como um problema por resolver. A falta de salubridade contribuía, na época, para a propagação de epidemias como os surtos de cólera e febre amarela registados entre 1855 e 1857 (Silva, 2008).

Mediante os assumidos progressos conseguidos na Baixa, as preocupações do poder político viravam-se para estes bairros, tentando reencontrar o seu papel na cidade contemporânea. As propostas de Pezerat foram recebidas e muitas executadas, dentro das suas

funções de técnico especialista, sendo importante enquadrar o seu pensamento higienista, no âmbito da actuação do urbanismo de acordo com as ideias da época, inclusivamente difundidas num panorama internacional.

As intervenções intentavam, em traços gerais, melhorar as condições de salubridade na cidade. A proposta de arborizar continuamente as zonas densamente habitadas e a abertura de largos, descontinuando a densidade habitacional no tecido urbano mais antigo, são exemplos claros. Na Proposta de orçamento da Repartição Técnica<sup>28</sup> (apresentada em 1858), Pezerat expressa a intenção de transformar radicalmente os bairros de Alfama e Mouraria, estimando a quantia a alocar anualmente para a execução dos trabalhos, que incluíam a demolição de edifícios para serem construídas ruas largas e alinhadas, praças arborizadas e edifícios com condições, criticando especificamente a insalubridade inerente à malha urbana composta por ruas estreitas e sem relações de alinhamento, as diferenças de nível e a energúmena estética. Fica ainda estabelecida a hipótese de construir *cités ouvrières* para acomodar os desalojados em consequência das demolições que a proposta implicaria (Silva, 2008).

Os bairros denominados particularmente Mouraria e Alfama pela estreiteza e mau alinhamento das ruas, pelas diferenças de nível e pelo mau estado higienico e architectonico (...) precisam ser demolidos e reconstruidos de novo em ruas largas, e bem alinhadas, praças arborizadas e edificios em boas condições higienicas; para que este trabalho possa levar-se a efeito em poucos anos é preciso anualmente dispendir 150 000\$000.(...) Para albergar a população que está acumulada nos bairros citados e para poder começar a demolição neles é preciso construir cités ouvrières aonde além de pequenas habitações para acomodar a população trabalhadora se estabeleçam casas de banho e lavadouros(...)<sup>29</sup>

O papel de bairros como a Mouraria e Alfama é nesta altura assumido como secundário na vida da cidade e a intenção preferida seria a de actualizá-los para os padrões e estilos de vida oitocentistas, respondendo às preocupações, que a saúde pública e qualidade do espaço e vida urbana, no geral, representavam. No entanto, essencialmente devido à envergadura do investimento que estas transformações representariam, o próprio Pezerat avançou para uma perspectiva em que chegaria a assumir que o potencial destes bairros poderia não justificá-lo, vindo a considerar, que poderiam simplesmente especializar-se para prover habitação para as

---

<sup>28</sup> A *Proposta de orçamento da Repartição Técnica* apresentada por Pezerat consta nos Annaes do Municipio de Lisboa (28 de Maio de 1958).

<sup>29</sup> "Proposta de orçamento da Repartição Técnica" elaborada por Pezerat, em 1858, citado por Silva (2008, p.157).

classes com menos recursos. Com efeito, as intenções iniciais de intervir radicalmente sobre estes bairros, nunca chegam a passar de estudos prévios, que apenas pontualmente avançaram para propostas de intervenção concreta, como é o caso do projecto de alargamento da Rua de Santo Estevão, apresentado por Pezerat, em 1859 (Silva, 2008).

O bairro (Alfama) tem encontrado motivações, entre os períodos mais críticos, para manter as características essenciais do seu traçado, do seu edificado e dos valores sociais e culturais. A resposta construída e executada desde dentro, mediante as capacidades e valores estabelecidos, enquadra-se no conceito de resiliência. Este é um fenómeno, que se repete mediante processos gerados internamente, até à paulatina afirmação dos valores históricos e culturais como património a preservar, instrumentalizado pelo poder político (abordaremos novamente esta questão no Capítulo 5 e Capítulo 6).

Recorrendo à olisipografia, pudemos salientar um dos momentos de encruzilhada, em que a resiliência do bairro de Alfama, resulta numa transição lenta e construída através das redes de interacção social, ou seja, dentro do bairro. A degradação do bairro (consequente ao terramoto), desinvestido e abandonado pelo poder político, acabou por marginalizá-lo em relação à trajectória de desenvolvimento da cidade, que tinha na Baixa o seu esplendor. A intervenção de grande escala na Baixa, foi determinante para afastar as duas linhas de desenvolvimento e fragmentar a base estrutural do traçado, que permitiria ler uma continuidade, entre dois bairros da cidade, que partilhavam uma história testemunhada por traços físicos e sociais.

A descrição paralela dos dois casos permite apresentar as trajectórias dos dois bairros, que passaram a distanciar-se, contrastando Alfama representante da Lisboa medieval e deixada à classe mais popular e da Baixa modelo para a Lisboa vanguardista, preparada para ser capital europeia, seguindo as correntes internacionais de urbanismo da época.

## Capítulo 3. O Bairro: Pitoresco e hierarquia

### 3.1 Os limites de Alfama. Adequação e heurística do recorte empírico

Apesar das evidências referidas no Capítulo 2, desenhar o recorte à escala do bairro revelou-se uma tarefa não demasiado óbvia. A mancha intensa de becos que resulta da análise à escala da cidade (ver tópico 2.2) não deixava dúvidas Alfama é o bairro a focar na persecução do objectivo de descodificar o beco e caracterizar as *pequenas escalas da rua* em Lisboa. Mas afinal qual é a linha que delimita o bairro de Alfama? Como se pode circunscrever uma amostra de becos? Qual é o recorte empírico adequado para o trabalho de campo etnográfico?

Antes de iniciar o trabalho de campo, nunca me havia questionado sobre onde começa/acaba Alfama. Caminhando desde as várias direcções – do Tejo a Sul, da Sé a Poente, das Portas do Sol a Norte, do Campo de Santa Clara a Nascente – certo é que há um momento, em que o bairro nos cerca. Como descrevem Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro (1984, p.35) em *O Trágico e o Contraste* “o bairro fechou-se sobre nós” e aí não há margem para dúvidas - Estamos em Alfama!

A passagem de *fora* para *dentro* é gradual, quase accidental. Inicia-se numa desorientação e sem mais avisos começamos a descobrir cenas familiares. Estas imagens, são muitas vezes expectáveis para quem conhece o bairro ou ouviu falar dele, mas não deixam de surpreender ao assumir variações inantevisíveis, expondo a essência do bairro, na essência da sua gente. Essas impressões intensificam-se convergindo numa atmosfera característica, que se complementa em várias dimensões espaço-situacionais.

A *paisagem urbana* parece ser o cenário adequado para enquadrar a vida quotidiana, que os seus habitantes por escolha ou falta dela nos deixam partilhar enquanto visitantes. A interacção destas duas dimensões – material e imaterial – é chave para abrir a porta que dá acesso ao bairro, a porta para o conhecer e para o recortar da cidade como se de um *microcosmos* se tratasse “Alfama é um mundo à parte, fechado sobre si próprio, absorvente de quem penetra desprevenida ou deliberadamente, num dos múltiplos poros que se abrem para a superfície exterior” (Costa & Guerreiro, 1984, p.35).

Aprofundando a questão inicial, a definição dos limites do bairro de Alfama tem sido tema de debate e controvérsia, havendo várias abordagens, que permitem dar uma delimitação aproximada do bairro. Estas assumem como base os limites administrativos, a configuração do traçado urbano, do ponto de vista da identidade cultural e relações sociais, entre outras

interpretações possíveis sobre o que está dentro e o que fica de fora, quando o nome Alfama é intersectado com a tentativa de apresentar o bairro através de uma espacialização geograficamente circunscrita.

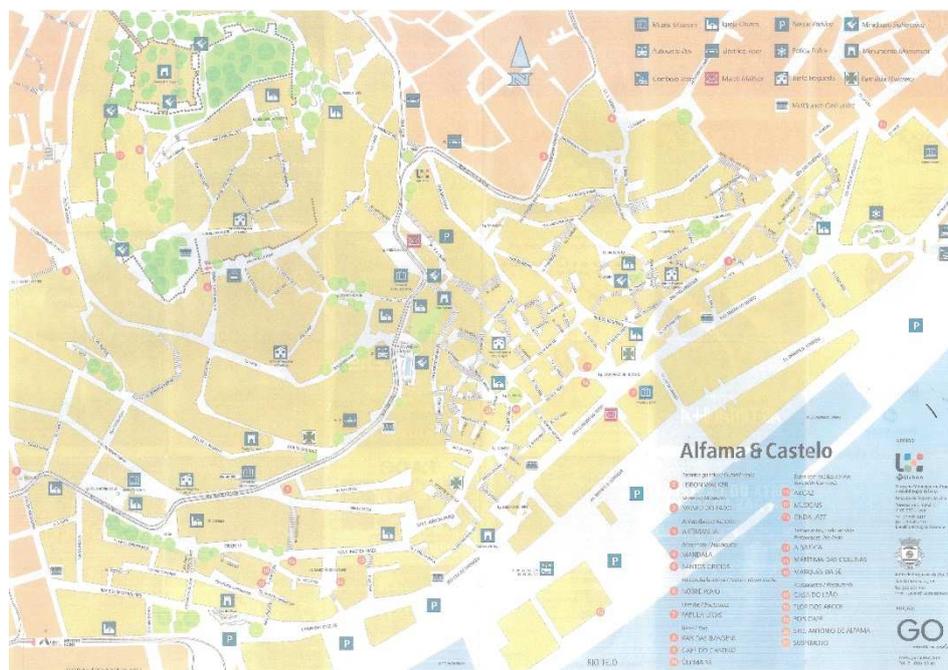


Figura 3.1 Mapa de divulgação turística *Alfama & Castelo*

#### APPA

O mapa (Figura 3.1) é exemplificativo de como Alfama é mais um nome no espaço do que um espaço circunscrito por uma linha que o define. É um nome que representa um lugar e talvez menos premente seja entendê-lo como o nome de uma parte da cidade objectivamente definível espacialmente. Costa (2008, p.45) refere como “Nos discursos correntes, eruditos e populares, quando se diz “o *bairro de Alfama*, é tão importante, para os processos de construção simbólica de identidade cultural que lhe estão associados, *bairro como Alfama*”. Graça Cordeiro (1997) explica como o nome dos bairros antigos, funciona como uma fronteira invisível

têm nomes que os distinguem e, em certas situações, constituem-se como referências localizadas, com corpos colectivos de dimensões variáveis que assumem comportamentos de rivalidade territorializada (p.39).

O nome Alfama é uma referência fundamental nos mapas de informação turística, mas na maioria das vezes, é impossível obter através deles, orientações sobre onde o bairro começa e qual a sua área. Com efeito, esta parece ser uma interpretação deixada à sensibilidade ou experiência do visitante. A contextualização para uma agregação do nome Alfama com a colina

do Castelo, poderá ser justificável na História fundacional da cidade e encontra-se reforçada no Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e colina do Castelo<sup>30</sup> realizado pela CML.

Ainda sobre mapas que identificam o bairro, encontramos no Largo do Chafariz de Dentro e Rua Norberto de Araújo junto às Portas do Sol, painéis de azulejo que datam dos anos 80 (Figura 3.2). Aí, o bairro aparece recortado da cidade e representado em quarteirões com ruas nos seus interstícios. Nesta proposta, o bairro estende-se horizontalmente desde as traseiras da Sé e além da Rua dos Remédios. O objectivo turístico que está por detrás dos painéis, justifica a sugestão de percursos para o visitar.



Figura 3.2 Painel em azulejo que sugere dois percursos turísticos no bairro de Alfama (Largo das Portas do Sol)

O autor, que a toponímia da Rua Norberto de Araújo homenageia, propõe também uma delimitação

Tornando aos limites de Alfama podemos hoje circunscrevê-la convencionalmente à sua expressão pitoresca, de casario amontoado e agachado aos pés do velho Paço de a-par-de S. Martinho (Limoeiro), dando-lhe ainda por limites altos S. Vicente, ao sul o Mar, ou seja o Terreiro do Trigo e a Rua Jardim do Tabaco, a poente a Sé, e a nascente as Portas da Cruz, ou seja, a confluência Remédios-Paraíso (1889-1952, pp.33, lv.I).

Sobre identidade cultural e relações sociais, Costa (2008) começa por levantar a questão polarizada em processos endógenos e exógenos. Sendo um bairro de elevada visibilidade pelas

<sup>30</sup> Publicado no Diário da República 2ª Série N° 239 de 15/10/1997

suas características históricas e populares, é uma referência incontornável na divulgação turística da cidade e no imaginário dos lisboetas, que revêm nele a exaltação da cultura portuguesa nos seus símbolos mais populares. Ainda assim, uma abordagem que ambicione chegar, através destes aspectos, a uma aproximação sobre os seus limites, levanta várias questões.

A identidade colectiva do bairro, a *identidade alfamista* não significa a existência de uma homogeneidade social ou que não existam fortes relações entre o bairro e a cidade. A leitura destas representações, sinal de uma identidade colectiva, evidencia-se quando sobrepostos a outros factores como: a morfologia urbana, o perfil popular de grande parte da população, que se organiza muitas vezes em torno de associações e em redes densas de reconhecimento e culturais, onde se inclui uma conduta característica de *alfamista*, práticas culturais próprias exaltadas no Fado e nas festividades como os Santos Populares, bem como referências histórico-patrimoniais (Costa, 2008). Sobre este ponto de vista a formulação de hipotéticos limites é altamente dinâmica no tempo.

Os limites das freguesias de Lisboa, remetem para uma perspectiva político-administrativa e têm origem nas paróquias, estabelecidas em torno da vida religiosa e com uma igreja de referência. As paróquias definiam-se como comunidades organizadas em torno de um pároco e sob orientação de um bispo. Segundo Mattoso (1984) as paróquias de Lisboa terão começado a constituir-se a partir do século XII, com o crescimento urbano e a necessidade de estabelecer regras para gerir a convivência. Assim, à data da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques existiriam já sete freguesias intramuros e dois outros arrabaldes povoados, na zona da Baixa e em Alfama. O arrabalde árabe em Alfama deu origem a quatro freguesias: S. Pedro de Alfama, Santo Estêvão, S. Miguel e S. Vicente de Fora.

Em 1792, Lisboa foi dividida em doze bairros, cada um gerido por um corregedor, dois alcaides e dois escrivães onde aparece o bairro de Alfama como unidade administrativa incluindo as freguesias de Santo Estêvão, S. Vicente, Santa Marinha e Santa Engrácia, até ao convento de S. Bento de Xabregas. Em 1826, os limites do bairro foram reestruturados passando a incluir as freguesias de São Bartolomeu, Santa Engrácia, São Vicente, e Santa Marinha, São Bartolomeu da Charneca, Olivais e Sacavém, enquanto ao bairro do Castelo pertenciam as freguesias de São Cristóvão, Santa Cruz do Castelo, São Lourenço, São Martinho, a Sé, Socorro e Santiago em Lisboa. Posteriormente, ao bairro ou distrito Alfama, vieram a corresponder as freguesias de S. Bartolomeu, Santa Engrácia, S. Vicente, Santa Marinha, S. Salvador, S. Miguel

de Alfama, Santo Estêvão de Alfama, S. Tomé, Santo André, S. Martinho e Santa Cruz do Castelo na Cidade e Campo Grande, Olivais, S. Bartolomeu da Charneca, Sacavém, Via Longa, Santa Iria, Arranho, Santo Quintino, S. Tiago dos Velhos e S. João da Talha. Em 1919, são fixadas as repartições de finanças associadas a bairros fiscais. O 2º bairro fiscal comportaria as freguesias de São Lourenço, Santo André, Castelo, Escolas Gerais, Santo Estêvão, S. Miguel, S. Tiago, S. Cristóvão, Sé, S. Nicolau e Madalena (Silva, 1929; 1943).

*A freguesia*, ou seja uma unidade territorial administrativa, permite situar cada via, prédio ou elemento material da cidade. Não se trata de estabelecer uma ligação com uma comunidade inscrita no espaço da cidade (um bairro ou uma paróquia) mas apenas com uma medida espacial (Vidal, 2007, p.19).

Com a Lei n.º 56/2012 surgem as actuais freguesias de Lisboa, passando das 53 freguesias estabelecidas no Decreto-Lei nº 42142/59, para 24 (Figura 3.3) e onde o bairro de Alfama passa a pertencer à freguesia de Santa Maria Maior, a qual abrange toda a área correspondente às antigas freguesias de: Madalena, Castelo, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, Sé, Socorro, S. Miguel e S. Nicolau.

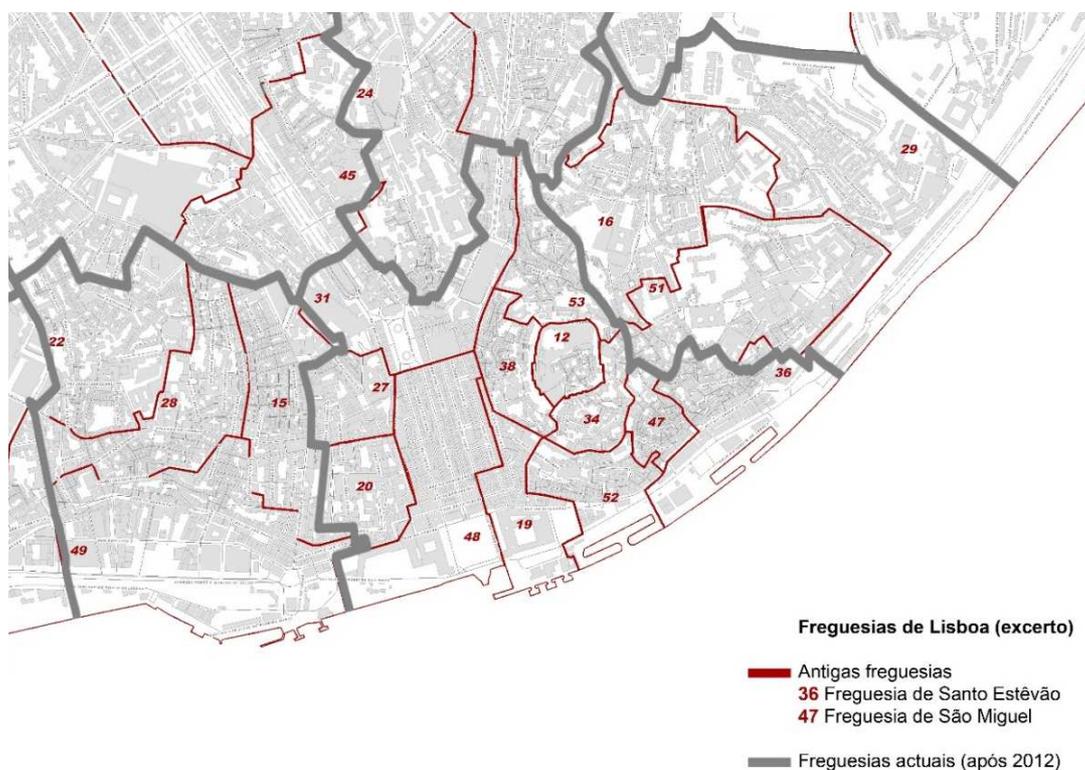


Figura 3.3 Mapa das novas e antigas freguesias de Lisboa (excerto)

CML adaptado

Entre moradores, se alguns não têm dúvidas de que moram em Alfama, noutros essa ideia gera alguma contradição.

Nasci e sempre vivi aqui no bairro de Alfama... São Vicente, porque os prédios aqui na rua em frente são São Vicente e estes aqui são Alfama e eu vivia do outro lado da rua, que era São Vicente, mas a identificação do bairro é a mesma (Jaime<sup>31</sup>, 2019).

A sobreposição entre os limites administrativos e os limites simbólicos do bairro, é manifesta em imperfeições. Sendo as antigas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão, normalmente aceites como estando dentro dos limites, os pontos de transição com as freguesias vizinhas são, por outro lado, críticos, adquirindo um elevado grau de subjectividade, sobre a percepção do fim/início do bairro. A sobreposição imperfeita e subjectiva entre o bairro e freguesias, não é um fenómeno exclusivo de Alfama. Nos *bairros típicos*<sup>32</sup> de Lisboa a questão dos limites, na sua relação com unidades administrativas, tem vindo a ser objecto de reflexão. Enquanto em Alfama o bairro tende a superar a linha que circunscreve as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão, no caso da Bica o bairro integra parte de duas freguesias “este bairro é Santa Catarina, é S. Paulo e não é nenhum deles: é a Bica” (Cordeiro, 1997, p.44).

A questão da alteração dos limites administrativos em 2012, é um tema presente, de forma mais ou menos indirecta, nas conversas. Durante as minhas incursões por Alfama com a Linda<sup>31</sup>, tendo em conta a sua ligação à antiga Junta de Freguesia de Santo Estêvão e actual ligação à APPA, não foram raros os momentos em que moradores a abordavam. As motivações e pedidos variavam: onde se dirigir *agora que já não temos a Junta*, apresentando sem grandes constrangimentos os seus problemas familiares *a minha mãe ficou sem mobilidade e agora não consegue subir e descer as escadas da casa que a Câmara lhe deu no terceiro andar* ou *onde é que eu vou para pedir transporte para ir às consultas do hospital* ou *a minha filha ficou sem emprego e não consegue pagar a renda, onde é que pode concorrer a uma casa da Câmara* ou *o meu senhorio quer subir a renda para 800€ ele não pode fazer isso ou pode e vou fechar as portas, o senhorio já vendeu o prédio, não sei o que fazer* (Excertos do *Diário de Campo*).

---

<sup>31</sup> Pseudónimo.

<sup>32</sup> Os *bairros típicos* de Lisboa como Alfama, Madragoa, Bairro Alto, Mouraria, entre outros “circulam em canções, como o fado, em marchas, no teatro, em panfletos turísticos, guias e roteiros da cidade, como palavras mágicas capazes de acender imagens, sentimentos e emoções em torno de símbolos que representam uma cidade enaltecida; só estes têm a virtualidade de a tipificar – e, por isso, são considerados *típicos*” (Cordeiro, 1997, p.21).

Estes excertos de conversas são exemplificativos das muitas referências, que me despertaram para a importância do papel das Juntas de Freguesia, junto da comunidade. Há, ainda, que referir a recorrente demonstração de descontentamento dos moradores em relação aos seus representantes políticos e sobre a forma como se sentiam “desprotegidos” nos seus interesses, em privilégio dos dos “grandes investidores”.

A união das freguesias veio, ainda, dispersar o conhecimento sobre o bairro, ao nível dos dados estatísticos, nomeadamente sobre questões demográficas. Costa (2008) considerou as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão para caracterizar a população de Alfama. Seguindo o mesmo entendimento, Benis (2011) e Gago (2018) referem-se às mesmas duas freguesias como base para obter os dados que permitem retratar da melhor forma a população do bairro. O constrangimento metodológico causado pela união das doze freguesias, incluindo São Miguel e Santo Estêvão (Figura 3.3), é já perceptível no trabalho de Gago (2018), que acaba por assumir construir a análise sobre “evolução do recenseamento populacional de Alfama” (p.34), com base nos dados disponibilizados pelo INE para os anos de 1950, 1960, 1970, 1991, 2001, 2011, evitando incluir os mais recentes.

A *fronteira* surge desde o recorte à escala do bairro como um dos conceitos pertinentes para continuar a discutir sucessivamente os limites, nas várias escalas de proximidade e na tentativa de evitar a excessiva simplificação de camadas de informação, que se colam a esta potencial linha delimitadora abstracta, que passámos a entender como tendo várias dimensões as quais simbolicamente expressámos de *espessura* e *profundidade*, apropriando o conceito *territorial depth*<sup>33</sup>.

Adicionalmente, fica desconstruído o pretenso significado que o desenho unidimensional de uma linha num mapa pode assumir, gerando a falsa ideia de que um bairro pode ser entendido como uma unidade encerrada (*bounded unit*), desconsiderando as relações que estabelece com o exterior (Eames & Goode, 1977).

Neste sentido, assumir que o recorte empírico seria o bairro de Alfama demonstrou ser, numa primeira fase, uma ideia dificilmente sustentada. Em primeiro lugar, porque os limites das freguesias antigas, utilizados para descrever o bairro em outros trabalhos, não traduziam a

---

<sup>33</sup> O conceito é introduzido por Habraken (1998) definido como a forma de medir hierarquias, representadas por níveis de controlo. Para tal, são contabilizadas as barreiras que um indivíduo terá de atravessar, desde um determinado espaço exterior até ao interior de um edifício.

mancha de becos identificada à escala da cidade. Por outro lado, a caracterização da população com base em dados demográficos, não era um objectivo e ainda que fosse enriquecedor apresentar essa informação, os dados esgotam-se em 2011 (como anteriormente mencionado). Assim, a pressão para começar por entender o bairro como um território delimitado, não se colocava. O recorte empírico surge em conclusão e consequência da redescoberta do bairro a partir dos seus becos, na evidência de uma paisagem urbana particular, *atmosfera* composta por elementos materiais e imateriais.

### **3.2 A versão pitoresca da rua. Da Olisipografia à interpretação da forma urbana e seu significado**

As descrições de *peregrinações*<sup>34</sup> em Alfama multiplicam-se, talvez motivadas pela forma particular como o bairro se unifica e recorta com/da cidade que o cerca. Norberto de Araújo (1889-1952, pp.6, lv.I) descreve no livro que destina à sua passagem pelo bairro “Passamos à margem da civilização e talvez nos tomem por bárbaros para quem o encanto está onde não está a convencional beleza das cidades-avenidas”. Entendido como um *microcosmos*<sup>35</sup>, que poderá ter sobrevivido à era das avenidas e onde o automóvel afinal nunca chegou (em muito, devido às características da maioria das suas ruas, demasiado estreitas e inclinadas). O bairro contemporiza uma certa nostalgia do tempo em que os mapas eram um bem restrito e a vida na cidade se desenrolava, em grande medida, a pé.

Nos séculos XI e XII, a rua desenha-se na relação com os edifícios, enquanto espaços intersticiais, fundamentais para formalizar as acções de circulação, associadas ao trânsito de peões e de animais. A rua adquire uma definição em termos de materialidade, não apenas nas fachadas dos edifícios conformando a percepção de limites, mas ainda através da utilização de pavimento (Lamas, 2011). Genericamente, podemos dizer que a imagem da rua é a de um espaço mais fundo do que largo, esta ideia que soa quase unidimensional, rapidamente é

<sup>34</sup> *Peregrinações em Lisboa* é o título da obra emblemática de Norberto de Araújo que Graça Cordeiro (2006, p.148) descreve como uma descrição desdobrada “em vários planos visuais, como uma objectiva que vai alternando a grande angular – incursões pelo passo, olhares de fora, grandes panorâmicas – com a tele-objectiva que dá o pormenor de edifícios, festas, esquinas, pessoas. Mas também regista toda uma cidade feita de sentidos – ambientes, cheiros e sons – que acrescentam algo à sua compreensão”.

<sup>35</sup> Referência ao trabalho de Graça Cordeiro (1997, p.24) “o bairro popular parece constituir-se como um microcosmos”.

revogada, quando pela lente humana a vemos na sua tridimensionalidade, por via da perspectiva (Cullen, 1996).

Retrospectivamente, a rua foi, também, entendida como *máquina de circular* (Le Corbusier, 1979). O relevo dos planos e o desenho das arestas, que vemos em ruas tridimensionalmente definidas, contrasta com os casos em que a rua se traduz por uma sucessão de volumes e vazios e a leitura perspectivada fica comprometida pela dominância do vazio horizontal (Relph, 2002).

Nesta versão, a rua afastava-se de significados multifuncionais e agregadores, tornando-se altamente especializada e exaltando a sua competência técnico-organizacional, na persecução de uma alta eficiência sobre a fluidez do trânsito automóvel. Posteriormente, o valor e o papel da rua são reposicionados como lugar humano, numa versão de cidade moderna, que quase foi modernista e em consequência cresce e intensifica-se em informação e velocidade. Nesta resposta, multiplicam-se as iniciativas para reestabelecer o papel da rua como espaço público, multifuncional, democrático na mediação e palco para a vida social (Jacobs, 2001; Rykwert, 1978; Whyte, 1980; Moudon, 1987; Burton & Mitchell, 2006; Gehl, 2006; Agier, 2011).

A nostalgia da cidade vivida à escala humana e num tempo pré-industrial é mote para divagar e reflectir sobre a *modernidade* em Baudelaire (1991) onde o personagem *flâneur* representa o extremo, oposto à expectativa de encontrar na rua, um mecanismo especializado para gerir uma eficiente e pragmática forma de circular na cidade. Em outra medida, Simmel (1973) apresenta a modernidade como o período em que a rua se satura de informação e motiva uma atitude de desconexão com a realidade.

Em De Certeau (1988), observar e interpretar a cidade, torna-se um processo relativizado em função do posicionamento do observador, que se abstrai do detalhe perante o todo (quando a olha de cima, desde o topo de um arranha-céus) ou percorre as ruas experimentando um espaço de enunciação pessoal, a um ritmo pré *invasão generalizada do automóvel*<sup>36</sup>.

Por hipótese, tendo sido esquecida no tempo, a modernidade em Alfama parece ler-se sob uma diferente realidade. O bairro, inserido no seu conjunto na colina do Castelo, representa a herança medieval da cidade. As causas, apresentadas no tópico 2.4, ditam uma trajectória divergente em relação à Baixa, pois foi deixado “sobreviver” na sua forma e traçado, no

---

<sup>36</sup> Referência a *A Paisagem Urbana Moderna* (Relph, 2002).

abandono e desinvestimento político. Posteriormente, o bairro sai reforçado na exaltação de valores patrimoniais inerentes, testemunhos de uma cristalização alegórica de um determinado tempo no desenvolvimento da cidade.

Charles Buls (1893) em *The design of cities* explica que

Old cities and old streets have a peculiar charm for all who are not insensible to artistic impressions. They may not be called beautiful, but they are attractive; they please by that beautiful disorder that here results not from art but from chance (citado por Kostof (1991, p.84)).

Kostof (1991) defende que o pitoresco pode representar a crença que sustem uma nostalgia moderna, pelas irregularidades da *paisagem urbana*, onde os padrões orgânicos asseguram a coesão social e reforçam o espírito de comunidade, o que se terá quebrado com as grandes avenidas. O *pitoresco* é um termo controverso, que alguns autores tentaram definir como conceito, como estilo, como movimento ideológico e que não poucas vezes encontramos associado ao bairro de Alfama.

Através de Júlio de Castilho emerge um primeiro movimento em defesa dos valores inerentes dos *bairros antigos*. Alfama adquire particular relevância, mediante a sua história e relação com o rio, evocativo da época dos *Descobrimentos* (Cordeiro, 1997). Em *Lisboa antiga* inicialmente editado em 1879 e reeditada, com alterações, entre 1902 e 1904<sup>37</sup>, Castilho foca-se sobre a cidade anterior ao terramoto, especialmente na Lisboa medieval.

A raiz da ideia nostálgica sobre este período da história da cidade poderá, no entanto, encontrar-se nos textos de Alexandre Herculano, que datam dos anos 1840 e aos quais o autor terá tido acesso (Silva, 2008). Podemos ainda acrescentar, recuperando a formulação da autora, que esta é uma ideologia romântica, pois propõe entender a cidade nos seus elementos pitorescos, fazendo a apologia implícita de uma certa cristalização temporal, onde é privilegiada a vetustez dos edifícios, ainda que a sua função se tenha perdido para a cidade contemporânea.

Em 1936, o já referido autor Norberto de Araújo, das já referidas *Peregrinações em Lisboa*, encontra-se entre os fundadores da associação *Grupo dos Amigos de Lisboa*. O espaço de debate criado nesta conjuntura, retoma narrativas e descrições dos detalhes e generalidades que tornam Lisboa “típica, única, antiga”, com o objectivo de preservar a sua atmosfera histórica de

---

<sup>37</sup> Referência consultada *Lisboa Antiga* volume sobre os *Bairros Orientais* (Castilho, 1938).

aspectos multidimensionais, contraposta à Lisboa que nasce no século XX (Cordeiro, 2006, p.155).

Os sítios mais antigos, os bairros mais excêntricos, as ruas mais pitorescas são representados como detendo um valor simbólico inestimável, olhados como redutos de resistência aos movimentos de renovação urbanística, herdeiros do carácter e da identidade de Lisboa (Cordeiro, 2006, p.156).

Colado à definição do “sentimento de Lisboa” aparece o *pitoresco* (Cordeiro, 2006) igualmente difícil de sintetizar conceptualmente. Este último abrange várias camadas de atributos que interagem para o parametrizar entre uma beleza e dignidade relativa, uma notável ausência de monumentalidade presumida, uma conotação nem sempre positiva e frequentemente revestida de pobreza e miséria e verdade, como que representando a cidade real, a um nível de detalhe tão banal quanto poético “composição urbana do tipo pitoresco inocente, cheio de sujidade e de flores” (Araújo & Martins, 1889-1952, pp.77, lv.II). Norbero de Araújo aplica o termo, uma e outra vez, para caracterizar Alfama

E de ponta a ponta por esta Alfama tôda de mistério e de pitoresco sagrado, com mil cunhais, registos, arcos, canteiros, alfurjas, ressaltos, empenas, janelas – “sombras luminosas” – que não há nada assim neste mundo (Araújo & Martins, 1889-1952, pp.10, lv.I).



Figura 3.4 Cena do documentário *Alfama. A Velha Lisboa*

Cinemateca Portuguesa



Figura 3.5 Cena do documentário *Alfama. A Velha Lisboa*

Cinemateca Portuguesa

O filme/documentário *Alfama, a Velha Lisboa*<sup>38</sup> carregando a ideologia estadista da época, assume como intenção mostrar o bairro na conjunção entre o edificado e a vida quotidiana. O

<sup>38</sup> *Alfama, a Velha Lisboa*. (1930) Documentário realizado por João de Almeida e Sá e Artur Costa de Macedo como director de fotografia. <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1930&type=Video>

documentário é, efectivamente, um exemplo de veiculação do *pitoresco* como a imagem de Alfama (Figura 3.4 e Figura 3.5). O trabalho técnico-artístico parece querer retratar uma espécie de beleza implícita, captando cenas do quotidiano e imprimindo-lhes uma estética que se reveste em paradigmas de descoberta do peculiar, do não obviamente belo.

As ruas de Alfama expressam-se em profundidade e detalhe. A proporção, de reduzida largura do seu perfil, quando comparada com a altura das fachadas adjacentes e torneadoras, apenas excepcionalmente é descontinuada. Transparece uma natural harmonia proveniente, antes de mais, da coerência transmitida pela escala das ruas e edifícios.

Não obstante o detalhe e as variações de cenas se encontrarem a cada esquina, fica assentida a leitura de uma padronização da forma urbana, enriquecida no detalhe para uma *atmosfera* que compatibiliza as ideias de lugar e de percurso, de função e de experiência sensorial. Este é um dos significados que as ruas de Alfama, na combinação entre *forma* e *conteúdo*, têm vindo a carregar ao longo do tempo. Representantes de um espaço estético entre o *belo* e o *sublime*<sup>39</sup> definido como *pitoresco*.



Figura 3.6 Beco do Carneiro, Alfama

Dezembro de 2017



Figura 3.7 Beco dos Ramos, Alfama

Novembro de 2017



Figura 3.8 Beco do Melo, Alfama

Novembro de 2017

<sup>39</sup> Price, Uvedale. *An Essay On The Picturesque : As Compared With The Sublime And The Beautiful; And, On The Use Of Studying Pictures, For The Purpose Of Improving Real Landscape*. London: Robson

As pequenas variações da forma, as pequenas apropriações que imprimem um carácter individual a cada edifício, a cada esquina, a cada vão de porta, tornam a paisagem um *momento único* a cada passo e *irrepetível*.

Caminhando pelas ruas de Alfama, ainda actualmente, é certo o encontro com um beco pitoresco (Figura 3.6, Figura 3.7, Figura 3.8) que se reveja na descrição de Norberto de Araújo “...os becos cujos beirais se beijam, e onde o sol chega, afinal, sempre e tanto que bonda...” (1889-1952, pp.10, lv.I).

No imaginário colectivo, o bairro é frequentemente associado a uma malha densa e um traçado sinuoso de becos e ruas estreitas. Esta generalização, adquire maior pertinência numa leitura global do bairro, recortado e contrastado com a metrópole. Com efeito, o contraste com outras zonas da cidade, cuja paisagem urbana se baseia em ruas de maior escala e edifícios de grandes dimensões é autoevidente.

Regressemos à parte inicial do capítulo, onde pretendemos descrever o acesso ao bairro. Apesar de não existir uma fronteira óbvia, este começa a conformar-se gradualmente como entidade espacial, identificável através de uma *paisagem urbana*, que não se esgota na escala das ruas, estende-se ao edificado, remetendo para um ambiente alienado de referências a elaboradas tecnologias construtivas e materiais. Uma simplicidade e humanização da escala e da forma, que parecem descrever o essencial do habitar e onde a grande escala, o supérfluo e o tecnológico, se destacam de forma a dissonar.

Uma vez mais, Norberto de Araújo (1889-1952, pp.31, lv.I) parece descrever Alfama e o pitoresco recorrendo às mesmas palavras “Alfama é como é – é nesta simplicidade, na sua beleza subjectiva, despida de monumental, reside o seu interesse singular, de museu de história, de costumes bizarros inocentes.” Este é um dos patrimónios da sua *paisagem histórica urbana*<sup>40</sup> que tem sobrevivido a intervenções na reabilitação dos seus tecidos, até mais recentemente.

Em *O Trágico e o Contraste*, a rua é descrita como um espaço de encontro e permanência, onde a vida quotidiana se desenrola em grande intensidade. Os autores dão conta das actividades que marcavam a vida nos anos 70/80 e também de algumas que se extinguíram com

---

<sup>40</sup> Referência a *historic urban landscape* (HUL) recomendação adoptada na 36ª Conferência Geral da UNESCO (10 de Novembro de 2011) “The Historic Urban Landscape approach moves beyond the preservation of the physical environment and focuses on the entire human environment with all of its tangible and intangible qualities”.

o passar do tempo, no entanto, permanecem, muitas vezes, enquanto memórias, prontas a ser partilhadas pelos moradores mais antigos.

Desta última haveria muito a dizer, sobretudo se articulada com a análise das habitações. Era largamente utilizada, no tempo quente, para dormir. Era e ainda é utilizada para se comer. A rua é o ponto de encontro e de permanência. Encostados à parede conversam grupos de homens e de rapazes. As mulheres também se aí juntam mas em pequenos círculos, mais frequentemente ao longo do dia (muitas vezes não têm emprego). Na rua há venda de peixe e de legumes (embora o mercado seja mais concentrado na Rua de S. Pedro e em parte na Rua de S. Miguel). Na rua ainda, de vez em quando, há alguém que no cair da tarde ou à noite, aparece com uma guitarra ou uma viola, dedilha e canta. Na rua aparecia de madrugada, no fim de uma noite boémia, a mulher da fava-rica (os mais velhos ainda se lembram das últimas mulheres que o faziam há vinte ou trinta anos), na rua aparecia também o “erre, erre mexilhão!”, as castanhas, o aguadeiro e hoje ainda o vendedor de farturas. Na rua os miúdos jogam à bola ou treinam nos poucos lugares planos (adro da igreja de Santo Estêvão) habilidades efémeras da moda lúdica, como os skates. Noutros tempos, jogavam ao pião, ao berlinde, às púrrias (para o que se muniam no ferro velho, de capacetes militares da Primeira Guerra) e à bola. Na rua estende-se a roupa o que permite apreciar um manancial de aspectos, dificilmente acessíveis da vida quotidiana, incluindo os hábitos sexuais da população. Na rua, finalmente, há lixo em quantidade (Costa & Guerreiro, 1984, p.83).

Após falarmos do *pitoresco*, assumindo-o quase como sinónimo de *atmosfera* das ruas de Alfama, a experiência de as percorrer, poderá ainda passar por focar dois aspectos da sua morfologia estreitamente relacionados.

Não há como deixar de salientar a sua estrutura, em ruas estreitas e sinuosas ou labirínticas e hierarquizadas. As ruas estreitas, as vielas, os becos, são, em si, argumentos para descrever ou evocar Alfama, por imagens ou por palavras<sup>41</sup>. Numa conversa com a D. Laurinda<sup>42</sup>, no Beco da Lapa, o tema eram os becos: Afinal o que são? Não tarda a chegar a sua definição com recurso ao excerto da *Marcha de Alfama* de 2009, que ela sabe ter sido interpretada pela fadista Carminho.

*Becos, escadinhas, ruas estreitinhas  
Onde em cada esquina há um bailarico  
Trovas p'las vielas e em todas elas  
Perfume de manjerico  
Risos gargalhadas, fados, desgarradas,  
Hoje em Alfama é um demónio*

<sup>41</sup> As referências são múltiplas no Fado, em filmes e na olisipografia.

<sup>42</sup> Pseudónimo.

*E em cada canto um suave encanto  
De um trono de Santo António.*

A resposta da D. Laurinda e a letra que compõe a poesia para a marcha (de Raul Ferrão e Amadeu Do Vale), poderia ser um dado para compreender, que os becos de Alfama assumem identidades, tendo como base a forma e a posição na hierarquia dos percursos. Podem também ser chamados a representar o bairro, evocando uma série de imagens relacionadas com o seu quotidiano.

Além do termo *beco*, que já tem sido apresentado, os diminutivos, inequívocos nas *Escadinhas* e *Calçadinhas*, deixam antever dimensões para as ruas. A designação beco contém implícito um significado hierárquico, enquanto via secundária na estruturação da circulação e trânsitos na cidade e evoca uma determinada escala, de rua tendencialmente estreita e curta. Com efeito, a toponímia é rica a complementar imagens sobre a rua, em particular sobre escala de rua a que somos expostos dentro, no bairro. A toponímia contribui para a construção do imaginário sobre o bairro e suas ruas. Costa (2008, p.72) refere a utilização repetida das designações – becos, travessas, calçadas e escadinhas – como coadjuvante na “construção da correspondente atmosfera simbólica”.

Por outro lado, encontramos a ideia experimentada de subir e descer a mesma micro-montanha diversas vezes, ao procurar as ligações entre os pequenos largos, que vão esclarecendo lugares de encontro, formalmente definidos pelo desenho e explícitos na designação toponímica. As *Escadinhas*<sup>43</sup> são uma marca no bairro, não só como designação toponímica, mas enquanto forma do bairro conviver com a topografia, no desenho do seu espaço público (Figura 3.9, Figura 3.10).

---

<sup>43</sup> O caso paradigmático da Calçada da Bica Grande (bairro da Bica), frequentemente referida como Escadinhas da Bica Grande, demonstra como a configuração em degraus, que vencem o desnível estabelecido na topografia, é determinante para o imaginário e representações da rua, concorrendo com a designação toponímica. Ver *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória, representação no bairro da Bica* (Cordeiro, 1997).



Figura 3.9 Vista do Beco do Carneiro  
Julho de 2019

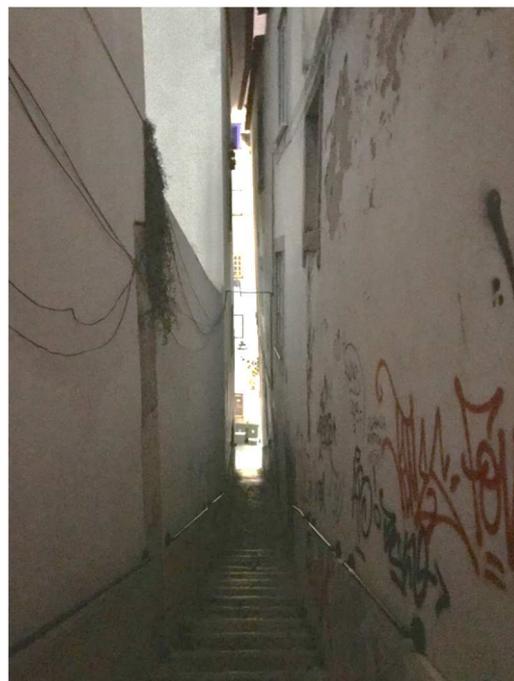


Figura 3.10 Vista do Beco do Carneiro, direção Rua da Regueira  
Julho de 2019

De um momento para o outro, sem aviso, demos um salto de anos luz, de um mundo em que se está, convexamente à superfície, passámos, como por magia, a um outro mundo em que nos encontramos, concavamente, no interior (Costa & Guerreiro, 1984, p.35).

Proença (2014) descreve como muitas das ruas de Alfama assumem a sua forma em consequência da adaptação ao terreno e dá como exemplo a rua da Adiça, que acompanha uma linha do vale. Por outro lado, escadinhas é considerada uma designação com origem nos elementos de composição – as escadas ou degraus. O autor, dá-nos conta da existência de 33 escadinhas na toponímia de Lisboa e enfatiza que a principal característica é o

acesso condicionado pela existência dos degraus, relativamente reservadas e segregadas do restante traçado urbano (...) Por outro lado, a ocupação dos degraus pelos seus moradores como extensão da casa, em particular os patamares de dimensão mais generosa, é potenciada pela própria segregação espacial (Proença, 2014, p.309).

O Beco do Carneiro (Figura 3.9 e Figura 3.10) é, como muitos outros becos em Alfama, um beco em forma de escadinhas combinando, à semelhança da calçada da Bica Grande<sup>43</sup>, a segregação em muito viabilizada pela inadequabilidade para o trânsito automóvel, com o potencial para se tornar *extensão da casa*.

O bairro começa por ser apresentado nas suas ruas pitorescas. Esta ideia construída entre as características da forma urbana e o *conteúdo* que a preenche, fica reforçada na perspectiva de Norberto de Araújo, que a par de muitas outras projectam sobre a identidade do bairro, desde uma conjectura interpretativa e exterior ao bairro. Sobre a *visibilidade e visitabilidade* do bairro, Costa (2008) assume que as narrativas olisipográficas e o potencial turístico do bairro influenciam a sua identidade colectiva, que em última análise, resulta do encontro e sobreposição de forças *endógenas e exógenas*.

O *pitoresco* é um termo-chave para definir as relações de forma-conteúdo nas ruas de pequena escala, a par do termo *fronteira* ao qual regressaremos nos capítulos seguintes.

### **3.3 Análise de hierarquias e *territorial depth***

Neste ponto, propõe-se voltar à toponímia, procurando novamente demonstrar e utilizar as suas potencialidades como fonte para uma análise espacial (assistida pelos SIG). À escala da cidade, o objectivo era compreender padrões de localização da designação beco. Avançando para um recorte à escala do bairro, onde a designação beco foi encontrada com maior frequência, propõe-se uma análise sobre a hierarquia das formas urbanas, com base na definição/classificação e espacialização das designações toponímicas. A definição, apropriando as designações da toponímia, corresponde à assumpção de um sistema de classificação intrínseco, que permite estabelecer a priori uma graduação hierárquica.

É com base neste pressuposto, que se torna possível mapear a rede de caminhos do bairro e compreender hierarquias, através das designações presentes na toponímia. Este método de análise é sucessivamente testado, com base no trabalho de campo, durante o qual foram recolhidos dados sobre os principais percursos de circulação dentro do bairro e como eles se relacionam com as designações da toponímia e classificações da forma urbana. No capítulo seguinte haverá, ainda, espaço para discutir a questão da classificação das formas urbanas e relação entre tipologia e toponímia, usando novamente o beco como objecto em evidência.

A toponímia, focando a designação beco, rua, travessa, e por aí em diante, é assumida por vários autores como uma fonte válida para estudar hierarquias intrínsecas do traçado urbano. A designação toponímica permite analisar um sistema, gerando dados sobre função e importância potencial na articulação de caminhos numa cidade (posicionamento dentro de uma rede/sistema hierárquico) (Topalov & et al., 2010; Lamas, 2011; Proença, 2014).

Topalov (2010) apresenta uma espécie de dicionário, onde propõe definições, em vários idiomas, para termos relacionados com a forma e traçado urbano. Lamas (2011) menciona que os diferentes níveis e escalas associadas a uma hierarquia das formas urbanas, explicam a existência de travessas, avenidas e vias rápidas. A referência ao trabalho de Proença (2014) é incontornável para o caso de Lisboa, mediante a definição partindo das designações toponímicas e proposta de gizar o quadro tipo-morfológico das ruas da cidade. Outra forma de análise de hierarquias num sistema viário é proposta na *Lógica Social do Espaço* (Hillier & Hanson, 1984; Holanda, 2002; Medeiros, 2006), onde fica privilegiada a análise topológica dos caminhos, como meio para identificar eixos mais *integrados* (de maior acessibilidade) e mais *segregados* num sistema viário.

A espacialização da designação da toponímia, implica a construção de uma cartografia interpretativa para o traçado urbano, posicionando-se numa “...abstracção analítica a duas dimensões, tendente a explicar a sua importância no espaço físico tridimensional que é uma cidade.” (Coelho, 2002, p.78). O método para trabalhar sobre a interpretação das designações toponímicas, mediante a sua espacialização, de forma a contribuir para o estudo de potenciais hierarquias dos traçados, ou seja, compreendendo níveis de acesso ao bairro, remete para o trabalho de Hakim (1986) sobre a medina de Tunes (Figura 3.12).

No caso de Tunes, a segmentação do traçado em vias *públicas* e *semi-privadas* é um dos critérios para hierarquizar a rede de percursos dentro da medina, associada a parâmetros urbanísticos, tais como a largura e altura viária. O traçado graduado através de uma hierarquização contribui para o escrutínio do uso/acesso a ruas e quarteirões.

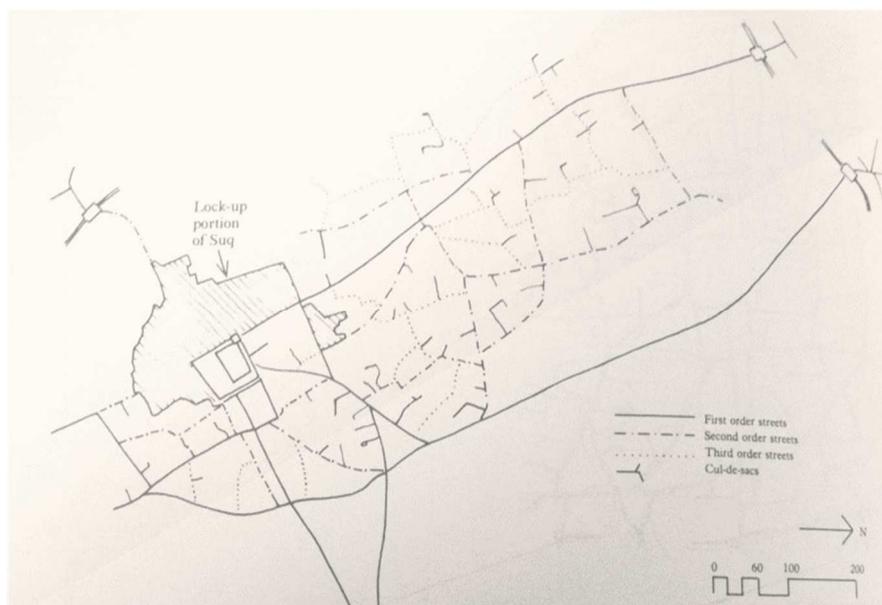


Figura 3.11 Medina de Tunes, hierarquia viária.

Hakim (1986).

Uma via pública teria largura mínima de sete cubits (3,23-3,50m), de forma a permitir passagem a dois camelos com carga máxima, e uma altura mínima igual. A hierarquia começa a estruturar-se desde as vias públicas, havendo vias principais e secundárias. As vias principais “make up backbone of the system and connect all major gates with the core of the Medina where the major city mosque and surrounding Suqs are located” (Hakim, 1986, p.64), já as vias secundárias seriam as que fazem a ligação entre as vias principais e os quarteirões residenciais. No interior dos quarteirões, situa-se um terceiro nível hierárquico de vias públicas, tendencialmente usadas por residentes.

No entanto, o ponto de quebra inequívoco, que introduz um maior nível de escrutínio no uso da rua recai sobre os *cul-de-sacs*. Estes são considerados ruas semi-privadas e de acesso exclusivo para moradores dos edifícios confinantes. A propriedade da rua pertence aos moradores, em última análise, responsáveis por chegar a um consenso sobre a forma de gerir e manter o espaço do beco.

A gestão vicinal do beco remete para uma espécie de micro-comunidade privilegiada e semi-segregada por via da forma (beco) e dos significados, que assume neste contexto particular. Para além da privacidade garantida na estratificação hierárquica, colocando-os numa posição potencialmente segregada e na exclusividade do acesso ao beco, os coabitantes do beco munem-se de poder de decisão sobre a construção dos edifícios e largura do beco.

Por norma, o *cul-de-sac* tinha entre 1,84 e 2m (4 *cubits*), mas poderia ser mais estreito, desde que um camelo com carga máxima pudesse passar. Mediante a aprovação de todos os vizinhos, o beco poderia ser parcial ou totalmente convertido em *Driba*<sup>44</sup> com o encerramento do beco através de um portão à entrada. O morador do último edifício do beco sem saída poderia apropriar-se do troço final do beco (até à última porta de acesso pelo beco), criando uma *Driba*, desde que todos os vizinhos, o consentissem.

A *Driba* é um dos elementos característicos da cidade islâmica juntamente com a *Fina*<sup>45</sup>. O uso da *Fina* é, por direito, do proprietário do edifício, no entanto, em becos mais estreitos poderiam existir casos em que o seu uso seria partilhado. Na projecção vertical da *Fina* podia haver construções salientes, desde que fosse respeitada a altura mínima para passagem. Quando os edifícios dos dois lados da rua pertenciam ao mesmo proprietário era possível unir a sua estrutura, ganhando um compartimento interior na projecção construída sobre a rua (*Sabat*).

A *Suq* é uma via com características distintas das anteriores, pois é predominantemente comercial e intensamente frequentada. O caso de Tunes, demonstra que pode ser encontrada uma hierarquia no traçado da medina, em que o *cul-de-sac* estaria no extremo mínimo em relevância e acessibilidade para a percorrer. Este extremo de rua que Topalov (2010) dá como sinónimo de beco, é uma rua sem saída e semi-privada e assiste na construção de percursos de incrementada privacidade, base para a estruturação da vida social na medina. Neste sentido, a segregação dada pela extrema hierarquização do traçado, é vista como um mecanismo de desenho que responde a um objectivo específico de preservação de valores morais e culturais.

No mapa (Figura 3.12) apresentam-se os mapeamentos resultantes da espacialização das designações toponímicas, focando a área de densidade elevada de becos (verificada no Capítulo 2). Dos 151 becos localizados na análise à escala da cidade, 56 encontram-se representados no mapa abaixo. Percentualmente, este valor corresponde a aproximadamente um terço dos becos de Lisboa, concentrados numa área que contém o bairro de Alfama e se estende até à Sé e até ao Castelo. Como referido, para este mapa de Alfama, foram utilizadas as designações da toponímia, processadas e espacializadas para definir a rede de hierarquias do traçado à escala do bairro, recorrendo aos SIG.

---

<sup>44</sup> Fechamento do beco com cobertura em abobadada (Hakim, 1986).

<sup>45</sup> Pátio interior de um edifício residencial ou espaço adjacente à fachada (Hakim, 1986).



Figura 3.12 Mapeamento da toponímia das ruas de Alfama

Geodados CML (adaptado)

A interpretação de hierarquias quando estamos perante um traçado não planeado, enquadra-se com bastante naturalidade através do estudo de Hakim (1986) sobre Tunes. Com efeito, nenhuma cidade pode ser considerada totalmente não planeada, apesar da aparente arbitrariedade da sua forma (Kostof, 1991).

Environments are artifacts. Their overall coherence ultimately reflects a social dimension. Form hierarchies ultimately reflect the common values of agents who within certain generally accepted constraints, mutually interact with external material, technical and economic conditions. Each shapes the other and environmental structure changes accordingly (Habraken, 1998, p.226).

Mesmo quando estamos perante um *tecido sedimentado* “a partir da aparente irregularidade e sinuosidade do traçado urbano podemos inferir regras que permitem o conhecimento de uma hierarquia urbana no próprio traçado das ruas” (Proença, 2014, p.479). Proença (2014) defende que uma parte do traçado de Alfama resulta, afinal, da adaptação de uma grelha ortogonal hierarquizada, às condições topográficas. Considerando esta afirmação, poderemos estar perante um ponto em que o bairro (Alfama) se descola da ideia construída sobre um imaginário medieval de referências à cidade islâmica tradicional (Hakim, 1986; Sampayo, 2014). Para tal argumento, contribui ainda o facto do modelo que representa a medina de Tunes se organizar numa graduação hierárquica estritamente polarizada em vias públicas e *cul-de-sac*, ou seja, becos sem saída.

Em Alfama, no contemporâneo, focando-nos momentaneamente apenas sobre o traçado e designações toponímicas (Figura 3.12) percebemos que o *quarteirão* pode, de facto, ser a unidade chave de passagem ou atravessamento para um segundo nível hierárquico. No seu interior, encontramos não só os becos mas todas as *pequenas escalas da rua*. Neste sentido, assumindo níveis de profundidade criados pela hierarquia do traçado, a leitura proposta por Habraken (1998) vem novamente aproximar os dois casos (Tunes e Alfama). Segundo o autor, podemos interpretar a hierarquia urbana, como a medida que expressa níveis de controlo sobre o espaço, criando *territorial depth*.

A hierarquia das formas urbanas, pode referir-se à definição de níveis de controlo e sobreposição de escalas de *inclusividade*. Para o autor, nas cidades de estrutura tradicional mediterrânea e em grande parte do Médio Oriente urbanizado, encontramos casos de elevada *territorial depth*. É importante reforçar a ideia de que posicionamos Lisboa, neste contexto mediterrânico.

Aqui teremos de fazer um aparte sobre a cidade planeada, pois a hierarquia do traçado é um dos mecanismos incontornáveis para o planeamento e desenho urbano.

No início do século XX, após a descoberta e gradual banalização do uso do automóvel como meio de transporte privilegiado para a vida quotidiana na cidade, a cidade é sucessivamente pensada para responder a uma nova forma e velocidade de circular. Os Planos de Le Corbusier para a *Ville Contemporaine* e *Ville Radieuse* manifestam uma nova forma de entender o trânsito e a cidade, mas a hierarquização do sistema viário é parte inequívoca. Brasília é o caso paradigmático de cidade planeada e construída de raiz (1956-60), onde a hierarquia do traçado é pensada de forma evidente desde a fase inicial do Plano. A cidade do Plano, fica dividida em superquadras dentro das quais o nível de acesso contrasta com os grandes eixos que estruturam a cidade – Eixo Rodoviário e Eixo Monumental (Costa, 1957).

No modelo *Radburn* (Stein, 1966) é proposta uma solução para o trânsito na cidade, com o objectivo principal de garantir a segurança do peão em bairros residenciais. A proposta é baseada na hierarquização das vias, especializando o seu uso e promovendo diferentes fluxos. Nas vias que interligavam as comunidades o trânsito automóvel seria privilegiado, planeadas para acomodar um uso intenso e fluidez, enquanto gradualmente ao entrar na cidade o espaço do automóvel seria negociado com o do peão até às ruas locais - *cul-de-sac*. Nestas, a configuração e especialização contribuiria para reduzir o espaço do automóvel, privilegiando o trânsito pedonal. Deveriam ser estreitas e garantiam acesso a edifícios residenciais, tornando-

se de limitada atractividade para o trânsito dentro da cidade, ao dispensarem funções de conectores principais. As vantagens apresentadas sobre este modelo de estruturação hierárquica, em relação a modelos de grelha ortogonal integram: a salvaguarda da segurança dos peões dentro dos bairros residenciais e melhor gestão de recursos na pavimentação de ruas, considerando que a graduação hierárquica das ruas contribuiria para o decréscimo da área total pavimentada.

O estudo de Zhang (2013) ajuda a recolocar-nos no ponto principal da questão. Com efeito, o cerne desta questão sobre hierarquia, não está na cidade planeada/cidade não planeada, mas sim no tipo de estrutura que conforma o traçado. O estudo apresenta a comparação de três bairros. Grand Lakes (Figura 3.13) é baseado no modelo *Radburn*, Woodlands (Figura 3.14) é considerado um modelo hierárquico tendencialmente extremado em *cul-de-sac* e Houston Heights (Figura 3.15) apresenta um traçado em grelha ortogonal. As variáveis definidas para o estudo comparativo foram *acessibilidade* e *conectividade*. Os mapas foram processados em SIG e as conclusões apuradas vão no sentido de estabelecer que os modelos baseados numa hierarquização dos percursos, extremada nos *cul-de-sac* possibilitam uma maior acessibilidade pedonal, quando comparados com os modelos de grelha ortogonal.

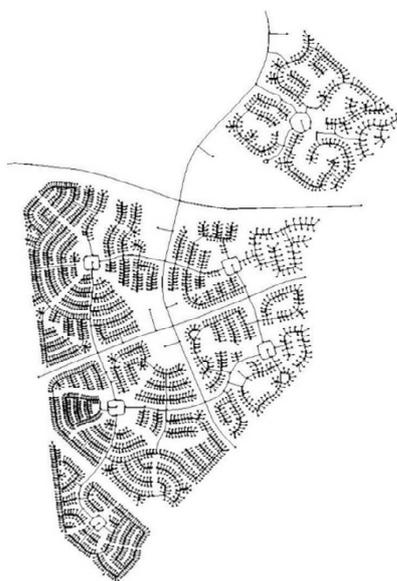


Figura 3.13 Bairro Grand Lakes  
(Zhang, 2013)



Figura 3.14 Bairro Woodlands  
(Zhang, 2013)



Figura 3.15 Bairro Houston Heights  
(Zhang, 2013)

Acessibilidade e conectividade são variáveis fundamentais na *Space Syntax* e em paralelo, a *Lógica Social do Espaço* considera a associação entre a estrutura em grelha ortogonal e um traçado hierarquicamente plano. No polo oposto encontra-se uma estrutura de baixa conectividade, causada pela elevada hierarquização dos percursos, tendo por base referências topológicas. Em consequência gera-se uma disparidade entre os valores de *integração* e *segregação* sobre determinados eixos do sistema (Hillier & Hanson, 1984; Medeiros, 2006).

A interpretação do mapa sobre a hierarquia das ruas de Alfama (Figura 3.12) abre duas novas linhas de análise espacial que serão desenvolvidas de seguida. A primeira, permite pensar o quarteirão como unidade de transição de nível hierárquico, estruturando dois níveis de acessibilidade dentro bairro. Num recorte posterior (Capítulo 4), avança-se para um estudo sobre a configuração dos becos do bairro, questionando o beco enquanto tipologia urbana, assumindo tipos e variantes da forma e propondo encontrar o seu papel, enquanto rua sediada na interioridade do quarteirão e sinédoque das pequenas escalas da rua.

### 3.4 Largos, ruas e becos. O quarteirão e outras lógicas hierárquicas implícitas

Através do mapa anterior (Figura 3.12) percebemos que, mais do que uma estrutura labiríntica e desconexa, está inerente a organização do bairro em pequenos quarteirões, que se viram tanto para o exterior (*ruas*) como para o interior (*pequenas escalas da rua*). As designadas *ruas* na toponímia, hierarquicamente superiores, mais acessíveis e com valores de conectividade mais elevados, são eixos longos e estruturantes do traçado (assumindo, como contexto, a escala do bairro). No interior destes quarteirões surgem representadas a tracejado as *ruas de pequena escala: becos, escadinhas e calçadinhas* e também a *travessa* que é por definição “uma rua estreita ou curta que põe em comunicação duas ruas hierarquicamente superiores” (Proença, 2014, p.295).

Focando temporariamente o bairro como recortado da cidade, este efeito de hierarquização, combinado com uma leitura tendencialmente ortogonal da sua estrutura, conduz a que possamos pensar num mosaico de pequenos quarteirões, que se organizam abrindo longitudinalmente na zona mais próxima do rio e se agregam e empilham, cota sobre cota, nível sobre nível, abraçando a colina.

Lamas (2011) define quarteirão como

um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais

vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes) para construção de edifícios também um modelo de distribuição de terra por proprietários fundiários. Como é também o modo de agrupar edifícios no espaço delimitado pelo cruzamento de traçados (p.88).

Teixeira (2001) apresenta uma proposta de tipificação de quarteirões para o contexto urbano português, subdividindo-os em três tipos fundamentais. O quarteirão medieval (séculos XIII e XIV) caracterizado por uma configuração relativamente estreita e comprida, onde os lotes urbanos, ficam dispostos paralelamente, permitindo aos lotes ter duas frentes: a principal e traseiras. A polarização das fachadas, mediante a sua importância, era facilmente transponível para a definição de uma hierarquia de ruas (principais e secundárias nas traseiras dos edifícios). Segundo o autor, este tipo de quarteirão pode ser encontrado na zona Baixa de Alfama, salvaguardando, no entanto, que parte dos edifícios são representativos de outra época.

O segundo tipo é o quarteirão de forma aproximadamente rectangular. Neste tipo, os lotes encontram-se confinados com base num eixo que une as traseiras, organizando-se de forma a que cada parcela tenha uma frente virada para a rua e as traseiras na direcção do interior do quarteirão. Este modelo deixa implícita uma hierarquia baseada na acessibilidade dos edifícios, neste caso, polarizada entre as ruas que providenciam o acesso principal e as ruas transversais que predominantemente estão delimitadas pelos muros laterais dos quintais ou logradouros. De acordo com o autor, este quarteirão é de fundação posterior e poderá ser encontrado na zona Norte do Chiado e no Alto de Santa Catarina (Bica).

O terceiro tipo de quarteirão tem uma forma rectangular ou quadrada, no entanto, diverge do tipo anterior, pois apresenta lotes virados para as suas quatro faces. A hierarquia de ruas definida na dicotomia frente-traseiras dos edifícios deixa de ser pertinente, uma vez que todas as ruas que delimitam o quarteirão permitem acesso principal a lotes. Neste caso, a ordem hierárquica torna-se mais subjectiva, sendo difícil estabelecer uma associação com base no nível de atractividade da rua, enquanto forma de acesso privilegiado. No entanto, a definição de hierarquias pode basear-se em diferentes condicionantes. Para este tipo de quarteirão, o autor utiliza a Baixa Pombalina como caso exemplificativo. Referimos anteriormente (ver tópico 2.4) que o nível de pormenor para a decoração das fachadas dos edifícios pombalinos é um dos sinais, que os autores do planos pensaram para estabelecer a hierarquia de ruas, tal como a variação na largura do perfil de rua.

Não obstante, as generalizações instituídas sobre a escala das suas ruas, percebe-se que a estrutura, do bairro de Alfama, não é homogénea. Existe uma hierarquia bastante marcada, que

se desenvolve particularmente em três níveis: *ruas*, que circunscrevem micro-quarteirões dentro do bairro, *ruas de pequena escala* que se encontram no interior dos quarteirões e num nível de pré-interioridade em relação à casa e no extremo oposto, os *largos* que se situam, quase poeticamente nos vértices de determinados quarteirões, boleando as ruas, poupando-as a cruzamentos e intersecções agudas e criando pequenos vazios entre a densa aglomeração de pequenos edifícios, num contexto generalizadamente pitoresco.

As ruas constituem uma infraestrutura contínua. A distinção de níveis hierárquicos entra em relação com a *forma* e com o *conteúdo*. As dimensões de análise de uma hierarquia, obtêm expressão material e manifestam-se através de diferentes intensidades e níveis de controlo.

A proposta defendida sustenta-se no facto de que, não obstante as similaridades aparentes das dimensões espaciais e apesar de eventuais alterações ao longo do tempo, determinados níveis de escrutínio sobre o espaço permanecem legíveis, mesmo que adaptados e alterados com ou sem causas e consequências formais (Habraken, 1998).

Neste sentido, pudemos avançar para um mapeamento, baseado na sobreposição de camadas de informação, provenientes da interpretação de hierarquias com base na designação toponímica, da elevação do pormenor sobre a representação das formas urbanas e adição de dados qualitativos sobre funções e potenciais apropriações, recolhidos através de observação directa no local.

Como referimos, o mapa (Figura 3.16) resulta da sobreposição das camadas de informação, combinando funções, formas e hierarquias. Primeiramente, podemos constatar que as *ruas* criam ligações entre os vários *largos*, zonas por definição mais abertas, que têm por função promover o encontro. E simultaneamente desenhavam *quarteirões* como por exemplo, a Rua dos Remédios e Rua do Jardim do Tabaco, que desembocam no Largo do Chafariz de Dentro, circunscrevendo uma rede interior de percursos secundários.

O principal comércio e restauração do bairro concentra-se nas ruas de S. Miguel, de S. Pedro, da Regueira, dos Remédios e S. João da Praça. Todas e cada uma destas ruas parte e/ou chega a um dos pequenos largos e impõe-se como uma das principais artérias, as que organizam os percursos mais acessíveis e em outra medida os mais óbvios de atravessar o bairro.

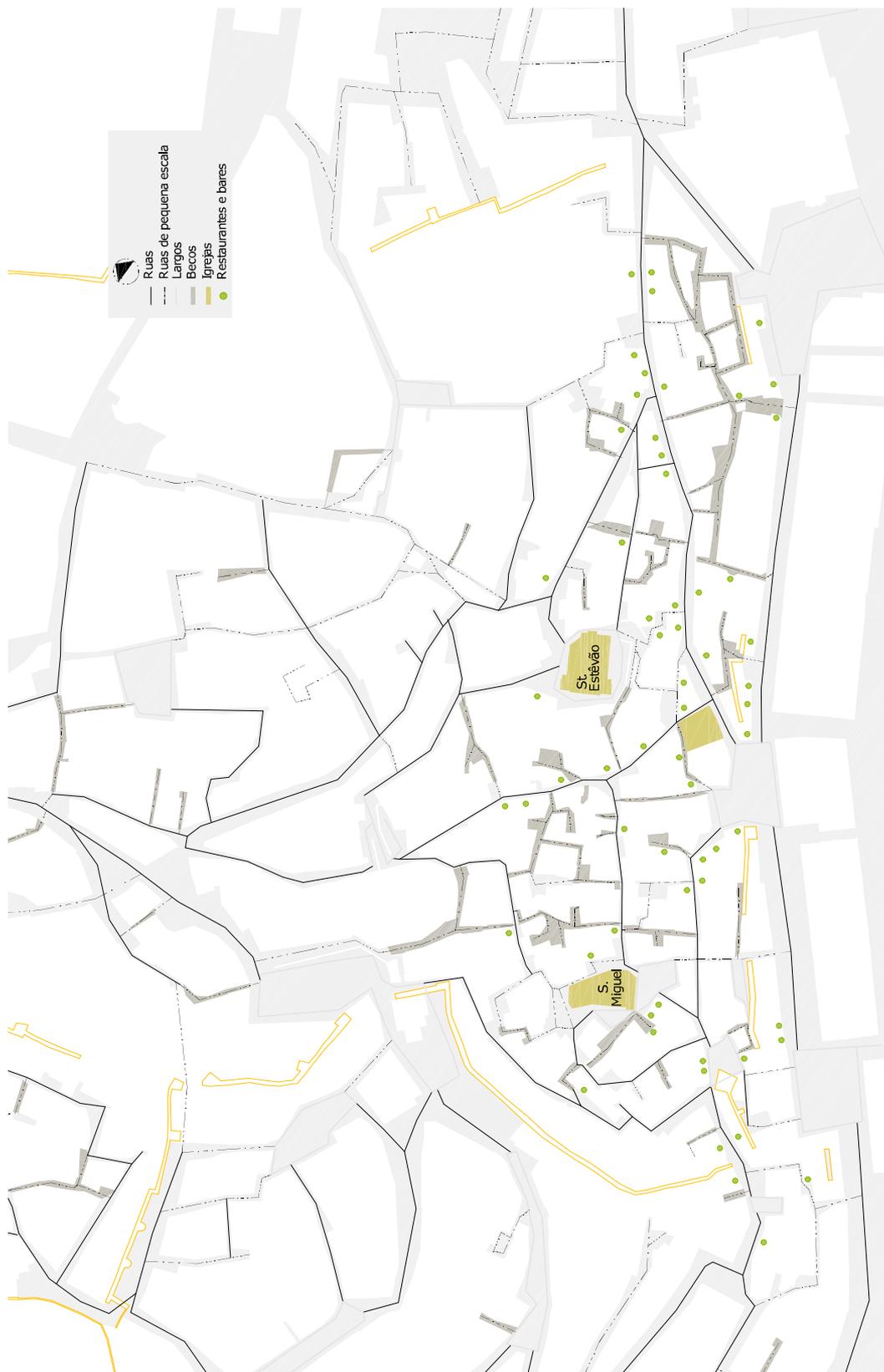


Figura 3.16 Toponímia e usos em Alfama.

Processamento em SIG e Autocad

Proença (2014, p.302) refere a rua como o termo que reúne “etimologicamente o significado formal e espacial de canal linear criado pelo tempo e o significado de itinerário, ou seja, é duplamente lugar e caminho entre lugares”. Esta ideia sobre a rua é particularmente interessante para compreender hierarquias no caso de Alfama. A rua torna-se no elemento que equilibra, de forma mais equitativa, as duas funções: ser *lugar* e ser *caminho*.

Hannerz (1980) reflecte sobre *lugar*, em particular, *sense of place* e como este se estabelece como tal no contexto urbano. Questões de acessibilidade e diversidade são incontornáveis para relações entre *forma* e *conteúdo*, que em última análise, estão na génese do *sense of place*. O autor explica através da distinção entre *central places* e *special places*, que um lugar se define numa integração situacional entre acessibilidade e diversidade. A presença no espaço é um factor fundamental, pois quando existem determinadas condições para actividades e encontro, estas vão condicionar escolhas de outra forma potencializadas pela acessibilidade

this may not just be accessibility added to diversity; it may be accessibility in diversity, and diversity in accessibility. People respond not just to being close, hut to being close to particular kinds of others (Hannerz, 1980, p.99).

Nas ruas, ainda que possam conviver múltiplas funções que a tornam lugar, o seu papel de conectores urbanos, viabilizando percursos para chegar a outros lugares dentro e fora do bairro, é tendencialmente inquestionável.

Com base na distinção de tipos de quarteirão (Teixeira, 2001), podemos propor como medida para encontrar hierarquias no traçado urbano a atractividade da rua, enquanto meio para aceder a edifícios. Neste contexto, o comprimento da rua, o número de edifícios e o número de acessos, são fundamentais para estabelecer comparações. No entanto, o que acontece dentro dos edifícios é igualmente um factor que intervém para a estruturação de uma hierarquia viária com base na efectiva presença no espaço. A presença poderá ser um resultado e em consequência um critério para medir um eventual nível de atractividade.

O *sentido de lugar* pode compreender a “cidade inteira como contexto de referência” e diz respeito a “uma cartografia imaginária dos cidadãos que vivem em certas partes da cidade continuando a ter, sobre outros espaços, pelo menos algumas experiências, ideias ou imagens” (Agier, 2011, p.67). O autor estabelece a importância do sentido de lugar, traduzido num espaço físico e emocional potencializador da construção de identidades colectivas e refere-se a uma ideia de momento comum. Nesta situação partilhada pela comunidade gera-se uma

desidentificação do indivíduo com ele mesmo, em prole de uma forte valorização momentânea de algo comum.

Neste contexto, o *lugar* aparece como central para uma vida social urbana e a rua é referida como um destes lugares por excelência. Por seu lado, o beco torna-se suscetível a extremar a função de *lugar*. Se pensarmos nos becos sem saída, a sua função enquanto caminho é limitada ou se pensarmos nos becos predominantemente apropriados para esplanadas em extensão de um restaurante, a sua leitura como lugar de encontro e permanência evidencia-se.

Nesta definição, o beco não teria como função conduzir a nenhum lugar, além daquele de que forma parte. Enquanto forma urbana, o beco tem um desenho complexo, tamanho reduzido e localiza-se em lugares onde a rua se estreita ou cria esquinas salientes. Em planta, tem perfil irregular, sendo essa imagem de irregularidade complementada nas pendentes da rua e disposição das portas (Monteys, 2018).

Os becos e ruas de pequena escala, sendo percursos secundários, tendem a facilitar acessos a lugares mais íntimos e segregados e, portanto, a um segundo nível de profundidade (*territorial depth*). Apresentam-se como uma espécie de filtros do acesso a lugares, não lugares centrais (*central places*) como poderíamos considerar os largos, mas a lugares particulares (*special places*), pois estamos perante um elevado nível de escrutínio na acessibilidade.

Com efeito, no interior dos quarteirões de Alfama, esta situação é em grande parte verificável. A habitação é a função que valoriza certa segregação e resguardo em relação à centralidade. Os becos e ruas de pequena escala são pela sua posição hierárquica, potencializadores destes factores conduzindo à segregação. No entanto, há que contextualizar esta segregação em prole da escala do bairro, onde tudo é perto e próximo, e distanciá-la da ideia *ilhas* apresentada por Jacobs (2001).

A especialização funcional poderá contribuir para a extrema hierarquização da atractividade destes lugares, tornando-a dependente de interesses específicos de classes e/ou grupos sociais. Por exemplo, nas zonas exclusivamente residenciais, não existindo outras funções associadas, apenas os moradores têm necessidade de percorrer e ocupar esses espaços. Este factor, pode contribuir para a fixação de determinadas classes ou grupos que partilham estilos de vida, inadvertidamente excluindo outros, em função do tipo de edifícios, estado de conservação, localização, valor de arrendamentos, entre outros.

Agier (2011, p.112) defende que um lugar pode ser “definido pelos atores urbanos quaisquer que sejam (desde o planejador até ao habitante do fundo de um beco)”. Em relação ao beco, há que aproximar os conceitos de *special places* de Hannerz (1980) e de *ordinary places* de Knox (2005) a que voltaremos no tópico 4.3. Lugares comuns que se tornam lugares especiais, conceitos que se aproximam para descrever espaços intensamente apropriados. Estas apropriações são, de facto, uma forma de presença, seja ela efectiva ou indirecta no espaço. No Beco do Surra, verifica-se uma atmosfera particular gerada pelas plantas colocadas pelos vizinhos junto à fachada, a acção é especialmente promovida por duas das vizinhas (Figura 3.17).



Figura 3.17 Beco do Surra

Novembro de 2017

Paradoxalmente, comparável ao beco, também o largo é, tendencialmente, menos caminho e mais lugar. No entanto, afastam-se em significados pela sua escala e nível de reconhecimento como espaço da esfera e vida pública. A sua função é mais agregadora, do que distribuidora e conectora. São lugares porque promovem o encontro, a permanência e a expressão cívica. Em Alfama, multiplicam-se as referências sobre como os largos são localizações preferidas. Não só se situam aí igrejas (ainda marcos de referência para a orientação e centralidades do bairro), mas neles se promove a realização de eventos, mercados, reuniões organizadas e encontros informais (Figura 3.18 e Figura 3.19).



Figura 3.18 Evento de Fado no Largo do Chafariz de Dentro

Setembro de 2014



Figura 3.19 Piscina colocada no Largo de S. Miguel

Julho de 2018

De acordo com Teixeira (2001) mesmo nas cidades medievais planeadas, onde existia uma concepção global do seu traçado, muitas vezes as praças ou largos resultavam do cruzamento de caminhos ou terrenos livres localizados no interior da cidade, entre o tecido construído e a muralha, contendo algum edifício singular que assumia um papel preponderante, como é o caso das igrejas.

A igreja de São Miguel é historicamente um símbolo para o largo, as suas escadas são espaço de paragem mais ou menos relaxada e longa e motivo de inspiração para início de conversas. Na nossa primeira conversa junto à palmeira em frente à igreja de S. Miguel, a D. Laurinda prontamente me contou as lendas da igreja, que incluem túneis secretos e roubos napoleónicos. São Miguel dá nome à igreja e ao largo unindo-os na interdependência espacial e também no atributo que os denomina.

O Largo do Chafariz de Dentro é marcado pela existência do chafariz que fica “dentro”. À semelhança das escadas da igreja é um espaço onde a interrupção do percurso é apelativa. Não é, à semelhança do anterior, inusual encontrar neste largo moradores de Alfama, que partilham estes espaços com os fluxos turísticos contínuos, mas mais ou menos intensos, dependendo da época, do dia, da hora.

O Largo de São Miguel e o Largo do Chafariz de Dentro, são dois pontos importantes para os encontros em Alfama. Ao Sábado de manhã é frequente ver os moradores circular neste eixo, que articula a Rua de São Miguel e a Rua de São Pedro. Os moradores vêm com tempo para se encontrar e trocar algumas palavras a caminho dos seus passeios de variáveis longidividades, até ao supermercado local ou explorando os arredores; vêm com uma certa disponibilidade para

ver e ser vistos. Foi, exactamente neste contexto de espaço e de tempo, que iniciei conversas com muitos daqueles que vieram a apresentar-me o bairro e um pouco das suas vivências e memórias.

Esta análise, iniciada na designação toponímica, apresenta-se pertinente para compreender, não apenas hierarquias dentro do traçado do bairro, mas é coerente com a percepção sobre a escala das formas urbanas e com o que pudemos observar no terreno. A existência de uma segregação da forma promovida pela gradação hierárquica do traçado urbano, contribui para consolidar e simultaneamente intensifica-se ou desenvolve-se em novos níveis de *territorial depth*, através de comunidades, que partilham estilos de vida e exercem controlo sobre o espaço, promovendo certa *exclusividade* de acesso.

Essa situação é evidenciada por Costa (2008) na leitura da relação entre o bairro e a cidade, mas é também legível a uma sub-escala, embora com esbatida intensidade, quando entramos nos diferentes quarteirões. O bairro, enquanto unidade, surge fragmentado. O local é ainda divisível e lido no micro local, os quarteirões criam uma pré-interioridade, uma antecâmara da antecâmara (beco) da casa, numa lenta graduação e passagem do espaço público para o privado. Surge um outro nível de *territorial depth*, em que ficam tendencialmente pré-determinados níveis de acessibilidade permitidos ao visitante.

Salvuarda-se que a hierarquia traduzida pelo traçado e nível de *territorial depth*, pode ainda, mediante determinadas circunstâncias ser subvertida pelo uso. Lugares tendencialmente pouco atractivos e mais segregados podem, em determinadas circunstâncias, adquirir maior relevância nas dinâmicas de circulação e/ou permanência, como já ressaltámos através da referência ao estudo de Hannerz (1980).

Alfama, apresenta determinadas condições que têm contribuído para este fenómeno de reversão hierárquica, mediante uma certa *banalização de lugares*. Tendo como base em narrativas que têm vindo a afirmar-se sobre o bairro, a sua atractividade geral é tendencialmente construída artificialmente e exponencialmente empolada pelo crescente número de visitantes no bairro e a sua *mediatização e espectacularização* por via do turismo, em conteúdo de redes sociais (abordaremos esta temática com base na análise de conteúdos de *tweets* no tópico 6.3.1 Ecos do turismo em Alfama. Perscrutando o *Twitter*).

As ruas tendencialmente estreitas, onde o trânsito automóvel é condicionado ou interdito, de acordo com um carácter particular, atribuído como camada impressionista, baseada numa

versão do pitoresco das coisas, passam a atrair, não apenas pelo acesso que facilitam, mas enquanto espaços lúdicos, de fruição da paisagem e de nostalgia, protagonizando uma *economia simbólica* (Zukin, 1996) (tema aprofundado no Capítulo 6).

A leitura de quarteirões com base na análise espacial apresentada, permite pensar numa organização em micro-unidades, que lidas à escala do bairro se complementam para uma imagem de conjunto. Entrando nesses micro quarteirões, temos potencialmente acesso ao “coração do bairro”, resguardado da centralidade dos largos interligados pelas ruas mais longas. Podemos pensar que neste modelo fica salvaguardado um certo resguardo, um implícito condicionamento ao nível de invasão que os visitantes, actualmente em número, pressionam sobre o bairro, no entanto, subversível pelas novas formas de viver o turismo, nomeadamente as novas opções de alojamento turístico, que vieram democratizar e reelitizar as relações com o local.

A proposta de definir *ruas de pequena escala*, é assumida com a formulação hipotética e justificada pela análise, que sobrepõe as designações toponímicas e as formas urbanas do bairro, para uma leitura de hierarquias encaixada em níveis de *territorial depth*. As *ruas de pequena escala* subordinadas às designadas *ruas*, enquadram um perfil hierárquico apoiado pela sua escala, que contrasta com as hierarquicamente superiores, tendendo para extremar a função de *lugar*. Traduzem os percursos que ficam consignados ao interior dos pequenos quarteirões, onde aparecem a par do beco. A designação *beco* justifica-se, com base nos argumentos apresentados, como sinédoque de *ruas de pequena escala*, por estas se encontrarem igualmente associadas a uma escala mais pequena do que a *rua* e a um papel secundário dentro da hierarquia de caminhos e, como veremos em seguida, por se confundirem com o beco mediante as variações de forma e conteúdo que este assume dentro do bairro.

## Capítulo 4. A rua: Beco e metonímias

### 4.1 Entre o público e privado

A rua pode prolongar-se ao interior dos edifícios, gerando espaços de ambiguidade. Esta poderia ser a tese por detrás da opção metodológica de Nolli (1748) ao representar Roma (Figura 4.1) nas suas ruas, pisos térreos e pátios interiores, como se de uma rede contínua de percursos se tratasse. Monteys (2018) utiliza a referência à planta de Roma proposta por Nolli, para evidenciar a existência de espaços de *fronteira* ou *transição*, que se tornam ambíguos, por via da experiência que comportam e em consequência difíceis de definir e classificar, pondo em causa um sistema estanque entre o fora e o dentro, o interior e o exterior. A fachada do edifício deixa de representar de forma absoluta o ponto de quebra, enquanto linha que dita uma barreira, uma fronteira.

O excerto da planta de Nolli e o excerto da planta coordenada por Vieira da Silva Pinto (1911) focando Alfama (Figura 4.2) podem, quando paralelamente observados, permitir certas comparações, anteriormente identificadas por Monteys (2018) para os casos de Roma e Lisboa. O beco, entendido como representante de uma rede secundária de caminhos, estabelece-se como uma rua, cuja construção de significados se estrutura desde a complexidade da forma e ambiguidade nas experiências que comporta.



Figura 4.1 Planta de Roma (excerto) por Giambattista Nolli (1748)

[http://www.bopen.it/nolli\\_imgs/nollimap.html](http://www.bopen.it/nolli_imgs/nollimap.html) por Siniscalchi



Figura 4.2 Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911 (excerto) por Vieira da Silva Pinto

Arquivo Municipal

Questionar os limites da rua enquanto espaço público, implica questionar relações que evidenciam transgressões na proposição de que existem estanques limites espaciais entre os domínios público e privado. Este passo é significativo para a compreensão de lógicas inerentes

a pensar a pequena escala da rua, como privilegiadamente ambígua na validação de polaridades entre estes dois mundos e domínios.

A negociação de limites, assume códigos próprios, que conformam a vida quotidiana no bairro, onde o *beco* se encontra estrategicamente posicionado para manifestar as ambiguidades resultantes. A permanente flexibilização negociada para gerar elasticidade e extensibilidade do espaço público e do espaço privado, gera áreas particularmente suscetíveis a transgressões e permeabilidades. Considerando que o beco é, por hipótese, um destes espaços híbridos e cinzentos, fica justificada a pertinência do estudo das ruas de pequena escala de Alfama, como caso pertinente para qualificar as relações e expressões destas ambiguidades.

A bipolarização do espaço em público e privado tem vindo a ser defendida e criticada por vários autores. Na fase de planear e projectar cidade ou de interpretar a cidade construída. Esta é uma das construções teóricas, onde a dimensão social trespassa e resvala em intenções para e sobre o espaço, tendencialmente mais para o dividir do que para o unificar.

#### **4.1.1 Análise espacial da forma urbana**

Christopher Alexandre (2004) refere a planta de Nolli (Figura 4.1) como representativa para a sua proposta de espaço público como uma rede de *Hülle* (*hulls*). O autor reforça o valor simbólico do espaço público que deverá expressar um carácter próprio, ou seja, reflectir uma identidade proposta pela comunidade que o identifica como centro da vida pública. O conceito de *Hülle* justifica-se na identificação ou destaque de sucessivas entidades que se assumem como independentes, dentro da rede de espaços públicos, por adquirirem uma lógica própria e um reconhecível sentido positivo, experienciado por quem os atravessa ou neles permanece.

Tibbalds (1992) critica a forma de pensar a cidade através da organização do trânsito automóvel ou através dos edifícios. O autor defende que a cidade deve ser considerada numa leitura global, onde são privilegiados os espaços vividos à escala humana (para caminhar e não para conduzir automóveis). O espaço público não deve ser residual ou consequente da construção de edifícios e vias de trânsito, mas antes pensado como uma entidade global para pessoas. Gehl (2006) fala da *vida entre os edifícios* como metáfora de espaço público, para recolocar ênfase na rede de espaços exteriores aos edifícios, enquanto espaços habitáveis. Estes, não são o remanescente da cidade construída, mas antes palcos da vida urbana, portanto, devem ser pensados como catalisadores de determinadas apropriações e capacitados para albergar várias funções. O autor distingue tipos de actividades no espaço público: obrigatórias, não

dependem de condições oferecidas pelo espaço; não obrigatórias ou opcionais, apenas acontecem mediante condições externas favoráveis, desenvolvendo-se em oportunidades de encontro e interação social. Os autores vêm colocar o espaço público numa proposição de rede de espaços de relevância central no planeamento e desenho da cidade.

O estudo *The Street Life Project* (Whyte, 1980) coordenado por William H. Whyte nos anos 70, sugere que, acima de qualquer outra causa, o que funciona como íman para atrair pessoas a um espaço público é a presença de outras pessoas. Com base no estudo, outros factores foram apontados como determinantes para tornar um espaço público atractivo, nomeadamente, a existência de lugares para sentar e permanecer e ofertas de comida/bebida.

O estudo de Whyte, que se foca em praças de Nova Iorque, parece ir ao encontro das propostas de Gehl (2006). Para o autor, o tempo de permanecer no espaço é associado a acções não obrigatórias e potenciado por factores que são oferecidos pelo próprio espaço. O espaço público retém, assim, múltiplos significados além da operacionalização da circulação. O arquitecto e urbanista Gehl tem vindo a desenvolver a apresentar propostas de pedonalização para espaços públicos, que foram já implementadas mundialmente, em várias cidades (como Copenhaga, Amesterdão, São Paulo, Nova Iorque, etc). Ao defender que o espaço público é responsável por propor funções, defende que com a dissuasão do tráfego intenso nos centros urbanos, a cidade fica disponível para ser percorrida a pé, através das suas ruas e as praças livres de carros estacionados. Estes espaços públicos podem ganhar uma nova dimensão com a permanência de pessoas, para tal as esplanadas e o mobiliário urbano são considerados elementos fundamentais. Actividades relacionadas com a fruição de zonas ribeirinhas e implementação de condições para actividades desportivas em espaço público, completariam a renovação da cidade, impulsionada para corresponder a novos estilos de vida, onde o automóvel passaria a ter um papel secundário, tendo em conta que a cidade passa a ser pensada a partir da qualidade do espaço público que oferece.

Proença (2014) defende que determinados elementos sugerem a existência de permeabilidade entre o espaço público e o espaço privado. Esta permeabilidade acontece bidireccionalmente em apropriações do espaço público pelo privado e do espaço privado pelo público. O mobiliário urbano, quiosques e bancas, esplanadas e escaparates são elementos que indiciam uma apropriação do espaço público pelo privado. Por outro lado, existem elementos do espaço privado, que potenciam apropriações enquadradas na esfera pública da vida quotidiana na cidade. Os degraus à entrada dos edifícios em bairros antigos de Lisboa são um

dos elementos referidos, a par dos vãos, em particular o espaço umbral (recuos pontuais de vãos em relação à fachada) e arcadas ou galerias.

Estabelecendo alguns paralelismos, Monteys (2012) defende que a ocupação dos pisos do rés-do-chão fomenta a vida da rua. O autor realça o papel da habitação como um uso a considerar para a conversão da rua num espaço onde a vida social é pretensamente intensa. A articulação da rua com as funções e uso dos pisos térreos, diluindo fronteiras rígidas entre espaço público e privado é entendida como sintoma de saúde da vida social.

#### **4.1.2 Olhares antropológicos sobre a forma urbana**

Madanipour (2003) defende as esferas pública e privada, só fazem sentido quando pensadas uma em relação à outra, na medida em que são noções interdependentes. O autor menciona como esta relação ou interacção se constrói na conjugação das dimensões económica, social, cultural e política, adquirindo manifestações sobre a forma física do espaço.

In economic terms the private or public ownership of the land and property determines the overall shape of the city. In political terms, the relationship between private and public realms was a formative notion in the development of modern democracies and continues to be a key governance concern. In cultural and social terms, the distinction between public and private determines the routines of daily life and is crucial in the relationship between self and others (Madanipour, 2003, p.2).

Jane Jacobs (2001) defende um espaço público onde as funções se misturam. A fluidez na utilização da rua e dos edifícios estaria potenciada através do comércio e restauração, ao actuarem como facilitadores da interligação entre espaço público e privado. A diversidade de funções, amplia a oferta e a capacidade de atrair pessoas ao espaço público, sendo a presença, autossuficiente para garantir uma vigilância natural, que resulta numa generalizada sensação de segurança. Hannerz (1980) refere novos tipos de relações exclusivas dos urbanitas, pois dependem da oportunidade inadvertida de encontro. Sendo situacionais e casuais relacionam-se com a dimensão da vida quotidiana que ocorre e é promovida em espaço público.

O espaço privado, em antítese, encontra-se, em contexto urbano, predominantemente associado ao interior dos edifícios. A construção, a materialidade, traduz-se por definição na separação entre dois domínios, que prezam diferentes valores e ocupam dimensões complementares e tangentes, mas raramente intersectáveis na vida quotidiana. No espaço público, a presença e a possibilidade de encontros é admitida como casual, enquanto o espaço

privado fica subordinado à questão da propriedade, sendo como tal a possibilidade de encontro escrutinada e a privacidade um valor condescendido.

DaMatta (1997) estabelece três dimensões ou mundos, mediante os quais propõe definir a sociedade brasileira. A *casa* e a *rua* são dois mundos da cidade que representam duas esferas a que a vida quotidiana se desenvolve. O tempo é um dos elementos que permitem analisar pontos de dissemelhança ou mesmo fracturas entre os mundos “Há um tempo linear vigente na rua, um tempo cíclico vigente na casa e um tempo eterno do outro mundo” (DaMatta, 1997, p.113). A casa e a rua regem-se em conflito e contraste que se traduzem num “dinamismo de segregação e exclusões” (DaMatta, 1997, p.109). É nestes pontos de fractura que se vislumbra a necessidade de pensar num *outro mundo*, dominado pelo imaterial e assim sendo, tendencialmente invisível mas perscrutável.

A rua, em particular, é um espaço de contradição, associado tanto ao lado público, impessoal como ao lado marginal. Através dela evidencia-se a noção de que os três mundos são complementares, podendo, em certos momentos, não só coexistir, mas sobrepor-se, englobando-se e impondo lógicas transversais, como é o caso das festas, nomeadamente o carnaval brasileiro. A casa é o domínio da família, positivo, estável e controlado. No entanto, a ambiguidade é patenteada

assim como a rua tem espaços de morada e/ou ocupação, a casa também tem espaços *arruados*. Seja porque fazem a ponte entre o interior e o exterior – como janelas, varandas, salas de visitas, cozinhas, entradas de serviço, dependências de empregadas e quintais – seja porque o próprio desenho da casa tradicional urbana brasileira (...) tem um corredor de circulação que num sentido muito preciso é igual à rua como espaço único e exclusivo de relacionamento de todas as suas peças que operam como se fossem *casas* (DaMatta, 1997, p.40).

Para definir as *pequenas escalas* da rua, um componente determinante na construção de uma atmosfera e escala pitoresca são os próprios edifícios que a delimitam e desenham. Estes não são apenas fachadas e formas materiais compostas de elementos arquitectónicos, são a *casa*, mundo destacável, doméstico e privado.

Poderemos propor a existência de uma correlação entre a escala dos edifícios em função da escala da rua e a sua intensa apropriação? Tendo em conta a escala dos edifícios, estes podem ou não compatibilizar-se com a perspectiva de harmonizar um espaço humanizado, à escala em que o corpo humano, nas suas múltiplas formas de sentir e agir sobre o espaço o pode compreender integralmente e alcançar nesta interacção uma sensação de controlo.

### 4.1.3 Evocando alguns becos de Alfama

Percorrendo becos e ruas em Alfama tende a persistir a sensação de controlo sobre o que acontece ao redor, semelhante à sensação de estar no interior de um edifício. Em parte, esta sensação pode persentir-se na ausência de elementos que fazem parte da *paisagem urbana da modernidade*, onde o automóvel e a tecnologia construtiva controlam a relação de escala/velocidade. Becos como o Beco da Cardoso e o Beco das Cruzes funcionam como uma espécie de escadaria exterior, que em vez de dar acesso aos vários apartamentos dentro de um edifício, vai permitindo aceder aos pequenos edifícios que compõem a pequena rua, como o tal corredor referido acima por DaMatta (1997).

Como se a rua de um só edifício se tratasse, o tapete que antecede a porta apresenta quem mora ali. Os degraus do Beco da Cardoso vão chegando a todas as portas que fazem essa linha inquestionável para o mundo privado. As campainhas e caixas de correio, deixam saber quem partilha este espaço, que já não é aberto para todos.

Quem atravessa o beco deverá ultrapassar todos esses degraus e todas as portas, que se sucedem à direita e à esquerda. Especialmente para os mais idosos, este pode ser um desafio muitas vezes ampliado pela tarefa de transportar as compras do dia-a-dia. O ritmo de circulação é por isso lento, em particular, no sentido da subida, muitas vezes convidado ou forçando paragens sobre o pretexto (por norma fácil de achar) de trocar algumas palavras com os vizinhos ou simplesmente gerindo o caminho e o esforço.

A proximidade entre a casa e a rua é o mote para fundir e separar os dois mundos. Na definição de fronteiras entre dentro e fora, o compromisso dos moradores do rés-do-chão é um caso particular e para compreender os contornos desta relação há que falar sobre tipologias habitacionais em Alfama, focando aqui o caso do Beco da Cardoso.

Neste beco existem dezoito edifícios e trinta e uma portas viradas para a rua. Esta condição é promovida pela escala e densidade dos edifícios, que se sucedem albergando em áreas reduzidas, várias famílias por edifício. Esta condição é, também, fundamental para a existência de atractividade numa rua de reduzidas dimensões. Os moradores estão naturalmente presentes na rua onde moram e que diariamente utilizam para aceder a sua casa. No entanto, não existindo outras funções para além da habitação, a atractividade do beco é limitada em círculos exteriores à rede vicinal e dos que o utilizam como conector de lugares.

Êste Beco da Cardoso é cheio de outros becos nele interligados, e de reentrâncias. Nada mais curioso do que êste enfiamento da Cardoso, a lembrar certos pormenores de águas-fortes medievais. Abre por escadinhas, e logo ao cima delas se nos depara um singular panorama de telhados, empenas amarelas, azues, rosa, canteiros floridos, janelinhas, sôbreplanos que nenhum artista era capaz de conceber: cenografia do acaso urbanista de quinhentos vestido de setecentismo, enfrenta a rua nascendo do plano inferior, além da cortina gradeada, um típico prédio de ressalto único, sôbre a esquina, e que é exemplar representativo das casas alfamistas da transição (Araújo & Martins, 1889-1952, pp.59-60, lv. I).

A construção desta escala de rua, na sua relação com a escala do edificado, compreende-se observando, em oposição, becos delimitados por edifícios de maiores dimensões e com funções diferentes da habitação, como o troço do Beco da Lapa, delimitado pelo ISPA. A adequação da escala do edificado à escala da rua é um factor a ter em conta quando pensamos na atractividade de uma rua. Falamos de atractividade, pensando na proposição de Whyte (1980) que explica a presença de pessoas no espaço, como magneto para atrair mais presença, num contínuo ciclo e também a ideia introduzida sobre densidade de edifícios e acessos.

Pensem no Beco da Lapa, é quase possível entendê-lo como dois ou mais becos. O troço desde o Beco do Surra até ao Beco do Maquinez apresenta edifícios de pequenas dimensões, grande densidade de vãos ao nível do piso térreo, que permitem uma relação de proximidade com a rua. Desde o ponto de articulação com o Beco do Maquinez, a fachada posterior do edifício do ISPA ocupa todo o comprimento do beco, criando um afastamento entre a rua e o edifício, pois não existem acessos, e não existe incremento da atractividade do beco (presença no beco) por via da função e escala do edifício. Com efeito, o edifício onde funciona o Instituto vira-se fundamentalmente para o seu interior criando uma barreira na sua fronteira com a rua.

Voltando ao caso do Beco da Cardoso, a exiguidade do espaço interior e a fonte de iluminação natural exclusiva para a fachada junto à rua, não deixam margem para optar por resguardar a casa, em relação à rua. Ao invés, a conjugação das anteriores condições suporta entender a fachada entre casa e a rua como uma fronteira elástica e permeável. É perceptível nas plantas (pisos térreos) apresentadas na Figura 4.3, a premência do espaço interior para conviver com a fachada da rua a fim de obter iluminação natural e a tendência para o espaço de soleira funcionar como prolongamento do interior em direcção à rua.



Figura 4.3 Edifícios no Beco da Cardosa Piso Térreo.

Desenhos da autora a partir de observação.

Propomos descrever genericamente os edifícios, também de pequena escala, que perante a densidade do aglomerado não ficam possibilitados a ter múltiplas fachadas expostas de forma a receber luz natural. No piso térreo, encontramos a primeira área habitável (fogo), normalmente de pequenas dimensões compreendendo, não mais do que: uma casa de banho, um quarto interior, uma pequena cozinha, muitas vezes aberta para a sala que fica junto à fachada. Um dos vãos de entrada, viabiliza o acesso aos pisos superiores, encontrando a escada de acesso (muitas vezes pouco ergonómica) logo de frente. É neste vão que encontramos as várias campainhas. O fogo do piso térreo ou tem um acesso independente, normalmente uma porta que inclui o postigo (mecanismo de abertura que permite à porta acumular a função alternativa de janela) ou em alternativa o acesso é feito através da micro antecâmara que dá igualmente acesso à escada e daí aos pisos superiores.

Por vezes, os vãos têm portadas de madeira ou metálicas para protecção da luz solar e segurança durante a noite. Muitos têm cortinas mais ou menos representativas do talento das mais antigas tradições e heranças da casa. Estas funcionam como filtros esvoaçantes para o espaço interior, resguardando intermitentemente a privacidade do lar, não estando, no entanto, habilitadas a disfarçar os sons que trespassam para a rua, ainda que as cenas domésticas tenham de ser imaginadas. Estar ou espreitar à janela faz parte da rotina de quem mora em casa, mas estabelece a rua como prolongamento da casa. No entanto, desde esta perspectiva, a rua é subordinada à casa, não apenas como o seu acesso, mas como um espaço controlável desde o interior. Vejamos o caso da Bica estudado por Graça Cordeiro (1997)

nas soleiras da porta, sentados em cadeiras, bancos e banquinhos ou muito simplesmente nos degraus desta rua em anfiteatro, debruçados às janelas ou de porta e janelas abertas com cortinas a esvoaçarem ou sem elas, a rua parece integrar-se no espaço doméstico da casa – ou a casa parece estender-se sobre a rua (p.192).

Este tema será abordado mais à frente quando reflectirmos sobre a fronteira dentro/fora na sua *espessura* evidenciada nas barreiras e permeabilidades entre a rua e a casa e *profundidade* construída pela hierarquização do traçado, atravessando e trespassando níveis na cidade, bairro e rua (ver ponto 4.3).

Esta relação de transgressão entre a rua e a casa acontece não exclusivamente no sentido da casa se virar para a rua. Como referimos, a rua é muitas vezes entendida, como um potencial prolongamento da casa e gerida tendo em conta as ambiguidades inerentes numa incrementada necessidade de negociação e potenciais conflitualidades entre vizinhos.

Talvez tudo isso se relacione com a situação observada no Beco da Cardoso, relativa aos bancos que entre improvisados e oficiais, mudaram várias vezes de posição no beco, num curto período de tempo, mediante as discussões sobre a sua melhor localização e a concorrência com a posterior colocação dos caixotes do lixo. Entre Dezembro de 2017 e Janeiro de 2018, as visitas ao Beco da Cardoso foram marcadas pelas surpreendentes mudanças que impactaram sobre os bancos do beco.

*Existia um banco de aspecto robusto e fixo (mobiliário urbano) junto à fachada do edifício que faz esquina, para o primeiro alargamento do beco quando se chega desde a Rua de São Miguel. O banco encontrava-se por baixo de um painel de azulejo, assinado por Marcos Muge, que homenageia Santa Camarão<sup>46</sup>. Este banco era único no beco, até que surgiu uma cadeira de dois lugares (normalmente utilizada em pequenas salas de espera), mas desta vez colocada junto ao muro, que ladeia o pequeno jardim da Cardoso (Figura 4.5). A D. Laura<sup>47</sup>, que mora no beco e vende ginja, em pequenos copos de plástico a quem passa (Figura 4.4) e assim deseja, recebeu com agrado esta oferta de um vizinho e substituiu, também com agrado, os degraus de pedra em frente ao prédio onde mora, pelo banco improvisado nas manhãs e tardes que aguarda pelos turistas que passam ou que a procuram em grupos encaminhados pelos guias.*

*No entanto, os novos velhos bancos não foram consensuais entre os moradores, alguns queixaram-se que se tratava de lixo e pediam aos funcionários que fazem a recolha que o retirassem como tal. Após vários dias de conversações a D. Laura confessou que já não se sentia bem ao utilizá-los, pois havia muitos julgamentos e por fim, acabaram por desaparecer. De facto, foram recolhidos com o lixo, no entanto, o banco que se encontrava na outra esquina do painel de azulejo, passou a estar em frente ao jardim da Cardoso, substituindo o improvisado.*

*Neste banco “oficial”, na sua primeira ou segunda localização, nunca observei ninguém sentado. A D. Laura voltou a utilizar os degraus em frente ao prédio, mas a segunda localização do banco não seria a final. Com a nova estratégia para recolha do lixo, o banco regressou à posição inicial. Mais uma vez, em clima de inflamadas discórdias entre os vizinhos e dos últimos com os funcionários da Junta, motivadas pela colocação de caixotes do lixo na rua, que ninguém queria demasiado perto da sua porta. Por fim, o banco em frente ao jardim foi sacrificado regressando à posição sob o painel de azulejo e os caixotes vigoram em frente ao jardim. (Resumo de excertos do Diário de Campo - Dezembro de 2017 a Janeiro de 2018)*

<sup>46</sup> Estivador e pugilista cuja vida está ligada ao bairro. Ver Maçarico, Luís (2003) *Com o mundo nos punhos: elementos para uma biografia de José Santa "Camarão"*. Lisboa: CML.

<sup>47</sup> Pseudónimo.



Figura 4.4 Beco da Cardoso, venda de ginja na rua  
Dezembro de 2017



Figura 4.5 Beco da Cardoso, bancos improvisados no  
espaço público  
Janeiro de 2018

Outros episódios particulares evocam esta, nem sempre harmoniosa, gestão do espaço sob um negociado exercício de controlo entre os vários moradores e a gestão pública. A preocupação de varrer as soleiras das portas e a rua em frente, é levada a sério pela D. Laurinda e outros vizinhos. Alguns chegam a deixar as vassouras penduradas do lado de fora da porta à espera do dia das limpezas. À pergunta indulgente, se a Junta de Freguesia não providência esse serviço, as respostas já eram esperadas, a título de exemplo:

*sim sim eles passam aqui fingem que levam o lixo... alguns agora já está mais civilizado...mas havia uns meninos sabe onde é que eles ficavam? vê ali o Beco das Mil Patacas ficavam ali a fazer ronha e não vinham varrer nada depois vêm aqui ao café quando o café tá aberto e fazem as horas pra depois irem pra Junta a dizer que varreram e que estão cansados...* (D. Laurinda, Excerto do *Diário de Campo* 16.02.2019).

A gestão do lixo é mais um recorrente mote para discutir o espaço público. Costa e Guerreiro (1984, p.83) atestavam a existência de lixo em quantidade nas ruas. Alfama mudou, mas o lixo continua a sentir-se como um problema por resolver. A gestão da higiene urbana passou para a alçada das Juntas de Freguesia.

*A dificuldade de aceder com veículos ao interior do bairro terá levado a que em políticas anteriores se optasse pela distribuição de sacos, que diariamente ao fim da tarde, deveriam ser colocados para recolha à porta dos edifícios. No*

*entanto, a D. Laurinda queixava-se que as vizinhas atiravam os sacos pela janela (mesmo do terceiro andar) e ao atingir o solo não estavam já em condições de conter os resíduos, por outro lado, muitos dos cães que passam não resistiram a devassar o lixo. A D. Laura conta que muitos vizinhos não querem o lixo à porta do prédio e então vão colocá-lo com a discrição possível à porta dos outros, ou que ao turistas que pernoitam nos diversos alojamentos (apartamentos) turísticos, dificilmente compreendiam o funcionamento do sistema. As últimas políticas sobre este tema motivaram discussões no Beco da Cardoso devido à localização dos aros metálicos para os novos caixotes. Com efeito, nenhum vizinho queria ter os caixotes em frente ao seu prédio e nestes debates não foram poupados os funcionários da Junta, incumbidos da instalação dos aros. (Excertos do Diário de Campo - Janeiro e Fevereiro de 2018)*

Outra forma de entender a rua como uma continuidade do que acontece no interior dos edifícios são as esplanadas exteriores (ver Figura 4.6 e Figura 4.7). Estas estendem-se sobre a rua e criam nela uma animação que se repete no tempo e gera no beco uma nova camada de atractividade em particular para o visitante. Aqui ficam garantidos dois factores que potenciam a presença no espaço público: oferta de comida e de espaços para sentar (Whyte, 1980).



Figura 4.6 Beco do Maquinez, Alfama

Novembro de 2017



Figura 4.7 Beco do Azinhal, Alfama

Janeiro de 2018

A marcação de enquadramentos sobre a paisagem elevando o grau de interesse do percurso, ou a existência de espaço mais abertos dentro do beco, potenciam, em muitos casos,

apropriações mais intensas, favorecendo a fixação de restaurantes como acontece no Beco do Azinhal (Figura 4.7) ou no Beco do Maquinez (Figura 4.6), onde observamos como pequenos alargamentos dentro do beco funcionam, por longos períodos no ano, como salas de refeição ao ar livre.

Esta situação ganha um renovado sentido durante as festividades dos Santos Populares, quando o bairro se vira (ainda mais expressivamente) para as suas ruas e largos, propondo espaços para comer, sentar, dançar, com a construção temporária de barraquinhas, mesas e espaços de convívio, que se propagam pelas artérias do bairro.

Poderemos entender a localização do beco como factor que o coloca num prisma tendencialmente privado, apesar de pertencer por gestão ao domínio público? Não obstante a relação hierárquica do beco com a rede de percursos da cidade ou mesmo do bairro, esta não significa, no caso de Alfama a extrema segregação, que pudemos encontrar no caso de Tunes.

Monteys (2018, pp.104-06) referencia os *becos* portugueses e os *impasses* franceses como “fracassos viários e êxitos doméstico à vez”, sendo mais do que prolongamentos da rua, funcionam como um a extensão da casa que se serve deles. As ruas têm, por vezes, extensões, prolongamentos, alargamentos, que podem traduzir-se em “pequenos acidentes” ou podem ser conscientemente planificados, mas que têm em comum situar-se numa posição de ambiguidade.

Os becos de Alfama são espaço público, onde fronteira entre o interior e o exterior apresenta características próprias, que derivam exactamente da sua inequívoca dimensão pública, gerida pelos moradores com recurso a diversos mecanismos. Com efeito, a existência de residentes permanentes, que se encaixam numa rede de vizinhança, pode influenciar determinadamente o carácter do beco, imprimindo níveis de controlo e gestão da sua própria privacidade, quando a casa obtém prolongamentos que alcançam o lado exterior da fachada.

Habraken (1998) sugere que a percepção do que é privado e do que é público depende da perspectiva do indivíduo. O mesmo espaço pode ser simultaneamente privado para aqueles que não são nele admitidos e público para os que o entendem como um *included territory*, ou seja, os que são livres de entrar a qualquer momento. Nesta lógica, um espaço público poderia ser definido como um espaço utilizado por aqueles que não o controlam individualmente e onde o acesso é sempre garantido. Na polarização público/privado, qualquer espaço que seja exclusivo pode ser privado. No entanto, o nível de privacidade, entendido como o nível de contacto com o espaço público, pode assumir grandes variações. A distinção entre espaço privado e nível de

privacidade, é um ponto importante quando o objectivo é interpretar apropriações e significados de espaços, já assumidos como ambíguos.

Esta referência, é oportuna, neste contexto, pensando sobre a necessidade de considerar as interações entre o dentro/fora e o público/privado, acima de procurar definições polarizadas para classificar o espaço. Assim, a descrição de bairros típicos lisboetas parece recair invariavelmente sobre as dimensões a que as ambiguidades de delimitação se expressam nas fronteiras que há que atravessar entre a cidade e casa, filtradas no bairro e na rua.

## 4.2 Tipos e variantes de beco

Após o tema que introduz o capítulo, onde se reflecte sobre questões do espaço na sua ambiguidade entre público e privado, voltamos a recuperar a estrutura do Capítulo 3, iniciando pelo estudo do *nome* e da *forma*, propondo uma análise à escala da rua, onde se questiona o beco enquanto tipologia urbana. A relação entre o nome e a forma, permitiu no capítulo anterior avançar conclusões sobre a hierarquia do traçado e o posicionamento do beco, dentro da rede de caminhos no bairro. Neste capítulo, pretendemos avançar para um estudo sobre a relação entre o nome e a forma, através da configuração de elementos morfológicos, apresentando variações e variantes do beco para o caso de Alfama.

Como mencionado no Capítulo 3, desconstruindo algumas generalizações sobre a homogeneidade do traçado urbano de Alfama, tornam-se perceptíveis lógicas de quarteirão e de hierarquização do traçado. No caso de Tunes (Hakim, 1986), percebemos que o sistema hierárquico tem no *cul-de-sac* o elemento extremo de uma hierarquia intencional, onde a gradual segregação do espaço público se estabelece para defender valores como a privacidade. No modelo *Radburn* (Stein, 1966) a hierarquização do traçado é um mecanismo de gestão do tráfego, neste modelo atendendo à preservação do trânsito pedonal como valor dominante para as áreas residenciais. À escala do bairro, a dimensão e o papel hierárquico do beco convergem, com efeito, para aproximar a relação entre o nome e a forma, inferindo para o beco um papel secundário e tendencialmente segregado dentro do sistema em rede que compõe o traçado urbano.

A *dimensão sectorial* é a mais pequena unidade ou porção de espaço urbano com forma própria e é, portanto, a dimensão em que se justifica observar a rua recortada do bairro e da cidade. Lamas (2011, p.73) salvaguarda que é sempre necessário manter a referência sobre o “espaço humanizado público como um ambiente global”, ainda que seja possível entendê-lo e

fragmentá-lo em *unidades espaciais e elementos morfológicos*. As designações toponímicas – praça, rua, beco, entre outras, contêm não apenas indícios que nos permitem relacioná-las com elementos morfológicos, mas denominam determinadas tipologias urbanas.

No entanto, uma tipologia urbana é uma construção teórica que pretende sintetizar e conseqüentemente generalizar determinadas características da forma. Habraken (1998) problematiza a identificação de tipologias, explicando-as como diálogo entre a forma e as suas variações e permutações, ao invés de síntese de uma hipotética essência. Nesta ideia, sugere-se a hipótese de desconstruir classificações tipológicas, questionando-as e analisando-as nas suas exceções e variantes, olhadas à escala da rua-beco e temporariamente isoladas do seu contexto envolvente.

Montaner (2001) menciona Durand<sup>48</sup> como uma referência para a aplicação do tipo à morfologia urbana, considerando que o seu trabalho integrava uma síntese da estrutura interna por via de um processo metodológico, pautado pela historicidade e contextualização. Por outro lado, Argan<sup>49</sup> veio demonstrar que a tipologia é acima de tudo um processo criativo e interpretativo que permite estabelecer um sistema de classificação. Com efeito, a hipótese de classificar elementos urbanos, tem sido aceite no âmbito da morfologia urbana. A subjectividade inerente a uma proposta de classificação reside, em última análise, nos critérios, parâmetros e variáveis justificados como relevantes para um determinado estudo/caracterização, que inevitavelmente procura responder a um determinado enfoque.

Já temos vindo a referir o estudo de Proença (2014), onde se propõe reencontrar relações entre designações toponímicas e as formas urbanas que denominam, para o caso de Lisboa. A classificação de praças italianas proposta por Sitte (1965) pretende caracterizar tipos, encontrando padrões e dissonâncias na sua forma. Low (2000) procurou compreender a forma, através da adição de camadas de informação sobre as suas apropriações, no estudo comparativo de praças na Costa Rica. Carmona (2010) propõe uma perspectiva crítica sobre o espaço público, ambicionando construir uma matriz de classificação quase holística, que se foca sobre potenciais e subaproveitamentos ou subvalorização, propondo ferramentas para o planeamento e desenho urbano. O processo resulta em quatro categorias, que se desdobram em vinte tipos,

---

<sup>48</sup> Jean-Nicolas-Louis Durand, arquiteto e teórico francês (século XVIII-XIX), citado por Montaner (2001).

<sup>49</sup> Giulio Carlo Argan, historiador e teórico italiano (início do século XIX), citado por Montaner (2001).

onde entram condições como: a relação entre o público e o privado, a forma e a função e valores sociais.

A complexidade e temeridade que os modelos de variáveis podem obter é infinita. Por outro lado, a classificação resulta necessariamente de um exercício interpretativo. E por intermédio, reforça-se a ideia de que na construção de tipologias, há margem para variantes e variações.

#### **4.2.1 Metodologia aplicada na proposta de classificação**

Uma parte do trabalho de campo realizado em Alfama (particularmente entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2018) teve como propósito conhecer as características que se relacionam com a configuração dos becos do bairro. Para tal, foi assumida a designação toponímica como ponto de partida para estudar a forma, à semelhança dos passos efectuados nos capítulos anteriores para a localização de becos na cidade (Capítulo 2) e hierarquias do traçado no bairro (Capítulo 3).

Poderá este tipo de análise justificar a generalização de características já averiguadas, ruas curtas estreitas e secundárias na hierarquia de percursos, para redefinir um tipo? Até que ponto a designação toponímica abre margem para discutir a qualificação do espaço sob outros argumentos, não exclusivamente morfológicos? Existirá um limite para esta relação entre o nome e a forma sob a denominação beco?

O recorte à escala da rua não é dissociável do recorte à escala do bairro. Encontrar os becos que servirão para a análise sobre a configuração destas ruas, é reencontrar Alfama e repensar os seus limites na relação com a sua estrutura urbana. Partindo, uma vez mais, da designação beco e olhando para o contributo de Proença (2014) no estudo das ruas de Lisboa como referência, podemos assumir o beco como potencial tipologia urbana. Esta ideia é a base para a desconstrução e reconstrução de tipos e subtipos de becos, apontando para a formulação metonímica *ruas de pequena escala*.

Potenciais variantes de beco em Alfama, poderão expor relações generalizadas a outras designações toponímicas, unidas por características físicas, mas fundamentalmente enraizadas num determinado papel secundário dentro da estrutura hierárquica (filtrada ao nível dos quarteirões) e numa escala que protagonizam (absorvida no pitoresco), quando observadas num contexto local. Transpor esta reflexão para um elemento morfológico recortado da sua envolvente, implica pensar nos casos pertinentes, que poderão definir a amostra, de forma a torná-la representativa de uma determinada escala de rua que se pretende atingir.

No mapa (Figura 4.8) apresentam-se os 56 becos, onde foram realizados os levantamentos. Mais do que procurar impor limites abstractos para definir a amostra, importava analisar a configuração e usos inerentes aos becos, que se concentram no bairro. Encontrar os 56 becos visitados e posteriormente reduzi-los a 53, fez parte de um processo de novo questionamento sobre os limites de Alfama. A exclusão do Beco do Leão, Beco do Recolhimento e Beco do Forno do Castelo deve-se à sua inequívoca localização, já no interior do Castelo.

Era fundamental sistematizar a informação recolhida e as fichas individuais (ver Anexos B), onde os becos foram tratados como unidades pares e independentes, resultam desse esforço. Esta opção metodológica pela utilização de fichas, prendeu-se com a tentativa de, numa fase ainda inicial e exploratória do trabalho de campo, não recolher demasiada informação (que incorreria na incomportabilidade de a tratar posteriormente) ou por outro lado incorrer em superficialidade na abordagem.

De facto, é aqui o início do trabalho de campo em Alfama, numa disponibilidade para iniciar a recolha de dados a partir da observação directa do espaço e seus usos. Esta primeira fase do trabalho de campo é marcada pelas visitas aos becos e a recolha de dados qualitativos sobre cada um, enquanto elemento morfológico, recortado da sua envolvente. Esta opção por gerar dados qualitativos, não entrando em métricas rigorosas, justifica-se no cariz exploratório que as primeiras incursões no terreno, inevitavelmente implicam e na dimensão da amostra. Foi preterido um nível de rigor mais elevado à possibilidade de abranger um número de becos maior que coincidissem com o universo de becos de Alfama<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Em alguns casos, recorreu-se à base cartográfica a fim de apurar medições e encontrar valores quantitativos aproximados. Especificamente, as dimensões métricas (apresentadas nas fichas de levantamento – ver Anexos B para largura e comprimento das vias são valores aproximados e validados com base na informação contida na base cartográfica digital. Outros valores como a inclinação, relevante no enquadramento da topografia resultam de observações, deduzidas através da existência de degraus ou rampas, uma vez que seria, nesta fase, demasiado complexo e fora do objectivo deste trabalho obter secções para cada beco, embora interessante para um futuro estudo de foco morfológico.



Figura 4.8 Localização e configuração dos becos no traçado urbano em Alfama

Cartografia digital original cedida por *Forma Urbis Lab* (FAUL) (adaptado)

Como referimos, os dados obtidos relacionam-se com a forma e uso de cada beco. No que diz respeito ao uso dos edifícios que delimitam o beco, enquanto alguns são evidentes, como a existência de comércio, restaurantes, bares, ateliers ou oficinas de trabalho; nem sempre foi fácil obter confirmações sobre a existência de fracções devolutas e alojamento turístico. Há ainda que salvaguardar as rápidas alterações que acontecem actualmente no bairro<sup>51</sup>.

#### 4.2.2 Tipos e subtipos

Quando inicialmente nos propusemos a abrir uma nova linha de reflexão sobre uma estrutura urbana, mediante uma contextualização do beco, intuíamos que tal implicava imperativamente uma extrapolação da designação toponímica e a assunção a priori da

<sup>51</sup> Os dados recolhidos sobre usos, durante os levantamentos, foram utilizados apenas de forma indirecta neste trabalho, permitindo construir as primeiras impressões sobre alguns dos temas apresentados à escala do bairro, e também sobre mudanças e ritmos.

correspondência a uma tipologia urbana estanque. No entanto, esta é apenas uma formulação e hipótese inicial que nos levou a questionar a correlação entre um nome e uma determinada forma urbana.

As fichas de levantamento foram processadas, em função de variáveis seleccionadas como relevantes para a desconstrução de padrões, motivados pela generalização proposta num olhar a uma maior escala e em menor grau de pormenor. Neste recorte, focando o elemento urbano, a análise sobre a forma, permite encontrar variações e excepções ao beco-tipologia, em traços gerais, já definido como curto estreito e segregado.

Na Tabela 4.1 são apresentados os tipos e subtipos, que poderão ser entendidos como variantes do *beco*, para o caso de Alfama. A definição das variáveis constitui um passo fundamental para construir uma proposta de classificação, aqui com o objectivo de problematizar generalizações sobre configurações homogéneas à escala da rua.

A hipótese de pensar em tipos de becos ou subtipologias urbanas, agregadas mediante características de configuração espacial e a importância da função como conectores urbanos, implica pensar no *beco sem saída*, como o “autêntico” *cul-de-sac*. Na análise sobre hierarquias do traçado, o beco ocupa uma posição secundária dentro da rede de caminhos. No entanto, cabe começar por propor a desmistificação do beco enquanto rua sem saída. Dos 53 becos que integram a amostra, 18 não têm saída (o que corresponde a 34%). Portanto, o papel como conector passa a ser uma variável a considerar a fim de reestabelecer o papel do beco no traçado, com base na amostra. Esta é uma conclusão, que podemos considerar relativamente óbvia, tendo em conta a amostra com foco em Alfama, mas de alcance limitado para representar globalmente o caso dos becos de Lisboa. Os restantes 35 becos, enquanto conectores urbanos, permitem atravessamentos dentro do bairro, são geralmente mais longos do que os *cul-de-sac* e subdividem-se com base na sua configuração em lineares ou sinuosos.

Os becos sinuosos ramificam-se em várias direcções contribuindo para a ideia de labirinto. A título de exemplo, podemos evocar o caso do Beco dos Paus e Beco do Outeirinho da Amendoeira, que se cruzam e intersectam em vários pontos e só a identificação da toponímia através de placas, nos ajuda a compreender, de facto, qual é o beco onde nos encontramos, pois sua leitura cognitiva no espaço é complexa e ambígua. Nestes becos é difícil construir uma imagem mental sobre a sua configuração, especialmente numa primeira visita. Encontrámos 17 becos que se enquadram neste tipo de beco em Alfama.

Por oposição, os becos lineares apresentam um forte direccionamento e mediante a sua pequena escala são facilmente legíveis, na sua totalidade. Podemos associar 17 casos de Alfama a esta variável. A própria equidade em número de casos para os três tipos de beco até agora definidos, vem de alguma forma validar a proposta de classificação. Existe, no entanto, um beco que considerámos como excepção, o Beco da Lapa.

O Beco da Lapa revela-se como caso excepcional ao assumir o papel de artéria principal, no interior do quarteirão e promovendo a articulação com vários outros becos e ruas, hierarquicamente mais e menos relevantes. Entre os becos estudados, é o mais longo e forma um pequeno alargamento, acumulando, na sua configuração actual, várias alterações dentro da estrutura do quarteirão no qual se integra.

Tornou-se, assim, um caso discrepante e paradigmático, que tende a representar a pequena escala da rua no seu limite de aproximação à rua, deixando abertura para a integração do beco com outras denominações ou categorias associadas à pequena escala da rua. Anteriormente mencionámos, que este beco poderia ser entendido como a soma de vários becos. Percebemos através da descrição de Viera da Silva (1987, pp.85-86) que era, no século XVI, uma “rua pública que corre a cavão do muro” em frente ou paralelamente à Cerca da cidade.

O Beco da Lapa começa actualmente no cotovelo inferior que o Beco do Surra forma, e termina no Beco do Melo, com a extensão aproximada de 160m. Nomeadamente no século XVI já também assim era, como se depreende dos itinerários seguidos pelos sacadores do donativo do povo em 1563 (...) em que o Beco que eles chamam da Lapa era constituído pelo actual Beco com este nome e pelo Beco do Surra até à rua dos Remédios. Não nos custa admitir que antes de 1755 estivesse incorporado no Beco da Lapa o troço poente-nascente do actual Beco do Surra, que como se vê na Planta de Tinoco (1950) prosseguia para nascente atravessando o leito da actual Rua do Museu da Artilharia, terminando inferiormente no canto sueste da cerca fernandina, e desembocando na praia. Este troço inferior e mui íngreme de via pública tem na Planta da Freguesia de Santo Estêvão (1770), o nome de Beco da Gulata. Desapareceu em 1755, assim como as casas que o ladeavam, quando se rasgou a Rua do Museu da Artilharia (Silva, 1987, pp.85-86).

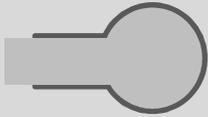
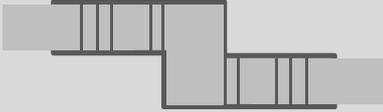
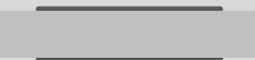
Por sua vez, os três tipos mencionados (ver Tabela 4.1) subdividem-se em subtipos, onde são consideradas duas variáveis, que se combinam para sintetizar as variações assumidas pela forma. A existência de degraus por adaptação à topografia e a variação do perfil de rua, chegando a conformar, em alguns casos, alargamentos expressivos ao ponto de poderem ser lidos como pequenos largos.

A inclinação ou pendente da rua, aqui simplificada pela existência ou não de degraus, é um factor importante, gerador da forma e determinante para a relação do beco com a paisagem. A topografia implica adaptações da forma, é neste sentido um factor a ter em conta enquanto geradora de variantes. Na colina onde o bairro se situa, as ruas são escavadas para deixar os edifícios sobressair, como os volumes que brotam do terreno. A existência de degraus, nas ruas que se orientam perpendicularmente em relação às curvas de nível é uma das características formais, que retratam essa adaptação.

A variação da largura é um parâmetro justificado de acordo com as expressivas variações assumidas em alguns casos. A expressividade destas alterações no perfil é incrementada quando estamos perante ruas curtas e estreitas. De troços em que o perfil perfaz um metro apenas na distância entre fachadas opostas, para sucessivamente abrir perspectivas visuais sobre o espaço, que podem advir de alargamentos do beco ou ser meramente perceptivas, devido à inclinação da rua.

Num percurso, esta mudança de cena e de relação visual e física com o que está ao redor, pode adquirir impactos bastante contrastantes em alguns dos casos. Mencionámos anteriormente, como o Beco do Carneiro (Figura 3.9 e Figura 3.10) é um caso paradigmático de quebras de efeitos visuais. Os contrastes da forma ou os contrastes nos efeitos podem ser drásticos, potenciados pela exiguidade extrema intercalada por alargamentos e realces, onde a profundidade da rua se perder na horizontalidade da revelação da paisagem. Os becos do tipo sinuoso-conector, com degraus e largura variável, apresentam elevado potencial de adquirir estas variações de percepção, criando contrastantes efeitos visuais e alterações na percepção do espaço.

Tabela 4.1 Proposta de classificação de tipos e subtipos de beco para o caso de Alfama

Tipo 1 – Sem Saída			
			
Estreito Pouca Inclinação	Estreito Com degraus	Largura variável Com/sem degraus	
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da Bicha</li> <li>•Beco da Era</li> <li>•Beco do Chanceler</li> <li>•Beco do Forno da Galé</li> <li>•Beco do Guedes</li> <li>•Beco do Salvador</li> <li>•Beco dos Armazéns do Linho</li> <li>•Beco dos Cativos</li> <li>•Beco dos Cortumes</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da Caridade</li> <li>•Beco do Bugio</li> <li>•Beco do Marquês de Angeja</li> <li>•Beco dos Clérigos</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da M6</li> <li>•Beco das Mil Patacas</li> <li>•Beco do Alfuja</li> <li>•Beco do Amotacé</li> <li>•Beco do Azinhal</li> </ul> 	
Tipo 2 – Sinuoso Conector			
			
Estreito Pouca Inclinação	Estreito Com degraus	Largura variável Com degraus	
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco do Belo</li> <li>•Beco do Penabuquel</li> <li>•Beco dos Frois</li> <li>•Beco do Espírito Santo</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da Corvinha</li> <li>•Beco das Barrelas</li> <li>•Beco das Canas</li> <li>•Beco de Maria da Guerra</li> <li>•Beco de São Miguel</li> <li>•Beco do Maldonado</li> <li>•Beco do Surra</li> <li>•Beco do Outeirinho da Amendoeira</li> <li>•Beco dos Beguinhos</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da Cardosa</li> <li>•Beco da Formosa</li> <li>•Beco das Cruzes</li> <li>•Beco dos Paus</li> </ul> 	
Tipo 3 – Linear Conector			
			
Estreito Inclinação Baixa	Estreito Com degraus	Largura variável Com degraus	Largura variável Inclinação Baixa
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da Laje</li> <li>•Beco do Arco Escuro</li> <li>•Beco do Melo</li> <li>•Beco do Mexias</li> <li>•Beco do Vigário</li> <li>•Beco dos Agulheiros</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco das Atafonas</li> <li>•Beco do Funil</li> <li>•Beco do Quebra Costas</li> <li>•Beco dos Lóios</li> <li>•Beco dos Ramos</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco de Santa Helena</li> <li>•Beco do Carneiro</li> <li>•Beco do Gracês</li> <li>•Beco do Loureiro</li> <li>•Beco do Maquinez</li> <li>•Beco do Pocinho</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Beco da Lapa</li> </ul> 

Os efeitos visuais do percurso são apresentados por Cullen (1996) e Kohlsdorf (1996) desenvolve uma proposta de tipos de efeitos topoceptivos, que se subdividem em perspectivos e topológicos (Figura 4.9). Estes efeitos inferem sobre a legibilidade e orientabilidade do espaço, de acordo com as características da sua forma, traduzindo interpretações geométricas das cenas visuais dos percursos, com base na percepção visual. Entre eles encontramos os efeitos de conexão visual, direccionamento, realce, emolduramento, mirante, impedimento, envolvimento, ascenso, etc.

O bairro revelou-se, neste sentido, um lugar privilegiado para encontrar significados formais de beco, não apenas justificada na expressiva concentração que incorpora (evidente no mapa da Figura 4.8) mas oferecendo matéria para a desconstrução de significados formais, encontrando múltiplas variações.

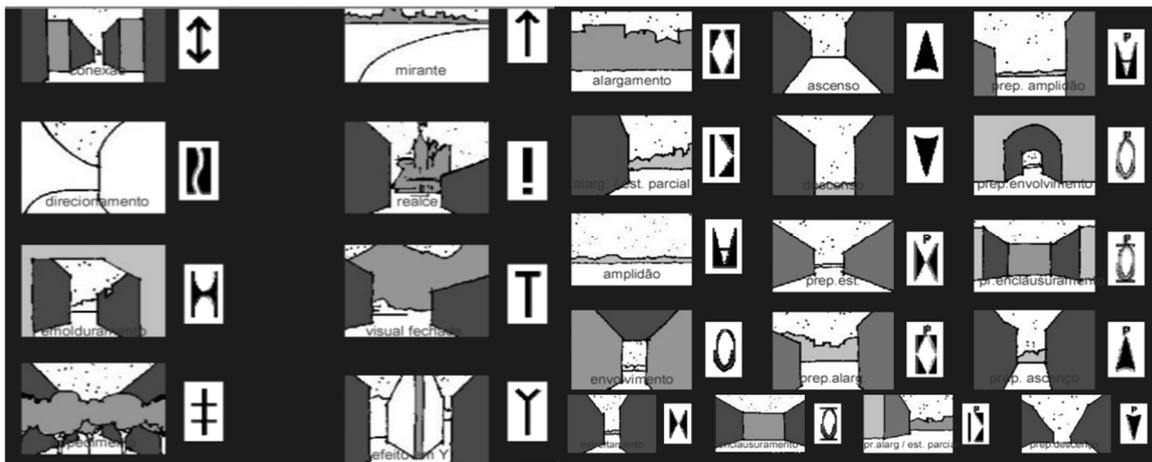


Figura 4.9 Efeitos topoceptivos: topológicos e perspectivos do percurso

Em *A Apreensão da Forma da Cidade* (Kohlsdorf, 1996)

Em síntese, na Tabela 4.1 propõe-se uma classificação de tipos e variantes de beco, para a amostra seleccionada, mediante: a relevância hierárquica, ou seja, relação com a rede viária (conector/sem saída), configuração (linear/sinuoso) e num sub nível: perfil (estrito/largura variável), inclinação (com degraus/baixa inclinação). Com base nas fichas de levantamento (cuja interpretação foi inicialmente apresentada no poster do Anexo A), pudemos verificar que a configuração dos becos de Alfama e o seu papel enquanto conectores urbanos são questões centrais para repensar o beco, enquanto tipologia urbana. Assumir o beco enquanto potencial tipologia urbana, foi o ponto inicial na preparação da base de dados, que veio posteriormente legitimar a posposta de desconstruir o tipo *beco* em tipos e subtipos, que representam e contém as características da forma das *ruas de pequena escala*.

Os critérios ou medidas encontradas para revelar significados urbanos e estudar variantes de beco, unidas sob um papel funcional, que deriva da estrutura hierárquica e de uma determinada escala, contribuíram para enquadrar uma perspectiva crítica sobre a formulação tipológica pré-assumida. As conclusões vieram, por um lado evidenciar, traços gerais da forma e da escala, mas definir uma paleta de tonalidades, onde o beco sem saída se distingue do beco conector e o beco sinuoso surge a par do beco linear. A ambiguidade nas interacções entre o espaço público e privado e a escala de matiz pitoresca, são traços comuns e as variantes da forma, permitem questionar onde está, de facto, o ponto de fractura que permite distinguir, por exemplo, *beco* de *escadinhas* em Alfama.

A amostra de becos tornou-se relevante para reflectir, não apenas, sobre o que é um beco (como forma de repensar um tipo), mas como proposta para encontrar variantes, que traduzam adaptações, dentro do bairro, a determinados contextos na sua forma e indo um pouco além, no seu conteúdo. Estes elementos urbanos de determinada escala e relevância hierárquica poderão, com efeito, estar associados a determinadas apropriações e sociabilidades.

Paradoxalmente, a leitura sobre tipos e variantes do beco levou-nos a uma nova generalização, que encaixa com a possibilidade do nome beco, representar as formas e escalas, das *ruas de pequena escala* de Alfama. Perante as análises apresentadas sobre o nome e a forma, focando o beco em diferentes dimensões, este surge enquanto metonímia das ruas de pequena escala e como tal justifica a sua instrumentalização como janela de observação para a vida das ruas de pequena escala de Alfama.

No Capítulo 3, esta aproximação começa a desenhar-se quando, enquadradas à escala do bairro, estas ruas “mais pequenas que as ruas” se apresentam associáveis entre si formando a rede de percursos de interior de quarteirão, ficando mais perto da casa e por isso, por vezes, com ela se fundem e confundem.

Existe uma premência em reforçar algo, que um estudo a várias escalas, como este, parece deixar evidente. Procurámos ser o *voyeur* e o *walker* (De Certeau, 1988) e nestas duas posições, enquanto observadores da realidade, adaptámos a lente para estabelecer significados que relacionam *forma* e *conteúdo*. Quando olhámos para o beco à escala da cidade, o objectivo foi procurar padrões, encontrar semelhanças, quando progressivamente o olhar atravessa para escalas maiores, conseqüentemente de maior pormenor, a desconstrução de padrões torna-se parte intrínseca ao processo. Pudemos concluir que o termo beco representa um elemento

urbano com determinado papel dentro da estrutura urbana, mas sintetiza em si uma série de variantes na *forma* e no *conteúdo*.

Poderemos derivar para uma relação inequívoca entre o significado de beco, como rua de pequena escala, ultrapassando a designação toponímica e olhando para estes espaços públicos como elemento urbano que atinge valores simbólicos, onde a presença e a vida quotidiana têm um papel fundamental?

Estaremos perante uma paisagem património cultural, onde a ritualização de certas apropriações num específico contexto espacial, não se informam mutuamente como causa-efeito, mas antes sobrepõem-se numa harmonização que acrescenta reciprocamente valor ao espaço público enquanto lugar com *significado* (Alexander, 2004) e às relações sociais que se adensam para funcionar como redes de vigilância e entreajuda?

### **4.3 Explorando etnograficamente becos de Alfama: fronteiras, espessura e profundidade**

Podemos afirmar que as ruas de pequena escala de Alfama são espaços tendencialmente apropriados. Tal circunstância poderá ter levado séculos a consolidar-se e ainda é um processo dinâmico, sujeito a ciclos de crescimento, estabilidade e declínio (Park, 1952) desencadeados por diversos factores endógenos e exógenos. Lefebvre (1991) propõe a distinção entre espaço dominado e espaço apropriado, explicando que um espaço apropriado pode remeter para uma obra de arte, mas não é, em sentido algum, uma imitação de uma obra de arte. Na produção do espaço reside a intencionalidade do acto de projectar, independentemente do actor ou actores envolvidos. No entanto, esta intencionalidade que marca o espaço construído pode coexistir, sobrepor-se ou sucumbir perante a sua apropriação.

No trabalho de Knox (2005) sobressai uma ideia, que entra em relação com a relevância do beco e do pitoresco para a cidade contemporânea, contendo possíveis lições para o planeamento e desenho urbano. O autor sugere a criação de *ordinary places*, desvinculando a construção de uma identidade e *sense of place* da intenção de criar espaços especiais ou extraordinários para a cidade. Sherman (1988) citado por Montgomery (1998, p.95) apresenta a constatação de que um dos indicadores de “successful urban places” é o desvanecer do planeamento, quando o espaço está construído. Não há dúvidas em afirmar que tal acontece quando este é intensamente apropriado.

A descrição de cenas de becos de Alfama é a descrição de *ordinary places* onde a apropriação do espaço assume mecanismos evidências e intensidades perscrutáveis numa base quotidiana e reverberam para projectar imagens fortes sobre o bairro e consolidar uma identidade. A questão aqui é como descrever espaços comuns e as pequenas histórias que os preenchem.

*Cheguei a Alfama pela Sé, desci a Rua Norberto de Araújo ao som de música popular portuguesa (também conhecida como música “pimba”). Pelas 10h da noite o bairro está vivo e atarefado numa intensa e colaborativa dinâmica, onde toda a família participa na construção das barraquinhas temporárias, que funcionarão como ponte para convidar os visitantes a comer e beber, recebidos e servidos pelos moradores. Este é o cenário para muitas famílias com raízes no bairro. Há moradores, que tendo outras actividades profissionais durante o resto do ano, tiram férias especialmente para preparar esta recepção aos visitantes, e com ela obter um suplemento extra para o orçamento do mês. Na baixa luz do Beco da Corvinha e por aí adiante no Beco de S. Miguel o frenesim é grande, tendo em conta a hora avançada da noite. Instalam-se máquinas para servir cerveja à pressão, levam-se e trazem-se mesas, cadeiras, pratos, loiça, frigoríficos... entre as casas e a rua, que nestes dias é oficialmente assumida como uma nova divisão da casa, virada para o negócio e para a festa. Ninguém fica parado, homens montam estruturas de madeira, ajudados por mulheres e crianças. É difícil ter a certeza quem é de qual família, tal é a troca de ferramentas, materiais e pessoas ajudando aqui e ali. O papel da família na gestão conjunta do efémero negócio é evidente, ao ponto de se espelhar no nome de algumas barraquinhas improvisadas, como se vê no retiro denominado “Retiro Mãe e Filhos”. A rua ganha uma nova fronteira, um novo filtro para os edifícios. Atravessando, pelas estreitas ruas, as casas estão agora mais distantes com a introdução deste novo território intermédio, que os moradores gerem, mas os visitantes estão incentivados a disfrutar. O critério para a instalação das barraquinhas parece relacionar-se com a proximidade das casas. Entre o Beco da Corvinha e as Escadinhas de São Miguel, percebe-se essa relação, no entanto, qualquer recanto é viável para instalar mais um grelhador a carvão, onde serão preparadas as sardinhas, as bifanas e os pimentos (Excerto do Diário de Campo 30.05.2019).*

Habraken (1998) define o conceito *territorial depth* como a forma de medir hierarquias, representadas por níveis de controlo. No processo, são contabilizadas as barreiras que um indivíduo terá de atravessar, desde um determinado espaço exterior até ao interior de um edifício. É nos espaços vazios, entre as barreiras arquitectónicas (materiais), que ocorre a apropriação nas várias formas de habitar espaços. A apropriação implica uma acção/intenção sobre o espaço e consequentemente traduz-se num exercício de controlo sobre ele.

O espaço que habitamos e onde nos movemos abrange escalas que se sobrepõem em *included territories* (territórios onde o acesso é admitido a determinados indivíduos) e

gradualmente vão-se exclusificando até chegar ao espaço privado, onde se situa o nível de controlo que apresenta um maior escrutínio. As direcções de transição, espaço privado/espaço público e inversamente espaço público/espaço privado, são, no entanto, assimétricas no que diz respeito a níveis de escrutínio. Pois, a passagem para o espaço progressivamente mais público é logicamente mais acessível que a direcção inversa.

Apesar disso, pensar em definições fixas e bipolarizadas, sobre espaço público e espaço privado é ilusório, como demonstra o excerto sobre a preparação dos Santos Populares, anteriormente apresentado. A ambiguidade intrínseca à divisão ou classificação do espaço em público e privado é, como vimos anteriormente, característica das ruas de pequena escala e de acordo com Habraken (1998), especialmente evidente, em situações de maior *territorial depth*.

Madanipour (2003) compreende a relação entre as esferas pública e privada com base em escalas (o corpo, a casa, o bairro, a cidade), graus de exclusividade e abertura (*exclusivity and openness*) e modos de encontro e associação com o espaço (pessoal, interpessoal, impessoal). Os dois autores convergem na ideia de que o limite entre o espaço público e privado ou *personal space* é subjectivo e varia consoante a percepção individual, atingindo o ponto de fractura com a *sensação de invasão*. Regressaremos a esta ideia no Capítulo 6, onde focamos a relação do bairro com o turismo.

#### 4.3.1 Mecanismos de gestão da fronteira entre a casa e a rua

A D. Laurinda mora no Beco da Lapa, no rés-do-chão, e não se cansa de dizer como é *bisbilhoteiro demais*. No entanto, além desta noção de privacidade ameaçada pelos que passam na rua, mesmo junto à sua sala da televisão/sala de costura/cozinha, existe para ela, uma constante interacção com o mundo do Beco da Lapa e com o mundo de Alfama por sua via. A D. Laurinda mora sozinha, mas não mora isolada, a cada minuto, mais ou menos prolongado, o beco oferece uma série de entretenimentos ao seu dia. Nas vizinhas que passam, há a certeza de que todas se conhecem. Como tal, é improvável cruzarem-se sem se cumprimentarem cordialmente ou aproveitando o encontro para alimentar algumas querelas.

Por outro lado, chegam os estudantes do ISPA (ali ao lado) procurando o restaurante *Horacio* (lugar de confluência entre moradores e estudantes) ou o recato do pequeno largo que se forma mais à frente no beco, para passar algum tempo. A D. Laurinda vive estas interacções no seu dia-a-dia. Todos os dias sai de casa, para um passeio pelo bairro; para ir ao talho, junto ao Largo do Chafariz de Dentro, para ir à padaria mais para os lados do Largo de S. Miguel ou

ao supermercado que fica na Rua de S. Miguel. Por vezes, vai ao restaurante do beco, quase em frente à sua casa, pela qual paga renda há mais de trinta anos. Depois, os dias são passados com sua actividade favorita – a costura. Com orgulho, conta a história de como ganhou um prémio pela janela mais bem decorada uma vez, usando o seu talento para costurar flores que pendurou à volta da porta e postigo e também da outra janela já virada para o Beco dos Ramos.

*Quando o tempo está bom, prefere não abrir a porta, talvez o postigo “porque a casa está muito desarrumada”, ou desloca-se com uma almofada ou trapo até à soleira do edifício da frente, onde também me convidou a sentar por várias vezes. Aqui por vezes tenta vender a quem passa algumas das “coisinhas que faz”, outras vezes, fica só a admirar o movimento e interagindo de forma inevitável (para ela) com quem passa. Acontece o mesmo vizinho passar para lá e para cá, mas não sem dar uma satisfação, ainda que pouco concreta sobre o porquê. Essa parece ser esperada pela D. Laurinda que fica inquisitiva quando não a obtém. Se é um desconhecido que passa, não vai igualmente passar despercebido. Ou seja, sem se apresentar no seu papel de visitante. A D. Laurinda faz questão de interperlar, seja de forma jocosa ou cordial e gosta de falar com os turistas, mesmo que não a entendam. Estas vivências estão de tal forma enraizadas na sua relação quotidiana com aquele espaço, que não ficam de fora na gravação da entrevista (Excerto do Diário de Campo 16.02.2019).*

A soleira e o postigo são elementos chave do desenho das fachadas dos pequenos edifícios típicos, que adquirem duplo sentido na gestão da transição entre a casa e a rua. A soleira além de gerir a relação das cotas entre o interior e o exterior do edifício é um ponto de transição apropriável em situações quotidianas vividas entre a casa e a rua. Tal como a soleira, o postigo além de permitir mais um ponto de iluminação natural é igualmente elemento chave nas interacções entre os vizinhos. Os vizinhos, não sendo assumidamente admitidos no espaço doméstico e privado, conformam numa espécie círculo secundário, onde a base para as interacções quotidianas se estabelece na zona elástica da fronteira entre a casa e a rua.

O Beco do Surra é paradigmático para encontrar autênticos pequenos jardins de vasos com plantas, à porta dos edifícios. Esta iniciativa (não exclusiva deste beco) parte das duas vizinhas que se apropriam da rua, para a construção de uma amizade cultivada pelo cuidado com as plantas. As últimas, para além de elementos decorativos, tornam-se um mecanismo de gestão da relação com a rua, pois materializam uma adicional camada à fronteira da casa com espaço público.

Outras acções/interacções observadas como varrer a rua em frente da casa ou a colocação de mobiliário no espaço público, como o caso dos bancos (observado no Beco da Cardosa, ver tópico 4.1) ou as vendedoras de ginja que muitas vezes transportam consigo mesas, cadeiras,

guarda-sóis e temporariamente passam a fazer parte do espaço público, funcionam como mecanismos de exercício de controle sobre o mesmo (Figura 4.10 e Figura 4.11).



Figura 4.10 Beco do Surra, moradora varrendo a rua

Fevereiro de 2019



Figura 4.11 Escadinhas de Santo Estêvão, venda de ginja no espaço público

Julho de 2019

Em plena rua, os moradores munem-se de um certo nível de controle sobre o espaço, conjurando sobre ele acções de transformação material ou simbólica, apoiados numa espécie de moral e julgamento ético local. Os comportamentos reproduzem-se e ritualizam-se à escala do bairro, sendo neste quadro local, não só admissíveis como fundamentais na construção da sua identidade, exacerbados na sua intensidade durante a época de festejos anuais dos Santos Populares, em Junho (Figura 4.12 e Figura 4.13).

A proximidade em que se vive, leva a que as conversas sobre a vida privada se multipliquem numa rede de interconhecimento em empatias e antipatias. Quem: *não limpa a porcaria do cão - deita o saco do lixo pela janela para a rua - não trata da casa*, são exemplos de temas discutidos entre vizinhos. Os consensos e as discórdias reflectem-se também sobre o espaço público.

Colocando o ênfase na relação entre *forma e conteúdo*, podemos pensar para o caso das ruas de pequena escala de Alfama, numa noção particular de espaço público, encontrado num constante ciclo de disputa e construção de consenso, onde o visitante e o morador desempenham diferentes papéis no que diz respeito ao controlo e uso do espaço. Ainda assim, certos consensos

não significam uma homogeneidade das apropriações, pois a relação com o espaço é individual, e enquanto certos registos de comportamento nos levam a pensar numa harmonização sobre limites e permeabilidades entre o domínio privado e espaço público, este não é dado adquirido por via da forma.



Figura 4.12 Beco da Corvinha, apropriação da rua durante os Santos Populares

Junho de 2019



Figura 4.13 Escadinhas de S.Miguel durante os Santos Populares

Junho de 2019

A forma, como entidade autónoma é negociada numa possibilidade de consenso, mas existe ainda uma camada de subjectividade, que supera o interesse ou intencionalidade sobre o espaço e vem excluir desse consenso sobre a forma os seus significados.

One may want a tree for shade, for the view of spring blooms by a window, or perhaps the experience of nurturing it. When neighbours jointly decide to plant a tree within a common courtyard their consensus concern the tree and its presence, not its meaning or its rationale. A consensus regarding form implies no other consensus. Forms stand in our midst as autonomous presence... (Habraken, 1998, p.233).

As alterações na disposição de mobiliário urbano no Beco da Cardosa foram motivadas por discórdias e conflitos entre vários moradores e destes com Junta de Freguesia. Como referimos, o episódio observado no beco é paradigmático para ilustrar este tema. A D. Laura que utilizava os degraus do prédio onde mora, para aguardar os seus clientes (a quem vende ginja, não sendo a única no bairro), passou a utilizar os bancos improvisados em frente ao pequeno jardim, quando foram aí colocados por vizinhos que os “retiraram do lixo”. Outros vizinhos não acharam a situação aceitável e a Junta acabou por remover os bancos improvisados, substituindo-os com o banco que já se encontrava noutra parte do beco. A D. Laura, perante tal conflitualidade, admitiu que voltou às escadas do prédio como seu local de

permanência, por receio de ser envolvida na confusão. Posteriormente, a necessidade de instalar os caixotes do lixo (em consequência da nova política de gestão dos resíduos urbanos) elevou a discussão sobre a organização do espaço, quando vários moradores se manifestaram contra a instalação dos caixotes junto à sua casa.

Com efeito, os moradores consideram ter poder de decisão sobre o espaço público e essa situação gera a necessidade de negociar este espaço com os seus vizinhos e com os órgãos de gestão urbana.

O nível de controlo que os moradores exercem sobre a rua em determinados períodos de tempo é latente nos seus comportamentos, evidenciando formas particulares de apropriação do espaço. Por um lado, cuidam da rua como se de uma parte da sua casa se tratasse, por outro lado vivem nela experiências, que poderiam defini-la como uma *sala de estar a céu aberto*.

Os visitantes são recebidos pelos moradores com uma cordialidade e atenção interpeladora prestada assumindo o papel de anfitriões. Ao mesmo tempo, marcam a sua posição de controlo e colocam o visitante no seu papel de intruso identificado, admitindo-o de alguma forma no território que lhes pertence e a quem pertencem.

Os níveis de controle sobrepõem-se numa matriz de apropriações do espaço, que derivam, não apenas por sugestão da forma urbana, mas de sugestões provenientes de quem exerce controlo e assume influência sobre quem é admitido mediante circunstâncias específicas. Neste processo são erguidas barreiras flexíveis entre o espaço público e privado, entre as várias escalas que se sobrepõem e se recortam para traduzir territórios de admissibilidade do visitante e forasteiro dentro do bairro.

A rede contínua de espaços tendencialmente públicos passa a estratificar-se em resultado dos escrutínios, que gerem o atravessamento de fronteiras entre o fora e o dentro, a várias escalas e com recurso a mecanismos. O beco é um caso pertinente para reflectir sobre o significado da forma urbana, como mediadora entre os mundos público e privado.

Primeiramente, encontrámos na hierarquia do traçado urbano um mecanismo que opera na gradação de níveis de privacidade. Sucessivamente, a estratificação de níveis de controlo efectiva-se através de outros tipos de mecanismos que podem ser absolutamente informais, ou seja, manifestam-se durante a interacção com/no espaço, exercendo sobre ele uma transformação simbólica, de significado e, portanto, não material, ou ainda materialmente expressa mesmo que efémera. Os dois tipos de mecanismos que definem e estratificam níveis

de controlo, defendendo o “coração do bairro” como lugar tendencialmente exclusivo, coexistem com particular ênfase no beco e ruas de pequena escala. Com efeito, as ruas de pequena escala são lugares onde a gestão das transições entre a rua e a casa se pautam pela construção criativa e flexível de distâncias simbólicas, mediante a proximidade física na exiguidade do espaço.

### 4.3.2 Ritualizações à escala do bairro

A estratificação de potenciais níveis de privacidade inicia-se à escala do bairro, com a definição clara de papéis – quem é o morador, quem é o visitante. Um dos pilares da cidade islâmica tradicional é a organização em bairros, em consequência da necessidade de distinguir entre membro da *Umma* e *outsiders* (Hakim, 1986; Abu-Lughod, 1987). Como referimos, Habraken (1998) defende que a permeabilidade de acessos entre espaço público e privado e o seu inverso são assimétricas, no sentido em que a transposição de barreiras entre *included territories* pressupõe o atravessamento de diferentes níveis, começando esse escrutínio à escala do bairro e intensificando-se quando lido em direcção à casa, ou atenuando-se quando lido em direcção à cidade.

Poderemos posicionar Alfama como um *included territory*? No bairro, os moradores, fazem questão de aparecer, marcando a sua presença ao interpelar os visitantes de variadas formas e com diversas motivações. As interacções em forma de gracejo com os turistas já referidas em Costa (2008, p.102) ou as vendedoras de ginja (que surgiram nos últimos anos), funcionam como formas subconscientes de exercer controlo, deixando claro o papel de cada um.

Perante o escrutínio dos moradores, o forasteiro (*outsider*) apresenta-se como visitante (*guest*) e nesse papel é admitido no território. Se este fenómeno é visível e retratável nos bairros típicos de Lisboa, os moradores são actores indispensáveis ao processo. Desde a perspectiva do visitante, a sensação de “invadir casa alheia” é observada por Graça Cordeiro (1997, p.88) no bairro da Bica “A porta simbólica existe, e quem a ultrapassa tem que ter uma boa razão para explicar tal intromissão às vizinhas guardiãs que logo surgem inquisidoras...” (Cordeiro, 1997, p.106).

Difícilmente é possível atravessar o Beco da Cardosa ou o Beco da Lapa, enquanto visitante, sem experimentar uma situação de desconforto pela transgressão de uma sensível fronteira de privacidade. É uma situação de inadvertida e impensável intrusão num mundo

privado, doméstico onde, à priori, não fomos convidados a entrar. Graça Cordeiro (1997) descreve sobre as escadinhas do bairro da Bica:

Nas noites de calor, esta rua atinge uma animação dificilmente descritível, nas soleiras da porta, à janelas e postigos das suas lojas, que de alto a baixo, ladeiam a rua, sentados em cadeiras, bancos e banquinhos, ou muito simplesmente nos degraus desta rua em anfiteatro, debruçados às janelas ou de porta e janela abertas com cortinas a esvoaçarem ou sem elas, a rua parece integrar-se no espaço doméstico da casa ou a casa parece estender-se sobre a rua. As refeições, o som da televisão, as brincadeiras infantis, as conversas, as emoções, tudo o que faz o quotidiano de uma casa, aqui na Bica, faz o quotidiano da rua (p.192).

No dia a dia, as janelas abertas com cortinas, criam uma barreira esvoaçante e por vezes pouco eficaz para o espaço doméstico. Janelas e os postigos abertos deixam antever todo o espaço da sala até à cozinha, onde alguém prepara o almoço, perscrutável pelos sons e ruídos de operacionalização dos tachos, panelas e loiças. Pouco antes das horas de almoço e de jantar é expectável ser abarcado nesta experiência, desde a rua. O som da televisão instala-se e é quase possível seguir o noticiário, passeando pelo bairro. O cheiro a comida invade as ruas, não apenas proveniente dos restaurantes nas redondezas, mas de todas as partes. A refeição caseira e as cozinhas, ficam desnudadas pelo olfato, que denuncia a sua existência nos edifícios, condizentes com a escala pitoresca vivida dentro bairro. É nessa pequena escala que se multiplicam os acontecimentos. A cada passo, numa nova receita acabada de sair de um forno ou fogão ali perto.

Talvez seja essa pequena escala, a chave de propagação de todas as rotinas, porta após porta. A cada dois, três, quatro passos dados, edifícios lado a lado, encerram um mundo único e diverso em si. Na repetição consecutiva desta diversidade, podemos imaginar um todo, um universo pitoresco porque nos lembra a nossa casa, a nossa própria experiência e assim nos vemos dentro, mesmo estando do lado de fora.

À escala do beco, poderemos concluir sobre uma maior intensidade na intenção de controle sobre o espaço público, mediante a elevada proximidade com o espaço privado? Existem elementos, que se encontram primordialmente expostos a esta tensão e disputa, mais ou menos silenciosa, de controlo.

Proença (2014) refere a existência de elementos de permeabilidade do espaço privado ao uso público, onde se inserem arcadas ou galerias, vão e degraus. Em relação aos últimos, o caso de Alfama é utilizado como explicativo. A reduzida dimensão dos edifícios promove o uso dos degraus que antecedem a entrada no espaço privado. Essa apropriação é expressa através da

colocação de vasos de flores ou fogareiros. O autor reforça que a permeabilidade introduzida por estes elementos é óbvia no uso, que não se esgota na passagem entre o exterior e o interior, mas é muitas vezes um espaço de permanência, funcionando como banco.

A apropriação e atribuição de um significado público a este elemento é enfatizada pelo facto de, não apenas os moradores do edifício assim o entenderem. Adicionalmente, este tipo de apropriações é alargado a quem passa na rua e decide estabelecer aí um lugar de permanência. Referimos anteriormente como a D. Laura e a D. Laurinda estabelecem locais de permanência em degraus que permitem aceder a edifícios.

O *postigo* e a *soleira* (Figura 4.14, Figura 4.15, Figura 4.16) são dois elementos formais, que contribuem para naturalizar os dois mundos – a rua e a casa – como duas partes independentes e de elevada tensão na sua relação de proximidade. Essa tensão traduz-se na necessidade de negociar o espaço numa base quotidiana, não obstante a naturalização de certas ambiguidades já referidas e em algumas medidas levadas a um ponto extremo, nas festividades dos Santos Populares.



Figura 4.14 Beco da Cardoso, várias soleiras que se colam às escadinhas

Dezembro de 2017

As habitações ao nível do piso térreo estão especialmente expostas a este tipo de permeabilidade ambígua entre o público e o privado, nas figuras da soleira e do postigo. Ao nível do piso térreo a proximidade com a rua é não somente óbvia, mas inevitável. Morar no rés-do-chão implica uma série de especificidades e relações que confluem na questão da privacidade, expondo dinâmicas particulares para a fronteira entre a casa e a rua.

A presença directa ou indirecta dos moradores, neste espaço de fronteira, contribui para a ideia de rua domesticada (*calle domesticada* (Monteys, 2012)). A vida dos pisos térreos gera uma dinâmica própria na rua tornando-a habitada. Esta dinâmica não depende tanto das funções que aí se instalam como da sua densidade e da porosidade entre espaço público e privado.

Pudemos ilustrar, através das descrições apresentadas, como os Santos Populares representam o patamar máximo que esta permeabilidade entre a rua e a casa pode atingir. No entanto, as dinâmicas por detrás, que tornam este momento especial admissível e permitido, constroem-se no dia-a-dia, nas acções partilhadas abarcando os edifícios, as casas particularmente, quando estas se viram e se ligam com as pequenas ruas. A rua é nessa relação não somente o caminho de acesso, mas cumulativamente um lugar habitável no prolongamento da casa.



Figura 4.15 Beco da Cardoso, fronteira entre a casa e a rua

Junho de 2019



Figura 4.16 Beco da Cardoso, vizinhas conversando através do postigo

Dezembro de 2017

Ainda assim, a casa e a rua podendo fundir-se não se confundem. O limite, ainda que elástico e permissivo a certos níveis existe.

As interações que utilizando elementos físicos, como a soleira ou o postigo, simultaneamente como explicitação de um limite e geradoras de ambiguidade, poderão ser entendidas como uma forma de estratificar o mundo privado, materializando a existência desse limite no extremar dos dois territórios onde a família e os vizinhos ocupam dois papéis, ainda que próximos, não se confundem (Figura 4.16).

Comprendemos que o que está em causa não é a abolição de fronteiras, mas uma leitura em *espessura* por via da camada de barreiras flexíveis e permeáveis a diferentes níveis, que determinam até onde o visitante do bairro é admitido, onde o vizinho/amigo é admitido e onde a vida privada familiar é preservada num espaço doméstico de elevada exclusividade.

Sobre a Bica, Graça Cordeiro (1997) descreve:

A existência inequívoca deste limiar fica bem ilustrada pela importância dos encontros à soleira da porta. Com efeito, a comunicação entre vizinhos – e muito em particular vizinhas – estabelece-se à janela, sobre os degraus da entrada, à beira da rua e de casa, nesse espaço público ainda securizante que circunda a própria casa. É muito raro bater-se à porta de um vizinho, ou tocar. Chama-se e este simples costume significa mais do que pode parecer à primeira vista: ao chamar, o interpelador identifica-se pela voz, apresenta as suas intenções pela entoação, publicita aos vizinhos a sua vontade de contactar alguém (p.193).

As relações entre as famílias e vizinhos que moravam no bairro e frequentemente se encontravam para conversar, para trocar informações, para pedir algo que fazia falta ou só para mostrar que tinham chegado ou saber de volta essa informação, é uma das referências repetidamente embebidas em nostalgia. As gerações mais antigas terão ficado, quando as seguintes, por escolha (em muitos casos), preferiram morar em outras zonas da cidade. A D. Laura e a D. Laurinda têm semelhantes histórias para contar nesse sentido, são as últimas moradoras de duas ou três gerações que a Alfama chegaram e por aí ficaram. Também, Jaime (de uma geração mais recente) faz referência a tais vivências durante a infância. As relações no bairro seriam reforçadas pelos laços de parentesco, mas não se esgotariam neles. Os vizinhos são entendidos como uma espécie de família alargada. Na exiguidade do espaço privado e público a partilha não é tanto uma escolha mas uma forma de vida.

Os sons interiores atravessam as paredes vizinhas, mas também as fronteiras com o espaço público. Ouvem-se vozes de dentro para fora e de fora para dentro, a televisão, os tachos à hora

de almoço... A fronteira público-privado existe, mas esbate-se nos ténues filtros de privacidade. Atravessar as ruas de Alfama implica invadir de forma indulgente e até inadvertida as vidas destas pessoas, que com mais ou menos espontaneidade e aceitação veem nas primeiras, a continuação da sua casa, do seu mundo privado.

*O Beco da Corvinha e as Escadinhas de S. Miguel até ao largo, são o coração da festa. A densidade de barraquinhas e retiros que acompanham todo o percurso até ao largo, permitem comprar bebidas e comidas. Alguns, são especialmente construídos para incluir pequenas salas de refeições improvisadas com mesas compridas e cadeiras desemparelhadas. Não parece haver margem para concorrência, a atratividade que esta festa traz ao bairro é inegável na quantidade de pessoas que se acumulam nas pequenas ruas e as tentam atravessar num ritmo lento, enquanto comem, bebem e dançam ao som da música. É numa atmosfera leve e alegre, que se vivem também algumas tensões familiares na gestão dos negócios. Numa das barraquinhas, ao fundo do Beco da Corvinha, o atendimento prima pela informalidade. O marido e a mulher desdobram-se entre o balcão (instalado ao lado da casa dos pais/sogros) e o atendimento às mesas improvisadas. Dividem ainda as tarefas ao grelhador, instalado num recanto do beco. A confusão no serviço é enorme. Há uma página de menu em português e inglês. A mulher traz os pratos e em seguida vem o marido e retira-os explicando “o meu sogro já reclama que lhe parti a loiça toda, a sardinha vem só no pão”. Depois vêm as sardinhas no pão, em pratos e clarifica a incoerência “pronto, é como a mulher quer”. A casa dos sogros é o armazém da festa e é constante o entra e sai, trazendo e levando tudo o que é necessário. A conta é feita e arredondada em cima da mesa (Excerto do Diário de Campo 03.06.2019).*

Com efeito, a gestão da relação com o território apresenta características peculiares, quando observamos o universo das pequenas ruas de Alfama. A distinção clara entre visitante e morador é gerada por uma territorialidade, que os moradores imprimem nas ruas e através delas abarcam o bairro como uma forma de o delimitar, por ser o local que lhes pertence e onde pertencem.

Esta territorialidade expressa sentimentos de pertença e mesmo posse, que desencadeiam assimetricamente, situações de conflitualidade e certos consensos geridos de forma específica, à escala micro local, do beco<sup>52</sup>. A construção espessa da fronteira entre dentro e fora, encontra expressividade à escala do bairro, num consenso com origem na vivência de proximidade e na

---

<sup>52</sup> Sobre este sentimento de pertença ao território bairro, quando lida em relação a outros bairros típicos de Lisboa poderíamos falar sobre *rivalidade*, nomeadamente como forma de afirmação de identidade. Este não foi um objectivo para o presente estudo, no entanto, esta dimensão é evidenciada nos estudos de Cordeiro (1997) e Costa (2008).

naturalização da *rua como sala de estar comum*, onde o convívio acontece, como poderia acontecer no interior das suas casas, se esse fosse o “contrato social”.

Mesmo para quem é admitido no território do bairro, os limites para o espaço doméstico são marcados na interpretação de fronteiras mais ou menos físicas/simbólicas que, de alguma forma, estão acordadas dentro do bairro, embora a sua negociação seja uma construção ininterrupta e dinâmica. Processo este, que é paralelo ao da admissão de visitantes no seu interior. Há que referir, de passagem, as circunstâncias actuais onde o turismo trouxe mudanças que impactam sobre a rede de vizinhança e uma incrementada pressão causada pelo número de visitantes (este tema será aprofundado no Capítulo 6).

A roupa estendida, mesmo ao nível do piso térreo (Figura 4.15), a colocação de plantas junto à porta, são sinais de presença indirecta no espaço e funcionam como uma barreira adicional para o interior dos edifícios, filtrando-o em relação à rua. Com efeito, os moradores de Alfama são fortuitamente exímios, no que toca a marcar a sua presença de forma indirecta no espaço público.

A D. Laurinda gosta de morar no rés-do-chão, mas assume que é *muito corriqueiro* e sobre a roupa que estende mesmo sobre a porta, explicou que a sua casa é muito pequena para estender a roupa dentro e assim pode abrir a porta *sem que se veja tudo, além disso os turistas gostam*. Poderá o acto de deixar roupa estendida expressar uma ideia? Poderá ser entendida, à semelhança de outras apropriações, como forma de marcação indirecta de presença no espaço público?

A utilização do espaço ocorre à escala humana, e nesse âmbito a presença é uma forma de o territorializar, expressando uma barreira para os demais. Habraken (1998) utiliza como exemplo os artistas de rua. Estes constroem, dentro do espaço público, uma barreira territorial simbólica e temporária ao reivindicar esse espaço como seu, através da permanência. Situação semelhante ocorre na utilização de mobiliário urbano, qualquer acção de permanência implica a reivindicação temporária de um espaço que noutras circunstâncias estaria aberto aos demais.

Do bairro à casa, os níveis de escrutínio encontram-se graduados e são graduais. Estabelecer barreiras mais ou menos temporárias dentro do espaço público ou assumir formas de interacção que advêm de uma enunciação pessoal e privada e se destinam a um público (que poderá ou não até ser anónimo e forasteiro, pensando na escala do bairro como *included territory*), são dois tipos de acções ou comportamentos, que facilmente se inter-transgridem,

pois partilham como base a apropriação do espaço, reproduzida em ritualizações e transformações.

Voltemos novamente à roupa estendida, Costa e Dores Guerreiro (1984, p.83) salientam o potencial de informação que esta expõe em espaço público, a respeito da vida privada dos moradores. Através da roupa estendida, podemos deduzir e fantasiar uma série de informações e gostos de quem mora dentro da casa (homem, mulher, criança, jovens..., roupa escura/clara, roupa tradicional/alternativa...). A roupa, enquanto bem privado, reclama em nome do seu dono o seu direito à rua, representando a sua presença e permanência indirecta. Ao mesmo tempo, revela indícios sobre o que acontece no espaço privado, detalhes sobre o gosto, os hábitos e indiciando uma particular *história de vida*.

Esta acção aparentemente simples contém em si uma carga simbólica. Pode ser entendida como uma partilha de informação, motivada por uma questão prática, secar a roupa, mas que convoca a imaginação do visitante a conhecer o morador. Ao mesmo tempo, o morador apresenta-se em algumas das suas características e preferências e acima de tudo, marca o um nível controle sobre a rua, portanto, acrescenta *profundidade* (ou *territorial depth*) à relação entre a casa e a rua, ampliando simultaneamente o espaço de fronteira.

A *fronteira* entre a casa e a rua é um espaço que poderia ser desenhado através de uma linha abstracta. No entanto, quando olhado ao pormenor, focando as *ruas de pequena escala* de Alfama, torna-se um espaço de extremo significado para descrever a relação entre a casa e a rua e as apropriações que tendem a aproximar as duas esferas e que caracterizam o próprio bairro e por isso lhe são *típicas*.

A *fronteira* entre a casa e a rua ganha *espessura* mediante a série de barreiras e permeabilidades que criam ambiguidade sobre o espaço e ganha *profundidade* acumulando níveis de segregação e escrutínio que funcionam através de mecanismos de controlo sobre o espaço e gerem o nível de privacidade.

A *profundidade* fica associada à hierarquia do traçado que remete o beco para uma segunda ordem, no interior dos micro-quarteirões do bairro. Quando entramos no beco podemos ler uma série de mecanismos de controlo, que formam territórios de admissibilidade e, portanto, permitem distinguir níveis de *territorial depth*.

A forma poderá contribuir, mediante a escala e posição hierárquica, para empurrar o espaço doméstico para além de fronteiras formais. No entanto, é no consenso sobre uma partilha de

informações que poderiam ser assumidas como impartilháveis, que esta fronteira ganha uma elasticidade elevada, criando *espessura* para integrar todas as pequenas barreiras formais e níveis de controlo entre os dois domínios (público e privado) que geralmente extremam a vida quotidiana citadina.

À escala de rua, a fronteira dentro/fora, na sua *espessura* e *profundidade* permite ler a ambiguidade da *forma* em função do seu *conteúdo*. Esta construção relacional particular entre o tecido físico/espacial e o tecido social do bairro é exacerbada no sentimento de pertença simétrico entre o bairro enquanto lugar onde o *alfamista*<sup>53</sup> pertence e alfamista que assume o bairro como um contínuo beco na extensão da casa.

Podemos concluir que, a *ambiguidade* e a *territorialidade* impressas nos becos e ruas de pequena escala constituem pontos de intersecção entre a forma urbana e edificado do bairro, apropriações e interações sociais e a sua identidade cultural.

---

<sup>53</sup> Referência a *Sociedade de bairro* (Costa, 2008) onde o autor assume a existência de uma identidade de bairro *alfamista*.

## Capítulo 5. Alfama: Traços de uma Paisagem Histórica Urbana

### 5.1 Património Urbano. Reflexões sobre as dimensões material e imaterial

Quando lida no contexto da História, a noção de cultura tende a ser expressa de forma estanque. Remete para a afirmação da diferença entre nações e justifica, não apenas a sua afirmação e estabilização, mas também, a fundação de novas nações independentes. Poderia, assim, ser entendida como a síntese das diferenças que sustentariam um projecto político divergente, baseado na cisão cultural, para reforço de uma e outra integridades culturais. A aplicação deste conceito a uma sociedade, alienando-a das suas mudanças históricas, uniões imperfeitas, múltiplas e ramificadas, incorre na falsa ideia de uma cultura fixa, unitária e irreal. Quando contextualizada no respectivo enquadramento multidimensional é inevitável pensar em fluidez e permeabilidade de *conjuntos culturais*. Esta fluidez resulta da constante reinvenção das respostas sociais, que se adaptam para responder a novas circunstâncias de forma continuada. As novas circunstâncias impostas, não são isentas de contextos e pressões políticas e económicas (Wolf, 2005).

A mudança é inerente à construção cultural, e desta forma, é criticável entender as sociedades como sistemas isolados automatizados ou todos integrados, em que cada parte contribui para a manutenção de um todo organizado, autónomo e duradouro. A definição de costumes e ideias, que entram em jogo por determinados actores e mediante determinadas condições, acrescenta fluidez e remete para uma permeabilidade cultural. No desenrolar do processo, estes *conjuntos culturais* constroem-se e desconstroem-se, arrastando no tempo, em diferentes intensidades, as imposições de grupos e classes em constantes interações, sendo estas que estabelecem os termos da História. A História é variável dependente, enquanto produto da narração da relação privilegiada de alguns povos com ela própria, enquanto inversamente outros são privados de a integrar (Wolf, 2005).

A ligação paradoxal entre *cultura* e *natureza* tem vindo a ser apresentada de forma a relacionar as duas por via da ação/transformação. A cultura é, por um lado, a expressão da transformação da natureza por acção humana, no entanto, a natureza é intrinsecamente transformação. Altman e Chemers (1980) propõem o conceito de *ambiente construído*. Na definição fica explícita a relação com a transformação por acção humana, viabilizada por processos cognitivos e comportamentais estabelecidos.

Lefebvre (1991) define o espaço como social e produzido (*produced*)

The raw material from which they are produced is nature. They are products of and activity which involves the economic and technical realms but extends well beyond them, for these are also political products and strategic spaces (p.84).

O património revela-se como instrumento de validação de determinados momentos e elementos considerados relevantes enquanto testemunhos da relação de um determinado grupo com o território, legíveis no espaço material e práticas imateriais. As dimensões inerentes ao processo de validação não são isentas de complexidades, descritas em interpretações, enviesamentos e subjectividade. O processo culmina com a selecção e implica relativa cristalização do tempo definido para representar determinados valores, sejam eles estéticos ou de outras referências, destaca-se um valor simbólico, validável mediante demandas sociais ou agendas políticas.

Entendendo o património em relação à transformação do ambiente, fica inferido um sentido de ciclos temporais ajustados à medida que dá cabimento aos valores a preservar. Esta premissa entra numa lógica paradoxal quando pensamos em património como proposta de cristalização cultural, filtrando transformações a partir do momento da sua validação.

Quando reflectimos sobre a aplicação dos conceitos no contexto urbano em que inevitabilidade da mudança e a resiliência dos territórios e sociedades são processos geradores de património, as contradições evidenciam-se. Com efeito, o caso de estudo demonstrou-se pertinente para ilustrar e desencadear problematizações dentro deste tema. No entanto, começaremos por aprofundar os conceitos que vêm alimentar a discussão teórica.

As *questões do património*<sup>54</sup> iniciam-se em qualquer contexto e escala, com a memória, a história e o valor simbólico, que um objecto ou território adquire para um determinado indivíduo ou grupo. No entanto, o início é talvez o valor estético e representativo que alguns edifícios adquiriram à escala da cidade ou do bairro, que os posicionava como singulares e justificou tratá-los como *monumentos*. Com efeito, a perenidade conferida pela arquitectura na transformação do meio, poderá atravessar vários ciclos da vida humana, esta passagem funciona

---

<sup>54</sup> Referência à obra de Françoise Choay (2011) de título: *As questões do património. Antologia para um combate*. A questão de combate assumida por Choay (2011), não se prende com a problematização sobre o que no edificado construído deve ser considerado *património*, pois qualquer edifício pode ter relativo interesse memorial para uma determinada comunidade de referência, o *combate* prende-se com a valorização desse património de forma a torna-lo útil e utilizável à sociedade contemporânea, mesmo que isso implique a alteração do seu uso original e com isso a readaptação formal necessária à sua nova utilização.

como testemunho de um desenvolvimento cultural, de certa forma mediador da convivência da sociedade com o tempo.

As preocupações com a preservação de edifícios no contexto urbano, mediante o seu valor simbólico, justificam-se em primeira ordem, em resposta à avassaladora transformação da paisagem, em virtude da revolução industrial. A nova linguagem, pragmática e progressista, ameaçava impor a modernidade de forma intransigente e romper com todas as ligações ao passado (Choay, 2001). Os séculos XIX e XX são, nesta medida, ricos em debate sobre a cidade, onde o património entra como uma das complexidades intrínsecas.

Sob este pressuposto, Viollet-Le-Duc poderá representar uma primeira corrente de pensamento, no início do século XIX, sobre a forma de conservar e intervir sobre edifícios, que por uma sociedade os reconhecer como representativos de valor cultural e histórico, deveriam ser salvaguardados da acção do tempo, preservando a sua existência e integridade física. O processo de restauro defendido por Viollet-Le-Duc tinha como objectivo restituir o edifício à sua forma original, recorrendo a desenhos e regras de estilo e removendo camadas de elementos introduzidos ao longo do tempo. Esta visão utópica sobre a forma original do objecto, justifica intervenções intrusivas e puristas em relação a estilos e estéticas dominantes (Choay, 2001; 2011).

A oposição a esta forma de entender o restauro de edifícios chega no século XX por Ruskin e Morris. Ruskin defendia a manutenção do estado de conservação do edifício, sem procurar recuperar a sua integridade, considerando ser impossível dignificá-lo ao nível da sua versão original e por outro lado, encontrando na ruína uma ideia, em si, bela e simultaneamente uma forma de persistência, que evoca valores de autenticidade. A tentativa de restauro é uma ideia à partida problemática, na medida em que incorreria imperativamente numa falsificação artificial. Ruskin e Morris chegam a conceber a protecção de edifícios históricos numa escala internacional. Em 1984 propõem a criação de uma organização europeia de protecção, com meios financeiros e técnicas adequadas para inventariar os edifícios suscetíveis de interesse e promover a compra ou aluguer de edifícios que fossem colocados no mercado ou prestar assistência aos proprietários na conservação e restauro. Em 1877, Morris cria a *Society for the Protection of Ancient Buildings* e um ano mais tarde tinha conseguido inventariar centenas de igrejas no Reino Unido (Choay, 2001; 2011).

Boito adopta uma perspectiva de certa forma conciliadora entre as posições extremadas em Viollet-Le-Duc e Ruskin. Identificando a necessidade de adaptar uma estratégia de restauro

ao caso específico, propõe três tipos de intervenção com base no estilo e idade do edifício. O tipo arqueológico deveria reger-se pelo rigor científico, optando por um restauro com base em volumes e massa, dispensando ornamentação e incorrer em interpretações forçadas dos vestígios; o pitoresco, que se referia aos monumentos góticos, sobre os quais o restauro deveria focar a estrutura do edifício, mantendo a ornamentação e detalhes em deterioração; o arquitectónico, onde se inseriam os monumentos clássicos e barrocos, propondo um restauro na totalidade. A preocupação com a falsidade/autenticidade levou o autor a defender que as adições promovidas pela intervenção de restauro deveriam ser evidenciadas através da utilização de diferentes materiais e cores ou disponibilizando essa informação de forma indirecta (Choay, 2001).

Giovannoni propõe, na *Teoria do Restauro Científico*, uma abordagem científica que deveria orientar a conservação como passo prévio do restauro, assumindo a possibilidade de utilizar no último tecnologias contemporâneas de forma equilibrada. O trabalho de Giovannoni é relevante para a contextualização do património no seu enquadramento territorial, percebendo que áreas da cidade faziam coincidir um potencial valor patrimonial com o valor funcional, retratando o caso dos centros históricos.

Sob esta perspectiva a ideia de *ambiente* é introduzida no debate sobre património, prevendo-se a contextualização dos monumentos, mediante a consolidação dessa atmosfera atendendo à sua envolvente. Giovannoni estrutura os valores inerentes ao património sobre a cidade histórica, entendendo estarmos perante a preservação de valores documentais, estéticos e de uso, com impactos no contemporâneo. O contexto é fundamental para o monumento, sendo necessária uma abordagem de múltiplas escalas, para enquadrar o seu significado e preservar valores de forma efectiva. Choay (2001) entende que Giovannoni é percussor na apreensão da dimensão *património urbano*, afastando-se da ideia de monumento, enquanto objecto isolado e alienado da cidade e do seu planeamento urbano.

Riegel propõe relativizar o papel do tempo e da história na definição de património ao propor distinguir *monumentos* de *monumento histórico*, com base em duas categorias de valor: *Erinnerungswerte*, valores adquiridos ao longo da história e ligados com a antiguidade e a memória e *Gegenwartswerte*, valores que derivam do contemporâneo com foco na estética e uso. Quando aplicados a uma perspectiva de restauro, estes valores entram muitas vezes em contradição, facto igualmente evidenciado por Boito. Riegl defende, em consequência, que não pode existir nenhuma regra absoluta no que diz respeito ao restauro, devendo ser avaliado cada

caso mediante os valores específicos. Boito e Riegel contribuem em grande medida para a fundação disciplinar do campo da conservação de monumentos, reflectindo sobre os conceitos e teorizando sobre os métodos e a sua pertinência (Choay, 2001).

Em 1931, Atenas torna-se o epicentro do debate sobre património. Primeiramente, acolhe a conferência internacional, durante a qual ficou definida a *Carta de Atenas* onde se estabeleceram critérios para o restauro faseado em trabalhos de consolidação. As fases sistematizadas do processo decompõem-no em: recomposição das partes desmembradas, liberação de acréscimos sem efectivo interesse, complementação de partes acessórias para evitar a substituição, e inovação ou acréscimo de partes indispensáveis com concepção moderna. É também, nesta cidade que fica sediada a associação que veio a estabelecer-se como *Europa Nostra* (sob a alçada do Conselho da Europa)<sup>55</sup>, para uma acção conjunta europeia em matéria de património.

Com os impactos da Segunda Guerra Mundial, que levaram à destruição parcial de cidades europeias, chega a necessidade de reconstruir edifícios pontuais, mas também grandes áreas da cidade. A ideia de um urbanismo modernista é ainda dominante e muitas das intervenções acabam por prever a reconstrução com base em modelos arquitectónico-urbanísticos totalmente distintos das preexistências, aproveitando a oportunidade para reformular o edificado e infra-estruturas. Por outro lado, reconhece-se, em alguns casos, a necessidade de reconstruir a identidade das cidades e das imagens construídas no tempo, valorizando o património e as narrativas que lhe estão associadas (Lamas, 2011).

A conferência de Veneza em 1964, da qual resulta a *Carta de Veneza*, estabeleceu uma nova escala na classificação de património, que abrangia conjuntos construídos e o tecido urbano, sendo aplicado o conceito de *centro histórico*. Em 1972, a UNESCO oficializa a necessidade de organizar e planear uma estratégia integrada e geral na salvaguarda do património. Para tal, os Estados signatários deveriam, no interior e no exterior das suas fronteiras, comprometer-se com a protecção dos monumentos, conjuntos e sítios, que sejam considerados testemunhos únicos da diversidade das criações da humanidade e entendidos como um património comum (Choay, 2011).

---

<sup>55</sup> Durante o desenvolvimento deste trabalho tive a oportunidade de visitar a sede inicial desta organização e actual *Elliniki Etairia* em Atenas durante workshop *Capacity Building Days for Young Heritage Professionals*, promovido pela Europa Nostra, Erfgoed Brabant and Erfgoed Gelderland (NL) (17-20.06.2019).

A *Recomendação de Nairobi* (1976) estabelece que os conjuntos classificados representam um património universal insubstituível e como tal devem ser entendidos enquanto um todo coerente, onde todas as partes constituintes contribuem para o equilíbrio e cuja integridade deve ser preservada. A sua preservação inclui evitar deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acrescentos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentem contra sua *autenticidade*.

*Der Städtebau* de Sitte tornou-se uma referência na crítica ao radicalismo do *modernismo*, que propunha uma ruptura com o passado. Tornou-se, ainda, simbólico na revalidação dos centros históricos, patrocinando uma devolução da cidade aos habitantes. Estes tinham-na em grande medida abandonado, em prole de uma inebriante revolução da construção, promovida pelas novas tecnologias e materiais, que vieram sustentar uma corrente da arquitectura e do urbanismo, onde o novo e o moderno se tornaram valores sincronizados. A ideia de *cidade museu*, viria responder ao desafio de permitir a coexistência dos monumentos, preservando-os nos seus valores estéticos e históricos, mas integrando a mudança como processo natural num sistema urbano (Sitte, 1980).

Rossi (2001) evoca a *memória* como um valor essencial para definir um *facto histórico* *facto urbano*. Na sua ascensão, um facto histórico perene só é visível depois de um processo de consolidação temporal, que o faça sobreviver ao esquecimento, permanecendo não só enquanto objecto construído, mas atendendo aos seus significados estéticos e simbólicos validados consecutivamente com a passagem do tempo e das gerações. Na obra *Autobiografía Científica* (Rossi, 1998), o autor procura encontrar o papel do arquitecto, enquanto produtor de cultura, ao processar a sua experiência pessoal, num âmbito histórico, construindo um repertório de memórias, imagens e referências que poderá, até certo ponto, superar o referencial temporal de passado e presente, e projectar-se numa transmissão de futuro

Ahora creo poderlas ver a todas, hermosamente dispuestas en hilera; alineadas como en un herbario, en un catálogo, en un diccionario. Pero tal catálogo, situado en un punto intermedio entre la imaginación y la memoria, no puede ser neutral, sino que se refiere con preferencia a algunos objetos, de los que es una deformación, o, de alguna manera, la evolución (Rossi, 1998, p.33).

A cidade é entendida sob uma perspectiva histórica interpretativa, não se limita a referenciar e/ou citar a arquitectura em si, alargando-se a uma *ciência urbana*, porém a arquitectura é considerada o dado último, uma espécie de consequência da ciência urbana e a materialização da própria cidade.

Podemos estudar a cidade sob muitos pontos de vista; apresenta-se, porém autonomamente quando a consideramos como dado último, como construção, como arquitectura. Por outras palavras, quando analisamos os factos urbanos por aquilo que eles são, como construção última de uma elaboração complexa, tendo em conta que nem todos os dados desta elaboração podem ser abrangidos pela história da arquitectura, nem pela sociologia, nem por outras ciências. Inclino-me a crer que a ciência urbana possa constituir um capítulo da história da cultura e, pelo seu carácter global, um dos capítulos principais (Rossi, 2001, pp.33-34).

Esta ideia integrada de olhar para a cidade como contexto para o monumento foi, segundo Choay (2001; 2011) introduzida por Giovannoni no domínio da intervenção sobre áreas urbanas que ultrapassam a escala do objecto arquitectónico. No âmbito da valorização da história de um assentamento urbano, toda a estrutura deve ser considerada, nomeadamente a organização e desenvolvimento urbano. Os edifícios de maior interesse, tornam-se relevantes mediante a forma como se articulam no contexto envolvente gerando uma “atmosfera própria e artística característica da cidade” (Choay, 2011, p.199).

André Malraux assume a necessidade de manter a identidade do contexto urbano onde se inserem as obras validadas como património, sendo que a descaracterização dessa envolvente pode interditar a leitura do edifício como integrante da *estrutura viva* da cidade. Existe aqui um lastro de discussão sobre se a cidade se deve sucessivamente construir em diálogo com o passado, em específico com o legado patrimonial. No que diz respeito a estratégias de intervenção em áreas da cidade onde existam edifícios de interesse patrimonial, as propostas de Giovannoni, Malraux, Sitte e Rossi são, claramente, pela harmonização entre o passado e o presente e não pela ruptura (Choay, 2011).

Apesar das ideias se desenvolverem gradual e em muitos casos paralelamente, é ao longo dos anos 1960 e 1970 que vários países europeus implementam medidas legais caracterizadas pela similaridade entre si. Choay (2001) refere-se especificamente às políticas das *áreas protegidas*, desenvolvidas e aplicadas na Europa a partir de 1960, sem deixar de considerar a complexidade e paradoxos que passaram a estar associados às novas formas de enquadrar legalmente o património urbano.

A disseminação internacional das preocupações em legislar sobre o património e a semelhança das bases legais adoptadas em países de diversas tradições na prática do planeamento urbano, revela uma tendência para a aceitação do papel que o sector público e os governos, devem desempenhar na inventariação, protecção, manutenção e reabilitação do

património. A mudança de ênfase sobre a escala a que o património é definido, passando do objecto arquitectónico para conjuntos de monumentos ou áreas protegidas, surge no desenvolvimento da filosofia sobre conservação e o próprio conceito de património, que passou a enquadrar-se no âmbito do planeamento urbano (Ashworth & Tunbridge, 1990).

A nova abrangência passa a considerar não apenas o monumento, mas o tecido urbano que poderá ser composto por edifícios triviais, como edifícios de habitação ou espaços dedicados a outras actividades da vida quotidiana como parte integrante de uma identidade colectiva. A ideia de considerar uma área mais abrangente na protecção de património é consolidada nas políticas urbanas e infere a ideia de *património vernacular*, que consiste em entender edifícios habitacionais e locais de trabalho das pessoas comuns, considerando as suas implicações para a construção e comunicação de identidades culturais e, portanto, detentores de valor patrimonial latente.

A *historical townscape* supera a escala do objecto arquitectónico e compreende edifícios, ruas e espaços como conjuntos, independentemente do seu valor individual. Esta ideia passa por assumir que os usos, a circulação e a composição social e demográfica são, igualmente, parte deste conjunto e nesse sentido valores a conservar.

Com efeito, o processo de conservação adquire um novo propósito e novas definições para o que deve ser preservado. Uma das consequências é a ampliação generalizada das áreas a conservar, sendo que a maioria dos países da Europa (ocidental) vieram rever, em grande parte dos centros fundacionais das suas cidades, valores dignos de entrar em processos de salvaguarda, assumindo um conceito generalizado de património arquitectónico para património urbano, movido a uma escala internacional. Neste processo, é incontornável mencionar o factor turismo como mercado impulsionado, ligado à generalização da legitimação de património (Ashworth & Tunbridge, 1990).

Em 2001, surge a Lei de bases do património cultural português<sup>56</sup>, onde fica clara a ligação da noção de património cultural com as noções de *permanência* e de *identidade* da cultura portuguesa. No artigo 2º. 3 define-se

O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património

---

<sup>56</sup> Legislação consultada: Lei nº. 107/2001

cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

A Convenção de Faro<sup>57</sup>, em 2005, veio colocar o património cultural como “fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução” reconhecendo que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A proliferação de património pode ser motivada por uma nostalgia do passado numa sociedade em mudança contínua, poder da identidade e a decadência do modelo Estado-nação homogéneo e demandas de novos mercados turísticos. As novas demandas de mercados turísticos parecem estar radicadas nas anteriores causas e dificilmente o turismo traduz uma realidade alienada das próprias lógicas sociais. Muito embora os agentes económicos tenham especial interesse no fomento destes mercados, não parece razoável afirmar que esta tendência cresce marginal às novas demandas sociais. Havendo novas motivações para a patrimonialização levantam-se, paralelamente, novos debates sobre como seleccionar e como intervir.

### 5.1.1 Definindo Paisagem Histórica Urbana

Paradoxalmente percebeu-se que seleccionar e demolir são partes igualmente importantes do processo de conservação, pois uma lógica de preservação total do ambiente construído geraria uma contradição com o desenvolvimento e mudança inerentes à cidade como estrutura viva, olhando-a como *sítio arqueológico*<sup>58</sup> cristalizado no tempo (Ashworth & Tunbridge, 1990). Entendendo o conceito de património a esta escala, torna-se óbvio que um dos valores a ser preservados é a capacidade de atender a uma contínua *mudança*.

A UNESCO veio em 2011, através da Recomendação *Historic Urban Landscape* (HUL), assumir que o património é, acima de tudo, um instrumento de gestão da cidade comportando a mudança. Para além de um procedimento de validação sobre o valor de características materiais e estéticas, é um processo que produz futuro mais do que a forma de estabilizar um

---

<sup>57</sup> Convenção de Faro - Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património cultural para a sociedade (27 Outubro 2005, Faro), aprovada por resolução da AR nº 47/2008 de 12 setembro 2008 (DR nº 177, série I de 12 setembro 2008)

<sup>58</sup> Ashworth e Tunbridge (1990, p.27), em *The tourist-historic city*, extremam as formas de olhar para a cidade histórica entre as ideias de sítio arqueológico e Disneyland.

bem cultural. A operacionalização proposta nesta recomendação é paradigmática sobre uma viragem na forma de entender o património<sup>59</sup>.

A definição sobre o que é (*what*), engloba uma série de camadas de valores culturais e naturais ampliando a noção de *historic centre e ensemble*, passando a incluir não somente valores estéticos, históricos e científicos, mas também valores económicos, sociais, ecológicos, contextos políticos, entre outros. Entre a resposta a *what is defined as heritage* e *why is heritage being managed* ficaria explicada a definição de património, nos termos dos valores e atributos, incluindo os aspectos materiais (*tangible*) e imateriais (*intangible*) e a sua combinação relacional. Com a abordagem introduzida pela recomendação HUL a definição de património torna-se um processo de gestão de consensos entre os vários actores (Veldpaus & Roders, 2013; 2014; Veldpaus, 2019).

A proposta viabiliza entender o património, não como a ferramenta que permite classificar e preservar um objecto, através da sua cristalização num tempo que o possa definir, mas entendendo-o como um instrumento de gestão da mudança, mediador de transições e, portanto, fica implícita uma apologia ao desenvolvimento e ao seu papel projectante para o futuro

HUL offers the opportunity for heritage and heritage management to become more open, more varied, more inclusive. So HUL is an active attempt to move away from the restrictions of categories, at least in its language (Veldpaus, 2019, p.17).

A *cidade histórica* é debatida sob as motivações, impactos e contradições em Ashworth e Tunbridge (1990). Uma das contradições apuradas é a relação entre *património e autenticidade* e como estes valores contribuem para a definição da cidade histórica. De acordo com os autores, autenticidade apela às qualidades intrinsecamente estéticas ou históricas do edifício ou lugar, referindo-se a um estágio de originalidade.

No entanto, potenciais critérios objectivos e mesuráveis para a identificação de património, apropriam-se da ideia de autenticidade numa amplitude que a tornam irrelevante para a definir uma cidade histórica. A definição de cidade histórica ou monumento é, afinal, um título que reconhece valores de autenticidade atribuídos por alguém, sendo, eventualmente, mais relevante entender quem atribui tais valores, do que procurar a sua autenticidade intrínseca.

---

<sup>59</sup> Proposals concerning the desirability of a standard-setting instrument on Historic Urban Landscapes (2011) 36C/23, UNESCO.

Por norma, é o *ethos* que define o valor histórico potencial. Independentemente do número de edifícios ou área e antiguidade, a cidade histórica é definida por e deve igualmente conformar-se às imagens seleccionadas para integrar o seu património e portanto, para representar o seu valor histórico. Em consequência, o seu planeamento urbano passa a orientar-se no sentido de controlar o ritmo da mudança da forma urbana, para conformá-la à atmosfera que alimenta e se alimenta na ideia de autenticidade.

Choay (2011) considera que a *museificação* representou uma tendência de acção adoptada para a gestão do património, mas ressalva que sendo uma solução adequada em algumas situações, deverá enquadrar-se nas demandas da própria comunidade. Outras funções poderão ser equacionadas sem que a dignificação da memória, do simbolismo e referencial histórico sejam maculados. A sua reinterpretação como espaço útil no desempenho de funções que projectem demandas de uma nova geração, dentro da comunidade que o reconhece como património, é uma opção que poderá justificar determinadas mudanças.

A *activação* de edifícios em prole da sua *comunidade de referência* apresenta-se como o objectivo ulterior, pois o património “sempre foi um elemento essencial da identidade local, regional, nacional”, e “emana de um grupo humano de natureza comunitária em um território e compartilhando uma história, um presente, um futuro, modos de vida, crises e esperanças” (Varine, 2012, p.44).

Rossi (2001) defende que a função original não esgota o valor simbólico do edifício, a explicação dos *factos urbanos* mediante a sua função é refutável, quando se trata de esclarecer a constituição e a conformação, referindo-se a casos em que a função mudou no tempo ou que nunca adquiriam uma função específica. No mesmo sentido, Choay (2011, p.16) define para vocação do *monumento* “a ancoragem das sociedades humanas no espaço natural e cultural e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza”.

Ou seja, a reinterpretação do mesmo como espaço útil no desempenho de funções que projectem demandas de uma nova geração dentro da comunidade a que serve de referência prevalece. Choay cita Viollet-Le-Duc (2011, p.31): “O melhor meio de conservar um edifício é o de lhe encontrar um emprego”, aqui fica explicita uma relação directa entre a manutenção do estado de um edifício e a sua real utilização. Portanto, em última análise, a utilização de um edifício seria a forma sustentável de o conservar.

Varine (2012, pp.178-79) responde à pergunta *É necessário musealizar os monumentos?* com uma série de passos a percorrer antes de adoptar essa solução, que estabelece como “um mal menor”. Com efeito, é mais significativo identificar funções “vida e utilidade” que ainda estejam associadas ao edifício e valorizá-las na sua relação com valores simbólicos inerentes à arquitectura. Se este passo não se confirmar como uma opção, deve ser considerada a hipótese de atribuir ao edifício uma função actual aproximada à sua função original ou uma função radicalmente diferente, mas respondendo a uma necessidade real da população. Todo este caminho tem como objectivo impedir o património de ser simplificado como objecto de exposição.

A definição de *cidade histórica* (Ashworth & Tunbridge, 1990) é inequívoca ao clarificar que o turismo é apenas uma das actividades que pode ocorrer na cidade histórica, tal como o património é apenas um dos recursos dentro da cidade turística. Perceber que existe uma coincidência não exacta entre as duas, será um passo para permitir que convivam de forma independente e desenvolvendo-se de forma mútua e sustentável.

## **5.2 Reabilitação e regeneração urbana**

Nos anos 60, Alfama alinhava-se, em certa medida, com as tendências globais formulando-se o contexto ideológico, político e económico pertinente, para alavancar uma nova trajectória para o bairro. Em 1959, surgem as primeiras iniciativas para listar e salvaguardar o património dos bairros antigos. O presidente da CML França Borges (1959-1970) constituiu uma Comissão de Melhoramento do Bairro de Alfama e determinou o estudo das bases de defesa de vários bairros característicos e edifícios de valor arquitectónico que deveriam nomeadamente ser adquiridos pelo Município. A Baixa Pombalina era também preocupação do presidente que pediu ao Ministério das Obras Públicas a aprovação de regras e medidas para aplicar na sua salvaguarda (França, 2008).

O Plano Director de Urbanização de Lisboa (PDUL) definia zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico que deveriam ser estudadas para salvaguarda patrimonial. A degradação dos centros históricos começa lentamente a entrar na agenda política. No Decreto-Lei n.º 8/73 ficava criada a figura do Plano de Urbanização de Pormenor. E com este o enquadramento para a renovação de sectores urbanos sobreocupados e insalubres, que apresentavam falta de solidez, estética ou condições de segurança contra risco de incêndio.

No entanto, foi nos anos 80 que o discurso sobre reabilitação urbana nos centros históricos é assumido como potencial estratégia orientadora para o planeamento urbano, desenhando uma nova trajectória para o desenvolvimento da cidade, ficando para trás a visão expansionista, que definiu a evolução urbana de Lisboa até então. Como foi evidenciado no Capítulo 2, o caso da intervenção na Baixa foi uma iniciativa precoce de reabilitação de tecido histórico, motivada em consequência do terramoto. As iniciativas de reabilitação urbana, são portanto, de grande relevância na definição de trajectórias de desenvolvimento urbano e não estão isentas de forças exógenas e endógenas, que constroem conjecturalmente a ideologia por detrás do planeamento e derivam por vezes em respostas locais de resistência à mudança, perante a proposta de implementação *top-down*.

Oliveira (2016) define o intervalo entre a concepção e a implementação de um plano, como momento marcante na transformação do território. Esta perspectiva de análise é limitada ao contexto do Plano e deixa de fora as forças exógenas, que intervêm como ideologias sobre a intenção de transformar o território e as forças de natureza endógena que podem apoiar, redireccionar ou resistir à sua implementação. O autor subdivide os actores que intervêm em processos de transformação urbana em *direct agentes*, onde se incluem os *developers* (promotores/investidores), arquitectos e construtores; e *indirect agentes* onde se encontram os responsáveis pelo planeamento e ordenamento do território e decisores políticos.

Neste contexto limitado de análise, torna-se possível explicar a génese morfológica de diferentes planos e sob uma perspectiva diacrónica comparar cartografias, reflectindo sobre transformações morfológicas. O autor, propõe uma interpretação comparativa da implementação de Planos em diferentes cidades, lidos nas suas similitudes e assimetrias conceptuais, estabelecendo os paralelismos entre os Planos de Cerdá (Barcelona, 1859) e Ressano Garcia (Lisboa, 1879), os quais focam a expansão de cidades, distanciando-os dos de Haussmann (Paris, 1853) e Nash (Londres, 1814), que incidem sobre a reconstrução de partes antigas da cidade, para sua reestruturação.

A alteração à Lei dos Solos em 1976<sup>60</sup> foi um momento chave, para desencadear uma nova fase na forma de pensar o desenvolvimento da cidade. As alterações introduziram a possibilidade de declarar áreas degradadas como Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbana, sendo nesta moldura legal admitida a expropriação por motivos de interesse público.

---

<sup>60</sup> Legislação consultada: Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de novembro de 1976

O Programa de Reabilitação Urbana (PRU) surgiu em 1985, contextualizado pela Lei n.º 13/85, a primeira lei do património cultural português. Até então, a operacionalização de mecanismos para a salvaguarda do património tinha atingido um impacto reduzido.

Enquadrados no Despacho n.º4/85 foram criados os Gabinetes Técnicos Locais (GTL), dando andamento ao PRU e estabelecendo, equiparadamente, o enquadramento para a conservação do edificado construído e a edificação nova. Com o GTL pretendia-se a formação de equipas multidisciplinares que, em parceria com a comunidade, desenvolvessem à escala local estratégias adequadas à reabilitação urbana dos territórios.

A valorização e dignificação do património construído era o novo valor orientador para intervenções urbanas e portanto, a salvaguarda do património é central no planeamento e gestão urbanística e implementação de políticas urbanas. Os sucessivos programas e projectos públicos passaram a integrar vários âmbitos, que se prendem não apenas com a reestruturação ou revitalização funcional e recuperação ou reabilitação arquitectónica, mas tendo em consideração a reapropriação social e cultural (Portas, 1985).

O Decreto Regulamentar n.º 60/1986 de 31 de Outubro determinou que “A zona de Alfama constitui um património histórico inestimável, cuja preservação se encontra ameaçada”. Com efeito, era flagrante o estado de degradação de muitos dos edifícios existentes, onde não existiam as condições mínimas de habitabilidade. Em grande parte dos casos, evidenciava-se um estado de ruína iminente. Por outro lado, as infraestruturas urbanísticas, bastante deficientes na sua eficácia, eram ainda insuficientes para dar resposta às necessidades. O bairro reunia, neste sentido, as condições previstas no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, que permitiram classificá-lo como *área crítica de recuperação e reconversão urbanística*.

Em 1988, surgiu o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAUD), no qual participava a Direcção Geral de Ordenamento do Território e o IPPC<sup>61</sup>. Com base no novo programa, uma das funções dos GTL seria a elaboração de Planos de Conservação e Salvaguarda do Património.

No Decreto-Lei n.º 499/80 foi criada a figura legal que veio permitir a promoção de operações de renovação e reabilitação urbanas através de Sociedades de Desenvolvimento

---

<sup>61</sup> O Instituto Português do Património Cultural passou, posteriormente, a denominar-se Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e Instituto Português da Arqueologia, mais tarde fundidos dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.).

Regional (SDR). De acordo com o Artigo 1.º “são instituições especiais de crédito que, nos termos do presente diploma, têm por objecto a realização de operações financeiras, a promoção do investimento produtivo e a prestação de serviços conexos, na área da respectiva região, e por finalidade apoiar o seu desenvolvimento económico-social”. No texto do Decreto-Lei n.º 25/91 foi considerado que as SDR viriam transformar profundamente o sistema financeiro português

Tais transformações prendem-se com a progressiva liberalização e a maior abertura dos mercados, num quadro de acelerada integração financeira a nível comunitário. Esta integração conheceu significativo aprofundamento com as decisões relativas ao mercado único dos serviços financeiros e sofrerá novo e decisivo impulso com a irreversível construção da união económica e monetária. Em consequência, alteraram-se significativamente as condições de competitividade e de equilíbrio concorrencial destas sociedades, pelo que se tornou indispensável a revisão profunda da sua regulamentação. Por outro lado, o papel acrescido da política de desenvolvimento regional, no contexto do reforço da coesão económica e social comunitária, traduz-se pela necessidade de aplicar e gerir de modo cada vez mais eficiente, fundos públicos substancialmente acrescidos, visando a aceleração da convergência da economia portuguesa com a da Comunidade. Neste enquadramento surgem novas oportunidades de actuação para instituições financeiras vocacionadas para o desenvolvimento regional. Ponderando os vários aspectos de ordem geral referidos, modifica-se consideravelmente no presente diploma a regulamentação vigente das sociedades de desenvolvimento regional, conferindo-lhes, designadamente, o estatuto de sociedades parabancárias, com uma actividade significativa no domínio do capital de risco e na prestação de serviços de apoio empresarial, de modo a dinamizar o investimento produtivo e a criar oportunidades de aplicação eficiente dos fundos comunitários e nacionais destinados ao desenvolvimento regional.<sup>62</sup>

O baixo nível de adesão e o conseqüente reduzido impacto da legislação referida, levou ao lançamento do programa Recria (Regime Especial de Comparticipação para Recuperação de Imóveis Arrendados) em 1988. Os novos mecanismos introduzidos sob a forma de financiamento público viabilizaram, por fim, a execução de obras de conservação e recuperação de edifícios de habitação degradados, através do envolvimento dos proprietários dos imóveis.

Além da comparticipação, atribuída pelo Estado, a fundo perdido, os proprietários poderiam dispor de uma equipe de técnicos, que agilizavam o processo ao nível burocrático, apresentavam soluções técnicas para a intervenção nos imóveis e mediavam o realojamento dos inquilinos em determinados casos.

---

<sup>62</sup> Com base no Decreto-Lei n.º 25/91 que estabeleceu o novo regime jurídico das SDR.

Os percursos e trajectórias desencadeados na aplicação do instrumento *património*, podem ser exemplificados revisitando e continuando a descrição das trajectórias de Alfama e da Baixa (no Capítulo 2 foi focada a linha divergente que marcou o período no rescaldo do terramoto de 1755), propondo uma reflexão sobre impactos das decisões políticas para os dois casos.

Nos anos 80, os dois bairros foram novamente colocados num patamar de discussão sobre intenções sobre a cidade, adequado ao contexto em que o centro histórico da cidade se encontrava numa trajectória de decadência e debatendo-se a urgência da regeneração e reabilitação “física e moral” (França, 2008). Torna-se significativo compreender como as diferentes trajectórias no passado levaram, afinal, os dois bairros a ser entendidos dentro da cidade mediante a sua história e no reconhecimento dos seus valores patrimoniais, que sendo de ordens distintas acabaram por adquirir semelhantes protagonismos. Em especial, mais recentemente, numa época em que a economia se vira para o turismo e o património arrisca limitar o seu significado a bem de consumo, perdendo ligação com a comunidade de referência.

Depois de ter sido classificada como Monumento Nacional, a Baixa Pombalina passa de imóvel de interesse público para conjunto de interesse público<sup>63</sup>. Este regime de protecção implica<sup>64</sup> que todos os imóveis são passíveis de suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento; que as operações urbanísticas que impliquem impacto ao nível do subsolo deverão acompanhadas de plano de trabalhos aprovado, onde se inclui avaliação de impactos e medidas para preservar valores arqueológicos; e que não são admitidas

alterações à volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios sem fundamentação técnica específica, a qual deve incluir, além de outras especialidades que se verifiquem adequadas, relatório de caracterização das pré-existências assinado por historiador de arte, no qual deve ser expressamente avaliado o impacto das alterações para o imóvel e o conjunto de que o mesmo faz parte<sup>64</sup>.

Ficando todos os imóveis inseridos na área de protecção sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei 140/2009, de 15 de Junho, que implica a obrigatoriedade de incluir, no pedido de informação prévia (PIP), licenciamento ou consulta prévia para

---

<sup>63</sup> Classificação de Monumento Nacional no Decreto 95/78 de 12 de Setembro. A Portaria n. 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248 de 24 Dezembro 2012, amplia a área de classificação, altera a designação e altera a categoria de classificação, de imóvel de interesse público para conjunto de interesse público da Baixa Pombalina.

<sup>64</sup> Legislação consultada: Portaria n. 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248 de 24 Dezembro 2012 e Decreto-Lei 140/2009, de 15 de Junho.

realização de obras de construção, ampliação, alteração e conservação de bens culturais imóveis, um relatório prévio, sujeito a aprovação pela administração do património cultural competente. Após a aprovação, deveria ser realizada uma vistoria técnica e a fase de obra precisa ser acompanhada por parte das entidades responsáveis. A conclusão do processo pressupõe a apresentação de um relatório final, onde devem estar justificadas as alterações realizadas durante a fase de execução.

Do relatório prévio devem constar: critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas; adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitectónico, artístico, científico, social ou técnico; compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes; avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas; consequências das obras ou intervenções no património arqueológico; utilização proposta para o imóvel; bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas; levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

O bairro de Alfama foi proposto para classificação, sendo que o processo não foi bem sucedido<sup>65</sup>. Legalmente, a área é abrangida pelo Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa e Plano de Urbanização (PU) que integra Alfama e colina do Castelo. O âmbito destes planos não é específico para a preservação de património. No entanto, o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo (PUNHACC)<sup>66</sup> tem em consideração as características específicas desta área da cidade.

Através deste instrumento urbanístico é regulada a ocupação, uso e transformação do solo, tendo como princípios: conservar e valorizar o conjunto histórico e tradicional e a sua envolvente. Para tal, são definidas normas de projecto e de edificação, bem como normas de enquadramento das actividades económicas e sociais. O Plano cria quatro zonas homogéneas de acordo com factores morfológicos e tipológicos do edificado, a cada qual corresponde uma

---

<sup>65</sup> De acordo com a informação disponível na página online do SIPA (Sistema de Informação para Património Arquitectónico) o processo de classificação do Bairro de Alfama foi anulado, tendo passado a Zona Especial de Protecção (92/08/28-DRL), referência 84/3(056).

[www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3993](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3993) consultado em: 15/03/2020

<sup>66</sup> Legislação consultada: Declaração n.º 264/97 (2.ª série), publicado no DR 2.ª série, n.º 239, de 15 -10 -1997 e Alteração publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 109 de 06/06/2014

ou excepcionalmente mais categorias de protecção. As categorias de protecção regulam as intervenções por zona homogénea, de forma a assegurar a preservação das características morfológicas e tipológico-constitutivas.

O PUNHACC assegura ainda um maior nível de pormenor, identificando graus de protecção e de correcção aplicáveis a edifícios, classificados como dissonante total e parcial, de qualidade, especial, de acompanhamento. O passo prévio ao licenciamento de obras, implica a instrução de um pedido de informação prévia (PIP) pelo requerente, acompanhado pela identificação da categoria de protecção do edifício (definida no PUNHACC) e uma ficha de catalogação, elaborada pelos serviços (equipe de técnicos especialistas), com o objectivo de determinar o grau de protecção ou correcção, que permite concluir sobre a intervenção aceitável, mais no sentido de preservar ou de devolver coerência ao edifício.

Não obstante a aplicação geral do PUNHACC, dentro da área delimitada, existem edifícios que se encontram classificados ou em vias de classificação como: Monumento Nacional (nomeadamente vários troços da Cerca Moura) e Imóveis de Interesse Público (como por exemplo a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios) e portanto, sujeito a regimes próprios. Muitos outros, passaram a integrar o inventário municipal de património/carta municipal de património, sendo que as propostas de intervenção estão sujeitas à ficha de catalogação e à apreciação da estrutura consultiva criada pela Câmara Municipal para este âmbito.

As alterações ao PUNHACC vieram enquadrar intervenções sobre o espaço público e contextualizar o processo de regeneração urbana. As intervenções reflectiram-se sobre a gestão do trânsito pedonal e restrição da circulação de automóveis dentro do bairro, criando em alternativa zonas de estacionamento nos arredores. Efectivou-se a reabilitação do antigo edifício da Alfândega para servir de equipamento cultural, onde foi instalado o Museu do Fado. Foi igualmente promovida a introdução de mobiliário urbano, como papeleiras e bancos no espaço público.

As iniciativas para reencontrar o centro da cidade, através do reconhecimento da sua história, surgiram no rescaldo do abandono dos centros históricos. Estes foram-se degradando com o tempo, o desinvestimento e desinteresse político e social, que por décadas tenderam a pressionar o crescimento da cidade para as suas periferias. Tendência promovida pela introdução de novos meios de transporte que vieram facilitar a mobilidade e permitir o crescimento e dispersão da cidade, alargando-a à sua escala metropolitana.

No entanto, é incontornável referir as contradições de pensar a cidade ou o bairro como um objecto ou *facto urbano* (Rossi, 2001) estanque no tempo “...a cidade não é evidentemente *uma obra de arte* e, por isso, é abusivo designá-la de barroca, iluminista ou romântica” (Silva, 2008, p.23). A rigidez que a classificação da Baixa e o PUNHACC introduzem na alteração física do espaço, contribuindo para a persistência da sua estrutura urbana, numa tentativa, a variáveis níveis de flexibilidade, de cristalizar tempos da história em momentos marcantes (por assim terem sido definidos) para os dois bairros, é uma decisão política que tem efeitos e impactos a vários níveis, nomeadamente sobre o lado intangível do património local.

O planeamento urbano dita, com efeito, tendências, regras e prioridades na gestão do desenvolvimento da cidade, mas existem limites e dimensões que impactando sobre ele, vão além da parte física, material da cidade. Apesar do espaço construído poder manter a mesma aparência, cristalizado na forma urbana, quando pensamos em bairros da cidade, é fundamental considerar uma atmosfera gerada por valores imateriais, que interage com espaço físico numa recíproca contextualização de significados.

### **5.3 O caso do Museu Judaico. Dinâmicas locais e projectos sobre o futuro do bairro**

O caso do Museu Judaico projectado para Alfama, permite reflectir sobre três linhas abordadas na introdução teórica. O processo foi marcado por vários momentos relevantes para uma potencial discussão sobre património no contexto urbano e costura-se de forma particular com o tecido social e arquitectónico do bairro. A controvérsia causada pela proposta para a construção do museu, no Largo de São Miguel, Beco do Pocinho e Beco da Cardosa, foi um dos temas que atravessou o trabalho de campo em Alfama e a ligação que este acabou por estabelecer com a APPA (Associação do Património e da População de Alfama).

Um museu num bairro histórico pode ser entendido como um dos pontos de contacto, por excelência, entre a cidade histórica e a cidade turística e como tal posiciona-se de forma privilegiada, enquanto elo mediador entre os moradores do bairro e os visitantes do bairro. Por outro lado, a sua implantação inscreve-se numa zona de protecção prevista no PDM de Lisboa e no PUNHACC e implica a intervenção sobre edifício identificado como tendo interesse na carta municipal do património de Lisboa (anexa ao PDM). O museu projectado implicava também a conversão de uso de edifícios, anteriormente destinados à habitação.

Estas circunstâncias tornam o caso pertinente para reavaliar valores no âmbito do restauro e conservação, bem como sobre a sua integração no contexto urbano e atmosfera do bairro.

Pontos que não foram consensuais entre os vários actores, motivando a oposição da população à construção do museu, tendo a APPA funcionado como mediadora no desencadear de acções de resistência.

O baixo envolvimento e participação da população no processo de decisão sobre o museu poderá ser um indicador de que estaríamos perante uma proposta *top-down*, enquadrada numa trajectória tendencial, direccionada para a sobre especialização das funções e contribuindo para a causa de uma cidade turística em detrimento de uma cidade histórica plural (Ashworth & Tunbridge, 1990).

Neste momento, não coube questionar ou mesmo apresentar a pertinência histórico-científica por detrás da proposta de construção de um museu judaico em Alfama. O objectivo foi meramente analisar dinâmicas de contestação social, desencadeados pela proposta e que se prenderam com a localização específica, enquadramento arquitectónico e estético, em vínculo com o projecto de arquitectura seleccionado e nível envolvimento da população no processo em geral.

Para enquadrar a situação, há que começar por clarificar que os edifícios pré-existentes no Largo de São Miguel são propriedades da CML e tinham sido anteriormente destinados à habitação, encontrando-se em estado devoluto. O tema da habitação é especialmente sensível ao bairro, num momento em que o turismo e o processo de regeneração urbana, vieram promover a aumento do valor das rendas e dos imóveis, impondo elevada pressão sobre os moradores (maioritariamente inquilinos), situação que o trabalho de Gago (2018) veio inserir num cenário de *gentrificação turística*.

A APPA é uma das associações que formaram o MML (Movimento Morar em Lisboa) em 2016, através do qual cidadãos, organizações e associações locais, se uniram para reivindicar “uma nova política de habitação e de ordenamento do território, uma Lei de Bases da Habitação, uma política fiscal diferenciadora dos vários usos da habitação”<sup>67</sup>, bem como uma maior abertura para a participação dos cidadãos na política pública.

O projecto do museu propunha a ocupação de vários edifícios, localizados no Largo de São Miguel (Figura 5.1), Beco do Pocinho, Rua de São Miguel e sua esquina com o Beco da Cardosa, para o edifício de apoio ao museu. Considerando a escala do largo e dos becos, o

---

<sup>67</sup> Excerto da Carta Aberta que introduz a petição online. Disponível em: [www.peticao.online/moraremlisboa](http://www.peticao.online/moraremlisboa) (06/04/2020)

museu espalhar-se-ia por um raio que duplica simetricamente o próprio largo. O projecto de arquitectura<sup>68</sup> determinava a demolição dos edifícios para construir de novo, numa linguagem que ora mimetizava a métrica das fachadas da envolvente, ora optava por grandes planos que remetem para referências distantes ao bairro.

Até Janeiro de 2018, um dos edifícios integrava a carta municipal do património de Lisboa (alterada a essa data)<sup>69</sup>. A demolição é, nas várias correntes apresentadas sobre intervenção em património, um método a evitar, especialmente quando o objectivo é projectar uma intervenção com base no seu enquadramento urbano. Com efeito, a densidade da edificação no bairro não deixaria margem para a entender de outra maneira.

A escala do museu, disruptiva em relação à escala material e imaterial do bairro, impõe-se na forma e no novo uso importado para esta zona do bairro (ver tópico 3.2, sobre a atmosfera das ruas que representam o bairro). O Largo de São Miguel é um dos lugares de encontro no bairro e um dos centros do bairro, onde a igreja de São Miguel, ainda remanesce como ideia distante da congregação social. O largo é o coração do bairro, consagrado nas festividades dedicadas aos Santos Populares, o lugar onde todas as estreitas ruas e becos chegam, durante esses dias longos do mês de Junho.

Podemos estabelecer os impactos da escala proposta para o museu a dois níveis. A dimensão, escala da volumetria da proposta para o edifício principal viria concorrer com o edifício icónico do largo (a igreja de São Miguel que consta da carta de património de Lisboa como “imóvel de interesse público”). A escala geral da proposta implicava ainda a dispersão em vários blocos dispostos a par dos edifícios de pequena escala nos becos, como iguais. Além da escala do próprio edifício este movimento de espriar-se para dentro do coração do bairro torna-se particularmente invasivo, na proposição de neutralizar dinâmicas de profundidade territorial. Por outro lado, arrisca-se o constrangimento da contextualização que os edifícios da envolvente permitem ao largo e à igreja marcando-os como excepções de escala e forma,

---

<sup>68</sup> Projecto da autoria da arquitecta Graça Bachmann, com a colaboração dos arquitetos Luís Neuparth e Pedro Cunha.

<sup>69</sup> Com a Proposta n.º 20/2018, aprovada na 12.ª Reunião da Câmara Municipal de Lisboa, a 31 de Janeiro de 2018, foram reformulados critérios de definição, avaliação, registo e caracterização dos imóveis de interesse municipal nos termos de PDM, reduzindo o número de imóveis considerados “com interesse” o que poderá justificar a circunstância de exclusão do edifício posteriormente demolido no Largo de São Miguel em virtude do início da obra para a construção do museu.

interferindo numa harmonia consolidada no tempo, reconhecida no quadro local e legalmente protegida.

No PUNHACC os edifícios abrangidos pelo licenciamento instruído, encontram-se na zona homogénea I (ZHH I) categoria de protecção 1, a qual prevê a manutenção das características morfológicas, tipológicas e construtivas, atendendo à relação com a rua e com a envolvente. Por outro lado, o novo uso apropriada, não só, uma área considerável do edificado do largo e envolvente próxima, estendendo-se potencialmente ao uso do próprio largo e impactando nas dinâmicas residenciais dominantes nos becos da Cardosa e do Pocinho, que entram na definição apresentada de *rua de pequena escala*.



Figura 5.1 Largo de São Miguel após a demolição dos edifícios mediante o projecto licenciado do museu judaico

Julho 2019

As vozes dissidentes em relação ao projecto e localização do museu emergem com a apresentação da proposta (em Setembro de 2016), que incluiu imagens, que desvendavam virtualmente o futuro largo. A representação deste futuro visual passou a cobrir os edifícios existentes, lembrando a quem passa *o que vai acontecer aqui*<sup>70</sup>. A indignação gerada em torno do projecto levou a uma tentativa de resistência (Figura 5.2), que a APPA acabou por mediar, desencadeando duas acções: uma primeira petição “Museu Judaico – Em Alfama? Sim! No

<sup>70</sup> Slogan da placa informativa da CML, onde são identificados os detalhes da obra e que dá título ao filme *O que vai acontecer aqui?* produzido pelo colectivo *Left Hand Rotation* e apresentado no Doclisboa '19.

Largo de São Miguel? Não!” apresentada à AML em Março de 2017 e providência cautelar com vista à suspensão da obra por infracção do PDM e RPUNHACC<sup>71</sup>.

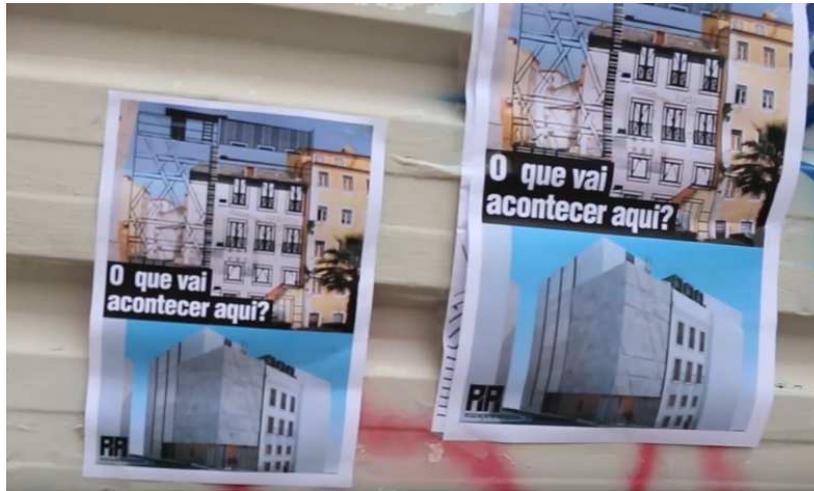


Figura 5.2 Cartaz afixado por iniciativa da APPA nos tapumes que vedam o local do futuro museu

Março 2007

A argumentação para a providência cautelar tinha como foco a oposição à demolição dos edifícios existentes, alegando que a construção do museu, consoante o projecto licenciado, seria “gravemente lesiva do equilíbrio urbano, da escala, da estética da malha urbana arquitectónica e histórica do largo”<sup>71</sup>. Alega, ainda, que existe violação do RMUEL (Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa) e RPUNHACC. O acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, proferido em Janeiro de 2018, veio em primeira instância julgar como não provada a pretensão cautelar, não considerando provada a descaracterização permanente em resultado das demolições propostas e não reconhece violação dos regulamentos municipais.

Ao recurso apresentado pela APPA, o Supremo Tribunal veio em Junho de 2018 revogar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul, tendo determinado a suspensão da eficácia das deliberações e a não demolição do edificado existente, dando como provado que os edifícios propostos para demolição, não se encontravam em ruína iminente e não existiria impossibilidade técnica de recuperação ou reabilitação, nem inviabilidade técnica ou económica de reabilitação por motivo de ruína parcial ou deficiência grave a nível estrutural.

<sup>71</sup> Dados obtidos durante o trabalho de campo e Parecer da Petição “Queremos Casas no Largo de São Miguel” pela 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais (disponibilizado pela APPA).

Foi, nesta instância, considerada provada a violação do disposto no artigo 10º. do RPUNHACC por não ter sido apresentada justificação suficiente para as demolições propostas, nomeadamente um relatório detalhado sobre o estado de conservação dos edifícios. Por fim, foi considerado que a construção do museu causaria um dano definitivo e irreversível, em termos urbanos e arquitectónicos e do património de Alfama e de Lisboa, o qual jamais seria removível dada a impossibilidade de reconstituir a sua autenticidade. O acórdão de Janeiro de 2019 veio indeferir a admissibilidade de recurso da sentença, fundamentando a deliberação na ausência do relatório detalhado sobre o estado de conservação dos edifícios, que, entretanto, foram efectivamente demolidos, num prematuro início da obra.

A primeira petição “Museu Judaico – Em Alfama? Sim! No Largo de São Miguel? Não!” reuniu cerca de 600 assinaturas em Alfama. Foi apresentada à AML em Março de 2017 e acompanhada pela 7ª Comissão que se deslocou ao local, para concluir em relatório apresentado em Maio do mesmo ano que os desenhos e maquete do projecto apresentam a volumetria do museu sobredimensionada, distorcendo a percepção da inserção do edifício na envolvente o que levou a concluir que o edifício proposto contribuiria afinal para a valorização arquitectónica e urbana do largo<sup>71</sup>.

No entanto, é assumida a necessidade de trabalhar em maior proximidade com a população e é recomendada a criação de uma comissão de acompanhamento para esclarecer o projecto do museu e as suas valências museológicas, culturais, sociais e pedagógicas. É assumida a preocupação com a gestão da afluência turística, sendo proposta a criação de estacionamento nos arredores do bairro. É ainda mencionada, a existência de pressões sobre os moradores, para o abandono involuntário do bairro, devido ao valor das rendas e degradação das condições de habitabilidade. Com efeito, poderemos olhar para a descaracterização do bairro como estabelecida num plano de fundo cuja arquitectura do projecto para o novo museu traduz de forma quase poética, motivando uma resposta por parte dos moradores em forma resiliência à mudança imposta, creditada na falta de poder económico e político para interferir na trajectória de futuro do bairro a que sentem pertencer.

A segunda petição “Queremos casas no Largo de São Miguel” reuniu 1011 assinaturas e foi apresentada à AML em Janeiro de 2019. Nesta segunda petição, é reivindicada a fixação de moradores no bairro e sob esse pretexto é demandada a construção de habitação de iniciativa pública, no espaço alocado à implantação do museu<sup>71</sup>.

Durante a recolha de assinaturas para a petição, expressavam-se algumas opiniões pela construção de um museu sobre a história de Alfama. Com efeito, a falta de envolvimento da população no desenvolvimento do projecto para um museu judaico, pode ter levado ao não reconhecimento do património a promover e comunicar através do museu enquanto parte da história do bairro.

A crítica fixou-se na proposta arquitectónica impositiva, para um dos pontos mais reconhecidos do bairro, como marco da selecção de uma narrativa a preservar sobre a sua história. A ideia de *descaracterização*, forma recorrente como é descrito o seu impacto sobre o Largo de São Miguel, ultrapassa a forma e o conteúdo do museu, prendendo-se com a alienação de significados que propõe num largo amplamente reconhecido pelos moradores.

As intervenções no âmbito do património podem, com efeito, obtêm expressões diversas e mesmo teoricamente antagónicas. Seja através do restauro, da musealização, da activação e comunicação por via de um museu, não há como assumir de forma imediata uma solução como ideal. Desde uma perspectiva inicial, o processo deve ser desencadeado numa abordagem relativamente flexível e especialmente aberta ao debate e participação. O elemento chave é a participação da comunidade de referência no processo, gerando adesão e consenso para uma convergência positiva. A presidente da APPA afirmava que “um processo aprovado por unanimidade na Câmara Municipal não é irreversível”<sup>72</sup>, apelando ao diálogo entre a CML e os moradores do bairro.

No âmbito da activação de património, há que reflectir sobre a sua funcionalidade. Propor um museu parece ser a resposta mais fácil, quando se pensa em activar património (Varine, 2012). No entanto, o património ultrapassa a espacialidade ou o habitáculo permitido pelo museu, especialmente num bairro que acumula camadas de história. Varine (2012) defende que o primeiro uso do património é o seu consumo cultural, no entanto, isso não implica que como recurso não possa ser utilizado para o desenvolvimento da comunidade, ao nível do turismo e cultura, mas também da economia, educação, identidade, imagem, emprego, inserção social...

De acordo com o autor, a utilização real do edifício não é antagónica à possibilidade de o entender como *bem cultural*. Entre a forma e a função, o tempo pode ser lido nas transformações de um edifício para responder a uma sociedade, que continua a rever-se nele sobre os seus

---

<sup>72</sup> Intervenção da APPA na Assembleia Municipal de Lisboa (AML) a 22 de Janeiro de 2019. Com efeito, o projecto acabou por não avançar na sua execução.

significados mais materiais ou imateriais. A perenidade do valor que lhe é atribuído por um grupo é, em última análise, a chave para sustentar a sua manutenção e salvaguarda. Podemos concluir que não é fundamental construir um museu para preservar um determinado património, mas é fundamental fomentar dinâmicas sociais que se relacionem com ele e o reconheçam como tal.

Oosterbeek (2011) preconiza a necessidade de tomar consciência que as decisões sobre o futuro, no âmbito de uma gestão integrada do território são de natureza dilemática, portanto há que aceitar a conflitualidade e a contradição como factores permanentes. O foco não deverá ser positivista, determinando e implementando soluções, mas sim a gestão de forma otimizada, através do diálogo entre os vários actores, de forma a construir acções e a tomar decisões de vantagens mútuas.

As estratégias de acção integrada não devem ambicionar resolver problemas, mas antes mediar e gerir conflitos e contradições de modo a construir bases para o desenvolvimento, que é um processo contínuo, aberto, de construção gradual e visão a longo prazo. As estratégias e as decisões devem caracterizar-se pela flexibilidade inerente, acompanhando as dinâmicas sociais. É com a participação que se torna possível garantir a sustentabilidade, num mais longo prazo. O património pode ser entendido como recurso para o desenvolvimento, no entanto, as acções e decisões sobre a sua selecção, valorização e patrimonilização ficam sujeitas a dinâmicas locais, aqui problematizadas, podendo confluir ou não no fomento de espaços de consenso, sendo fundamental iniciar o processo pela construção de adesão.

A ideia de desenvolvimento invoca inadvertidamente uma mudança, quando intersectada com estratégias com foco no património gera-se a imediata necessidade de gerir contradições. Com efeito, a sustentabilidade de espaços de valor simbólico e que, portanto, enquadram património local, é dificilmente viável sem a participação da comunidade de referência no processo. A propósito do paradoxo entre a ideia de património e mudança, Varine (2012, p.231) defende que “Todo o desenvolvimento local é factor de mudança, toda a mudança é perturbadora para a comunidade. Esta deve estar, assim, em condições de não ser submetida a ela, mas em posição de controlar essa mudança”.

O bairro, marcadamente habitacional, como o próprio RPUNHACC<sup>73</sup> assume, tem sido em simultâneo, ao longo da sua história, um dos bairros históricos e turísticos da cidade. Por um lado, o bairro histórico vive numa autenticidade funcional que os moradores representam, numa adaptação lenta às tendências e exigências que os avanços tecnológicos na construção e arquitectura têm vindo a viabilizar.

Por outro lado, a sua autenticidade é um dos traços que o colocam como alvo de interesse no âmbito do turismo urbano. Este é inequivocamente um delicado equilíbrio entre a preservação de um passado, como condição para a vida presente dos seus moradores, e a transformação do bairro que vem atraindo novas funções e moradores (mais ou menos temporários) motivada pela sua exploração económica mediante o seu potencial interesse turístico. A especialização do bairro para servir o mercado do turismo e em consequência a sua progressiva descaracterização merecem uma abordagem mais detalhada e observada de múltiplas perspectivas.

Turismo e gentrificação não são temas novos para reflexões e estudos sobre o bairro de Alfama. Vários investigadores têm vindo a descrever tendências e fenómenos, apresentando preocupações e propondo desfechos caso a trajectória do bairro não seja corrigida, ou mesmo radicalmente alterada. As principais preocupações neste sentido, intersectam-se entre a acelerada expansão do turismo em Lisboa nas últimas décadas, as políticas que favorecem uma conjuntura para a reabilitação urbana das zonas históricas e requalificação do espaço público e a atractividade que na combinação destes factores, estes bairros obtém perante investidores que actuam na área do imobiliário. Esta nova atractividade gerada em torno de edifícios singulares do bairro, quando generalizada aos edifícios comuns de habitação, concorre com a demanda pelo acesso à habitação de uma franja da população que dispõe de recursos económicos insuficientes para enfrentar a pressão de mudança.

---

<sup>73</sup> Pode ler-se no ponto 1 do artigo 5.º do RPUNHACC “Para efeito das presentes normas, a área de intervenção é considerada globalmente como área histórica habitacional, dotada de infra-estruturas urbanísticas consolidadas, de formação pré-pombalina, em geral consolidada até finais do século XVIII, podendo o seu edificado ser agrupado de acordo com a identidade das suas características tipológicas, em quatro zonas homogéneas.”

## Capítulo 6. Mudança e Resiliência. Trajectórias do bairro em pontos de encruzilhada

### 6.1 Entre o global e o local: cidade, bairro e identidade cultural

Talvez seja impossível falar sobre Alfama sem falar sobre mudança. De facto, ela acontece ininterruptamente e é inevitável, mas fica sempre um receio de perder o que é especial, o que torna o bairro distinto e reconhecível. Estas renitências sobre o futuro poderão, com efeito advir de uma percepção recorrente, nem sempre consciente, da sua fragilidade reivindicativa sobre o poder político.

Alfama parece ter o poder e o fardo de representar a *velha Lisboa*<sup>74</sup> sendo, deste modo, vista de fora simultaneamente como o bairro que nunca se valorizou para enquadrar a cidade moderna e o que permanece para salvaguardar imagens e nostalgias sobre um passado que se quer vivo. É nesta encruzilhada que o bairro enfrenta a mudança inevitável, enquanto parte do *ecossistema* que é a cidade, vivendo na vindicativa herança de *ser* património cristalizado e convivendo com as intenções políticas de responder a uma agenda mais ou menos virada para a mudança.

Na teoria apresentada por Robert Park (1952) e ampliada por outros membros da Escola de Chicago, a cidade e o bairro são entendidos numa perspectiva ecológica, enquanto *natural areas*. Nesta corrente, o bairro é comparável a um ecossistema, enfrentando fases no seu processo evolutivo. As fases crescimento, estabilidade e declínio, sucedem-se num ciclo natural de acontecimentos. A definição do bairro invoca a identificação de um espaço territorial e de uma população, que apresenta características legíveis de forma padronizada, tendendo para uma homogeneidade, onde se encontram sistemas de interacção e mecanismos de controlo, que o diferenciam da envolvente. Um bairro representa, ainda, determinados estilos de vida.

A competição por um território e a substituição de população são entendidos como fenómenos que ultrapassam a conjuntura interna, integrando um ciclo natural de acontecimentos e parte do seu desenvolvimento. Burgess (2008) explica a evolução da cidade mediante um modelo de *invasion-sucession*, baseado na competição pelo espaço. Neste modelo, a expansão ocorre em círculos concêntricos, formando anéis de ocupação sujeitos a tensões. A

---

<sup>74</sup> *Alfama, a Velha Lisboa* – Documentário de 1930, realizado por João de Almeida e Sá com Artur Costa de Macedo como Director de fotografia (Figura 3.4. e Figura 3.5).

classe com menos recursos é, consecutivamente, pressionada pela nova população, que vem ocupar o seu território, resultando no seu progressivo afastamento em relação ao centro.

A partir deste modelo, Hoyt (1933) defende que a causa para a expansão em anéis poderá derivar não de uma pressão sob as classes com menos recursos, levando-as a ocupar progressivamente as áreas mais periféricas, mas de uma potencial atractividade das periferias que se relaciona com o preço do solo. Com a procura pela periferia, o centro entra em declínio, pois implica reabilitar os edifícios antigos e apresenta um elevado custo sob a aquisição de solo. As periferias tornam-se áreas atractivas por razões opostas.

O resultado é um período em que a cidade generalizadamente expande, cresce em área e população, que vem habitar as periferias, para declínio da população residente no centro. O centro histórico, passa muitas vezes a assumir um papel meramente simbólico, de base fundacional. O *centro* passa a ser uma área especializada, por via de um processo de terceirização e muitas vezes perde importância relativa, dando-se uma descentralização, a multiplicação dos centros – polos de concentração de recursos e pessoas, dentro da cidade. Os motivos que justificam o fenómeno são, por exemplo, novos meios de mobilidade que vieram facilitar o acesso a um baixo custo em tempo e o custo moderado do solo, disponível em quantidade menos limitada do que no interior da cidade consolidada.

Com base neste modelo, podemos pensar num processo de filtração, onde a construção nova é preferida à reabilitação do edificado já construído. Esta tendência, não é isenta de uma espécie de *trade-off*. Existe um compromisso assumido onde a proximidade do centro é trocada pela conjectura de habitar nas condições oferecidas pelas periferias. A ideia de evolução é, à semelhança do modelo anterior, remetida para uma perspectiva de expansão natural da cidade.

Hoover e Vernon (1959) introduzem o conceito *life-cycle*. Neste ciclo, a cidade atravessa diversas fases: *development*, *transition*, *downgrading*, *thinning out* e *renewal*. Uma das críticas mais prementes ao modelo ecologista sobre o desenvolvimento urbano é o facto de não ter em conta processos endógenos que se expressam através dos sistemas sociais e culturais e podem resultar em movimentos de resistência à mudança. Goodwin (1979) utiliza o conceito *defended neighbourhoods*, sugerindo que a mudança é muitas vezes encarada como uma ameaça à existência do sistema social instituído. Sob esta perspectiva, a resposta adquire, muitas vezes, a forma de resistência colectiva. O autor explica que a distinção entre *bairro* e *área residencial* reside na existência de sistemas de interacção da base social. Os bairros estariam, portanto, mais preparados para interferir nas trajetórias do seu processo de desenvolvimento.

Ahlbrandt e Cunningham (1979) defendem que são os moradores a definir o bairro, pois, em última análise, é na sua força colectiva que reside a possibilidade de trazer estabilidade ao desenvolvimento do bairro, através da vontade de permanecer e contribuir para a consolidação do espaço território-cultural. Susskind e Ahlbrandt (1984) propõem um modelo em que o sentimento dos moradores em relação ao lugar é identificado como um elemento que contribui para a estabilidade do bairro, tendo manifestações positivas como sentimentos de pertença, satisfação e lealdade ao bairro. A base para a construção de uma estabilidade é gerada e impacta sobre a qualidade de vida no bairro, as características dos moradores e a rede de interacção social. Os autores procuram definir o bairro mediante a composição e extensão das interacções sociais dos moradores, desde a rede familiar, à de vizinhança e à que alcança a participação voluntária em associações locais.

Outros modelos vêm atribuindo as trajetórias de desenvolvimento da cidade a causas exógenas, onde determinados processos sociais são activados mediante uma ideologia capitalista, dentro da qual a cidade é produto. Tal como na perspectiva ecologista, as trajetórias de desenvolvimento estão condicionadas por factores externos. No entanto, nesta perspectiva é o contexto político-económico que assume controlo e radica-se nas relações sociais de produção e acumulação.

Friedmann (1986) entende a cidade como sistema económico e social espacialmente integrado. Esta está, por sua vez, integrada num sistema global de mercado de capital, emprego e mercadorias (*commodities*). Sob esta perspectiva, a mudança e a sua trajetória deve ser explicada como um processo de adaptação a *choques* introduzidos por via externa. As funções, estrutura do mercado de trabalho e a forma urbana são consideradas num âmbito global, onde os impactos dos grandes fluxos de capital e os mecanismos, gestores da produção e controlo financeiro, se fazem reflectir. Em *The World City Hypothesis*, o autor não deixa de referir os mecanismos endógenos, como forças que actuam sobre processos de mudança. Padrões espaciais de acumulação histórica, políticas proteccionistas e determinadas condições sociais podem impor-se como formas de resistência ou potenciam determinadas mudanças. O modelo que abarca um macro contexto económico, com impactos à escala global sobre trajetórias de cidades foi anteriormente proposto por Castells (1983) e Harvey (1981).

Logan e Molotch (2007) propõem entender a cidade como *growth machine*. Este conceito relaciona-se com a ideia da cidade de actores políticos desenvolvida por Castells e Borja (1997). As *urban growth machines* inferem a existência de elites sociais, que retiram benefícios

económicos, através da promoção do sector imobiliário e crescimento da população. O impacto sobre as trajetórias dos bairros é antecipado na competição entre os que valorizam o *lugar* pelo rendimento que pode gerar (*exchange value*) e os que o percebem através de valores não económicos, como a pertença ao lugar (*use value*). A disseminação ideológica desta intenção sobre a cidade fica vinculada a uma narrativa em que o crescimento económico é consensualmente benéfico para toda a sociedade. Assim, todos os bairros estão vulneráveis a este tipo de impactos, que se podem reproduzir em processos generalizados de *urban renewal* (reabilitação urbana) derivando no deslocamento da população (como sucedeu nos anos 60 em diversas cidades). Schwirian (1983) conclui que a existência de uma correlação entre o comportamento individual, estrutura social e condições do mercado, pode explicar processos de transformação em bairros.

Olhando para os fluxos do capital e para a cidade enquanto projecto político, a escala a que devem ser interpretados os processos de transformação na cidade seria, assim, global (Friedmann, 1986; Castells e Borja, 1997; Sassen, 2000).

Sobre influências de fenómenos globais à escala local, Costa (2002, p.15) estabelece esta situação entre global e local como paradoxal, no que diz respeito a identidades culturais urbanas em contexto de globalização, pois com a intensificação dos processos de globalização “as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se”. Esta concepção inscreve-se na linha de pensamento de Lefebvre (1991, p.86) “No space disappears in the course of growth and development: the worldwide does not abolish the local”.

## **6.2 A primeira vaga de regeneração urbana em Alfama**

Em seguida falaremos sobre o processo de reabilitação do edificado em Alfama e regeneração de espaços público, nos anos 80-90, mediante o investimento e intenção política, explícita nas políticas e legislação anteriormente referidas, nomeadamente o PUNHACC. O tema foi introduzido no Capítulo 5, mas será desenvolvido reflectindo sobre trajetórias de desenvolvimento urbano, focando factores de transformação socio-espacial e processos de resiliência.

A antiguidade do edificado e falta de investimento levaram o bairro a uma generalizada degradação nos anos 80. O contexto social acentuou a problemática, caracterizando-se a

população local pela generalizada escassez de recursos económicos, sendo maioritariamente composta por inquilinos cujo valor da renda vinha desincentivando os proprietários de investir na reabilitação dos imóveis (Costa, 2008)<sup>75</sup>.

Este cenário encaixa nas novas políticas de reabilitação urbana, resultando na sua integração nas *áreas críticas*. Como mencionado, sob esta definição legal fica viabilizada a possibilidade de expropriação urgente e a tomada de posse administrativa de imóveis por parte da CML, impondo a sua reabilitação em situações de ruína iminente ou necessidade de intervenção urgente e imputando os custos aos proprietários. Muitos destes edifícios mantinham-se arrendados, não obstante a precaridade das condições de habitabilidade, portanto, os direitos dos arrendatários, ficariam também protegidos no caso de derrocada.

As políticas urbanas referidas impactam sobre a transformação do bairro nos anos 80 e 90. O Decreto-Lei n.º 4/88, que introduziu o programa Recria, teve um papel determinante na reabilitação urbana do bairro. Em 1985, foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa o GTL (Gabinete Técnico Local) de Alfama e desencadeia-se num ritmo lento o processo de reabilitação urbana, movido por orientação e directrizes exógenas ao bairro, nomeadamente impostas pela CML que encontram no interior do bairro resposta de adaptação e resistência ao processo.

Ao longo dos anos 90, o impacto da reabilitação sobre o bairro foi escalando e chegou a assumir a totalidade do bairro. Os estaleiros de obras propagavam-se formando parte da paisagem. No entanto, os impactos desta reabilitação não se reveem apenas na requalificação da paisagem urbana. As preocupações com o impacto das transformações no futuro do bairro e em particular dos seus moradores é assumida, sendo o realojamento e posterior regresso dos moradores às suas casas uma parte importante do processo, mediado pelo GTL. O realojamento é entendido por Costa (2008) como uma das respostas que constituem a adaptação dos moradores à nova situação do bairro com impactos significativos sobre a rede de interacção social.

O deslocamento dos moradores arrasta-se no tempo em sintonia com os processos de obra, muitas vezes, prolongando-se por vários anos. Muitos acabaram por não regressar, tendo feito

---

<sup>75</sup> Esta situação mantinha-se em 2011 (data do censo, fonte INE). Em São Miguel existiam 859 alojamentos dos quais 132 eram ocupados pelo proprietário ou co-proprietário, enquanto 706 seriam ocupados por arrendatários ou subarrendatários. Em Santo Estêvão o cenário era idêntico: 835 alojamentos dos quais 204 ocupados pelo proprietário ou co-proprietário e 593 ocupados por arrendatários ou subarrendatários.

a vida noutros lugares. Os que regressaram viram as suas condições de habitabilidade melhoradas, mas viriam a sofrer as consequências de um afastamento mais ou menos prolongado e radical do bairro. Por outro lado, ainda que o aumento da renda estivesse regulamentado pelo programa de financiamento, muitos proprietários não se privaram de o fazer, impondo um esforço acrescido ou inoportuno sobre os inquilinos.

O processo impactou, ainda, sobre a fixação de moradores de novas gerações. Muitos privilegiavam o bairro para morar, priorizando factores simbólicos e emocionais, bem como “a sua integração privilegiada no quadro de interacção local” (Costa, 2008, p.373). No entanto, encontrar casa para arrendar era um processo condicionado pela limitada oferta, tendo em conta que muitos proprietários optaram por encerrar os imóveis ou reabilitá-los, aproveitando a oportunidade para justificar a valorização da renda para níveis que os jovens do bairro não estavam habilitados a suportar. A tendência de diminuição do número de residentes no bairro era sentida e a trajectória mantém-se até à actualidade<sup>76</sup>.

O autor identifica alguns pontos do processo de reabilitação urbana sobre o bairro que terão defraudado as expectativas os moradores e constituindo-se, portanto, como consequências negativas. Entre os problemas identificados encontramos o desajustamento de soluções adoptadas a nível de projecto e a falta de qualidade das obras realizadas.

Ainda que, no geral, as intervenções sobre os edifícios tivessem trazido melhorias, sobre a qualidade do espaço e condições de habitabilidade (um dos problemas do bairro era a inexistência de instalações sanitárias para uso privado<sup>77</sup>), nem sempre as soluções de projecto e a sua materialização correspondeu às expectativas dos moradores, em particular, tendo em consideração o custo indirecto que representou o seu realojamento temporário.

Na avaliação processual de 1996 (Costa & Alves, 1996), os autores dão conta de atrasos na implementação dos projectos, especialmente os que impactavam sobre o espaço público e equipamentos e o risco acrescido do processo resultar num sentimento negativo, em consequência das elevadas expectativas. As intervenções propostas para o espaço público

---

<sup>76</sup> De acordo com os dados do INE, entre 1960 e 2011 as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão vêm progressivamente a apresentar um decréscimo na população residente, o que significa uma diminuição para menos de metade nesta janela temporal. Em 2011, seriam de 1511 residentes em Santo Estêvão e 1531 em São Miguel.

<sup>77</sup> Esta questão ter-se-á resolvido ao longo do tempo. De acordo com os dados do INE, em 2011 nas freguesias de Santo Estêvão e São Miguel existiram apenas 2 alojamentos ainda sem instalações sanitárias com retrete.

focavam-se no Largo do Chafariz de Dentro, tendo como objectivo a simultânea recuperação da habitação e reabilitação do espaço público. O Plano visava potencializar o desenvolvimento local, nomeadamente contribuir para a valorização patrimonial, revitalização económica e animação sociocultural. Benis (2011) refere como a intervenção neste largo pode ter sido um dos focos para o início do processo de gentrificação actualmente verificada no bairro (ver tópico 6.3).

A especulação sobre o valor dos imóveis e rendas foi prevenida até certo ponto, impondo limites a transacções que, mediante indemnizações, teriam como fim a saída dos inquilinos, no decorrer dos processos de reabilitação. Com efeito, a reabilitação dos imóveis veio justificar a subida das rendas. Esta situação, enquanto possível consequência tinha sido antecipada por diversos actores, havendo a preocupação de incluir cláusulas de contenção. A preocupação é latente a todo o processo e passa pela tentativa de proteger o direito dos inquilinos a recuperar os seus contratos de arrendamento e a sua habitação, ainda que nem sempre os resultados tenham sido positivos.

O discurso que orientou a iniciativa de intervir sobre o bairro, pautou-se pela coerência, no que diz respeito à salvaguarda da opção dos moradores por permanecer no bairro, não obstante as nuances introduzidas pela mudança política que ocorreu na CML, durante o processo. A CML, as Juntas de Freguesia e o GTL colaboraram no processo e veicularam coerentemente nos seus discursos, a ideia que estabelecia, inequivocamente, os moradores como os destinatários finais, das melhorias a operacionalizar no bairro. No entanto, estava já considerada a clarividente noção de que o bairro apresentava um potencial risco, podendo passar-se para uma conversão do processo de regeneração urbana num processo de gentrificação, considerando as características específicas da população e do edificado (Costa, 2008).

O elevado e generalizado grau de degradação do edificado, factores sociais, onde se inclui uma população maioritariamente de inquilinos com limitados recursos económicos e o interesse do bairro tendo em conta o seu valor simbólico, colocavam-no simultaneamente na delicada posição de candidato a um processo de regeneração urbana e exposto à mudança catalisada pelo desencadear da reabilitação física do espaço. As preocupações políticas e coerência discursiva e nas orientações que traçaram os objectivos para a intervenção, terão sido determinantes na contenção dos impactos sobre o bairro, evitando um fenómeno generalizado de gentrificação. O resultado, segundo Costa (2008, p.441) foi o “desenvolvimento social de um determinado meio popular”.

No entanto, fica dado o primeiro passo na trajetória de mudança do bairro. Entre os técnicos do GTL, apesar da proximidade com os moradores e proprietários e da sua integração física no espaço do bairro, manteve-se um distanciamento com os valores da cultura local que se podem explicar com base no

traço da cultura profissional que tende a considerar como inútil, para não dizer mesmo prejudicial o diálogo das competências técnicas e das perspectivas profissionalmente construídas com os saberes práticos, as expressões de interesse e os sistemas de preferências próprios da cultura popular local (Costa, 2008, pp.440-41).

A posição dos técnicos tende a divergir em relação aos objectivos traçados para o programa, inscrevendo-se num panorama neo-liberal, onde a gentrificação do bairro se apresenta como inevitável, justificada com base em casos de referência, em outras cidades. A indeterminação sobre o futuro de Alfama e da capacidade de resiliência, perante a mudança iniciada, entra nas preocupações de vários actores.

Costa (2008, p.372) assume que em duas décadas (anos 80-90) o bairro atravessou “processos intensos de mudança social”. Estas mudanças não se desencadearam exclusivamente em resposta ao processo de regeneração urbana. As alterações na situação profissional de uma parte significativa da população, directa ou indirectamente ligada à actividade portuária, geradas devido à perda de importância da actividade neste período e a desvitalização económica radicada no declínio do comércio local, são factores que terão contribuído pela sua parte.

A viragem de geração terá sido uma das causas para a perda progressiva de pequenos comércios no bairro. As novas gerações reviam-se em sistemas de aspirações e estilos de vida, que em muitos casos, não eram compatíveis com a persecução das actividades profissionais e ofícios herdados das gerações anteriores. Os centros comerciais surgem na cidade, como os novos polos comerciais aos quais os moradores do bairro respondiam em consonância com a tendência geral.

Por outro lado, a fixação de novas atividades no bairro, chegou a gerar receios sobre a sua terceirização. Verificou-se uma tendência para a zona ribeirinha se transformar funcionalmente. Em alguns casos, as habitações foram convertidas em escritórios e com a fixação de instituições de ensino superior (ISPA), além do já referido Museu do Fado, o bairro adquiriu novas funções e visitantes. No entanto, esta relação entre o bairro e as suas novas funções não terá passado de tangencial. Estas novas dinâmicas mantiveram-se relativamente excluídas das dinâmicas mais internas (Costa, 2008). A situação evidencia-se no Beco da Lapa, onde as dinâmicas de

apropriação do espaço público pelos estudantes (visitantes) e moradores coexistem, mas raramente se intersectam. Um ponto de confluência é o restaurante do beco, que ambos frequentam.

O autor refere ainda que apesar de todas as transformações, as formas culturais mais emblemáticas, como o fado amador ou as marchas populares, tendem a persistir no seu quadro local, mantendo-se fiéis e autênticas, nas suas “formas simbólicas e práticas culturais” (Costa, 2008, p.352).

O impacto limitado da regeneração urbana, em termos de gentrificação nos anos 80-90, poderá justificar-se na preocupação e acção política para regular e controlar em proximidade todas as etapas do processo. Por outro lado, encontramos a resiliência da população que optou (em grande parte dos casos) por manter a sua ligação ao bairro, não obstante os deslocamentos em alguns casos prolongados e a perda das actividades económicas, onde residia o sustento familiar.

Os impactos manifestam-se sobretudo na transformação do edificado, num curto/médio prazo. É importante reforçar que, não estando latente a hipótese de atrair uma nova população com poder económico superior, a intervenção sobre os edifícios, mais ou menos estrutural, focou-se na melhoria das condições das habitações, dentro dos paradigmas locais, ou seja, não se evidenciam tentativas de modernizar os edifícios em soluções e linguagens pautadas pela sofisticação e luxo, apenas pelo restabelecimento de condições de conforto ao nível básico, para os parâmetros da época.

Costa (2008) propõe o estudo das relações do bairro com o exterior, para enquadrar a construção de imagens identitárias em Alfama, no âmbito de *relações de dominação cultural*. A interacção de forças endógenas e exógenas é explicada na problematização da génese de determinadas ideias patrimonialistas, associadas ao bairro. Este modelo seria igualmente aplicável para explicar processos de mudança dentro do bairro, que afinal, se processam numa interacção, por vezes conflituosa, entre forças endógenas (de dentro) e exógenas (de fora). O autor descreve factores externos como a agenda política e a conjuntura económica, na sua interacção com factores internos como as características socioeconómicas, a situação da habitação e serviços, explicando o processo de mudança e concluindo sobre a adaptação do bairro a estas pressões que impulsionam a sua transformação.

A resposta de um bairro a *systemic shocks* pode resultar no melhoramento, estabilização do bairro ou desencadear uma trajectória de declínio. Em alternativa, a interacção de factores externos e internos pode gerar mudanças relativamente marginais na configuração do bairro, no imediato e curto prazo, mas o seu impacto acumulado pode ser incrementável ao longo do tempo e as consequentes repercussões verificáveis a médio e longo prazo (Galster et al., 2007).

Campanella (2006) explica que uma catástrofe pode incidir exclusivamente sobre a infraestrutura social, deixando o edificado intacto, utilizando como exemplo o caso de epidemias, guerrilhas urbanas ou guerra. O desalojamento extensivo é igualmente uma causa para a perda da infraestrutura social construída à escala local, assumindo contornos particulares no caso de estarmos perante um processo directa ou indirectamente imposto à população “The impacts of this dispersal will be felt in communities all across the United States, but nowhere more so than New Orleans” (Campanella, 2006, p.144) referindo-se o número de pessoas evacuadas para outras partes do país, após a passagem do furacão.

Nos anos 70, era já notória a perda de população no bairro. A indústria associada a actividades portuárias e alfandegárias, que seria a mais importante actividade económica e principal magneto para o fluxo migratório de força laboral que se fixava em Alfama, muitas vezes movendo-se dentro das redes de conhecimento e parentesco, foi deslocalizada quebrando essa dinâmica. Por outro lado, as condições oferecidas pelo edificado no bairro, tornaram-se desenquadradas em relação às expectativas das gerações seguintes, tomando parte no movimento de suburbanização da cidade (Costa & Guerreiro, 1984; Costa, 2008).

Esta situação assumiu proporções que levaram à intervenção poder político no local, nomeadamente através do GTL (Gabinete Técnico Local) de Alfama, que tinha como função identificar as necessidades de intervenção no edificado, desencadeando todo o processo em colaboração com os moradores e proprietários (como referido anteriormente).

Ainda assim, a resposta não terá sido suficiente para estabilizar a perda de população no bairro. Esta situação contribuiu para perpetuar a degradação dos edifícios, muitos já em estado devoluto. O abandono e consequente desvalorização do edificado tornaram-no um *asset* atractivo para investidores que vieram promover a sua reabilitação, com o objectivo de atrair novos moradores e outros investidores com elevado poder económico. Progressivamente, a pressão sobre os moradores mais antigos foi aumentando, acelerando o processo de gentrificação no bairro (Benis, 2011; Mendes, 2014; Gago, 2018), num panorama que não é

exclusivo, mas antes coloca Alfama no eixo global de uma tendência que afecta vários bairros e várias cidades europeias e mundiais.

É inevitável concluir sobre o início de um processo de transformação nesta época, num ritmo lento e desacelerado pelos esforços dos actores locais e orientações da CML. Ficou, no entanto, construída a base para a mudança social, que gradualmente apresenta a nova trajectória do bairro, que tende a ver o seu matiz popular, substituída pela vigente oportunidade de rentabilização, numa conjuntura associada à economia global do turismo.

Quando falamos sobre o bairro de Alfama, nas suas dinâmicas contemporâneas, é fundamental perceber a raiz do processo, que hoje é acelerado e entender que, no passado foram criados mecanismos de regulação e controlo sobre processos de gentrificação, que permitiram o seu desincentivo, resultando numa trajectória de mudança a ritmo lento e com limitados impactos sobre as práticas culturais e rede de interações sociais, que vêm definindo o bairro e incorporando o seu património imaterial vivo.

Quer no cenário pós-terramoto (ver Capítulo 2, tópico 2.4), quer no caso do processo de regeneração urbana (anos 80-90), Alfama viu os seus valores culturais em certa medida preservados. As causas e os processos podem parecer, no entanto, de certa forma paradoxais, uma vez que por um lado podemos justificar a situação, no baixo nível ou mesmo desinvestimento político no bairro. Talvez derive destas circunstâncias um dos adjectivos, em que frequentemente tropecei, nas descrições sobre a gente de Alfama como pessoas *desenrascadas*<sup>78</sup>. Este termo e atitude de ser *desenrascado* pode muito bem traduzir-se na capacidade de reacção e adaptação aos choques a que a comunidade tem sido exposta e portanto, quase pode, neste contexto, ser entendido como sinónimo de *resiliente*.

### 6.3 Intersecções com o turismo. Impactos num quadro local

Referimos anteriormente que a transformação económica e social do bairro já teria começado com a perda de actividades económicas relacionadas com a actividade portuária e pequenos

---

<sup>78</sup> Adjectivo utilizado recorrentemente para descrever a gente de Alfama, nomeadamente pela presidente da APPA, nas várias conversas. Por outro lado, Costa (2008, p.97) recorre aos seguintes adjectivos para a síntese de qualidades que os “habitantes de Alfama atribuem a si próprios: desenrascados e habilidosos, valentes e brigões, solidários e hospitaleiros, críticos e temperamentais, de palavra fácil e ironia subtil, argutos no trato com os outros e realisticamente cétricos quanto às suas intenções, capazes como poucos de se divertir, de fazer a festa, de improvisar convívios, de cantar o fado..”

comércios (Costa, 2008). Ainda sobre a transformação espacial e social do bairro, há que referir os estudos, mais recentes, de Benis (2011) e Gago (2018).

O projecto de requalificação do Largo do Chafariz de Dentro terá sido um dos primeiros passos, que em conjunto com as políticas de financiamento de projectos de reabilitação urbana, direccionaram o bairro para a sua transformação física. Benis (2011) refere a importância desta intervenção no largo no desencadear de um processo de gentrificação. Ancorada à intervenção física sobre o espaço, expôs-se a ligação vinculativa entre o bairro e o Fado, através da construção do Museu do Fado e o desenvolvimento das casas de Fado, nos edifícios que vieram a ser reabilitados na sua envolvente. A iniciativa não terá sido alheia a ideias sobre o desenvolvimento turístico do bairro, assumindo o Fado como património do local, para imaterial e global.<sup>79</sup>

A autora retrata ainda reacções dos moradores que assumem o museu como um equipamento para os turistas. O projecto do Museu Judaico (ver tópico 5.3) veio, manifestamente, recuperar este tipo de reacções. A nova proposta de museu implicaria, uma vez mais, intervir sobre um dos largos icónicos do bairro, que são referências importantes para a vida social e redes de interacção locais, como mencionámos anteriormente. Novamente, poderia ser estabelecido um paralelismo entre os dois museus, tendo em conta o processo de activação de património com radicações territoriais justificadas, mas sem o envolvimento da comunidade de referência, que permitiria identificar o museu como elo dinâmico entre o património, no seu sentido mais autêntico e a forma de o comunicar e fazer experienciar numa partilha intercultural (Varine, 2012).

Por outro lado, Gago (2018, pp.59-60) destaca a mudança acelerada dos usos do edificado em Alfama, em função de uma nova dinâmica associada ao mercado imobiliário, que se ajusta num cenário de turistificação e gentrificação. A autora refere como a CML através da venda de imóveis, que teriam como função habitação, incentivou a sua conversão em alojamento turístico no âmbito do programa *Reabilita Primeiro, Paga Depois*<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> Em 2011, o Fado passou a integrar a Lista Representativa do Património Cultural da Humanidade (Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity), em resultado da candidatura aceite pela UNESCO.

<sup>80</sup> Este programa da CML, criado em 2013, tinha como objectivo a colocação de imóveis devolutos no mercado. Consiste na venda de edifícios municipais devolutos, mediante o compromisso dos novos proprietários em realização de obras de reabilitação. Para isso, é permitido que o pagamento possa efectuar-se até à última fase do processo que passa pelo licenciamento, execução das obras e colocação do imóvel no mercado.

São ainda referidas pela autora, as várias formas de desalojamento observáveis em Alfama. Entre elas, o desalojamento indirecto, que se traduz no processo de descontextualização, onde os moradores incorrem numa perda da relação com o local, devido às transformações que incidem sobre redes de vizinhança, comércio local, vida social e apropriações do espaço público. É argumentada a correspondência entre este fenómeno e o processo de gentrificação turística verificado no bairro.

Esta questão é abordada numa premissa de transformação, em virtude da temporalidade dos usos dominantes, em que a habitação permanente é convertida em alojamento turístico e assim, a perenidade do uso é substituída pela sua curta duração. O desalojamento indirecto, redefinido pela autora, parte de uma reflexão sobre os tipos de desalojamentos, proposta por Cocola-Gant (2016)

First, the growth of tourism causes a progressive out-migration of residents via direct displacement. Second, it is at the origin of housing shortage and price increase, which excludes other residents from the possibility of moving into the area. Third, this exclusion is accelerated by the daily disruptions and economic pressures caused by vacation flats. Finally, such disruptions and the pressure of tourist investors 'force' residents to sell their flats (p.7).

Neste trabalho, o autor, estabelece que o desalojamento pode ser directo ou indirecto. O desalojamento directo acontece por acção dos proprietários, onde o inquilino é pressionado a sair, seja a troco de compensação económica, através da não renovação do contrato de arrendamento (em oposição à vontade do inquilino de prolongar a sua estadia) ou sob a forma de despejo, recorrendo a procedimentos judiciais.

Por outro lado, os casos de desalojamento indirecto podem assumir duas formas. A primeira consiste na exclusão do morador por impossibilidade de aceder ao mercado de arrendamento. Quando o arrendamento de curta duração é mais rentável para os proprietários, estes passam a favorecê-lo em detrimento do arrendamento de longa duração. Em consequência, o valor das rendas aumenta devido à escassez na oferta de imóveis, que são disputados em concorrência com o aluguer de curta duração.

No processo, uma franja da população fica excluída do mercado de arrendamento, por falta de capacidade para competir na demanda pelo direito a habitar um determinado lugar. A segunda forma de desalojamento indirecto relaciona-se com o significado de morar num contexto de turistificação, lidando quotidianamente com as pressões e transformações que se geram em consequência, tais como o ruído, nomeadamente durante a noite “understanding

displacement pressures involves understanding the lived experiences of residents before direct displacement takes place” (Cocola-Gant, 2016, p.7).

A pressão exercida pelos investidores é elevada e resulta mais eficaz, num contexto de transformação de usos, para serviços ligados ao turismo.

In such a context, the only buyers tend to be tourist investors, which further intensifies and reproduces the displacement process. In conclusion, the growth of the phenomenon results in a vicious circle that solely enables the reproduction of further accommodation for visitors rather than for long-term residential use. It is a snowball process in which the area loses residents and excludes potential ones from the possibility of moving in. It leads to a form of collective displacement never seen in classical gentrification, that is to say, to a substitution of residential life by tourism (Cocola-Gant, 2016, p.7).

Neste processo, o espaço público e o comércio local são igualmente afectados. No desalojamento indirecto a transformação no comércio nos bairros gentrificados é um dos factores que impactam sobre o sentimento de pertença ao lugar, inferindo a perda dessa ligação (Cocola-Gant, 2015). Gera-se um círculo vicioso, o comércio, no bairro, tece uma resposta aos “novos moradores”, que têm ânsias de consumir toda uma cultura portuguesa num limitado período de tempo, através de uma intensificada busca pelo autêntico. Em resposta, de uma forma mais ou menos construída artificialmente, esta expectativa vai-lhes sendo satisfeita, num padrão que procura agarrar num mesmo fôlego as tendências do global e o pitoresco local, reproduzindo-se à escala do bairro e da cidade.

Esta resposta desencadeia-se em novas relações entre os moradores e os visitantes, que se recriam em todos os sectores inclusive nas relações comerciais, dos quais são exemplo as vendedoras de ginja. A ideia para as vendedoras de ginja terá surgido aos poucos e em resposta à crise económica do início da década passada, vivida em todo o país e à qual o bairro não foi poupado.

*A D. Laura explica que no final das festividades de Junho alguns começaram a prolongar a venda de bebidas, porque continuava a haver procura e mantinham o ambiente de festa que em vez de terminar de um dia para o outro, se esbatia no tempo. Mais tarde, com o aumento de turistas no bairro e a consagração da ginja como “a bebida lisboeta”, a ideia vai-se consolidando. Algumas senhoras, que moravam sozinhas e tinham uma reforma baixa, viram a sua renda aumentar ligeiramente e tiveram de desenrascar-se, encontrando formas de compensar a despesa extra. Percebendo o potencial lucrativo que o negócio tinha, com o número de visitantes a aumentar, as vendedoras de ginja propagam-se pelo bairro e passaram a fazer parte da sua paisagem pitoresca. As senhoras reformadas, de avental e toalhas de cozinha coloridas, que vendem*

*em copos minúsculos de plástico transparente a sua ginja mais ou menos caseira a quem passa no seu beco. A espontaneidade desta troca comercial informal em espaço público, foi-se transformado numa experiência turística, pois vários guias passaram a incluí-la nos seus roteiros (Excerto do Diário de Campo Dezembro de 2019).*

Algumas vendedoras ficam no postigo ou na janela, tirando partido da sua casa no piso térreo e fazendo deste espaço de fronteira, uma ponte para interagir com o espaço público. Outras, assumem o seu beco ou a sua rua como a área que abrange o seu negócio. Esta perspectiva de domínio da clientela, num determinado espaço, ao entrar numa lógica de competitividade pelo lugar de maior afluência, o mais exposto ao maior número de turistas, culminou na disputa pelos largos do bairro, em particular pelo Largo do Chafariz de Dentro.

Serão as vendedoras de ginja mais uma resposta em tom de resiliência urdida dentro do bairro na tentativa de controlar de certa forma esta relação também económica e comercial com o turismo? Quando reflectimos sobre a relação do bairro com o turismo, a abordagem procura privilegiar novamente a dicotomia ambígua do dentro e fora. Costa (2008) utiliza a polarização interior/exterior para explicar o espaço teórico onde a identidade do bairro se define, numa intersecção de processos de génese endógena e exógena.

Remete-se uma vez mais, para a ideia de *fronteira*, enquanto o espaço que une e separa simultaneamente o bairro do exterior. Por um lado, torna possível recortá-lo da cidade, por ter identidade própria, que se pode definir entre a forma urbana e o conteúdo que a preenche, mas sublinha-se a sua porosidade aqui evidenciada através do turismo.

As ambiguidades que caracterizam as fronteiras nos diferentes níveis e escalas, conduzindo à necessidade de focá-las na sua espessura e profundidade, acaba por permitir uma reutilização desta formulação das ruas de pequena escala para o bairro, dadas as similitudes que se manifestam também na reconstituição teórica do próprio conceito entre escalas e entre mundos.

Concluimos, à escala do beco que tanto a ambiguidade associada a estas fronteiras e como a territorialidade impressa através de determinadas apropriações, manifestos exercícios de controlo sobre o espaço, podem ser entendidas como pontos de intersecção entre a dimensão material e imaterial do bairro.

*O sucesso deste negócio foi tal, que o Verão foi frutuoso em conflitos fundamentados na competição pelo espaço público. Para conter a situação, a Junta de Freguesia julgou intervir, passando a emitir e fiscalizar licenças para a venda. Com a oficialização dos procedimentos, a D. Laura reduziu tempo que passava a vender ginja no beco, limitando-se a descer quando uma das guias*

*turísticas, da sua confiança, lhe tocava à campainha anunciando a chegada do grupo de visitantes. Aos poucos foi voltando a passar mais tempo no beco, pois sentia falta das pessoas, tendo-se habituado a interagir com quem passa, quando antes lhe bastava olhar pela janela do primeiro andar (Excerto do Diário de Campo Janeiro de 2019).*

Enquanto alguns assumem que os turistas são uma fonte de rendimento importante, muitos concordam que as transformações que estão a ocorrer são irreversíveis e, no geral, lamentam-nas, salientando a saída forçada de residentes como o aspecto mais preocupante, a par do incomodo causado pelas obras que atingem a escala de edifícios inteiros e se propagam em simultâneo, mesmo na mesma pequena rua.

Com efeito, as obras condicionam de forma impositiva a apropriação do espaço público, além das condições de habitabilidade dos vizinhos, por períodos de tempo bastante prolongados. A generalização da reabilitação de edifícios e as obras na rua dos Remédios criam um ambiente de “estaleiro generalizado”<sup>81</sup>. A sensação de impotência perante o que “está a acontecer no bairro”<sup>81</sup>, ou falta de poder político para resistir à mudança, é marcada nas conversas quotidianas.

*Quando conheci o Jaime e lhe falei deste trabalho, prontamente se disponibilizou para participar. Havia aqui uma necessidade de comunicar e contestar incómodos recentes que a “nova vida” do bairro lhe impunha (bem como aos seus vizinhos como depois percebi). Quando me aproximei da sua casa no Largo do Sequeira pela primeira vez, todas as expectativas ganharam forma na tarja que cobria grande parte da fachada do prédio dizendo “Obra de luxo Palácio de Santa Helena tira-nos vistas e luz natural” e nesse momento antevi que a conversa do dia teria um tema já eleito, não por mim. O problema, com efeito, era mais complexo do que a mensagem traduzia, e a mensagem trazia uma forma de resistência à mudança e resiliência em relação ao sentimento de pertencer ali, àquele bairro, e contexto social, que admite estar a extinguir-se. Havia o incómodo causado pela obra de grandes dimensões, que gera ruído e danos sobre os edifícios contíguos, tornando difícil tolerar essa situação com o seu perpetuar, ao longo dos dias e meses e anos, mas mais ainda o retrato é de um conflito aberto entre moradores e novos investidores, não tão abertos e próximos como os antigos “ricos do bairro e antigos proprietários” que por exemplo deixariam as pessoas dali estacionar os carros dentro do logradouro do Palácio. O poder político é apontado como o maior responsável pela ingerência destas mudanças e pela forma como deixa a população desprotegida e sem forma de poder contestar a superioridade dos investidores que “arruinam a vida no bairro”. O próprio Jaime assume que seria mais fácil ceder à pressão e vender a casa onde mora e que pertence aos seus pais, mas o que o prende ao bairro é ainda superior e portanto é nessa intensa relação com*

---

<sup>81</sup> Expressões retiradas dos registos de campo (Fevereiro de 2019).

*o território, que encontra formas de resistir, das quais são exemplo a tarja e o apoio que presta à APPA (Excerto do Diário de Campo 06.02.2019)*

Esta tarja (Figura 3.4) não é situação exclusiva em Alfama, na Rua de São Tomé existe um outro exemplo de como a fachada pode ser utilizada como forma de comunicação no sentido espaço privado-espaço público. Nesta (Figura 3.5) pode ler-se “Tenho direito ao descanso. Com uma hospedaria para estrangeiros por cima como vou conseguir”. A utilização das fachadas como meio de comunicação entre o privado e o público é evidente na colocação de tarjas com mensagens reivindicativas. Estas iniciativas são manifestas da atitude resiliente, perante o choque representado pelas pressões turística e imobiliária que impactam sobre a vida do bairro. Em particular manifestam-se os moradores que se identificam como “os autênticos”, por ali morarem desde que nasceram e que interpretam, agora, o direito de aí permanecer como ameaçado.



Figura 6.1 - Largo do Sequeira

Fevereiro de 2019



Figura 6.2 - Rua de São Tomé

Junho de 2019

Poderemos considerar o acrescentar camadas não apenas como tentativa de esbater a proximidade iminente e disruptiva na promiscuidade entre o a vida privada e pública, mas revertendo para uma partilha intencional como meio para expressar controlo sobre o espaço público? Serão estes mecanismos proto-arcaicos, os que aproximam e separam o mundo privado do mundo público?

Os conceitos introduzidos anteriormente (ver Capítulo 4) permitiram triangular diferentes perspectivas, procedentes da intenção de controlo sobre um determinado espaço e voltam a ser úteis agora, focando questões de *conteúdo*. Começámos por apresentar a dicotomia público/privado, colocando a tónica sobre propriedade do espaço, sobre a quem por direito pertence. Com a ideia de *included territories* conforma-se a construção simbólica de uma

gradual interioridade no espaço público, em que privado e privacidade, não são universos totalmente coincidentes. A tónica passa para a quem pertence, ou seja, quem está dentro e quem está fora. Esta ideia eleva o grau de subjectividade e justifica utilizar a noção de *fronteira*, construindo-a como conceito-chave, para discutir a negociação de limites mediante as apropriações quotidianas, que atribuem significados ao espaço-lugar, de forma *directa* ou *indirecta* e geram sobre estes sentimentos de pertença.

As *relações de fronteira*, entre o bairro e o seu exterior, espelham-se de forma volátil na construção de papéis representados pelo morador e pelo visitante, entendendo que as novas formas de viver o turismo vieram alterar radicalmente a relação desses papéis. Por um lado, estabelece-se uma nova noção de mobilidade e permeabilidade quase inesgotável no panorama europeu e apresentando semelhante tendência à escala global, com a facilidade, disponibilidade e velocidade que vêm caracterizando a nova era dos transportes.

Por outro lado, surge uma nova cultura urbana cosmopolita, em que a cidade passa a ser interpretada como espaço de consumo e fruição (Zukin, 1991; 1996; 1998), situação relacionada com a *creative class* (Florida, 2002). Esta valoriza a estética e vive em forte ligação com as indústrias criativas e o mundo digital, ao mesmo tempo que apresenta um certo fascínio pela decadência e o alternativo, procurando um lado autêntico e singular (Ley, 2003; Lloyd, 2010). O resultado deste choque de expectativas sobre o lugar evidencia-se em contradições com a projecção de tendências globais no local (Judd, 2003; Zukin, 2010).

Estreitamente relacionado com os estilos de vida protagonizados pela *creative class*, o turismo passa a integrar-se como operacionalizador do consumo associado ao ócio, ao lazer e à cidade. Os turistas tendem a procurar e em consequência a reproduzir ambientes urbanos que encaixam com os seus estilos de vida, por onde se deslocam (Lloyd, 2010), numa lógica global de *world cities* (Ashworth & Page, 2011). O turismo pode ser entendido como produto de uma cultura globalizada de consumo sustentada por trabalhadores e consumidores altamente móveis.

Neste sentido, as práticas entre turistas e “novos” moradores são cada vez mais difíceis de distinguir. Existe uma prevalência de espaços associados ao sector do ócio e entretenimento, que ambos utilizam indiscriminadamente, independentemente de serem moradores ou visitantes no local (Judd, 2003).

Também sobre a habitação se foram criando novas ambiguidades, nomeadamente sobre o significado de habitar, construindo-se uma flexibilização da ideia de pertença ao lugar, numa

incessante procura e produção sobre o lugar de pertença, motivada pela intenção de descoberta e validação. No entanto, parte desta procura encoraja a projecção intencional de referências sobre o lugar e como tal, impacta indirectamente na sua transformação.

Em conversa com um morador que disponibiliza a sua casa na Rua da Adiça para alojamento turístico, surgiu uma nova reflexão sobre diferentes motivações e tipos de interacções protagonizadas pelos proprietários de alojamento de curta duração. Com efeito, a utilização deste modelo de alojamento turístico tem levado à perversão do sistema que, no seu sentido fundacional, potencializa a democratização do mercado da hotelaria, num propósito *peer-to-peer*. No sentido “original”, o morador estaria disponível para partilhar a casa com o turista e vice-versa. Esta troca, mais do que comercial, contribuiria para um mútuo enriquecimento cultural e o fomento da economia local, bem como para o financiamento de eventuais melhoramentos nas condições do edificado. Esta forma de visitar um local, procurando uma ligação através de quem o conhece e experiencia numa base quotidiana, pode responder a um perfil emergente de visitante-turista, empolado pela utilização da tecnologia, numa reinvenção que atinge uma escala global ou tão global quanto a World Wide Web.

Os fundadores da plataforma *Airbnb*, na secção do blog<sup>82</sup> “Who we are, what we stand for” explicavam a 3 de Outubro de 2013 como a ideia surgiu e como esta se inscreve numa *sharing economy* ou *collaborative consumption* (Botsman & Rogers, 2010).

If you want to understand Airbnb, you have to understand our beginnings. Our story started with a problem that those struggling financially know well. In October of 2007, my roommate Joe Gebbia and I were living in a San Francisco apartment, and we couldn't afford rent. That weekend, an international design conference was coming to town, and all of the hotels were sold out. So we had an idea: why not turn our place into a bed and breakfast for the conference? We inflated air beds and called it the AirBed & Breakfast (...) At Airbnb, we are creating a door to an open world—where everyone's at home and can belong, anywhere. (...) Airbnb is the new, old way to travel. Decades ago, travelers stayed in boarding homes, neighbors shared what they had, and ordinary people powered the economy. These activities are re-emerging through a new movement called the sharing economy, where everyone can participate.

Pensando num novo perfil de turista e como evidenciado no texto citado, o conceito implica uma diferente perspectiva de *host*, que promoveria a proximidade com o local, de forma personalizada. O fenómeno de aluguer informal de alojamento a turistas não é algo novo, no

---

<sup>82</sup> <https://blog.airbnb.com/who-we-are/>, consulta 7.10.2019

entanto, as novas possibilidades tecnológicas permitiram a globalização e generalização desta possibilidade ao oferecer plataformas que põem virtualmente em contacto *hosts* e *guests*, onde desconhecidos podem comunicar e mesmo estabelecer relações de confiança que são a base do modelo (Guttentag, 2015).

A recessão económica será um dos motivos para o impulsionamento dos modelos de negócio integrados em economia de partilha, no entanto, existem outros e novos valores inerentes ao processo, como a procura de um consumo consciente e sustentável e contacto próximo com a comunidade (Botsman & Rogers, 2010). Estes retratam novas preocupações e um novo perfil de turista que privilegia alojamento de custo baixo e a possibilidade de ficar inserido num meio potenciador de interações directas com a comunidade local (Guttentag, 2015).

No entanto, estas plataformas *peer-to-peer* têm sido, igualmente, utilizadas como motor para o desenvolvimento de relações *business-to-peer*, nomeadamente nas variantes permitidas legalmente na figura de Alojamento Local (em Portugal). A tabela (Tabela 6.1) sintetiza a informação construída a partir de dados da plataforma *Airbnb* relativos a Setembro de 2018<sup>83</sup> e posteriormente processados em SIG e Excel, utilizando como referência os limites das antigas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão para filtrar os anúncios relativos ao bairro de Alfama.

Na tabela (Tabela 6.1) percebemos que dos 479 *hosts*, que os dados mostraram anunciar alojamentos em Alfama, 337 têm apenas um anúncio (alojamento) publicado. Há que referir que os anúncios estão teoricamente ininterruptamente activos, uma vez que se trata de aluguer de curta duração e como tal, existe uma constante necessidade de encontrar novos *guests*. No entanto, há ainda que considerar que cerca de 30% publicitam mais do que um alojamento no bairro.

Será a figura do *host* como mediador cultural compatível com a acumulação de apartamentos para aluguer de curta duração? Será este papel questionável na disponibilização total do apartamento, uma vez que, retira o *host* do seu papel de co-morador? Sobre esta questão os dados são ainda mais expressivos, dos 793 anúncios filtrados para o bairro de Alfama 764

---

<sup>83</sup> Os dados sobre *Airbnb* foram obtidos através da plataforma Datahippo <https://datahippo.org/en>, consultas realizadas a 23.04.2018; 3.08.2018; 10.01.2019.

disponibilizam *entire homes* o que significa que mais de 96% dos anúncios correspondem a essa oferta, 28 anúncios oferecem *private rooms* e 1 anúncio oferece *shared room*<sup>84</sup>.

Tabela 6.1 Número de anúncios por *host*, anunciados através da plataforma *Airbnb*

Nº de anúncios (alojamentos)	Nº de <i>hosts</i> que oferecem 1 ou mais alojamentos	%	Preço por noite (média) €
1	337	70,35	79,55
2	74	15,45	80,06
3	34	7,10	67,88
4	12	2,51	74,69
5	7	1,46	73,34
6	6	1,25	93,28
7-8	4	0,84	60,22
9-10	2	0,42	70,75
>10	3	0,63	73,82
Total	479	100	

Com efeito, a preversão deste sistema, é um cenário que decorre, não indiferentemente, mas antes profundamente relacionado com processos turistificação. Na legislação, em Portugal, encontramos a figura do Alojamento Local<sup>85</sup>, remetendo para a exploração de alojamento temporário.

No Decreto-Lei n.º 128/2014 Artigo 2.º fica definida a noção de estabelecimento de alojamento local como “aqueles que prestem serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração...”. No Artigo 4.º define-se Prestação de serviços de alojamento, compreendendo que “a exploração de estabelecimento de alojamento local corresponde ao exercício, por pessoa singular ou coletiva, da atividade de prestação de serviços de alojamento”. A Lei n.º 62/2018 de 22 de Agosto altera o regime de autorização de exploração dos estabelecimentos de alojamento local. O Artigo 3º incorpora a possibilidade de utilizar quartos como AL.

Considera-se ‘estabelecimento de hospedagem’ o estabelecimento de alojamento local cujas unidades de alojamento são constituídas por quartos,

<sup>84</sup> Dentro destas tipologias de oferta (*private room* e *shared room*) poderão ainda existir casos que implicam a partilha de alojamento não com um morador local, mas exclusivamente com outros turistas. Devido à percentagem pouco expressiva, esta linha de análise não foi prosseguida, mas fica salvaguardada a hipótese.

<sup>85</sup> A figura do alojamento local foi criada pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 228/2009, de 14 de setembro, e 15/2014, de 23 de janeiro, para permitir a prestação de serviços de alojamento temporário em estabelecimentos que não reunissem os requisitos legalmente exigidos para os empreendimentos turísticos.

integrados numa fração autónoma de edifício, num prédio urbano ou numa parte de prédio urbano suscetível de utilização independente. (...) Considera-se ‘hostel’ o estabelecimento cuja unidade de alojamento predominante seja o dormitório, considerando -se predominante sempre que o número de utentes em dormitório seja superior ao número de utentes em quarto. (...) Consideram-se ‘quartos’ a exploração de alojamento local feita na residência do locador, que corresponde ao seu domicílio fiscal, sendo a unidade de alojamento o quarto e só sendo possível, nesta modalidade, ter um máximo de três unidades.

A legislação prevê e regula alojamentos, que pelas suas dimensões e condições, não correspondem a empreendimentos turísticos, tendo como objectivo multiplicar e diversificar as opções de oferta de alojamento de curta duração. Em nenhum momento, esta legislação refere ou cria algum tipo de relação com a questão que terá alimentado a plataforma *peer-to-peer* *Airbnb*, onde o papel do *host* como morador no local sobressai, bem como a promoção de uma *economia de partilha* e partilha cultural.

A preocupação com as denominações é perceptível na legislação, expondo as directrizes comerciais que orientam o texto. Por exemplo, prevê-se no Artigo 17º da Lei n.º 62/2018 que “Apenas os estabelecimentos de hospedagem (...) podem utilizar a denominação ‘hostel’ no seu nome, publicidade, documentação comercial e merchandising.”, enquanto “os ‘estabelecimentos de hospedagem’ e os ‘quartos’ podem usar comercialmente a designação de ‘Bed & breakfast’ ou de ‘Guest house’.”

Por outro lado, fica permitida a exploração de apartamentos, quartos e edifícios de habitação, que de forma ilimitada temporalmente, podem converter-se em alojamento turístico e portanto, competindo, num contexto impulsionado por políticas e intervenções no âmbito da regeneração urbana e num cenário de turistificação, com as necessidades de habitação dos próprios moradores, deixando o bairro vulnerável ao fenómeno da gentrificação. Com base nos dados do RNAL em Maio de 2018 existiam 12.315 registos de Alojamento Local para o concelho de Lisboa, em Outubro de 2020 o número é de 19.404 alojamentos registados.

Com efeito, os turistas deixaram de ser apenas os visitantes forasteiros, tornando-se uma espécie de moradores temporários, cenário associado às ofertas promovidas à escala global nas plataformas online *peer-to-peer*. Esta posição coloca-os num plano ambíguo, como se existisse um tempo paralelo que comporta uma forma acelerada de habitar, em que se vive um processo frenético de experimentação cultural, procurando encontrar resposta aos símbolos e preconceitos veiculados através das redes sociais e informação turística.

Aqui vale a pena remeter para a análise apresentada em seguida sobre conteúdo dos *tweets*<sup>86</sup> gerados em Alfama. Os temas recorrentes entre turistas integram categorias e símbolos locais como o Fado, arquitetura e atmosfera, festas dos Santos Populares, mas não deixam de fora referências características das novas formas de consumo turístico, que se reproduzem via rede das *world cities* tais como *street art* ou presença em grandes eventos.

A transformação de bairros populares em lugares de consumo e especializando-se para responder ao turismo, onde o alojamento de curta duração e o consumo cultural ligado ao ócio substituem gradualmente as funções residenciais e de comércio tradicionais, vem gerando pressão sobre a população residente. Este tema tem sido estudado em Lisboa sob um prisma de turistificação e gentrificação (Mendes, 2016; Barata-Salgueiro et al., 2017; Gago, 2018; Baptista et al., 2018). Mas somam-se os casos já estudados New Orleans (Gotham, 2005), Palma de Maiorca (Morell, 2009; Miró, 2011), Berlim (Füller & Michel, 2014), Barcelona (Cocola-Gant, 2016), Madrid (Sequera & Janoshka, 2013), Los Angeles (Lee, 2016) entre vários outros que poderíamos citar.

A existência de fenómenos de gentrificação no contexto urbano, como promotores de desigualdades sociais é inequivocamente registada (Lees et al., 2015). Este tema tem vindo a ganhar grande protagonismo (inclusive mediático) enveredando em movimentos sociais e reivindicativos de habitação acessível, no caso de Lisboa, mas também de outras cidades europeias e mundiais pressionadas pelo *mass tourism* e especulação imobiliária.

Sobre este tema tornou-se incontornável, empenharmo-nos um pouco mais, tentando ser prudente no espaço a conceder, pensando nos trabalhos que presentemente o vêm focando de forma aprofundada.

### **6.3.1 Ecos do turismo em Alfama. Perscrutando o *Twitter***

No âmbito das intersecções com o turismo é pertinente introduzir o estudo realizado durante o período em que tive a oportunidade de colaborar com o grupo de investigação *Turismo, Patrimonio y Desarrollo*, na Universidad Complutense de Madrid<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> Nome dado aos comentários partilhados através da rede social *Twitter*.

<sup>87</sup> O estudo foi apresentado inicialmente no XVI Colóquio Ibérico de Geografia realizado no IGOT (Lisboa) 5-7 de Novembro de 2018. O paper de título *Exploring geotagged social media data to analyse tourism in the historic city district of Alfama (Lisbon)*, encontra-se em fase de publicação. O estudo foi elaborado numa

Neste estudo, foram utilizados dados do *Twitter*, seleccionados com base na etiqueta de georreferenciação, que assume coordenadas inscritas no perímetro definido para Alfama (aqui com base nas antigas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão) e tendo em conta que os dados poderão ter uma margem de erro associada de 10 metros. Com base nos limites de referência foram filtrados 3.736 tweets<sup>88</sup>.

Ainda que a utilização desta fonte de dados crie, assumidamente, um filtro sobre o perfil de utilizador de redes sociais e em particular do *Twitter*, consideramos ser uma fonte adicional, que poderá aportar conclusões sobre a relação do bairro com o turismo. Neste sentido, o primeiro passo foi separar os *tweets* de residentes dos *tweets* de turistas. Para tal, a base de dados inicialmente gerada foi processada em intersecção com uma segunda base de dados, considerando no elemento comum, o ID do utilizador.

A segunda base de dados compila a história de *tweets* por utilizador previamente rastreado por gerar um ou mais *tweets* dentro do polígono estabelecido para representar o bairro nesta análise. Neste passo, é possível determinar o país com a maior frequência de *tweets* para cada utilizador, permitindo distinguir utilizadores residentes em Portugal, de residentes em outros países e, portanto, considerados turistas internacionais. Dentro dos utilizadores identificados como residentes em Portugal, foi necessário um passo adicional, onde foi usada a camada geográfica de NUTS-3 para separar turistas nacionais de residentes na área metropolitana de Lisboa. Através da análise, pudemos concluir que 2.755 (73,7%) tweets foram gerados por turistas e 981 (26,6%) por residentes.

Partindo das categorias turistas e residentes, o objectivo passou pelo estudo do conteúdo das mensagens geradas em Alfama. Inicialmente, foi feita uma análise exploratória sobre a base dados, para identificar possíveis categorias representativas do conteúdo expresso nas mensagens. Nesta base de dados, não constavam as fotografias e imagens apenas texto e etiquetas de localização. As mensagens geradas no *Twitter* são curtas, compreendendo uma frase ou várias palavras-chave, que por norma suportam a descrição de fotografias ou imagens. É comum haver referências pessoais sobre emoções ou dedicatórias, por exemplo. Por outro

---

colaboração da autora com María García-Hernández (UCM), Ana Condeço-Melhorado (UCM) e Claudia Yubero (UCM).

<sup>88</sup> Os dados foram descarregados através do Twitter, Application Program Interface (API) (Spritzer Stream) entre Março de 2016 e Abril de 2018.

lado, a etiqueta de localização é um dos conteúdos mais frequentes, encontrado em 82% dos *tweets* (3.055 dos 3.736).

A análise de conteúdos foi inicialmente dividida de em duas partes: análise sobre o conteúdo relativo à localização e análise de outros conteúdos temáticos, recorrendo a dezasseis categorias, que permitiram agrupar os *tweets*, em função dos temas definidos como variáveis. 780 *tweets* continham exclusivamente etiquetas de localização. Na análise sobre localização foi sempre selecionada a informação mais específica. Ou seja, quando existem várias referências, por exemplo, entre as referências Miradouro de Santa Luzia, Alfama, Lisboa, Portugal, seria selecionado a referência ao Miradouro de Santa Luzia.

Na análise das mensagens, entendemos que um *tweet* poderia conter referências entre zero (no caso em que apenas existe conteúdo sobre localização) e dois temas. Estes foram traduzidos nas seguintes variáveis, definidas com base no conhecimento sobre o bairro adquirido durante o trabalho de campo e análise exploratória de *tweets*: 1. Arquitectura/paisagem, 2. Viajar/visitar, 3. Restaurantes/bares/gastronomia, 4. Atmosfera, 5. Fado, 6. Publicidade, 7. Santos Populares, 8. Street Art, 9. WebSummit (evento), 10. Arte/galerias/exposições/museus, 11. História, 12. Alojamento, 13. Eléctrico 28, 14. ISPA (universidade), 15. Compras, 16. Reclamações (ver Tabela 6.2).

A associação entre os *tweets* e as variáveis de localização e temáticas foi feita individualmente e processada em Excel. 39 *tweets* continham meramente referências pessoais e foram excluídos da análise baseada em variáveis temáticas, mantendo-se úteis para a análise de conteúdo sobre localização.

Na interpretação da tabela (Tabela 6.2) é necessário reforçar que 18.6% dos *tweets* apenas continham informação sobre localização, assumindo diferentes formas de expressão, tais como “I’m at Hotel X, in Lisbon, Portugal” ou @ Museu do Fado ou #Alfama.

O interesse da análise de conteúdos de localização gerados dentro do bairro e separando turistas e residentes, baseia-se premissa de compreender qual a entidade espacial que emerge, enquanto referência projectante, para caracterizar as visitas ou a vida dentro do bairro. O resultado foi bairro e o nome Alfama sobressaindo como o lugar, que assume valorização dominante em relação a outras possíveis referências espaciais e territoriais que estão contidas no bairro ou que o contêm.

Com efeito, através da análise de frequências, foi possível concluir que a entidade territorial que emerge dentro do bairro é Alfama, e, portanto, sai reforçada a entidade *bairro*. Alfama aparece com uma frequência elevada, quando comprada a referências mais específicas (como identificação da rua ou de bar/restaurante) ou mais generalizantes (como Lisboa ou Portugal). Alfama é o nome citado em 44,29% dos *tweets* de residentes e em 42,14% dos *tweets* de turistas.

Tabela 6.2 Síntese da análise de conteúdos de *tweets* em Alfama

Análise de conteúdo temático

	Residente (%)	Turista (%)	Total (%)
Arquitetura/paisagem	11,47	21,89	19,90
Viajar/visitar	4,43	18,66	15,95
Restaurantes/bares/gastronomia	10,06	15,28	14,28
Atmosfera	6,64	9,90	9,28
Fado	10,66	6,00	6,89
Publicidade	31,19	0,76	6,58
Santos Populares	5,03	5,38	5,31
Street Art	1,81	5,05	4,43
WebSummit (evento)	0,60	4,09	3,43
Arte/galerias/exposições/museus	2,01	2,95	2,77
História	0,80	3,00	2,58
Alojamento	2,62	2,57	2,58
Eléctrico 28	0,80	2,76	2,39
ISPA (universidade)	11,07	0,00	2,12
Compras	0,40	1,33	1,15
Reclamações	0,40	0,38	0,38
Total	100	100	100

Análise de conteúdo sobre localização

	Residente (%)	Turista (%)	Total (%)
Alfama	44,29	42,14	42,77
Lisboa	6,43	17,06	13,92
Restaurante/Bar/Museu/Alojamento	12,05	9,35	10,14
Miradouros	4,08	10,87	8,86
Rua/Largo/Beco	4,26	5,70	5,27
Portugal	0,09	1,03	0,75
não definido	28,80	13,87	18,28
Total	100	100	100

Na análise de conteúdos temáticos, 23% dos *tweets* foram caracterizados como mensagens pessoais e irrelevantes para este estudo. No entanto, eram muitas vezes combinadas com uma das variáveis temáticas da tabela, o que justifica em muitos casos a necessidade de dividir o conteúdo da mensagem atribuindo-lhe duas variáveis. O conteúdo temático mais frequente

dentro das variáveis estabelecidas (Tabela 6.2) é Arquitectura/paisagem (em 19,90% no total e 21,89% nos *tweets* de turistas). Viajar/visitar surge em segundo lugar para turistas (18,66%) e 15,28% referem-se a restaurantes, bares ou gastronomia. A referência ao Fado<sup>89</sup> destaca-se (o tema é aprofundado no tópico seguinte) por ser percentualmente mais frequente em *tweets* residentes da área metropolitana de Lisboa (10,66%) do que nos de turistas (6%), enquanto os Santos Populares surgem com uma percentagem semelhante com cerca de 5%.

Outros temas relacionados com novos padrões de consumo no turismo urbano, expressam-se numa tendência de globalização como *Street Art* (referida em 5,05% dos *tweets* de turistas), arte/galerias/exposições (2,95%) e grandes eventos como é o caso do *WebSummit* (referido em 5,05% dos *tweets* de turistas). No entanto, aspectos mais gerais sobre arquitectura e paisagem ou experiências associadas à cultura local (Fado, Santos Populares, eléctrico 28) ainda representam os temas dominantes entre as referências dos turistas.

Confrontando os resultados da análise de conteúdos temáticos entre residentes e turistas, emergem as variáveis claramente associadas a cada grupo, servindo de validação para a análise efectuada. Esta situação é evidente no caso das variáveis Viajar/visitar e *Websummit*, que estão predominantemente associadas a turistas, enquanto as variáveis Publicidade e ISPA estabelecem-se percentualmente na relação com residentes.

Num passo posterior da análise de conteúdos, propõe-se a análise conjunta dos conteúdos temáticos e de localização para turistas, com o objectivo de salientar a intuída afirmação da imagem e marca Alfama, associada ao turismo.

A distinção que já se estabelecia na análise de conteúdos de localização entre Lisboa e Alfama (Tabela 6.2), deixa transparecer a identificação do bairro como lugar específico, reconhecido e reconhecível dentro da cidade confirmada na intersecção com o uso do espaço e à qual não será alheia a divulgação turística.

Combinando os dados e focando os *tweets* de turistas, o resultado é a palavra Alfama em destaque nas referências feitas por turistas dentro das duas antigas freguesias (São Miguel e Santo Estêvão) apresentada na Figura 6.3.

Esta ideia da *marca* Alfama na divulgação do bairro para fins turísticos, expressa-se e constrói-se simultaneamente a vários níveis. Nos registos do RNAL para o concelho de Lisboa

---

<sup>89</sup> Em 2011, o fado foi declarado pela UNESCO Património Cultural Imaterial da Humanidade.

encontramos 416<sup>90</sup> registos, onde o nome do alojamento utiliza a palavra “Alfama”. Em relação à base de dados de anúncios publicados na plataforma *Airbnb*, dos 11.431 anúncios em Lisboa, 988 continham a palavra “Alfama” no título<sup>91</sup>.



Figura 6.3 Análise de conteúdos de *tweets* de turistas em Alfama

*La huella turística de Alfama (Lisboa) a través del análisis deTwitter*<sup>92</sup>

(representado com recurso ao Worditout)

Dentro do bairro, vários restaurantes, tascas, casas de fado e comércios têm vindo a utilizar o nome de Alfama na denominação que elegem para os seus estabelecimentos (Figura 6.4). O nome repete-se em fados e marchas, em conversas e pregões, em estudos etnográficos, em documentários e filmes...e ecoa no imaginário dos moradores e também dos turistas, que o assumem em consonância com a narrativa construída nos vários níveis de ligação, mais profunda ou mais superficial, com o território.

Alfama e o beco são duas entidades supra espaciais que se fundem para compor o mesmo *Historic Urban Landscape* (HUL). Definindo-se em valores de contraste e ambiguidade, são consensuais representantes do bairro, enquanto palavras que remetem para uma relação entre uma forma urbana específica ou um território urbano específico e um conteúdo imaginado entre narrativas, memórias e a história do *lugar* “The landscape approach is intended to expose

<sup>90</sup> Consulta efectuada no website <https://rnt.turismodeportugal.pt/rnal/consultaregisto> a 19.06.2020, base de dados disponível processada em Excel.

<sup>91</sup> Os dados sobre Airbnb foram obtidos através da plataforma Datahippo <https://datahippo.org/en>, consulta realizada a 23.04.2018.

<sup>92</sup> Apresentado no XVI Colóquio Ibérico de Geografia realizado no IGOT (Lisboa) 5-7 de Novembro de 2018. Colaboração da autora com María García-Hernández (UCM), Ana Condeço-Melhorado (UCM) e Claudia Yubero (UCM).

overlapping, matching, as well as conflicting, values, needs, and ethics (among groups, individuals, levels of power, etc.)” (Veldpaus, 2019, p.18).



Figura 6.4 Exemplos onde o nome do bairro é apropriado na denominação de estabelecimentos em Alfama.

Fotocolagem da autora

Temos vindo a descrever como a definição de beco pode ser entendida num prisma multidimensional e imbuída em significados, que derivam da combinação e conjunção entre a forma e o conteúdo que a preenche.

Costa (2008, p.46) refere como as representações simbólicas que se expressam sobre marcas físicas de conotação histórico-patrimonial, sobre o bairro, são geridas num “triângulo categorial que engloba população local, memória social, identidade cultural”. A problemática sobre estas representações é ainda intersectada pela relação entre processos de proveniência endógena e exógena. Em França (2000; 2008) e Costa (2008), as características da forma urbana, nomeadamente o traçado das ruas, são apontadas como um dos patrimónios locais.

Todas estas dimensões ainda que possam ser observáveis em outros bairros típicos de Lisboa ou em outras cidades mediterrânicas, têm uma essência situacional e ganham pertinência quando descritas nesta particular forma da rua definir o bairro e do bairro ser imaginado através de imagens que ilustram a rua como lugar. Alfama e o beco são um só lugar quando vistos desde o exterior, quando os dois coincidem ainda mais do que convergem, para representar uma realidade complexa e palpável, que podendo ser retratável em experiências aproximadas em outros lugares, é única nesta conjunção.

## 6.4 Relações de fronteira: uma proposta conceptual

No estudo sobre a medina de Tunes, Hakim (1986) refere-se à influência das necessidades sociais, práticas culturais, o princípio de “não prejudicar o outro” (*no harm to others*) e o consenso entre vizinhos como componentes decisivas no processo de construir cidade. Muitas das directrizes da *Fiqh* baseavam-se no *Qur'an* e *Sunna* (tradições do Profeta) havendo princípios orientadores da moral e comportamento, especificando-se no direito à privacidade, respeito pela propriedade alheia, prioridade de propriedade e usos anteriores sobre novos, entre outros.

Existiam regras específicas sobre boas práticas na construção do espaço urbano estando, por exemplo, definidos parâmetros de largura e altura mínima das ruas públicas e *cul-de-sac*, direito de passagem e uso do espaço público e semi-público e escoamento das águas pluviais. Sobre o direito à privacidade, estavam estabelecidas normas, que tinham como objectivo ocultar as mulheres no seu ambiente doméstico, evitando que pudessem ser observadas por estranhos. A localização de novas portas e janelas deveria, em consequência, ter em conta os vãos dos edifícios existentes, prevenindo a possibilidade de contacto visual directo para o interior dos edifícios. O mesmo princípio era aplicado ao posicionamento de novas lojas. O autor estabelece um vínculo entre práticas culturais e códigos ético morais, por serem factores determinantes na construção de cidade.

Jane Jacobs (2001) defende ser muito mais importante organizar a vida social que o espaço. Ou seja, a organização espacial torna-se uma espécie de consequência lógica das necessidades que a vida social organizada dita. Rapoport (2005) reflecte sobre uma relação entre a cultura e a identidade, defendendo que a questão da identidade é complexa, dado que diferentes grupos podem partilhar parcialmente os seus códigos culturais, havendo uma zona de intersecção entre as suas identidades. Portanto, a identidade não é estanque, mas aberta e sujeita a influências exógenas.

O bairro de Alfama é um caso onde a leitura dos diversos níveis de manifestações culturais permite compreender uma certa homogeneidade, ainda que pautada por contrastes e contradições. Com efeito, pensar as dinâmicas do bairro como homogéneas e consensuais ou pensar os seus limites como estanques é simplificar de forma incoerente a vida no bairro.

Tal como a sua estrutura generalizada em becos e ruelas, encontra diversas tonalidades que se expressam em hierarquias e variações formais, é na negociação de *contrastes* que sedimentam determinados consensos sobre a identidade cultural do bairro e os seus limites.

O termo contraste, é utilizado no estudo etnográfico de referência sobre o bairro *O Trágico e o Contraste*, onde é aplicado para expressar a forma como sistemas de desigualdades sociais e relações de dominação e dependência se reproduzem “simbolicamente nas representações e nas práticas culturais e muito em particular no fado amador.” (Costa & Guerreiro, 1984, p.250). Este tipo de negociação de contrastes continua a fazer parte do quotidiano do bairro, assumindo contornos particulares no momento actual. As *relações de fronteira* obtêm novos mecanismos de operatividade e são espelho de contrastes que provêm de transformações recentes promovidas pelo desenvolvimento da actividade turística no bairro.

A intrincada relação do fado com o bairro é foco do estudo de Costa e Guerreiro (1984, p.56), “o fado, se por um lado pode ser estudado enquanto enquadrado em Alfama, revelou-se por outro um poderoso analisador das complexas redes sociais bem como das práticas e produtos culturais desse bairro”. O fado pode acontecer em sessões organizadas pelas colectividades, em convívios de fado amador nas tascas do bairro e em “encontros mais ou menos casuais em becos e retiros” (Costa & Guerreiro, 1984, p.175), mas tem também uma forte relação com o turismo evidenciado no espaço das *casas de fado* “As casas de fado representam, de certa forma, o “exterior” ao bairro, nas práticas de consumo turístico do ambiente local” (Costa & Guerreiro, 1984, p.170). No entanto, as casas de fado têm fortes ligações com o bairro que não se esgotam na sua implantação geográfica e como tal, seriam elementos representativos de espaços/mecanismos de *fronteira*, que gerem a relação do bairro com o exterior.

O fado tem sido explicado por vários autores como uma das manifestações culturais que retrata a complexa encruzilhada em que as relações do bairro com o exterior se tornam simultaneamente motivação e veículo de reprodução de determinadas práticas “Parece ser incontestável ser o fado uma forma musical caracteristicamente portuguesa. À imagem do fado está associada a designação de canção nacional” (Costa & Guerreiro, 1984, p.257).

As festividades relacionadas com os Santos Populares funcionam de forma similar, como uma espécie de mecanismo de exaltação cultural do bairro, produzida com uma elevada intenção de ser apresentada ao exterior, aos visitantes “Os bairros populares começaram a adquirir uma visibilidade crescente à qual não está alheia uma intenção turística,

transfigurando-se de uma forma controlada, com os seus arraiais e animação nocturna” (Cordeiro, 1997, p.249). Em Alfama era admitida a intenção de atrair visitantes e visionada a oportunidade de tirar dela proveito económico “as festas dos Santos Populares são actualmente muito viradas para o chamamento do turista e do visitante, muito orientadas para o ganho económico proveniente das despesas do forasteiro” (Costa & Guerreiro, 1984, p.62)

Em *Fado Resounding* (Gray, 2013), a autora apoia-se no trabalho etnográfico sobre fado amador para contextualizar e estabelecer a sua produção e recepção, tendo em conta aspectos técnicos e performativos, que caracterizam a música e a forma como é apresentada, num espaço físico e simultaneamente emocional, partilhado entre o fadista e o público. No seu trabalho mais recente, Gray (2018) explica como o Fado, dentro do mercado ligado ao turismo, é assumido como um produto turístico e se adapta para responder aos diversos perfis de turistas, sendo recriado nas suas formas e versões de ser consumido.

Nesta relação do fado com o exterior, levantam-se críticas internas sobre questões de *autenticidade* “Já foi mais puro e mais autêntico, mais castiço do que agora é: também de si próprio tem saudades” (Costa & Guerreiro, 1984, p.257). A perda de autenticidade e a descaracterização do bairro são receios transversais, que recaem inevitavelmente numa nostalgia do passado sobre a qual as transformações impostas não se terão compadecido.

A nostalgia, na linhagem de quem *sempre ali viveu*, tende a remeter para uma época áurea vivida na simplicidade de um quotidiano que parece ter-se perdido, enfocando as relações vicinais (os vizinhos inserem-se numa esfera de família alargada). As *zaragatas* entram frequentemente nessas memórias, assim como a solidariedade e as relações de proximidade com familiares que viviam no bairro e vizinhos que entravam numa espécie de ampliação do núcleo familiar.

A perda de autenticidade é um processo recorrentemente associado ao entendimento da paisagem urbana como bem de consumo, em relação com novos estilos de vida, regeneração urbana, gentrificação e turistificação (Sassen, 1991; 2000; Zukin, 1991; 1998; 2010; Ley, 2003) e nomeadamente para o caso de Lisboa (Barata-Salgueiro et al., 2017; Ribeiro, 2017; Baptista et al., 2018; Gago, 2018).

O papel das colectividades apresenta-se, no entanto, numa trajectória distinta. A transmissão de ideias e práticas, torna-se particularmente relevante, quando recuperamos a linha

de reflexão do Capítulo 4, onde aprofundámos a questão da pertença a um lugar através dos conceitos *included territories* e *territorial depth* (Habraken, 1998).

Por esta via, podemos adicionar uma nova camada de contradição na tentativa de compreender fenómenos contemporâneos do bairro, como a redefinição do papel das colectividades, como lugares de transmissão de valores e práticas culturais entre várias gerações, num período em que muitos tendem a morar fora do bairro por diversos motivos (referidos anteriormente), mas continuam a encontrar no bairro uma espécie de *hometown* – o lugar onde pertencem por afinidade e/ou por herança e memória. Campanella (2006, p.145) explica como as relações entre vizinhos e famílias perduram mesmo após as comunidades se terem desmembrado ou perdido a ligação com o local “Bonds forged in the "old neighborhood" endure, even in exile”.

Com efeito, desde o interior do bairro, chegou cedo a sensação de que os limites simbólicos do bairro se estendem a várias outras zonas de Lisboa, onde alguns antigos moradores encontraram nova casa (por opção ou por falta dela), mas mantêm Alfama como *hometown* (lugar de origem), onde regressam para reviver a infância e comunicá-la como a herança que querem passar às gerações seguintes. Esta experiência foi particularmente recorrente e fática nas visitas ao Adicense e durante as festividades dos Santos Populares. Em homenagem aos Santos e ao bairro, é nesta altura do ano em particular, que muitas famílias se reúnem para explorar os negócios improvisados de venda de comida e bebida ou para viver a versão menos comercial em reunião com familiares, vizinhos, geralmente num ambiente aberto a ser partilhado em espaço público com visitantes.

As colectividades assumem papéis relevantes na mediação das relações entre o interior e exterior do bairro, tendo sido assumidos pontos estruturantes da vida social dos bairros populares de Lisboa

Mais oculto é o espaço e o tempo ocupado por esse tipo de associações voluntárias, existentes em Lisboa e que dão pelo nome de colectividades. A sua presença por vezes apaga-se, outras surge simbolizando um lugar, um bairro da cidade (...) sobre o Marítimo ela não só representa e simboliza o bairro, ela também ajuda a criar o bairro, com as suas actividades e as suas cerimónias, ela define-o nas suas fronteiras com festas e rituais exteriores. Esta colectividade – como eventualmente outras deste tipo - não pode ser considerada um sujeito passivo na saga dos bairros de Lisboa; mais do que reflectir a vizinhança em que se insere, ela produz vizinhança e mais do que isso, produz um bairro (Cordeiro, 1997, p.195).

Na última década, a actividade das colectividades teria vindo a decair, em consonância com a progressiva diminuição do número de residentes no bairro. Mais recentemente, verificou-se uma tentativa de reinvenção, que as várias colectividades vêm assumindo em diferentes vertentes e por essa via conduzidas a trajectórias específicas. A APPA, o Adicense e a Sociedade Boa União<sup>93</sup> foram as associações que tive a oportunidade de conhecer de forma mais próxima, ainda que em diferentes graus. O traço comum para um possível novo ciclo na vida das colectividades, em particular as referidas, será o forte entusiasmo pela cooperação para o fortalecimento das relações com o bairro, que veio eventualmente suplantar algumas antigas rivalidades.

As colectividades, além de promoverem o convívio e o desporto, prestavam serviços fundamentais à população. Dentro do bairro, eram espaços que disponibilizavam instalações sanitárias e banhos, televisão e sessões culturais, onde o fado marcava presença. Funcionavam como “sedes de estruturação e afirmação de grupos de vizinhança e amizades, de ponto de apoio para estratégias de afirmação de poder e influência de pessoas e grupos em complementaridade e rivalidade com outras fontes de influência” (Costa & Guerreiro, 1984, p.82).

*Dirigi-me ao Adicense em virtude do almoço comemorativo do 103º aniversário do Clube. Pelas 13 horas sou recebida pelo antigo e o actual presidente no piso superior do edifício na Rua de São Pedro, onde as longas mesas estavam preparadas e as quais, os sócios, familiares e amigos começavam já a ocupar. Com efeito, o ambiente era de grande familiaridade, os cozinheiros, os fotógrafos, os fadistas, os atletas e os sócios comunicavam animadamente antes do presidente fazer as honras do evento. Estavam também presentes representantes de outras colectividades que haviam competido em torneios. A sessão começa com o presidente a explicar a dificuldade em encontrar uma data para a comemoração que fosse conciliável com a agenda dos sócios do clube. Informou, com orgulho, que o número de sócios aumentou no último ano, bem como as actividades promovidas pelo clube e passou depois a apresentar as personalidades que partilhavam aquela mesa. Inicia-se depois a actuação de três jovens que integram a Orquestra Metropolitana de Lisboa, entre eles a filha do presidente. O tema enceta a conversa com a mãe que sentada ao meu lado, explica que já não moram em Alfama, mas o marido (actual presidente) cresceu no Adicense e ela sempre frequentou a colectividade. Demonstra grande entusiasmo, acreditando numa nova fase do clube com a mudança na direcção, aberta não só para o desporto, mas também para actividades para crianças ligadas às artes. Conta sobre a sua vida no bairro, sobre o fado*

<sup>93</sup> A Sociedade Boa União e o Clube Sportivo Adicense são clubes centenários no panorama do bairro, e por isso devem ser contextualmente distinguidos da APPA. A Sociedade Boa União foi fundada em 1870 e o Adicense em 1916. Outras colectividades centenárias do bairro acabaram por encerrar, por diversos motivos que não coube neste trabalho detalhar.

*castiço, as tertúlias, as “matinés” do Adicense e o Carnaval. Explica como pretendem abrir o Adicense, não apenas aos sócios, mas a toda a gente com eventos e almoços temáticos abertos a experiências gastronómicas de várias culturas.*

*Percebo que o cozinheiro de hoje tem uma ligação forte com o clube, emocionado com a ocasião é aplaudido por todos. Uma vez por mês, quando há sessões de fado, costuma preparar os almoços ali. De seguida é servida a massada de peixe com a opção de bifana. Procede-se à entrega dos troféus aos atletas, há surpresas e homenagens a várias personagens do clube que elevam a sessão para um nível bastante emocionante, levando vários às lágrimas ao reviver momentos da infância e a importância do clube na sua formação pessoal e profissional. O fado começa em seguida, num ambiente acolhedor emocional propício. Entram os músicos com a viola e a guitarra que acompanharão os vários fadistas participantes. Depois das primeiras actuações faz-se um intervalo para cantar, pela terceira vez, os parabéns ao Adicense, não esquecendo nenhum dos aniversariantes presentes. Houve arroz doce e bolo de aniversário. Seguiram-se mais duas actuações de fadistas. Um dos fadistas agradeceu ao clube a homenagem que lhe prestaram em honra dos seus 45 anos de carreira no fado, disponibilizando-se para cantar, pro bono, em qualquer ocasião no clube. Depois da última atuação da tarde, o presidente anuncia que a direcção decidiu oferecer o almoço a todos e gera-se uma emoção geral. Muitos levantam-se para fazer donativos (Excerto do Diário de Campo 27.01.2019).*

Poderemos considerar uma redefinição do papel das colectividades como espaço de fronteira e de reencontro entre quem está dentro e quem esteve, mas que desde fora se mantém dentro? Será o próprio fado espaço de fronteira entre um passado e um futuro do bairro, que se desenvolve continuamente em novos ciclos?

O Adicense é um espaço em que se constroem ligações entre o interior e o exterior do bairro e como tal um espaço de fronteira, que gera ambiguidade sobre os limites do bairro. Funciona como ponte entre o bairro, enquanto território circunscrito e o alcance que as redes de interacção social têm, num tempo em que a passagem de geração, dos agora filhos e netos do bairro, por escolha ou não, pertencendo-lhe, acabaram por se fixar do lado de fora do bairro.

Por outro lado, a APPA é a associação que funciona como o espaço e plataforma de ligação entre o bairro e uma rede de pessoas que sentem por ele alguma afinidade, seja por terem entrado em contacto com o bairro por motivos profissionais (o caso da presidente), por lhe reconhecerem um valor simbólico e patrimonial, por pressentirem um receio sobre o seu futuro enquanto bairro popular e típico de Lisboa, ou a combinação destes e outros factores.

O foco da missão da APPA é a habitação e a reversão da perda de moradores, pautada pelo receio de que o conteúdo do bairro se esvazie para disponibilizar a forma a novos interesses em eixos e tendências que o colocam noutros quadros e noutras escalas além de si. A acção sobre o projecto do Museu Judaico (ver tópico 5.3) é paradigmática da chamada de atenção sobre a necessidade de fixar população residente no bairro e o cuidado sobre as necessidades dos moradores, que na maioria dos casos, numa atitude de resiliência, continuam a assumir o bairro como o seu bairro, a sua rua e a sua casa.

A ideia de *fronteira* surgiu como um dos aspectos mais relevantes para estudar as ruas de pequena escala em Alfama e acabou por confirmar como a qualquer escala Alfama, se apresenta como caso pertinente em questões de ambiguidade e negociabilidade de limites. Desenhar uma linha num mapa como forma de representar uma barreira carregada de decisões sobre o que é dentro e o que é fora e quem está onde, é sempre uma tarefa ingrata e simplista.

Simmel (1973) compara os limites da interacção do indivíduo com o alcance que a cidade adquire, não correspondendo a lógicas administrativas ou procedimentos estanques. Neste caso é o bairro a ser desconstruído em potenciais limites físicos imediatos, perante o alcance dos impactos que as redes de interacção social e manifestações culturais traduzem na cidade

O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos (Simmel, 1973, p.21).

Com efeito, as relações de fronteira apresentam-se e podem ser percebidas no espaço, encontrando-se em parte visíveis e em parte invisíveis, sendo incontornável encontrar parâmetros multidimensionais que se coadunem com formas de transição entre o dentro e o fora e não assumindo uma ruptura linear.

A história de vida da D. Deolinda<sup>94</sup>, que veio da Estefânia para Alfama nos anos 70, é reveladora de como a questão da pertença, não se prende exclusivamente com o papel de morador ou visitante. Após a mudança para Alfama, relata como se sentiu excluída pelas vizinhas por *ser chique e falar bem*, revelando as dificuldades que teve de ultrapassar para ser autorizada a partilhar as vivências que não estão acessíveis a quem não pertence ao bairro. Actualmente, ainda não se sente totalmente integrada no bairro, conhece toda a gente e tem uma

---

<sup>94</sup> Pseudónimo.

boa relação com os vizinhos que gosta de encontrar diariamente para conversar e passar o tempo, mas ainda é reconhecida pela sua ligação ao exterior, como a moradora que se mudou *para lá* e portanto não é *de lá*.

Há ainda que recuperar a linha de reflexão, anteriormente apresentada, sobre um novo perfil de turista, não limitado no seu papel a visitantes forasteiros, mas por via do alojamento local e das plataformas *peer-to-peer*, são convidados a experienciar o bairro num papel de moradores temporários/efémeros. Então a questão é estar ou não admitido no bairro, nas suas redes sociais, mais do que ser ou não morador.

Com efeito, pertencer ou não pertencer tem-se complexificado na lógica e nas emoções do bairro. As várias situações apresentadas unem-se para explicar como é difícil “entrar e sair” do bairro, no sentido de pertencer à rede densa de relações sociais ou mantendo um distanciamento radical dela.

O beco, o fado e as associações do bairro tornam-se mecanismos activos de gestão das ligações do bairro com o exterior e neste sentido posicionam-se num mesmo plano de relações de fronteira. Através de cada um deles, seria possível aceder ao núcleo mais profundo, denso e fundamental das redes de interacção dentro do bairro.

Por outro lado, conseguimos seguir estas interacções não só dentro do bairro, mas na passagem para o seu exterior. O beco, o fado e as associações constituem espaços materiais e imateriais que colaboram, por sua parte, na construção de consenso e como tal na construção do bairro como entidade de relativa homogeneidade interna. Esta coerência legível na forma e na ritualização do espaço, permite destacá-lo e recortá-lo da cidade, considerando uma fronteira espessa e profunda.

A definição de uma fronteira entre o bairro e a cidade, convive com ambiguidades equivalentemente complexas à fronteira entre a rua de pequena escala e a casa. O bairro esbate-se geograficamente e também nas apropriações, integradas num conteúdo que lhe é particular, numa filtrada graduação de permeabilidades entre o interior e o exterior. Dentro desta espessa fronteira fica dissolvida uma imagem de pitoresco e uma escala de rua e na sua profundidade determina-se quem está dentro e quem fica de fora do círculo mais restrito. É neste que a resiliência sobre valores locais palpita, entre determinadas práticas e sociabilidades, narrativas adoptadas sobre a história e trajectórias de futuro para o bairro.

## Notas finais

Em tom de reflexão final, propõe-se recuperar brevemente algumas ideias mais relevantes, a fim de reforçar linhas de reflexão destacando-as do texto.

O texto foi construído de forma cumulativa, ou seja, foram-se adicionando detalhes e revelando perspectivas, que contribuem para um mesmo objectivo de descrever o beco, não consubstanciando a dualidade entre nome e forma, mas encontrando a expressividade pretendida na complementaridade entre a forma e conteúdo.

A argumentação teórica apoia-se na articulação entre duas dimensões socio-espacial e histórica. Se a base socio-espacial fica talvez mais evidente, a histórica não é menos relevante. Esta apresenta-se como fundamental no reconhecimento da pertinência do objecto de estudo, enquadrada na história do bairro e da cidade. O registo adoptado inscreve-se na interpretação sincrónica com os parênteses necessários à contextualização do objecto e a excepção permitida para a análise diacrónica proposta, à escala da cidade, com base em roteiros e cartografias históricas. Sedimenta-se, ainda, em relações de reciprocidade, combinando factores racionais e emocionais sobre o espaço, o bairro e em particular, sobre a rua.

O tom adoptado aproxima-se, em vários momentos, do da micro-história do quotidiano (*Alltagsgeschichte*) testemunhando sobre um momento (talvez já perdido<sup>95</sup>) do bairro, através da descrição de uma micro-unidade espacial urbana, construída através da observação e interpretação das suas formas e respectivas apropriações.

O beco começa por ser apresentado na dualidade entre nome e forma. Paralelamente o termo vai aparecendo para denominar um lugar e para representar uma potencial tipologia urbana. A toponímia é fundamental para a análise do nome, compreendendo a sua existência e relevância na denominação de ruas em Lisboa. Quanto à forma, configura-se como o espaço que integra a fronteira entre a rua e a casa. Os seus limites são, muitas vezes, difíceis de reconhecer, pois expressam-se em elevada espessura e profundidade. Para esta definição há que recorrer ao nome, ao contexto que lhe serve de enquadramento e aos significados e representações que se colam, como associações lineares, à sua escala e conteúdo.

---

<sup>95</sup> A produção escrita deste trabalho encontrou-se em certo ponto com um inantecipável choque à escala global, imposto pela pandemia (COVID-19) que veio alterar radicalmente a relação com o espaço, com impactos a todas as níveis desde interacções sociais ao turismo.

A associação entre nome e forma estabelece o ponto de partida para esclarecer o lugar do beco no traçado. Enquanto Lisboa crescia para novos limites e aderindo a novas lógicas de fazer cidade, o beco persistiu como nome e forma, remetendo para a Lisboa antiga, fundacional.

O bairro de Alfama aparece recorrentemente vinculado ao beco. Um imaginário que reflecte a sua persistência no traçado, referências de um passado perdido para a cidade de avenidas e velocidade artificialmente permitida pelo automóvel. O filtro criado à passagem do automóvel é factor de desenvolvimento de determinadas dinâmicas associadas à velocidade e oportunidade de percorrer a rua a pé, como peão, como morador e como visitante.

Na reflexão sobre níveis de controlo e gestão de fronteiras entre o dentro e o fora, foi considerado o posicionamento relativo à rede de interacções no bairro, pertencendo ao lugar e, portanto, estando dentro ou enquanto forasteiro visitante. Com efeito, cada um destes papéis é construído na sobreposição de camadas que traduzem intenções e expectativas distintas sobre o espaço.

O quarteirão é, em Alfama, a unidade chave de passagem para um segundo nível hierárquico. No seu interior, encontramos não só becos mas todas as *pequenas escalas da rua*. Esta segunda ordem, remete para um ponto de quebra na definição de territórios de admissibilidade, assumindo profundidade territorial (*territorial depth*).

O beco, mediante a escala e posição hierárquica, é uma rua onde o espaço doméstico se encontra marcadamente próximo. Existe uma naturalizada partilha de informações que poderiam ser assumidas como impartilháveis. Através dela a fronteira entre a casa e a rua ganha uma elasticidade elevada, criando espessura para integrar todas as pequenas barreiras materiais e imateriais entre os dois domínios (público e privado).

A espessura da fronteira entre dentro e fora, revela-se nas apropriações percebidas também à escala do bairro. Nelas ficam implícitos consensos admissíveis com base na convivência em proximidade, que vem naturalizar a *rua como sala de estar comum*, onde o convívio acontece, como poderia acontecer no interior dos edifícios.

As relações de fronteira foram abordadas sem pretensões de evitar complexidades ou ignorar ambiguidades, na medida em que determinadas interpretações espacializáveis sobre controlo do espaço, nem sempre surgem coincidentes com definições de espaço público e privado. Alternativamente, assumiram-se como características intrínsecas, evidenciadas nas interacções no espaço e com o espaço enquanto apropriações.

A forma é, assim, lida no seu contexto. À escala da cidade, o beco encontra em Alfama um expressivo protagonismo. À escala do bairro integra um determinado papel na hierarquia de caminhos. À escala da rua desenvolve-se em nuances e complexidades de configuração, que se evidenciam nas variantes, que uma releitura em classificações morfológicas permitiu evidenciar, mas deixa clara a escala de que falamos e a relação com o pitoresco.

As relações de fronteira e o pitoresco são pontos centrais da proposta de caracterização do beco, determinando significados para o nome na relação com a forma e o conteúdo. Por fim, o beco aparece, nas suas variantes e variações como uma rua de pequena escala, um caminho, que tende a ser lugar e um lugar que, no caso de Alfama, tende a expressar no extremo as relações de proximidade entre a casa e a rua.

O automóvel poderia ser um protagonista no condicionamento da rua como espaço de sociabilidades e como espaço funcional de circulação e ligação. Neste sentido, não seria possível concluir, sem voltar a referir a sua ausência, não só no silêncio a propósito que transparece no texto, mas pelas oportunidades que este facto abre para focar outros actores e relações que interagem para determinar usos e apropriações do espaço, aqui representado pelo beco como sinónimo das ruas de pequena escala.

O facto de se confirmar a concentração deste tipo de ruas, de pequena escala e de representação pitoresca, numa área específica e de matriz histórico-patrimonial, ajudou a pensar como esta escala de rua pode influenciar a concepção de modos de vida urbanos particulares. Como referimos, Alfama representa a cidade que acumula camadas temporais, dignas de uma cidade histórica, cujas evidências remanescem não apenas na sua estrutura, mas também nos seus usos e apropriações contemporâneas. Ao nível das práticas quotidianas e aporções exógenas, estabelecem-se ligações com imagens e representações patrimoniais que o bairro fortalece, quando comparado e contrastado com a cidade.

Numa época em que o centro histórico e os bairros históricos voltaram a estar no centro do debate sobre políticas urbanas, associadas à regeneração urbana, património e turismo, estes espaços passaram a ocupar uma posição importante no desenho da economia nacional, olhando para o mercado externo. Isto, não obstante os problemas e conflitos inerentes e que começam a espelhar-se em processos emergentes de resiliência sobre a mudança imposta e gerida no exterior ao bairro como inevitável.

A reflexão sobre trajectórias pretendeu alimentar a discussão sobre o presente e o futuro do beco e do bairro na cidade contemporânea. As trajectórias dos territórios e a sua validação enquanto património representativo de valores culturais e históricos, quando inseridos no contexto urbano, estão submetidas às forças económicas, políticas e sócio-culturais que agem sobre a cidade, na sua conjuntura multidimensional e enquadramentos a várias escalas.

No caso estudado, evidenciámos como o potencial valor da paisagem histórica urbana (HUL) tem vindo a ser encarado essencialmente como recurso turístico, apoiando indirectamente o desenvolvimento do mercado do imobiliário ao ritmo e alcance da globalização.

No entanto, os valores materiais e imateriais que sustentam e nos quais se sustenta este território, são ainda protagonizados num quadro local. As dimensões nas quais uma legível identidade cultural se pode expressar são, com efeito, dinâmicas no tempo e impactadas por influências e intenções exógenas. No entanto, o espaço físico e social do bairro define-se numa coerência interdependente e implícita entre a forma e o conteúdo, que pretendemos descrever através do beco.

O beco representa o habitar de um território, de acordo com um modo particular de entender a relação entre o espaço público e privado. Por um lado, contextualiza, e quase ilustra, a própria história do desenvolvimento do bairro. Por outro lado, funciona ele próprio como mecanismo de gestão de fronteiras, estando suscetível a variadas intenções de controlo que implicam negociações quotidianas, relativos consensos e contratos sociais.

Em consequência da sua escala e proximidade com o espaço doméstico, fica clara uma apropriação explícita, directa e indirectamente associada à presença de pessoas no espaço. Este factor de presença indirecta é particularmente importante na construção de relações de maior perenidade sobre apropriações do espaço, expondo relações de controlo implícito da forma, através de significados introduzidos pelo conteúdo.

Os mecanismos que permitem perceber estas formas de presença indirecta podem manifestar-se durante a interacção com o espaço, exercendo sobre ele uma transformação simbólica, de significado e não material ou pode mesmo ser materialmente expressa, através de uma proposta de territorialização da rua com recurso a objectos pessoais. Alguns exemplos foram concretizados com base no caso estudado, como o varrer a rua ou colocar plantas, roupa

e outros objectos intencionalmente dispostos do lado exterior da casa em representação do seu proprietário.

Enquanto elemento da paisagem urbana, o beco obtém ainda determinados valores simbólicos, em função de uma peculiar estética e familiaridade das cenas que se sucedem no percurso, recorrentemente associadas ao pitoresco.

Por todas estas características que o podem colocar como autêntico representante do património cultural local, podemos falar de uma paisagem cultural exposta como consumível por visitantes e turistas

Alfama não é apenas o excêntrico que atrai turistas, vindos das soberbas cosmópoles, ou os naturais, descidos por desfastio, das alamedas de asfalto. Ela é um livro aberto de estampas fortes ou delicadas, a um tempo deleitoso e revelador (Araújo & Martins, 1889-1952, pp.7-8, lv.X).

O nome Alfama e o nome beco emergem como duas palavras carregadas de significados simbólicos e invisíveis, tal como são invisíveis e indetermináveis perante a sua dinâmica, as suas fronteiras e limites.

O beco tem a missão de representar Alfama em múltiplas ocasiões e nem sempre é óbvio o porquê. Porque é sinédoque das suas ruas. Porque é *contraste* na sua heterogeneidade para ser uma tipologia urbana. Porque é último reduto do espaço público e o primeiro do espaço privado. Porque tem uma fronteira ambígua, profundas relações com a casa e uma espessa margem para habitar, ser apropriado.

As respostas a propor tendem inequivocamente para a subjectividade, dependendo da experiência construída empiricamente, influenciada pela relação com a linha abstracta teórica e perscrutável na prática, que posiciona quem está dentro e quem fica fora do seu núcleo mais profundo. No entanto, podemos concluir que o beco tem um pouco de tudo o que representa o bairro, pois ajuda construí-lo em imagens e cenas animadas pela vida quotidiana local e deixa-se, em virtude, construir como um elemento e símbolo da sua identidade.

## Lista de Fontes

Carta de Atenas (1931) (consultada a 17.06.2019) disponível em:

<https://www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/167-the-athens-charter-for-the-restoration-of-historic-monuments>

Carta de Veneza (1964) (consultada a 20.03.2020) disponível em:

[https://www.icomos.org/charters/venice\\_e.pdf](https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf)

UNESCO - Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas. Adopted by the General Conference at its nineteenth session, Nairobi (26 November 1976) (consultada a 17.06.2019) disponível em:

<https://www.icomos.org/publications/93towns7o.pdf>

UNESCO - Proposals concerning the desirability of a standard-setting instrument on Historic Urban Landscapes (2011) 36C/23

• • •

Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo (PUNHACC).

Publicado no Diário da República 2ª Série Nº 239 de 15/10/1997

Alteração do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo (PUNHACC). Publicado em Diário da República, 2.ª Série, N.º 109 de 06/06/2014

Plano Director Municipal de Lisboa. Aviso n.º 11622/2012, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 168 de 30 de agosto de 2012

Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL) Aviso n.º 5147/2013. Publicado em Diário da República n.º 74/2013, Série II de 2013-04-16

• • •

Decreto-Lei nº 42142/59 de 7 de Fevereiro de 1959

Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de Novembro de 1976

Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de Junho de 2009

Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de Novembro

Decreto 95/78 de 12 de Setembro de 1978

Decreto-Lei n.º 499/80 de Outubro de 1980

Decreto-Lei n.º 25/91 de Janeiro de 1991

Decreto-Lei n.º 4/88 de Janeiro de 1988

Decreto-Lei n.º 8/73 de Agosto de 1973

Decreto Regulamentar n.º 60/1986 de 31 de Outubro de 1986

Despacho n.º4/85

Declaração n.º 264/97 (2.ª série), publicado no DR 2.ª série, n.º 239, de 15 -10 -1997

Portaria n.º 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248 de 24 Dezembro 2012

Lei n.º 13/85 de 6 de Julho de 1985

Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro de 2012

## Referências Bibliográficas

- Abu-Lughod, J.L., 1987. The Islamic City. Historic Myth, Islamic Essence and Contemporary Relevance. *Internacional Journal of Middel East Studies*, vol.19, nº2, pp.155-76.
- Agier, M., 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Ahlbrandt, R. & Cunningham, J., 1979. *A New Public Policy for Neighborhood Preservation*. New York: Praeger.
- Alexander, C., 2004. The Halls of Public Space. In Alexander, C. *The Nature of Order*. Center for Environmental Structure. pp.vol III, cap 3.
- Altman, I. & Chemers, M., 1980. *Culture and Environment*. Cambridge University Press.
- Araújo, N. & Martins, J.J., 1889-1952. *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: A. M. Pereira. [1899-1970].
- Ashworth, G. & Page, S.J., 2011. Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 1(32), pp.1-15.
- Ashworth, G.J. & Tunbridge, J.E., 1990. *The tourist-historic city*. Chichester: John & Sons Ltd.
- Augé, M., 2007. *Não Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus. [1992].
- Baptista, L.V., Nofre, J. & Jorge, M.R., 2018. Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso no centro histórico de Lisboa. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, Número temático – Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos, pp.14-32.
- Barata-Salgueiro, T., 2017. Alojamentos Turísticos em Lisboa. *Scripta Nova*, XXI(578), pp.1-43.
- Barata-Salgueiro, T., Mendes, L. & Guimarães, P., 2017. Tourism and urban changes: Lessons from Lisbon. In Gravari-Barbas, M. & Guinand, S. *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises*. London and New York: Routledge. pp.255-75.
- Baudelaire, C., 1991. *O Spleen de Paris: Pequenos Poemas em Prosa*. Lisboa: Relógio d'água.

- Beaud, S. & Weber, F., 2007. *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*. Petropolis: Editora Vozes.
- Benis, K., 2011. *Vielas de Alfama. Entre Revitalização e Gentrificação. Impactos da «gentrificação» sobre a apropriação do espaço público*. Dissertação de Mestrado, FAUL.
- Borja, J. & Castells, M., 1997. *Local and Global: Management of Cities in the Information Age*. London: Earthscan.
- Botsman, R. & Rogers, R., 2010. *What's mine is yours : the rise of collaborative consumption*. New York: Harper Business.
- Burgess, E.W., 2008. The Growth of the City. An Introduction to a Research Project. In *Urban Ecology*. Boston, MA: Springer. [1952].
- Burton, E. & Mitchell, L., 2006. *Inclusive Urban Design: Streets for Life*. Oxford: Architectural Press.
- Campanella, T.J., 2006. Urban Resilience and the Recovery of New Orleans. *Journal of the American Planning Association*, pp.141-46.
- Carita, H., 1999. *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carmona, M., 2010. Contemporary Public Space: Critique and Classification. *Journal of Urban Design*, pp.123-73.
- Carreira, A., 2014. Evolução urbana de Lisboa antes de 1755: alargamento de ruas. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (1), pp.19-31.
- Castells, M., 1983. *The City and the Grassroots*. Berkeley: University of California Press.
- Castilho, J., 1938. *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Lisboa: S. Industriais da CML.
- Choay, F., 2001. *A alegoria do patrimônio*. Editora UNESP. [1982].
- Choay, F., 2011. *As questões do património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Cócola-Gant, A., 2015. Tourism and commercial gentrification. In *RC21 International Conference "The Ideal City: between myth and reality. Representations, policies, contradictions and challenges for tomorrow's urban life"*. Urbino, 2015.

- Cocola-Gant, A., 2016. Holiday rentals: the new gentrification battlefront. *Sociological Research Online*, (21).
- Coelho, C.D., 2002. *A Complexidade dos Traçados*. Dissertação de Doutorado em Planeamento Urbanístico, FAUL.
- Cordeiro, G.Í., 1997. *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória, representação no bairro da Bica*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cordeiro, G.Í., 2006. A propósito das Peregrinações em Lisboa, relatos de uma cidade, passo a passo. In Santos, G. & Velho, G. *Artifícios & Artefactos. Entre o Literário e o Antropológico*. Rio de Janeiro: 7 Letras. pp.143-59.
- Cordeiro, G.Í., 2010. As cidades fazem-se por dentro: desafios da etnografia urbana. *Cidades comunidades e territórios*, (20), pp.111-212.
- Cordeiro, G.Í. & Vidal, F., 2008. *A Rua. Espaço, Tempo e Sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, L., 1957. *Brasília, Cidade que inventei. Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF.
- Costa, A.F., 2002. Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), pp.15-30.
- Costa, A.F., 2008. *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora. [1999].
- Costa, A.F. & Alves, J.E., 1996. Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos. *Sociologia Problemas e Práticas*, (22), pp.61-79.
- Costa, A.F. & Guerreiro, M.D., 1984. *O Trágico e o Contraste. O fado no bairro de Alfama*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cozen, M.R.G., 1973. Geography and townscape conservation. In Ulich, H.e.L.C., ed. *Anglo-German Symposium in Applied Geography*. Giessen-Würzburg-München, 1973.
- Cullen, G., 1996. *A Paisagem Urbana*. Lisboa: Ed. 70. [1971].
- DaMatta, R., 1997. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5th ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital.
- De Certeau, M., 1988. *Practice of Everyday Life*. California: University of California Press.

- Eames, E. & Goode, J.G., 1977. *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Ellis, W.C., 1991. Structure of Streets. *On Streets*.
- Florida, R.L., 2002. *The Rise of the Creative Class: And How it's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books.
- Fontes, A.C., Hernández, M.G., Condeço-Melhorado, A. & Yubero-Bernabé, C., 2018. La huella turística de Alfama (Lisboa) a través del análisis de Twitter. In *XVI Colóquio Ibérico de Geografia*. IGOT Lisboa, 2018.
- França, J.A., 1977. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand. [1965].
- França, J.A., 2000. *Lisboa. Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- França, J.A., 2008. *Lisboa. História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Friedmann, J., 1986. The World City Hypothesis. *Development and Change*, (17), pp.69-84.
- Füller, H. & Michel, B., 2014. Stop being a tourist. New dynamics of urban tourism in Berlin-Kreuzberg. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(4), pp.1304-18.
- Gago, A., 2018. *O aluguer de curta duração e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Galster, G., Cutsinger, J. & Lim, U., 2007. Are Neighbourhoods Self-stabilising? Exploring Endogenous Dynamics. *Urban Studies*, 44(1), pp.167– 185.
- Gauthiez, B., 2004. The history of urban morphology. *Urban Morphology*, 8 (2), pp.71-89.
- Gehl, J., 2006. *La Humanización del Espacio Urbano. La Vida Social entre los Edifícios*. Barcelona: Editorial Reverté. [2004].
- Gehl, J. & Gemzøe, L., 2001. *New city spaces*. The Danish Architectural Press.
- Góis, D., 2001. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. [1554].
- Goitia, F.C., 1996. *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença. [1982].
- Goodwin, C., 1979. *The Oak Park Strategy*. Chicago: University Press Chicago.
- Gotham, K., 2005. Tourism Gentrification: The Case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter). *Urban Studies*, 7(42), pp.1099-121.

- Gray, L.E., 2013. *Fado Resounding: affective politics and urban life*. Durham and London: Duke University Press.
- Gray, L.E., 2018. Listening Low-Cost: Ethnography, the City, and the Tourist Ear. *The Routledge Companion to the Study of Local Musicking*.
- Guttentag, D., 2015. Airbnb. Disruptive innovation and the rise of an informal tourism accommodation sector. *Current Issues in Tourism*, 18, pp.1192-217.
- Habraken, N.J., 1998. *The structure of the ordinary. Form and Control in the Built Environment*. Massachusetts: MIT Press.
- Hakim, B.S., 1986. *Arabic-Islamic Cities. Building and Planning Principles*. London: KPI.
- Hannerz, U., 1980. *Exploring the City. Inquires Toward an Urban Anthropology*. New York Chichester: Columbia University Press.
- Harvey, D., 1981. The Urban Process under Capitalism: A Framework for Analysis. In Dear, M. & Scott, A. *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*. New York: Methuen. pp.91-121.
- Hillier, B. & Hanson, J., 1984. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holanda, F., 2002. *O Espaço de Exceção*. Brasília DF: Editora UnB.
- Holanda, F. & Kohlsdorf, G., 1995. *Arquitetura como Situação Relacional*. (mimeo).
- Holston, J., 1989. *The modernist city. An anthropological critique of Brasília*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hoover, E. & Vernon, R., 1959. *Anatomy of a Metropolis*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hoyt, H., 1933. *One Hundred Years of Land Values in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jacobs, J., 2001. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes. [1961].
- Judd, D.R., 2003. El turismo urbano y la geografía de la ciudad. *Eure*, pp.51-62.
- Kahn, L., 1971. *The Room the Street and Human Agreement*. New York: Rizzoli.

- Khirfan, L., 2010. Traces on the palimpsest: heritage and the urban forms of Athens and Alexandria. *Cities*, 27(5), pp.315-25.
- Knox, P.L., 2005. Creating Ordinary Places: Slow Cities in a Fast World. *Journal of Urban Design*, 10(1), pp.1-11.
- Kohlsdorf, M.E., 1996. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora UnB.
- Kostof, S., 1991. *The city shaped : urban patterns and meanings through history*. London: Thames and Hudson.
- Lamas, J., 2011. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Larkham, P. & Whitehand, J., 1992. *Urban Landscapes*. London and New York: Routledge.
- Le Corbusier, 1979. *Os Três Estabelecimentos Humanos*. São Paulo: Ed. Perspectiva. [1945].
- Le Corbusier, 1993. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Edusp/Hucitact. [1942].
- Le Goff, J., 1984. História. *Enciclopédia Einaudi*, 1, pp.11-50.
- Lee, D., 2016. How Airbnb Short-Term Rentals Exacerbate Los Angeles's Affordable Housing Crisis: Analysis and Policy Recommendations. *Harvard Law and Policy Review*, (10), pp.229–53.
- Lees, L., Shin, H.B. & López-Morales, E., 2015. Conclusion: global gentrifications. In Lees, L. *Global Gentrifications: Uneven development and displacement*. Bristol: Policy Press. pp.441-52.
- Lefebvre, H., 1991. *The production of space*. Oxford UK e Cambridge USA: Blackwell.
- LeGates, R., 2011. How to study cities. In LeGates, R. & Stout, F.(.). *The City Reader*. NY: Routledge. pp.7-11.
- Ley, D., 2003. Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification. *Urban Studies*, 40(12), pp.2527–44.
- Lloyd, R., 2010. *Neo-bohemia: Art and Commerce in the Postindustrial City*. New York: Routledge.
- Logan, J. & Molotch, H., 2007. *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press. [1987].

- Low, S., 2000. *On the Plaza: The politics of space and culture*. Austin: University of Texas Press.
- Lynch, K., 1971. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70. [1960].
- Madanipour, A., 2003. *Public and Private Spaces of the City*. Routledge.
- Magnani, J., 2002. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº 49.
- g. & Martins, J.J., 1889-1952. *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: A. M. Pereira. 1899-1970.
- Martins, N., 2007. Titulares ministeriais na toponímia de Lisboa (1820-1856). *Ler História*, (53), pp.225-42.
- Mattoso, J., 1984. História das Paróquias em Portugal. *Portugal Medieval Novas Interpretações*, pp.37-56.
- Medeiros, V., 2006. *Urbis Brasiliae ou sobre Cidades do Brasil: Inserindo Assentamentos Urbanos do País em Investigações Configuracionais Comparativas*. Brasília-DF: Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, UnB.
- Meerow, S., Joshua, N.P. & Melissa, S., 2016. Defining urban resilience: A review. *Landscape and Urban Planning*, (147), pp.38-49.
- Mendes, L., 2014. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal. *Cad. Metrop.*, 16(32), pp.487-511.
- Mendes, L., 2016. What can be done to resist or mitigate tourism gentrification in Lisbon? Some Policy Findings & Recommendations. In Glaudemans, M. & Marko, I.(.). *City Making & Tourism Gentrification*. Tilburg: Stadslab. pp.34-41.
- Mendonça, D., Amorim, I. & Kagohara, M., 2019. An historical perspective on community resilience: The case of the 1755 Lisbon Earthquake. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 34, pp.363-74.
- Miró, S.V., 2011. Producing a “Successful City”: Neoliberal Urbanism and Gentrification in the Tourist City—The Case of Palma (Majorca). *Urban Studies Research*, 2011.
- Moita, I., 1983. *Lisboa Quinhentista. A imagem e a vida da cidade*. Lisboa: CML.
- Montaner, J.M., 2001. *Depois do Movimento Moderno: A Arquitectura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili. [1993].

- Monteys, X., 2012. *Rehabitar en nueve episodios*. Habitar Grupo de Investigación del Departamento de Proyectos Arquitectónicos, Universidad Politécnica de Cataluña.
- Monteys, X., 2018. *La calle y la casa. Urbanismo de interiores*. Barcelona: GG.
- Montgomery, J., 1998. Making a city:urbanity, vitality and urban design. *Journal of Urban Design*, 2, pp.93-116.
- Morell, M., 2009. Fent barri: heritage tourism policy and neighbourhood scaling in Ciutat de Mallorca. *Etnográfica*, pp.343-72.
- Morris, A.E.J., 1979. *Historia de la Forma Urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: GG. [1998].
- Moudon, A.V., 1987. *Public Streets for Public Use*. New York: Columbia University.
- Oliveira, V., 2016. Chapter 3 - The Agents and Processes of Urban Transformation. In Oliveira, V. *Urban Morphology: An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities*. Springer.
- Oosterbeek, L., 2011. *Direito ao Património para uma Gestão Integrada do Território*. Tomar: CEIPHAR.
- Pablos, F., Perez, C.M. & Cubero, A., 2018. Ancient Cartographies as a Basis for Geolocation Models in Public Space: The Case of Giambattista Nolli and its Heritage Application. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, 471(9).
- Park, R.A., 1952. *Human Communities*. IL: Free Press.
- Portas, N., 1985. Notas sobre a intervenção na cidade existente. *Sociedade e Território*, (2), pp.8-13.
- Proença, S., 2014. *A diversidade da rua em Lisboa. Morfologia e morfogénese*. Tese de Doutoramento, FAUL.
- Rapoport, A., 1978. *Aspectos humanos de la forma urbana. Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urban*. Barcelona: GG. [1977].
- Rapoport, A., 2005. *Culture, Architecture and Design*. Chicago: Locke Science Publishing Company.
- Relph, E., 2002. *A Paisagem Urbana Moderna*. Lisboa: Edições 70. [1987].

- Ribeiro, M., 2017. *O impacto do turismo no centro histórico de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, FCT Universidade Nova de Lisboa.
- Rossa, W., 1998. *Além da Baixa. Índícios de Planemanto Urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Rossa, W., 2002. *A Urbe e o Traço*. Coimbra: Almedina.
- Rossi, A., 1998. *Autobiografia Científica*. Editorial Gustavo Gili. [1981].
- Rossi, A., 2001. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos. [1965].
- Rykwert, J., 1978. The Street: The Use of its History. In Anderson, S. *In On Streets*. Cambridge: MIT. pp.15-27.
- Sampayo, M.T., 2014. Os regulamentos da cidade islâmica. *Arquitextos*, Vitruvius, ano 15, n. 169.04.
- Santos, M.H., 2005. *A Baixa Pombalina. Passado e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte. [2000].
- Sassen, S., 1991. *The Global City*. Princeton: Princeton University Press.
- Sassen, S., 2000. *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press. [1994].
- Schwirian, K., 1983. Models of Neighbourhood Change. *Annual Review of Sociology*, 9, pp.83-102.
- Sequera, J. & Janoshka, M., 2013. Gentrification dispositifs in the historic centre of Madrid: a reconsideration of urban governmentality and state-led urban reconfiguration. In Lees, L., Shin, H.B. & López-Morales, E. *Urban gentrifications: uneven development and displacement*. London: Routledge. pp.375-94.
- Silva, A.V., 1899. *A Cerca Moura de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. [1987].
- Silva, A.V., 1929. Os Bairros de Lisboa. *Arqueologia e História*, 7, pp.59-88.
- Silva, A.V., 1943. *As freguesias de Lisboa: estudo histórico*. Lisboa: CML.
- Silva, A.V., 1950. *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: CML.
- Silva, A.V., 1987. *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: CML. [1948-49].

- Silva, R.H., 2008. Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903). In Tostões, A. & Rossa, W. *1758 Lisboa: O Plano da Baixa Hoje*. Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa. pp.127-64.
- Simmel, G., 1973. A Metrópole e a Vida Mental. In Velho, O. *O Fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. [1950].
- Sitte, C., 1965. *City Planning According to Artistic Principles*. NY: Random House. [1889].
- Sitte, C., 1980. *The Art of Building Cities: City Building According to Its Artistic Fundamentals*. Ravenio Books. [1945].
- Stanley, B., Stark, B., Johnston, K. & Smith, M., 2012. Urban Open Spaces in Historical Perspective: A Transdisciplinary Typology and Analysis. *Urban Geography*, pp.1089-117.
- Stein, C.S., 1966. *Towards new Towns for America*. Cambridge: MIT Press.
- Susskind, L. & Ahlbrandt, R., 1984. *Neighborhoods, People, and Community*. Springer.
- Teixeira, M., 2001. *Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tibbalds, F., 1992. *Making People Friendly Towns: Improving the Public Environments in Towns and Cities*. Harlow: Longman.
- Topalov, C., 2002. *Les divisions de la ville*. Éditiones UNESCO.
- Topalov, C. & et al., 2010. *L'Aventure des Mots de la Ville. À travers le temps, les langues, les societies*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- Torres, C., 1995. Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. *Actas dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), pp.427-34.
- Varine, H., 2012. *As Raízes do Futuro. O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*. Medianiz.
- Veldpaus, L., 2019. The Historic Urban Landscape Approach Applied. In *Dossier Petrovaradin*. pp.16-18.
- Veldpaus, L. & Roders, A.P., 2013. Historic urban landscapes: an assessment framework part II. *Proceedings of the sustainable architecture for a renewable future (PLEA 2013)*, pp.0-12.

- Veldpauw, L. & Roders, A.P., 2014. The historic urban landscape: Learning from a Legacy. *4th International Conference on Heritage and Sustainable Development (HERITAGE 2014)*, pp.129-41.
- Velho, G., 2013. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vidal, F., 2007. Ruas e sítios na Lisboa oitocentista. Usos e classificações em quatro roteiros da cidade. *Ler História*, (52), pp.9-27.
- Vidal, F., 2008. A rua como lugar de referência. Identificando domicílios em Lisboa no século XIX. In Cordeiro, G.Í., Vidal, F. & (orgs) *A Rua. Espaço, tempo e sociabilidades*. Lisboa: Livros Horizonte. pp.63-78.
- Vidal, F., 2018. L'organisation d'une poste à domicile à Lisbonne durant la première moitié du xixè siècle: Gestion et usage de l'espace urbain. *Histoire urbaine*, 3(3), pp.141-60.
- Walton, J.K., 2009. Histories of Tourism. In *The SAGE Handbook of Tourism Studies*. Sage. pp.115-29.
- Weber, F., 2009. *Manuel de l'ethnologue*. Paris: PUF.
- Whyte, W.H., 1980. *The Social Life of Small Urban Spaces. Project for Public Spaces*. New York: Conservation Foundation.
- Wolf, E., 2005. *Europa y la gente sin História*. México: Fondo de Cultura Económica. [1987].
- Zhang, M., 2013. On the cul-de-sac vs. Checker-board. Street Network: Search for Sustainable Urban Form. *International Review for Spatial Planning and Sustainable Development*, 1(1), pp.1-16.
- Zukin, S., 1991. *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Zukin, S., 1996. *The cultures of the cities*. Cambridge and Oxford: Blackwell Publishers.
- Zukin, S., 1998. Urban Lifestyles: Diversity and Standardisation. *Urban Studies*, 35(5-6), pp.825-39.
- Zukin, S., 2010. *Naked City : The Death and Life of Authentic Urban Places*. New York: Oxford.
- Zumthor, P., 2006. *Atmospheres*. Basel: Birkhduser Verlag AG.

## **Anexos**

### **Anexo A**

Poster - Becos de Alfama. Morfologia e significados na cidade contemporânea

# Becos de Alfama, morfologia e significados na cidade contemporânea

CATARINA FONTES  
ISCTE-IUL / FCSH - Universidade Nova de Lisboa  
ana\_catarina\_fontes@iscte-iul.pt

O ESPAÇO PÚBLICO PARA QUEM E PARA QUÊ ?

PSSS PUBLIC SPACE'S SERVICE SYSTEM  
Financiamento FCT

Se beco é uma tipologia de rua, uma rua no seu extremo hierárquico - estreita, curta, segregada em relação à rede viária urbana e assim pouco frequentada e de limitado interesse no quotidiano cidadão - a proposta apresenta o que seriam as sub-tipologias do beco no caso de Alfama, tendo como base o estudo das suas características espaciais.

A topografia da colina do Castelo onde se insere o bairro e a longa história da construção da sua malha urbana são dois factores que deixam antever as variações encontradas neste bairro, que se tem mantido à margem das grandes intervenções urbanas preservando, de alguma forma, o seu traçado ao longo dos séculos.

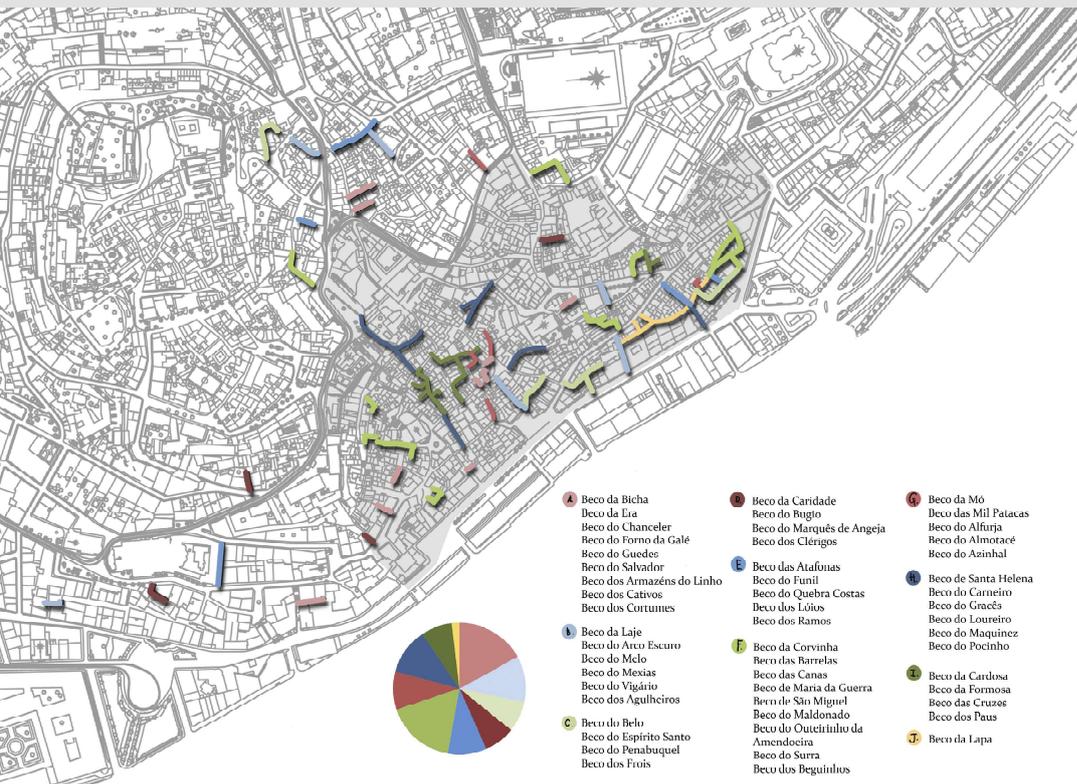
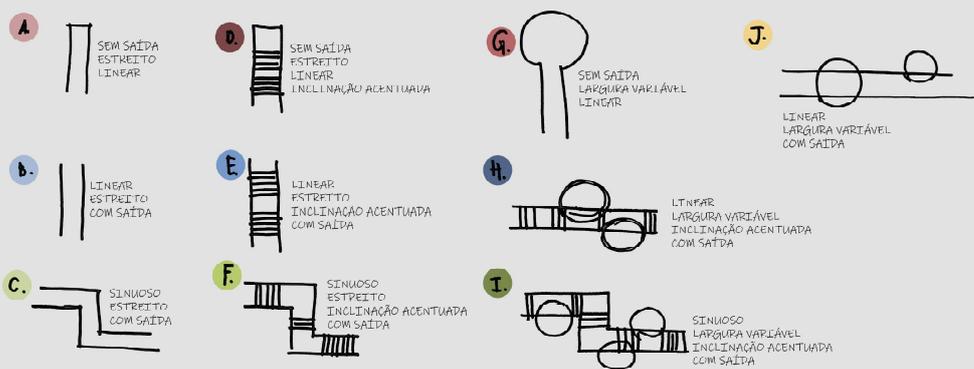
Partindo da toponímia, o termo beco aparece associado a determinadas ruas desde a Idade Média, no entanto, Hélder Carita em *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna* (1999) defende que à data não existiria ainda uma percepção abstracta do espaço e portanto não seria evidente a correspondência do termo a uma tipologia de rua na cidade de Lisboa.

Na actualidade, as fronteiras do bairro de Alfama (à semelhança de outros bairros históricos) não são facilmente determináveis. Neste sentido, a amostra de becos toma como referência os limites das antigas freguesias de S. Miguel e Santo Estêvão (tal como outros trabalhos académicos de referência sobre o bairro) mas inclui os becos junto aos limites e que seriam considerados "fora do bairro" se o objectivo passasse por estabelecer fronteiras definitivas à priori.

A amostra inclui 53 becos que foram catalogados mediante levantamentos no terreno, sistematizados em fichas individuais e que resultaram na definição de 10 sub-tipologias, tendo em conta: a relação com a rede viária (com saída/sem saída), perfil (estreito/largura variável), inclinação (com degraus/relativamente plano) e configuração (linear/sinuoso).



BECOS - TIPOLOGIAS



- A** Beco da Bicha  
Beco da Lia  
Beco do Chanceler  
Beco do Forno da Gale  
Beco do Guedes  
Beco do Salvador  
Beco dos Armazéns do Linho  
Beco dos Cativos  
Beco dos Curtumes
- B** Beco da Laje  
Beco do Arco Escuro  
Beco do Mélo  
Beco do Mexias  
Beco do Vigário  
Beco dos Agulheiros
- C** Beco do Belu  
Beco do Espírito Santo  
Beco do Penabuquel  
Beco dos Fruits
- D** Beco da Caridade  
Beco do Rigito  
Beco do Marquês de Angeja  
Beco dos Clerigos
- E** Beco das Atafonas  
Beco do Funil  
Beco do Quebra Costas  
Beco dos Lóios  
Beco dos Ramos
- F** Beco da Corvinha  
Beco das Barreiras  
Beco das Canas  
Beco de Maria da Guerra  
Beco de São Miguel  
Beco do Maldonado  
Beco do Quecintilho da Amendoeira  
Beco do Surra  
Beco dos Beguinhus
- G** Beco da Mó  
Beco das Mil Patacas  
Beco do Alfurja  
Beco do Almoracé  
Beco do Azimhal
- H** Beco de Santa Helena  
Beco do Carneiro  
Beco do Graças  
Beco do Loureiro  
Beco do Maquinez  
Beco do Poçinho
- I** Beco da Carlota  
Beco da Formosa  
Beco das Cruzes  
Beco dos Paus
- J** Beco da Lapa



## FUTURAS LINHAS DE TRABALHO

- Desmitificar o beco como rua sem saída (no caso de Alfama)
- Explicar as diferentes tipologias, existentes neste contexto, como base para adicionar camadas de informação sobre apropriações do espaço e relações sociais (de vizinhança)
- Estudar as potencialidades deste tipo de ruas de pequena escala na cidade contemporânea na salvaguarda de determinados estilos de vida, mediante a sua posição na hierarquia viária
- Usar o beco como janela de observação sobre as transformações funcionais e sociais que ocorrem atualmente no bairro

## **Anexo B**

Fichas de levantamento - becos de Alfama

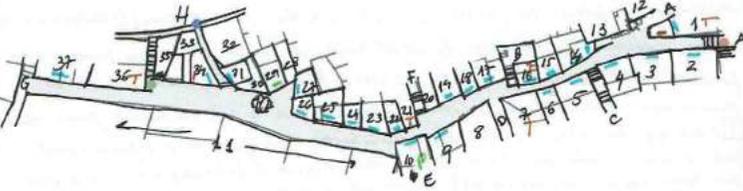
FICHA Nº 1

DATA: 03.11.2017

HORA: 16h45

NOME DA RUA: BECO DA LAPA

PLANTA



- A - Beco da Sumra
  - B - Beco das Rãs Patucas
  - C - Beco das Botas Atefones
  - D - Beco do Belo
  - E - Beco do Mequing
  - F - Beco dos Ratos
  - G - Beco do Mulo
  - H - Rua dos Remédios
- Comprimento aproximado 190 m  
Largura Média aproximada 1,80 - 6 m
- Muro Alto
  - Aljamento turístico
  - Fachada Principal
  - Fachada Cega
  - Edifício Ponte
  - Edifício heteroneo isolado

A RUA

Beco comprido - do mais comprido e linear. Que é uma espécie de intermédio de quarteirão recortado pela ausência de trânsito automóvel e pela grande filtro de fluxos feito pelos outros becos que lhe dá acesso.

Esta área acaba por se demarcar da envolvente com características diferentes ao nível da vivência do espaço público, mas fundamental no trânsito pedonal dos moradores, dado que também nestes existem grandes pontos de interesse comercial ou restauração.

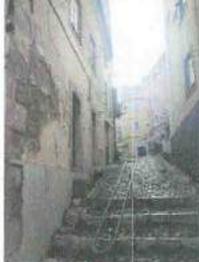
Tem uma zona mais ampla que forma uma espécie de praça, marcada pela árvore e mural pintado numa fachada cega.

TRÂNSITO

Seu trânsito automóvel é apesar de ser uma via de alguns carros não tem acesso directo a nenhuma via com trânsito automóvel.

Corre-se uma rede de pequenas ruas (becos) pedonais em sua volta.

Pavimento em calçada.



EDIFÍCIOS E USOS

- [1] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação, destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 1 porta virada para o beco com pequena logradouro à entrada.
- [2] Edifício com 3 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- [3] Edifício com 3 pisos destinado a habitação. Razível estado de conservação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [4] Edifício com 2 pisos em razoável estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [5] Edifício com 3 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco e este em bom estado de conservação.
- [6] Edifício com 3 pisos virado para o beco.
- [7] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [8] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [9] Edifício com 4 pisos em obras de reabilitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [10] Edifício com 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem passeio em arco para o Beco do Mequing, janelas e 1 porta virada para o beco da Capa.
- [11] Edifício de grandes dimensões com 2 pisos em bom estado de conservação. Destina-se a habitação e serviços. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [12] Edifício com 4 pisos total ou parcialmente desabitado. Tem janelas altas e 0 portas viradas para o beco.
- [13] Edifício com 4 pisos em razoável estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [14] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação (para venda). Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [15] Edifício de 4 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [16] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [17] Edifício de 4 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- [18] Edifício de habitação com 3 pisos em mau estado de conservação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [19] Edifício de 3 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [20] Edifício com 2 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [21] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [22] Edifício com 4 pisos destinado a habitação, em bom estado de conservação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [23] Edifício com 3 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [24] Edifício com 3 pisos em razoável estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [25] Edifício de 4 pisos destinado a habitação, em mau estado de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [26] Edifício com 2 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [27] Edifício com 3 pisos em razoável estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [28] Edifício com 3 pisos destinado a habitação em razoável estado de conservação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [29] Fachada cega com mural pintado.
- [30] Edifício com 2 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [31] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [32] Edifício com 4 pisos em razoável estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [33] Edifício de 4 pisos destinado a habitação e comércio em razoável estado de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [34] Edifício de 4 pisos desabitado. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [35] Edifício com 6 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [36] Edifício com 6 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [37] Edifício com 3 pisos em obras de reabilitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.

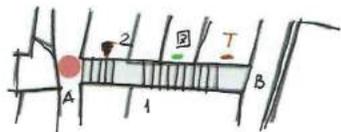
## FICHA Nº 2

DATA: 09.11.2017

HORA: 15h45

NOME DA RUA: BECO DAS ATAFONAS

PLANTA



- Muro Alto
- Fonte da Lapa
- T Alojamento Turístico

A - Beco da Lapa Comprimento aprox. 16 m

B - Beco do Baixo largura média aprox. 2,40 m

A RUA

Rua de carácter essencialmente residencial, com fachadas pintadas a branco para esta rua e apenas em cores para a parte de trás dos edifícios. Destacam-se sinais de grafiteiros (Grafitti) nos edifícios de ambos os lados do beco.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel. Tem degraus ao longo de todo o comprimento e uma corrente central. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

- [1] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- [2] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [3] Fachada azul, edifício com 2 pisos.



## FICHA Nº 3

DATA: 08.11.2017

HORA: 15h30

NOME DA RUA: BECO DO BELO

PLANTA



- Fachada pintada azul
- T Alojamento Turístico
- Fachada azul
- Muro Alto

A - Beco da Lapa Comprimento aprox. 96 m

B - Beco do Suco

C - Beco das Atafonas

D - Rua Museu de Artilharia

largura média aprox. 2,50 - 1,8 m

A RUA

Beco com saída, dividido em 2 partes formando uma zona de passagem para a rua de cima. O trecho que liga ao Beco da Lapa é bastante inclinado tendo um caminho para apoio à subida/descida.

TRÂNSITO

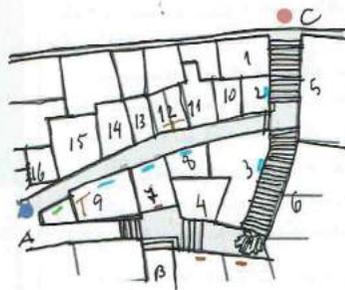
Verifica-se que alguns edifícios também servem para casas e lojas, sendo mais estranhos e inclinados e tem um caminho central. Pavimento em calçada.

- EDIFÍCIOS E USOS
- [1] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
  - [2] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
  - [3] Edifício de um piso (parte alta) de uso militar. Tem janelas mas 0 portas viradas para o beco.
  - [4] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
  - [5] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
  - [6] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação e destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
  - [7] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
  - [8] Trecho de 7 pisos Orladoxa.
  - [9] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
  - [10] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO SURRA

PLANTA



A - Beco do Surra

B - Beco do Belo

C - Rua dos Remédios

Comprimento aprox. 93m

Largura média aprox. 2,20 - 4,50m

A RUA

O beco do Surra divide-se em duas partes. Um troço une a l. dos Remédios ao Beco do Belo, fazendo a união de duas ruas a altos diferentes o que justifica que existam degraus ao longo de todo este troço.

O segundo troço cria uma rua bastante estreita e intimista que é caracterizada visivelmente pela iniciativa dos moradores por um vaso com plantas à entrada dos edifícios. Esta característica acaba por salienta/distinguir o beco em relação às ruas antigas. Apesar de se ter um nível alto característico no outro troço do beco do Surra e outros becos, a escala e a reconexão entre troços de rua fazem esta rua ser marcante.

TRÁNSITO

Sem trânsito automóvel. Um dos troços tem degraus ao longo de todo o comprimento. o 2º troço é mais estreito. Pavimento em calçada.



EDIFÍCIOS E USOS

- [1] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação. Tem uma casa usada para o beco com 1 porta e várias janelas nessa fachada. Habitação e comércio (R/C e 1º andar).
- [2] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação. Destina-se a habitação, tem 2 portas e várias janelas visíveis para o beco.
- [3] Edifício de 3 pisos com uma <sup>porta</sup> em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem várias janelas e 1 porta visível para o beco.
- [4] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem várias janelas visíveis para o beco e 1 porta.
- [5] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação. A utilização é de espaço comercial múltiplo. Tem várias janelas visíveis para o beco e 1 porta.
- [6] Fachada de 5º andar ao nível do último piso. Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação visível para o interior do quarteirão. Tem 1 porta visível para o beco e 3 janelas ao nível do piso superior. Destina-se à utilização múltipla.
- [7] Edifício com 2/5 pisos em bom estado de conservação o acesso é ao nível do 1º piso visível para o beco com 1 porta visível para o beco e 1 porta com acesso directo entre o beco e o interior do edifício. No troço que degraus tem 1 porta com acesso directo ao beco e 1 porta no 1º andar - fachada principal.
- [8] Edifício com 2 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem várias janelas e 2 portas visíveis para o beco.
- [9] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta visível para o beco.
- [10] Edifício com 4 pisos destinado a habitação. Tem várias janelas e 1 porta visível para o beco.
- [11] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem várias janelas e 2 portas visíveis para o beco.
- [12] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação. Tem várias janelas e 2 portas visíveis para o beco.
- [13] Edifício de 4 pisos (habitação) destinado a habitação em bom estado de conservação. Tem janelas e 1 porta visível para o beco.
- [14] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta visível para o beco.
- [15] Edifício com 1 piso em bom estado de conservação destinado a habitação, mas talvez destinado a utilização múltipla. Tem janelas e 1 porta visível para o beco.
- [16] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta visível para o beco.
- [17] Edifício de 4 pisos total ou parcialmente desabitado. Tem janelas altas e 1 porta visível para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO MAQUINEZ

PLANTA



- Fachada Principal
- Entrada Ponte
- Alojamento turístico
- Restaurante Horácio

A - Rua do Jardim do Tabaco comprimento aprox. 27m  
 B - Beco da Lapa largura média a aprox. 2-6m

A RUA

O beco do Requing tem saída, forçando a vizinhança entre a R. do Jardim do Tabaco e o Beco da Lapa. Ao nível da dinâmica do futuro é bastante interessante por compor uma zona com estas distâncias zonas bem delimitadas por edifícios e espaços de permanência com o longo que dá acesso ao terreno sobre o edifício 1. É também fortemente marcado pelo espaço ponte que fecha o acesso ao beco da Lapa pelo restaurante "Horácio" que promove a apropriação do espaço, nomeadamente pelo acesso do ISPA.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel com degraus e arco que acesso ao Beco da Lapa. É de facto dinâmica ao nível da realidade espacial apresentando zonas estreitas e largas e através o edifício ponte. Passagem em cascata

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício de 1 piso com terreno. Destina-se a comércio e está em bom estado de conservação. Não tem janelas nem portas viradas para o beco. [2] Edifício de 2 andares à cabeceira do beco em bom estado de conservação. Nela funciona o ISPA. Tem janelas e 0 portas de acesso ao beco. [3] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação destruído e habitado. forma um arco sobre o beco do Requing permitindo o acesso do Beco da Lapa. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício de 4 pisos em obras de reabilitação. No piso térreo funciona o restaurante, café "Horácio" com influência no espaço que permeia o beco do Requing. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [5] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destruído e alojamento turístico e habitado. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício com 4 pisos em regular estado de conservação destruído e habitado. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [7] Edifício com 2 pisos em mau estado de conservação destruído e habitado e comércio. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.



NOME DA RUA: BECO DAS MIL PATACAS

PLANTA



- Edifício de Tabaco destruído
- Alojamento turístico

A - Beco da Lapa comprimento aprox. 12,30 m  
 largura média aprox. 1,90 - 4 m

A RUA

Beco sem saída. O beco é composto por duas trechos o primeiro com degraus e o segundo um espaço mais largo que funciona quase como um pátio semi privadado para os moradores dos edifícios vizinhos.

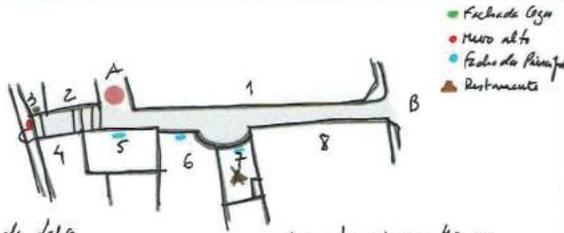
TRÂNSITO

sem trânsito automóvel. Com becos/desgram e sem saída. Passagem em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício com 4 pisos em regular estado de conservação destruído e habitado. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [2] Edifício em regular estado de conservação com 4 pisos, destruído e habitado. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício destruído e em mau estado de conservação com 5 pisos. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício em bom estado de conservação com 4 pisos destruído e habitado. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. Tem alojamento turístico.



PLANTA



A - Beco de Lapa  
 B - Rua de Jardim do Tabaco comprimento aprox. 40 m  
 C - Rua dos Remédios (sem ligação) largura média aprox. 2,50 m

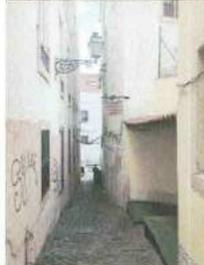
A RUA

Beco com saída, no entanto, a sua saída para a R. do Remédios, pois há uma grande diferença de cotes que resulta num muro verde para o beco (C). Nesta zona existia alguns degraus, mas suficientes para servir os carros e um caminho a jusante espécies vegetais permitiu reduzir o impacto do muro (vegetação). A maioria dos edifícios deste beco apresentam fachadas laterais, apenas os edifícios 5, 6 e 7 formam um beco, salienta-se o restaurante/casa de todo o conjunto de habitação (+). A entrada do beco situa-se a 10 metros de uma rua de cota superior.

TRÁNSITO

Sem trânsito automóvel, entrada e saída de peões.  
 Pavimento em calçada e sem passagens laterais.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício em bom estado de conservação e de grande escala. Tem 4 pisos e vários janelas viradas para o beco, mas tem 0 portas para este lado. Provavelmente em lado virado para o beco de Lapa e beco do Melo habitados. [2] Edifício em obras de reabilitação com 3 pisos. Tem vários janelas e 1 porta virada para o beco. [3] Fachada ligeira de pequena dimensão. [4] Edifício em regular estado de conservação com 4 pisos. Tem 1 porta e vários janelas viradas para o beco. É destinado a habitação e comércio, mas não apresenta nenhuma loja virada para o beco. [5] Edifício em bom estado de conservação, com 3 pisos. Tem vários janelas e 1 porta virada para o beco. Habitação. [6] Edifício em bom estado de conservação com 2 pisos. Tem vários janelas e 1 porta virada para o beco. Habitação. [7] Pátio coberto que dá acesso ao restaurante/casa de todo o conjunto de habitação (+). [8] Edifício em regular estado de conservação com 4 pisos. É uma fachada lateral secundária do edifício e tem várias janelas mas 0 portas viradas para o beco.



PLANTA



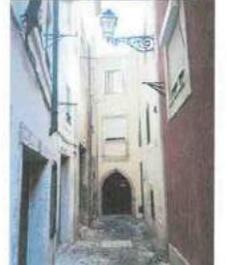
A - Rua Jardim do Tabaco comprimento aprox. 53 m  
 B - Rua dos Remédios largura média aprox. 2-8 m

ARUA O beco é dividido em 3 trechos que se intersectam numa zona mais larga quando um espaço de quase fecho paralelo onde os veículos entram. A entrada para o beco pela R. do Jardim do Tabaco é feita por baixo de um edifício porta, que forma um arco. Um dos trechos do beco não tem saída, terminando no edifício 10. A ligação à R. dos Remédios apresenta um degrau entre o passeio da rua e a cota do beco e alguns pilares que impedem o trânsito automóvel.

TRÁNSITO

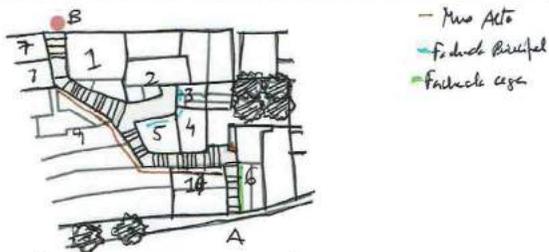
Beco com trânsito pedestre excepto carros e bicicletas.  
 Beco sem saída para o trânsito (no tem ligação para automóveis à R. dos Remédios). No entanto, vários veículos entram e param para fazer entregas e descargas na zona mais larga. Tem passeio de um lado no trecho que liga à Rua dos Remédios e junto ao edifício 12. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem alguns janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício em bom estado de conservação, com 5 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [3] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício em bom estado de conservação com 6 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [5] Edifício em bom estado de conservação com 6 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício em bom estado de conservação com 6 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício em bom estado de conservação com 6 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [8] Edifício em bom estado de conservação com 5 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [9] Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [10] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, apresenta ter sido um edifício porta que foi retirado o espaço ao nível do piso térreo. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [11] Edifício com 4 pisos em regular estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [12] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação e comércio (restaurante + "A rua do beco"). Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DE MARIA DA GUERRA

PLANTA



A - Rua dos Remédios Comprimento aprox. 51,50 m  
 B - Rua de Santo Estevão Largura média aprox. 1,8 - 3,8 m

ARUA

Beco com saída, bastante raso e com degraus ao longo de todo o comprimento. Forma um pequeno largo no topo com saída junto ao edifício 2, 3, 4, 5. É marcado pelo muro alto que delimita o lapadouro na zona 7. A maioria dos edifícios têm adição/aditão na sua arquitetura que fazem um conjunto como se fosse existente no edifício 2. Tanto o edifício 6 e 4 existe um espaço com muro alto que delimita o lapadouro atrás, criando uma forma particular ao nível do seu desleio no terreno.

TRÂNSITO

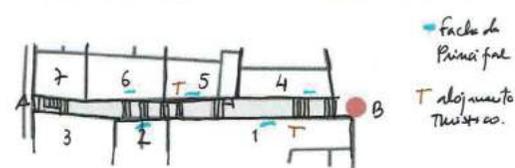
Beco sem trânsito automóvel. Tem degraus ao longo de todo o seu comprimento. O topo mais estreito é o que faz a ligação à Rua dos Remédios. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício com 2 pisos rehabilitado e faz parte de uma cor batente contrastante na fachada; destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício com 2 pisos em regular estado de conservação; destinado à habitação. Tem uma fachada com o aceno no piso superior formando uma zona de muro alto à entrada do beco. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [3] Edifício com 3 pisos em regular estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício com 2 pisos em mau estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [5] Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício com 2 pisos em regular estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [8] Anexo de CRL com 1 porta virada para o beco e 1 piso. [9] Lapadouro com muro alto e 1 porta para o beco. [10] Edifício com 3 pisos em obras de reabilitação. Tem janela e 0 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DOS RAMOS

PLANTA



A - Rua dos Remédios comprimento aprox. 36 m  
 B - Beco da Sapa largura média aprox. 1,60 - 2,50 m

ARUA

O beco tem saída fazendo a ligação entre a Rua dos Remédios e Beco da Sapa. Dadas as dimensões de corte tem vários degraus que fazem com que a ligação pedonal através do beco que mantém as características de rua fechada depois de em 1987 ter ganho a amplitude suficiente se pode usufruir no azulejo comunitário aplicando junto ao muro da rua.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel com degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação destinado a alojamento turístico. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício com 5 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício com 1 piso em mau estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [5] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação; destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação; destinado à habitação e comércio. Tem janela e 1 porta virada para o beco.

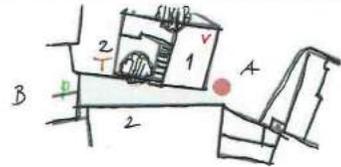


FICHA Nº 11

DATA: 30.11.2017 HORA: 10h

NOME DA RUA: BECO DO CHANCELER

PLANTA



- ✓ Edifício para venda (habitação)
- Edifício Ponte
- T Alojamento Turístico AL

A - Largo do Chanceler

B - Largo de Santo Estevão  
[sem acesso público]  
(fotografia 2.º ano)

Comprimento aprox. 15m  
Largura média aprox. 2,1-4m

A RUA

Beco sem saída para a ligação entre o largo de Santo Estevão e o beco este vedado com portões fechados impedindo o atravessamento sob o edifício ponte.

O beco caracteriza-se em muito pela existência de alojamento local que ocupa o edifício de maior escala no beco. Parece-se que o seu funcionamento parece como uma antecâmara de trânsito limite entre o público (espço) e o uso de alojamento local.

TRÁNSITO

Beco sem trânsito automóvel. Tem barreiras no largo do chanceler que impedem e tentativa de estacionamento ou paragem circular no beco. A zona que comunica com o largo é bastante estreita. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

1 Edifício que se encontra à venda com 4 pisos em razoável estado de conservação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.  
2 Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 5 portas viradas para o beco. Mantém as varas com plantas à fachada este edifício de alojamento turístico acaba por dominar a vida no beco.

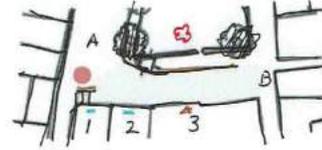


FICHA Nº 12

DATA: 24.11.2017 HORA: 16h

NOME DA RUA: BECO DO VIGÁRIO

PLANTA



- ⊗ Parque Infante
- Fachada Principal
- Pisos baixos
- ▲ Bar (temporário ou licenciado futuro)

A - Rua do Vigário

B - Rua de Santo Estevão

Comprimento aprox. 24m  
Largura média aprox. 5,50m

A RUA

Beco com saída e anteriormente ao mais comum não é uma rua estreita mas uma rua aberta para o parque infantil. Apesar de não ser pedregosa mas que forma uma barreira de atravessamento para o parque infantil, inicialmente parece um largo amplo, não representativa do seu contexto. Provavelmente o espaço foi alterado? E mantém o nome de Beco?

TRÁNSITO Simétrico

Zona com pouco trânsito circula por ruas de trânsito condicionado ao seu contexto. No entanto, inicialmente os automóveis circulam no beco e incluindo até os carros de forma informal. Pavimento em calçada sem marcação de vias ou faixas.

EDIFÍCIOS E USOS

1 Edifício rehabilitado com 3 pisos provavelmente para converter em alojamento turístico. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.  
2 Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação. Destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.  
3 Edifício em 3 pisos destinado a habitação e bar que se encontra encostado. Evidencia maior estado de conservação. Tem uma zona junto ao alinhamento com a Rua de Santo Estevão onde apresenta apenas janelas altas. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco do Vigário.



NOME DA RUA: BECO DOS CLÉRIGOS

PLANTA



A - Calçada de São Vicente comprimento aprox. 23 m  
 largura média aprox. 1,6 - 2,5 m

A RUA

Beco sem saída com degraus em todo o seu comprimento. O edifício 5 tem fôlego que dá acesso a mais edifícios e acesso pela escada entre os edifícios 4 e 5. O fechamento visual do beco quando se encontra a fôlego pelo edifício 6 que fica alinhado a uma esca superior tendo um pequeno vão-lado que acaba por ser percebido como o fim do beco.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel. Não tem saída e tem degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada. Tem corrimão lateral.

EDIFÍCIOS E USOS

- [1] Edifício de 1 piso em mau estado de conservação deteriorado. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [2] Edifício com 3 pisos rehabilitado destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [3] Edifício de 2 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [4] Edifício com 2 pisos em ruína (abandonado). Tem 1 fachada fechada e 0 portas viradas para o beco.
- [5] Edifício com 2 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. Tem fôlego com acesso pelo beco desde a escada superior ao edifício. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [6] Edifício com 2 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [7] Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. (Tem restaurante no fachada virada para a Calçada de S. Vicente). Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO OUTEIRINHO DA AMENDOEIRA

PLANTA



A - Rua do Vigário comprimento aprox. 33 m  
 B - Beco dos Paços largura média aprox. 2-4 m

A RUA

Beco com saída com degraus contínuos no plano que começa na Rua do Vigário. Existem vários edifícios em ruína, mas já rehabilitados nesta zona e ainda muitos em elevado grau de degradação. O beco apresenta alguns muros altos no primeiro que traduzem a realidade topográfica que obriga os edifícios a estabelecerem-se em plataformas de alturas diferentes na mesma rua. O beco tem uma configuração em "L" que branda num pequeno espaço que dá acesso a 2 edifícios.

TRÂNSITO

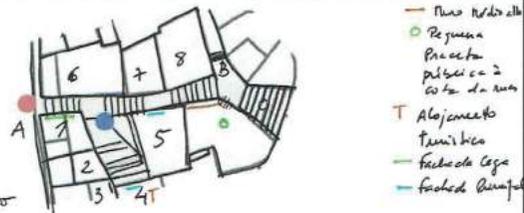
Beco sem trânsito automóvel, com degraus principalmente no traço junto à Rua do Vigário. Tem corrimão central e lateral em alguns pontos. Pavimento em calçada.

- [1] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [2] Edifício com 3 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [3] Muro alto com 1 porta de acesso ao logradouro - varão que funciona como logradouro de edifício.
- [4] Edifício de 3 pisos em mau estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [5] Edifício de 4 pisos rehabilitado destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- [6] Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- [7] Edifício de 3 pisos rehabilitado para alojamento turístico. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- [8] Edifício com 2 pisos em regular estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DOS PAUS

PLANTA



A - Rua de Vigário

B - Beco de Entrelinhas de Amalobras Comprimento aprox. 31m

C - Escadinhos de Aço de Dona Rosa Largura média aprox. 2-4,8m

A RUA

Beco com saída numa zona de vários ruas estreitas com degraus. Um beco do beco é seu saída criando uma pequena lagoa com degraus e que acaba por se enquadrar na rede mais próxima de pequenas praças a cotas diferentes entre as várias degraus seguidas que fazem a ligação dos diferentes ruas. Percebem-se, à semelhança de outros becos em Alfama, a existência de zonas com plantas à porta de alguns edifícios, marcando a imagem do ru.

TRÁNSITO

Beco sem trânsito automóvel, enquadrado numa rede de ruas pedonais com degraus ao longo de todo o seu comprimento. Pavimento em calçada.

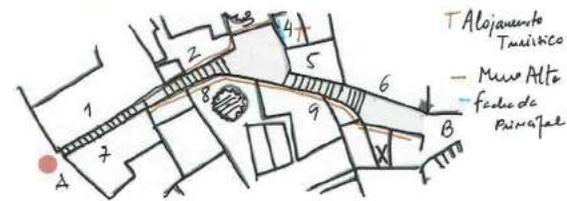
EDIFÍCIOS E USOS

- 1 Edifício com 3 pisos em regime de conservação, destinado à habitação. Tem 1 janela e 1 porta virada para o beco - Fachada ligeira lateral, apenas com varão na fachada das traseiras.
- 2 Edifício com 3 pisos, reabilitado, destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco.
- 3 Edifício com 2 pisos em regime de conservação, destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco.
- 4 Edifício de 2 pisos reabilitado destinado à alojamento turístico. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- 5 Edifício com 3 pisos em regime de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- 6 Edifício de 4 pisos reabilitado (em obras). Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- 7 Edifício com 3 pisos em regime de conservação, destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco.
- 8 Edifício com 3 pisos em regime de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO CARNEIRO

PLANTA



A - Rua da Reguina

Comprimento aprox. 42m

B - Escadinhos de Santa Estevão

Largura média aprox. 1 - 6m

A RUA

Beco com saída, fog e ligação entre duas zonas de cotas diferentes e tem portadas bastante largas ao longo de todo o seu comprimento. O beco que começa na Rua da Reguina tem uma verticalidade clara devido ao comprimento da rua (umite estreita) e os edifícios antigos de 4 e 5 pisos. A irregularidade da rua e quebra de cotas com um pequeno espaço que se forma mais no meio a meio de pequenas. O beco é também marcado pelos muros altos que definem o limite ao longo de grande parte do percurso.

TRÁNSITO

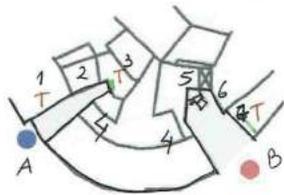
Beco sem trânsito automóvel. Estreito e com degraus ao longo de todo o percurso. Pavimento em calçada.

- 1 Edifício de 4 pisos destinado à comércio e habitação com logradouro (2) e um regime de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- 2 Logradouro do edifício anterior à cota mais alta fazendo um muro alto virado para o beco com apenas 1 porta.
- 3 Anexo de 1 piso em bom estado de conservação com 1 porta virada para o beco.
- 4 Edifício com 5 pisos destinado à alojamento turístico, em bom estado de conservação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco.
- 5 Edifício com 5 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- 6 Muro de vedação que contém o terreno à cota superior.
- 7 Edifício de 5 pisos destinado à habitação e comércio em regime de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- 8 Logradouro do edifício anterior que apresenta um muro alto virado para o beco. Tem 2 portas e 1 janela virada para o beco.
- 9 Anexo ao logradouro anterior com 1 piso em bom estado de conservação com 1 porta para o beco e muro alto.



NOME DA RUA: BECO DA BICHA

PLANTA



T Alojamento Turístico  
 - Fachada Cega

A - Rua de São Miguel Comprimento aprox. 11 m + 10,50 m  
 B - Rua da Regueira largura média aprox. 2,9 - 6 m

A RUA

Beco dividido em dois troços sem comunicação directa entre si e ambos com saída. O troço junto à Rua de São Miguel está vedado por portões quando condicionando o seu carácter público. No entanto o troço junto à Rua da Regueira forma um pequeno espaço onde se visam elementos como bancas que convidam à aproximação do espaço público. A forma deste beco, dividido em dois, actualmente foi definida sobre a sua traça formosa ao longo do tempo, permitindo-se que tenha sido uma via contínua em toda a altura.

TRÂNSITO

Beco dividido em dois troços, actualmente sem comunicação. O troço que liga à Rua de São Miguel está vedado com portões. O segundo troço não tem saída mas forma um pequeno espaço onde se encontram veículos, informalmente. Paralelamente ao calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

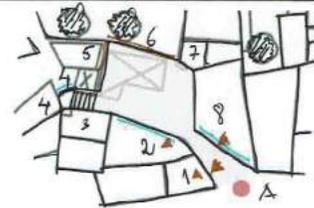
Bom estado de conservação

[1] Edifício com 4 pisos destinados a habitação e alojamento turístico. Tem uma pequena fachada e 0 portões ligados para o beco. [2] Anexo do edifício 3 com 1 piso em mau estado de conservação. Tem 0 janelas e 1 porta virada para o beco. [3] Travessa do edifício com 5 pisos destinados a alojamento turístico e habitação em mau estado de conservação. Tem uma parte de fachada cega que dá acesso ao beco. [4] Edifício de 3 pisos em razoável estado de conservação onde se encontra o Centro Paroquial de Bom Jesus Social de Alfama. Tem janelas e 2 portões virados para o troço A do beco e ~~0 janelas e~~ 0 janelas, virados para o troço B do beco, ~~uma porta~~ [5] Anexo do edifício 3 com 1 piso e terraço em mau estado de conservação. Tem 0 janelas e 2 portões virados para o beco. [6] Edifício de 3 pisos em razoável estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 2 portões virados para o beco. [7] Fachada cega de edifício de 4 pisos destinado a alojamento turístico e habitação em mau estado de conservação.



NOME DA RUA: BECO DO ALFURJA

PLANTA



- Muro alto  
 ▲ Restaurante "Frogalada de Alfama"  
 - Fachada Principal

A - Rua da Regueira Comprimento aprox. 30,5 m  
 largura média aprox. 2,2 - 9 m

A RUA

Beco sem saída, na sua entrada é marcado pelo antamento/casa de fado "Frogalada de Alfama" com restaurante dos dias todos da manhã e não se estende ao espaço público. A zona mais interior forma um largo de alguns metros que dá acesso apenas ao edifício 7 e 8. O largo é marcado pelo muro alto que forma parte de um fado e pela "Frogalada de Alfama" que tudo no edifício 2 uma sala usada para este tipo de beco e habendo mobilidade em público que deve evitar a aproximação do beco em espaços mais profundos.

TRÂNSITO

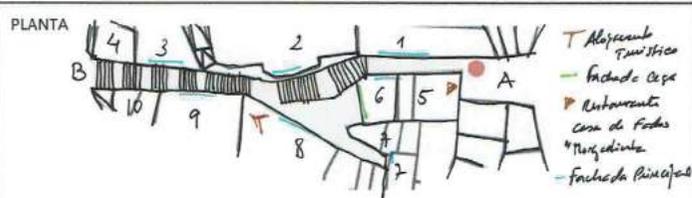
Beco sem trânsito rutineiro. Tem barreira para veículos para impedir o estacionamento de veículos para a zona ampla no beco. Paralelamente ao calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. Tem um piso térreo o restaurante/casa de fado "Frogalada de Alfama". Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício de 1 piso em mau estado de conservação de "Frogalada de Alfama". Tem 1 porta virada para o beco. [3] Edifício de 3 pisos em mau estado de conservação, destino à habitação. Tem janelas e 0 portões virados para o beco. [4] Edifício de 4 pisos em mau estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [5] Terraço à vista superior que forma muro de contenção virado para o beco. [6] Muro Alto virado para o beco do logradouro a certa altura à qual se pertence a edifício virado para o beco. [7] Anexo a pátio por porta virada para o beco que dá por sua vez acesso ao edifício de fachada cega em abax ao beco. [8] Edifício de 3 pisos em razoável estado de conservação, destinado à habitação e restaurante "Frogalada de Alfama" no piso térreo. Tem janelas e 3 portões virados para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO LOUREIRO



A - Pátio do Passieiro Comprimento aprox. 6,3 m  
 B - Rua de Guilherme Braga largura média aprox. 2 - 4 m

**A RUA**  
 Beco com saída, com degraus ao longo de todo o seu comprimento. É bastante linear na sua forma, exceto pelo longo que forma uma plataforma intermédia que depois tem saída para o beco comprando pela série de degraus.

O edifício da Acção renovado apresenta uma linguagem contemporânea que acaba por se destacar do ambiente, sendo o baixo a pérgula de madeira no plano de uma fachada mais recente e só no plano mais alto distintos se marca os elementos contemporâneos.

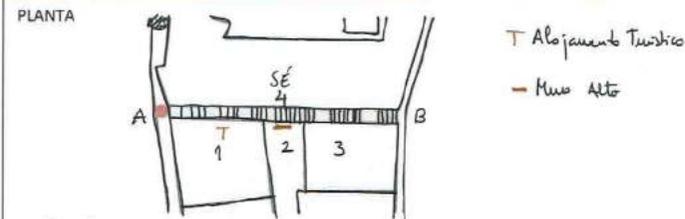
**TRÂNSITO**  
 Beco sem trânsito automóvel com degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada.

**EDIFÍCIOS E USOS**

- Edifício com 3 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos em renovação para jardim de infância/acad. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos renovado destinado à habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- Edifício de 3 pisos destinado à habitação e com restaurante/casa de fadas virado para o Pátio do Passieiro. O edifício encontra-se degradado, tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 0 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de geometria complexa, com 2 pisos e um pequeno espaço de conservação. Destinado à habitação, tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 4 pisos em mau estado de conservação destinado a alojamento turístico e habitação. Tem janelas e 5 portas viradas para o beco.
- Edifício com 4 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos renovado destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO QUEBRA COSTAS



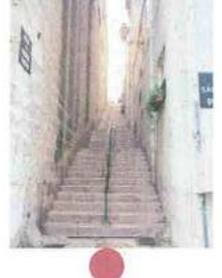
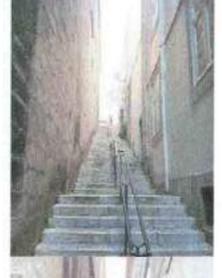
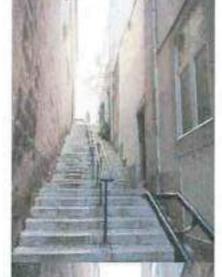
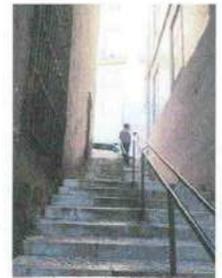
A - Rua de São João da Praça Comprimento aprox. 44,50 m  
 B - Rua do Barão largura média aprox. 2,50 m

**A RUA**  
 O beco encontra-se no traçado de S de Lisboa, tendo a própria sé uma das fachadas viradas para o beco. Escadaria bastante comprida e íngreme, marcada pela alvenaria de pedra da fachada de S. Permite ligações entre duas ruas de bastante influência, baseada no entanto, outras opções para ir da R. São João da Praça para a Rua do Barão que se mais utilizada, apesar da escadaria que abala o beco em das mais antigas.

**TRÂNSITO**  
 Beco sem ~~seu~~ trânsito, com degraus ao longo de todo o comprimento e com cantoneiros de nível (diferença de cotas). Pavimento em calçada e com curvatura central.

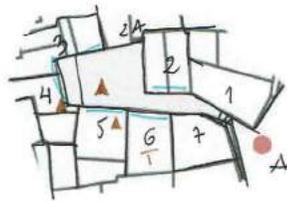
**EDIFÍCIOS E USOS**

- Edifício de 4 pisos em mau estado de conservação destinado a alojamento turístico e comércio. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Degradação do edifício 1, deverá desenvolver-se a muralha superior e muro, após de apontar a porta virada para o beco, tem também um muro alto ao nível do 2.º piso.
- Edifício de 3 pisos destinado à habitação em regime de conservação. Tem uma cave virada para o beco que funciona como oficina/armazém. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Traçado de S de Lisboa com 2-3 pisos de altura. Tem janelas viradas para o beco mas sem qualquer acesso por ali.



NOME DA RUA: BECO DO AZINHAL

PLANTA



- T Alojamento turístico
- ▲ Restaurante "Lautaraco"
- Fachada de Pírcupel

A - Rua de São Pedro Comprimento aprox. 25 m  
Largura média aprox. 1-3 m

A RUA

Beco sem saída, com degraus no início e estreito que abre numa larga rua onde foi edificado. O espaço do beco encontra-se completamente apropriado pelo restaurante "Lautaraco" que abrange os dois terços de ambos edifícios e dominando o uso do beco.

Destaca-se a árvore de grande porte que funciona como cobertura para quase todo o espaço do beco e ao decorrer em fins 2 entrada do beco em direção à rua de São Pedro.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel, com degraus no extremo perto à Rua de São Pedro. Não tem saída e o seu espaço interior foca um espaço largo. Pavimento em calçada.

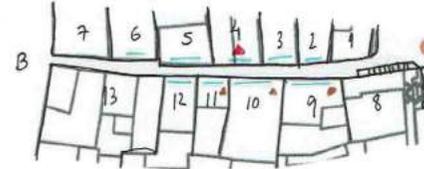
EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação e restaurantes. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [2] Edifício de 4 pisos destinado à habitação em bom estado de conservação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [3] Logradouro do edifício anterior com muro ao nível de 1 piso e anexo com 1 piso. Tem 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício de 5 pisos destinado à habitação e destinado à habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [5] Edifício de 2 pisos em bom estado de conservação onde funciona o restaurante "Lautaraco". Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício com 1 piso e logradouro ao lado com 1 porta e 1 porta para o Salo do restaurante "Lautaraco" com grande ar condicionado virado para o beco. [7] Edifício de 2 pisos destinado à alojamento turístico. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [8] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação e comércio. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO MEXIAS

PLANTA



- Fachada Pírcupel
- ▲ Alvarado do Pírcupel
- ▲ Restaurante
- Loja

A - Largo do Chafariz de Dente Comprimento aprox. 43 m  
B - Rua de São Miguel largura média aprox. 1,8 m

A RUA

Beco com saída, em duas acções principais no interior do bairro de Alfama dupla o largo do Chafariz de Dente. É bastante estreito e comprido, tendo bastante uso diferente dos seus edifícios/fachadas, nomeadamente o comércio público. O comércio acaba por ocupar o beco, sendo a fachada mais baixa e não estando completamente interdita ao olhar e permeabilidade com o espaço público.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel, é bastante estreito superficialmente nos seus extremos. Pavimento em calçada.

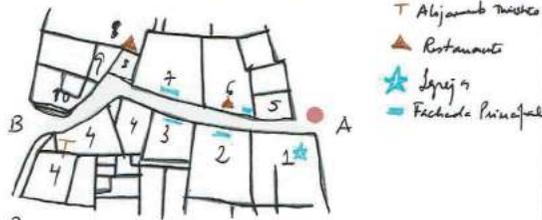
EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 3 pisos destinado à habitação e comércio/restauração em bom estado de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [4] Logradouro público em funcionamento, fachada com 1 piso com abóbada e com relação visual positiva com o exterior. [5] Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, propriedade de família de Trigueira de S. Vicente. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [8] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [9] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação e comércio para Horta e Agulhas de Fardela. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco. [10] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação. Tem restaurante no piso térreo. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [11] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação. Tem restaurante moçambicano no 1º andar (Bodo 1980). Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [12] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. Tem mercearia no 1º andar. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [13] Edifício de 3 pisos destinado à habitação em bom estado de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO ESPIRITO SANTO

PLANTA



A - Rua da Regueiras Comprimento aprox. 42 m  
 B - Largo do Chefariz de D. Antão Largura média aprox. 1,8-4 m

A RUA

O beco tem saída e edifícios bastante altos, ficando marcados pela verticalidade dos fachados. Tem 2 edifícios em obras de reabilitação e pelo menos 3 recentemente reabilitados, talvez uma consequência da sua localização privilegiada - perto do Largo do Chefariz de D. Antão. É ainda marcados pelos diferentes usos mas sem edifícios que incluem um hotel (Petit Lusa) um restaurante (O Beco) e a casa de fado - uma das mais características características de Alfama.

TRÂNSITO

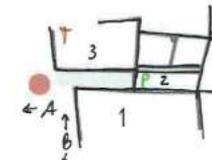
Beco com zonas bastante estreitas e como tal seu trânsito autêntico no geral. (Os tuk tuk atravessam o beco). Pavimento na calçada.  
 não frequente

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício com 4 pisos em bom estado de conservação. É uma igreja (do Espírito Santo). A fachada virada para o beco corresponde às freixas da igreja cuja porta principal é virada para a Rua do Beato. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício com 4 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício de 3 pisos em obras de reabilitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [4] Conjunto de edifícios que compõem o hotel "Petit Lusa", tem 4 pisos e destinam-se a alojamento turístico. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [5] Edifício de 5 pisos em obras de reabilitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação e tem um restaurante no piso térreo e o beco. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [7] Edifício de 5 pisos em estado de conservação. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco. [8] Ampliação do edifício com cerca 1 piso para dar a casa do restaurante/casa de fado "Parricida de Alfama". Tem cerca 1 porta virada para o beco que dá acesso à casa de fado. [9] Edifício de 5 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [10] Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DOS CORTUMES

PLANTA



A - Largo das Alcaçarias Comprimento aprox. 9 m  
 B - Travessa do Terreno do Trigo largura média aprox. 2 m

A RUA

Beco sem saída. É bastante curto e tem edifícios ponte (2) que dá acesso a Logradouro. No entanto encontra-se a obra de uma obra que mostra inclinar fachada em ligadas ao nível do piso térreo como em outros casos.

TRÂNSITO

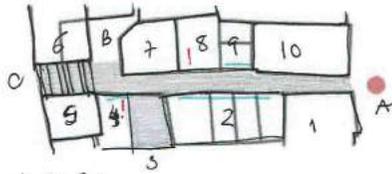
sem trânsito automóvel e sem saída. Beco muito curto. sem janelas laterais Pavimento na calçada.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos, destinado a habitação e sempre/muitas vezes (algumas vezes vizias). Tem janelas e 0 portas viradas viradas para o beco. [2] Edifício ponte em obras no piso térreo para se possibilitar de ser usado como porta e acesso ao passeio interior, como em outros becos com edifícios ponte. [3] Edifício com 5 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. Tem também alojamento turístico (Booking).



NOME DA RUA: BECO DO POCINHO

PLANTA



Fachada Principal  
! É edifício totalmente desenvolvido e em estado de conservação

- A - Rua de São Pedro comprimento aprox. 41 m
- B - Travessa de São Miguel largura média aprox. 2 - 4 m
- C - Rua de São Miguel

A RUA

Beco considerado, tem degraus junto ao cruzamento com a Rua de São Miguel. Tem zonas bastante degradadas devido aos edifícios devolutos e traseiros de edifícios altos. O cruzamento com a Travessa de São Miguel é também bastante sinuoso.

TRÂNSITO

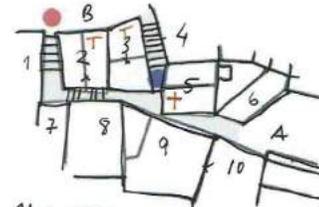
Beco sem trânsito automóvel, bastante estreito e com degraus junto ao cruzamento com a Rua de São Miguel. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS 1) Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. 2) Edifício de 4 pisos reabilitado e destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. 3) Traseiros de 1 edifício com 4 pisos + 3 que formam uma alameda. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. 4) Edifício de 5 pisos em estado grave de degradação totalmente devolutos. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. 5) Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. 6) Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado a habitação e comércio nos dois níveis. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. 7) Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. 8) Edifício de 4 pisos em estado grave de degradação e completamente devolutos. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. 9) Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. 10) Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DAS BARRELAS

PLANTA



T Alojamento turístico

- A - Largo dos Alcaçuzos comprimento aprox. 52 m
- B - Largo de São Rafael largura média aprox. 1 - 2,50 m

A RUA

Beco com saída para dois largos a cotas bastante diferentes, fazendo a sua ligação mais directa. Tem muitas configurações sinuosas podendo dividir-se em 3 partes. Dois eixos paralelos que partem do Largo de S. Rafael e um perpendicular que chega ao largo dos Alcaçuzos. Nenhum dos edifícios tem fachadas principais viradas para o beco e portanto é fundamentalmente um eixo secundário.

TRÂNSITO

Sem trânsito automóvel. Vários degraus e grandes diferenças de cota. Sem fachadas definidas. Pavimento em calçada portuguesa.

EDIFÍCIOS E USOS 1) Edifício em bom estado de conservação com 4,5 pisos, destinado a habitação. Tem janelas viradas para o beco. 2) Edifício em bom estado de conservação com 4,5 pisos destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. 3) Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos destinado a alojamento turístico e habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. 4) Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco e comércio. 5) Edifício em bom estado de conservação com 5 pisos destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. 6) Edifício de 4 pisos em mau estado de conservação. Tem apenas duas janelas altas viradas para o beco. 7) Edifício com 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem várias janelas viradas para o beco e 0 portas. 8) Edifício como fachada em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. 9) Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. 10) Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.

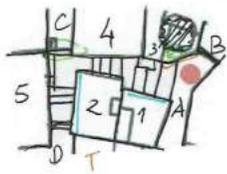


# FICHA Nº 27

DATA: 10.01.2018 HORA: 10h

NOME DA RUA: BECO DAS CANAS

## PLANTA



- Arco Sobre a Rua
- Jardim Público
- Muro baixo
- T Alojamento Turístico
- Fachada Principal

- A - Rua da Galé
- B - Escadinhos de São Miguel Comprimento aprox. 20 m
- C - Pólo das Canas Obra que média aprox. 2-3,8 m
- D - Rua da Adica

## A RUA

Beco com saída, com degraus ao longo de todo o seu comprimento. Tem forma em "L" e faz a ligação de 2 ruas a cotas diferentes. É marcado pelo Pólo das Canas que forma uma rua interna/paredão marcada pelo arco sobre a rua e o portão, levando acima e vários edifícios desde os antigos. A zona da Rua da Galé apresenta ainda vários edifícios degradados e habitados por famílias mais humildes do comércio.

## TRÁNSITO

Beco com trânsito automóvel, com degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada.

## EDIFÍCIOS E USOS

- [1] Edifício de 4 pisos em regular/boa estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta usada para o beco.
- [2] Edifício com 2/3 pisos (conferir as esq) em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas usadas para o beco.
- [3] Fachada compreendida por muro e portão que dá acesso a Logradouro.
- [4] Fachada com 1/2 andar onde se forma o arco no arco do Pólo das Canas. Tem janelas e uma porta de acesso dando o beco.
- [5] Edifício de 2 pisos em regular estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta usada para o beco.

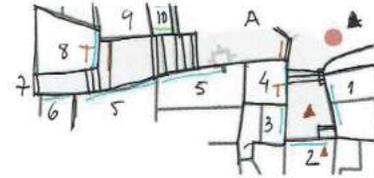


# FICHA Nº 28

DATA: 09.01.2018 HORA: 16h30

NOME DA RUA: BECO DE SÃO MIGUEL

## PLANTA



- T Alojamento Turístico
- Muro baixo
- Fachada Principal
- ▲ Restaurante
- Fachada Cega

- A - Escadinhos de São Miguel Comprimento aprox. 45 m
- B - Largo de São Miguel Obra que média aprox. 3-5 m

## A RUA

Beco com saída, localizado junto ao largo de São Miguel e deriva do antigo Beco das Fontes. Divide-se em dois troços que não têm saída para o beco em si, sendo acessado principalmente para ir das Escadilhas de São Miguel para o largo de São Miguel. Junto ao edifício 7 encontra-se uma escultura de Santo António em nicho no muro da fachada e foi criado um lugar para onde se encontra uma vara e cadeira de madeira a zona do fim do beco em frente. No outro ponto sem saída encontra-se a esplanada do comércio.

## TRÁNSITO

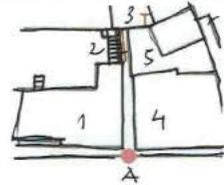
Beco sem trânsito automóvel. Tem degraus ao longo de todo o comprimento ficando pequenas plataformas entre os degraus na esq. Pavimento em calçada.

- [1] Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas usadas para o beco.
- [2] Edifício de 3 pisos destinado a habitação e restaurante "St António da Alfama". O restaurante pertence ao pequeno largo em frente ao edifício onde existe uma Coluneta vegetal de em. Tem janelas e 2 portas usadas para o beco.
- [3] Edifício de 4 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas usadas para o beco.
- [4] Edifício de 5 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação e alojamento turístico. Tem janelas e 2 portas usadas para o beco.
- [5] Edifício 1/2 pisos destinado a associação de moradores. Tem janelas e 1 porta usada para o beco.
- [6] Edifício de 4/5 pisos em regular estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas usadas para o beco.
- [7] Travessão do edifício com altura correspondente a 6 pisos para a cota do beco. Tem janelas e 0 portas usadas para o beco.
- [8] Edifício de 5 pisos em mau estado de conservação, destinado a habitação e alojamento turístico. Tem janelas e 3 portas usadas para o beco.
- [9] Edifício de 5 pisos em mau estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas usadas para o beco.
- [10] Logradouro/anelo do edifício anterior com 1 piso mas tem portas para janelas usadas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO GUEDES

PLANTA



— Muro Alto  
 T Alojamento Turístico

A - Rua de São João da Praça

Comprimento aprox. 19 m largura média aprox. 1,4 - 2,2 m

A RUA

Beco sem saída e com edifícios altos o que acentua o facto de ser bastante estreito e verticalizado. Apesar de se encontrar numa zona de grande afluência de pessoas é um beco bastante isolado de dinâmicas das ruas envolventes, uma vez que tem também dentro das fronteiras de cenário os edifícios que o delimitam.

TRÁNSITO

Beco sem saída, bastante estreito favorecendo a verticalidade do espaço. Pavimento em calçada, sem trânsito automóvel.

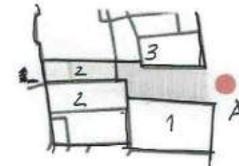
EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 4 pisos em razoável estado de conservação destinado a habitação e comércio/restauração (vinda para a Rua de São João da Praça). Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [2] Muro alto que faz o limite do logradouro confinante (Pólo Serrado da Moura). [3] Edifício com 6 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [4] Edifício com 3 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [5] Edifício de 6 pisos recentemente rehabilitado. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO FORNO DA GALÉ

PLANTA



A - Rua da Galé Comprimento aprox. 16 m

largura média aprox. 2-4 m

A RUA

Beco sem saída e rodeado de edifícios altos. Devido ao que a Rua de Galé e este beco possuem uma população limitada na maioria dos edifícios, algo pouco usual enquanto realidade transversal ao bairro. Forme 2 pequenos largos, o mais próximo da Rua de Galé é por vezes usado para estacionamento enquanto o mais interior tem vezes de espaço de armazenamento.

TRÁNSITO

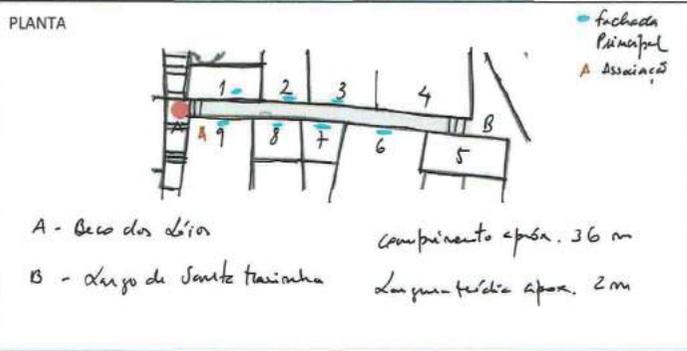
Beco com trânsito automóvel limitado, sem saída mas com zona que por vezes é usada para estacionamento.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício de 5 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [3] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DOS AGULHEIROS



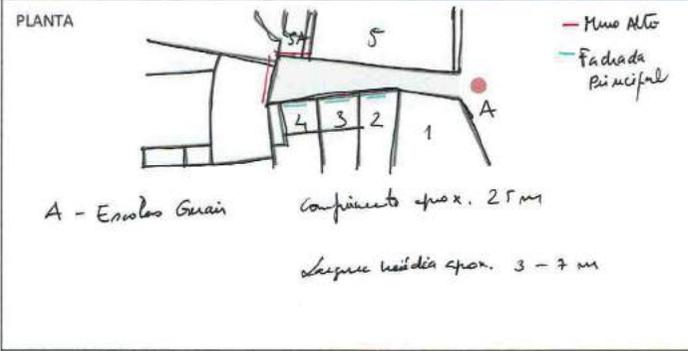
A RUA  
 Beco sem saída, tem degraus e apresenta uma inclinação acentuada. Apresenta alguns sinais de deterioração de via pública com os esgotos e fecheiros em caso, especialmente nos edifícios 2 e 3.

TRÂNSITO  
 Sem trânsito automóvel. Vários degraus no dos extremos do beco pavimento em calçada e sem passeio lateral

EDIFÍCIOS E USOS  
 [1] Edifício em bom estado de conservação com 4 pisos, destinado a habitação. Tem várias janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Edifício em regular estado de conservação com 4 pisos, destinado a habitação. Tem várias janelas e 3 portas viradas para o beco. [3] Edifício em mau estado de conservação, com 3 pisos e fachada lateral (habitação). Tem várias janelas e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício em regular estado de conservação com 3 pisos, de habitação. Tem várias janelas e 1 porta virada para o beco. [5] Edifício que funciona como espaço de ampliação do edifício 6, tem 2 pisos e janelas viradas para o beco. O piso 0 é garagem com acesso pelo largo. [6] Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos, Habitação. Tem várias janelas e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício em mau estado de conservação com 1 piso, destinado a habitação. Tem 1 porta e janela virada para o beco. [8] Edifício em bom estado de conservação, tem 1 piso e destina-se a habitação. Tem 1 porta e janela virada para o beco. [9] Edifício em regular estado de conservação com 1 piso e terraço. Destina-se ao uso de associação "Grupo dos 9". Tem apenas 1 porta virada para o beco dos Agulheiros.



NOME DA RUA: BECO DA MÓ



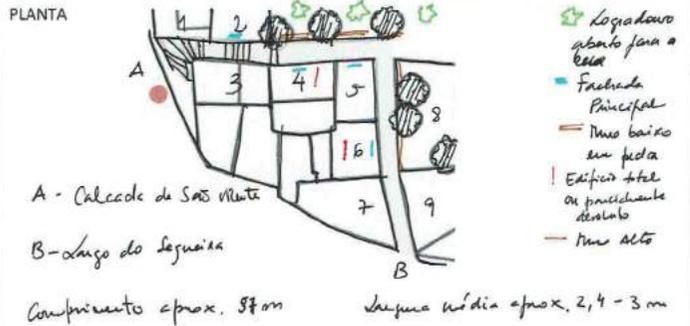
A RUA  
 Beco sem saída e de trânsito automóvel proibido excepto para estacionamento de residentes. Tem um ligeiro declive e resulta em um alto. Tem um edifício de grandes dimensões nome da fachada (5) no entanto, apenas a fachada lateral desta é visível para o beco. O edifício 4 apresenta um estado de conservação degradado mas pouco antes ainda habitado.

TRÂNSITO  
 Beco sem saída mas com estacionamento permitido no interior do beco composta por várias zonas de trânsito. Pavimento em calçada

EDIFÍCIOS E USOS  
 [1] Edifício de 5 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [2] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [3] Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício de 3 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [5] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. Tem logradouro SA vedado com muro de 1m e acesso pelo lado.



NOME DA RUA: BECO DOS BEGUINHOS



**A RUA**  
 Beco com saída. Tem degraus e um acesso sinuoso desde a Calçada de S. Vicente, abaindo normalmente com o logradouro nos traseiros dos edifícios e lateral do edifício 2. Nesta zona os limites do beco ficaram indefinidos pois esta espaço antigo e mais abançado até se encontra facilmente delimitado, havendo zonas de muro em pedra e outras em que o terreno se funde com o pavimento de paralelos.

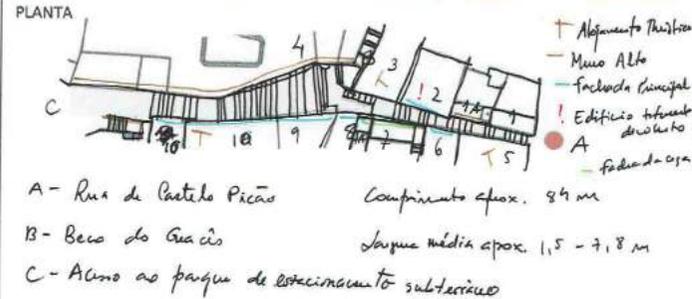
**TRÁNSITO**  
 Beco sem trânsito automóvel, somente trânsito em alguns pontos e com degraus. É um pouco frequentado o tempo de percurso por calçada, com alguma zona a pé de acesso.

**EDIFÍCIOS E USOS**

- Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício com 3 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 3 pisos desolado. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. Destinado a habitação.
- Edifício em mau estado de conservação, desolado, com 3 pisos. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Edifício com 2 pisos em regular estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- Muro alto na parede logradouro do edifício antigo.
- Edifício com 3 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.



NOME DA RUA: BECO DE SANTA HELENA

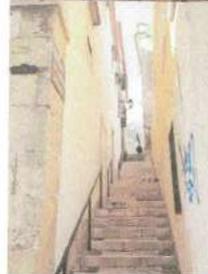


**A RUA**  
 Beco com saída com o topo mais estreito, junto à Rua de Castelo Picoa mais estreito e com alguns edifícios degradados a partir da interseção com o Beco do Graço, havendo muros mais altos e muros, fazendo a ligação ao Beco do Graço, havendo acesso de rampa que dá acesso ao parque de estacionamento subterrâneo e que tem a continuação do parque até ao muro e a partir daí comunica-se com o público ao nível do solo, sendo privilegiada a comunicação através de uma rede de acesso.

**TRÁNSITO**  
 Beco sem trânsito automóvel. Tem degraus ao longo de todo o percurso e travessa numa rampa que dá acesso a um parque de estacionamento subterrâneo na parte do sul. Tem caminhos lateral ou lateral.

**EDIFÍCIOS E USOS**

- Edifício de 2 pisos em zona antiga ao beco em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas viradas para o beco e 0 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.



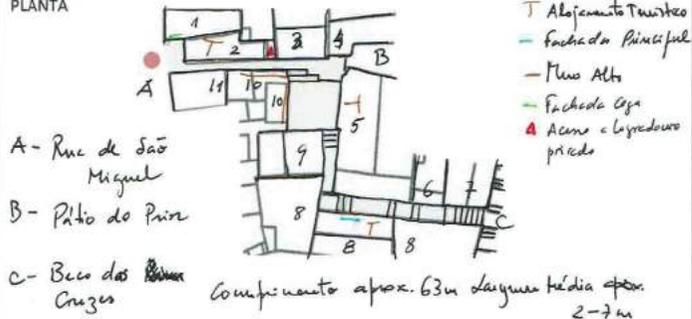


# FICHA Nº 37

DATA: 12.12.2017 HORA: 15h

## NOME DA RUA: BECO DA FORMOSA

### PLANTA



### A RUA

Beco com saída para o Pátio do Páris e Beco das Cruzes. Bastante comprido e de configurações sinuosa, fazendo três tramos que o tornam não linear. Pela sua localização apesar de ainda haver alguns edifícios degradados, há outros a ser recuperados e o surgimento de empreendimentos de alojamento turístico. No entanto, nunca reflexos pudessem a rede de becos neste zona parece ser ainda dominadamente caudal pelo residente locais, havendo associações culturais e símbolos religiosos.

### TRÂNSITO

Beco sem trânsito, estreito na ligação à Rua de S. Miguel e com algumas poucas requintes tramos até ao Beco das Cruzes. Pavimento em calçada.

- ### EDIFÍCIOS E USOS
- Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação. Para o beco a fachada é cega e a parvoada mural de vândalos (graffiti) (uso).
  - Edifício de 2 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação e alojamento turístico. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
  - Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco, mais 1 porta de acesso a Logradouro.
  - Edifício de 3 pisos em mau estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
  - Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação e alojamento turístico. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
  - Ático do edifício anterior com 2 pisos, janelas viradas para o beco e 0 portas.
  - Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação onde se localiza a associação cultural "Sociedade Benéfica" com acesso privado ao Beco das Cruzes. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
  - Edifício de 2 pisos em bom estado de conservação, destinado a alojamento turístico. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco.
  - Edifício de 3 pisos em obras de recuperação. Tem janelas e pelo menos 1 porta virada para o beco.
  - Alto que corresponde a terceiro do edifício e com do primeiro piso em relação ao beco, mau estado de conservação.
  - Edifício de 3 pisos destinado à habitação e comércio, em regular estado de conservação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.

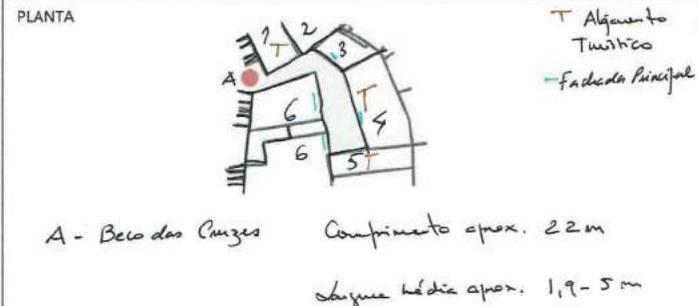


# FICHA Nº 38

DATA: 14.12.2017 HORA: 10h

## NOME DA RUA: BECO DO ALMOTACÉ

### PLANTA



### A RUA

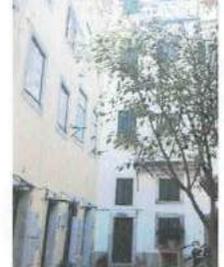
Beco sem saída, mas com uma área bastante larga no topo depois do quebra. Forma um edifício de longo (sem saída), com vários pontos de entrada para edifícios e fachadas principais, aumentando o nível de interesse no que diz respeito aos fluxos pedonais (que no entanto se mantêm verticais praticamente nos vãos das edifícios passagens).

### TRÂNSITO

Beco sem trânsito autêntico, mas tem saída sendo o único acesso do Beco das Cruzes que tem degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada.

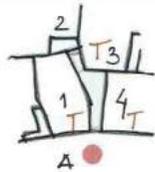
### EDIFÍCIOS E USOS

- Edifício com 3 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação e turismo (alojamento). Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- Edifício com 2 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício com 2 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício rehabilitado com 4 pisos, destinado à alojamento turístico. Tem janelas e 5 portas viradas para o beco.
- Edifício de 5 pisos rehabilitado e destinado à habitação e alojamento turístico. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DOS CATIVOS

PLANTA



T Alojamento turístico

A - Rua de São Miguel Comprimento aprox. 9 m  
Largura média aprox. 1-3,5 m

A RUA

Beco sem saída, muito curto. Os edifícios 2 e 3 têm portas viradas para o beco, existindo portanto pontos de acesso, mas ainda, no entanto, fachadas principais. Neste sentido, os limites do beco são dados por fachada lateral ou traseira. Os edifícios são bastante altos fazendo um fechamento vertical do espaço no interior do beco.

TRÁNSITO

Beco sem trânsito automóvel. Bastante curto e sem saída.  
Pavimento em calçada.

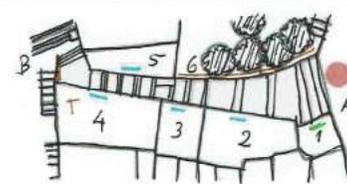
EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 4 pisos rehabilitado, destinado a alojamento turístico e habitação. Tem janela e 0 portas viradas para o beco. [2] Edifício com 4 pisos em razoável estado de conservação, destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [3] Edifício com 5 pisos em bom estado de conservação, destinado a alojamento turístico. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [4] Edifício com 5 pisos em bom estado de conservação, rehabilitado destinado a habitação e alojamento turístico. Tem janela e 0 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO GRACÈS

PLANTA



— Fachada Lateral  
— Fachada Principal  
— Rua alta  
— Rua baixa  
T Alojamento turístico

A - Rua de Castelo Picoão Comprimento aprox. 35 m  
B - Beco de Santa Helena Largura média aprox. 2-7 m

A RUA

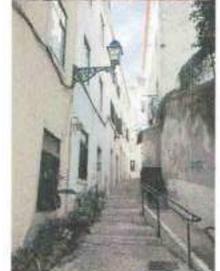
Beco com saída, apresenta uma zona de degraus largos que abrem para a Rua de Castelo Picoão. Saliente-se a existência de apropriações do espaço da Rua/Beco, mas só pelo caso com flechas à parte de alguns edifícios mas também num dos pontos do edifício 5, onde foi criado um espaço coberto junto à entrada que é já lateralmente fechado e usado para guardar objetos propriedade dos moradores no edifício. Tarefeiras e tendas à beira do beco sempre durante o dia.

TRÁNSITO

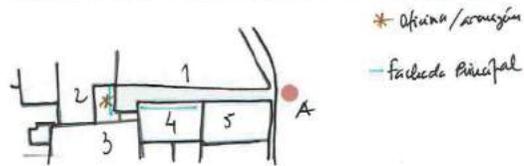
Beco sem trânsito automóvel, com degraus ao longo de todo o seu comprimento. Tem animais locais em algumas zonas e sempre locais.  
Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 5 pisos em razoável estado de conservação, destinado à habitação. Tem 0 portas e 0 janelas viradas para o beco. [2] Edifício de 4 pisos em razoável estado de conservação destinado à habitação. Tem janela e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janela e 1 porta virada para o beco. [4] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janela e 5 portas viradas para o beco. [5] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janela e 4 portas viradas para o beco. [6] Rua alta que faz vedação do lado direito pertencente a edifícios antigos, não tem acesso directo pelo beco.



PLANTA



A - Rua do Salvador Comprimento aprox. 21 m  
Largura média aprox. 1,5 - 2,2 m

A RUA

Beco sem saída, bastante estreito, de verticalidade acentuada pelo edifícios relativamente altos que fogem ao limite da rua. NB tem muito poucas decesso, sendo a oficina/sarmagim o ponto de maior movimento do beco juntamente com o edifício 4 que tem a fachada principal aberta para este beco.

TRÂNSITO

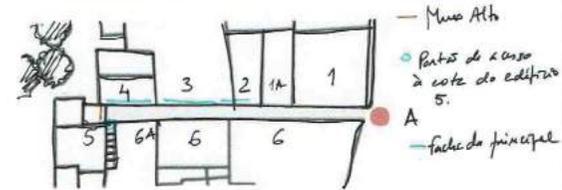
Beco sem trânsito automóvel, bastante estreito em todo o seu comprimento a sua saída. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício rehabilitado de 4 pisos destinado a habitação e comércio. Tem janela e 0 portas viradas para o beco. [2] Edifício de 3 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação e pequena oficina/sarmagim no piso térreo. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [4] Edifício com 3 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [5] Edifício de 3 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco, tem uma pequena porta lateral para acesso.



PLANTA



A - Rua do Salvador Comprimento aprox. 32 m  
Largura média aprox. 1,4 - 2 m

A RUA

Beco sem saída, cujo percurso termina com a imagem de um muro alto que suporta o terreno para a plataforma do edifício 5 à cota mais alta. Caracteriza-se por ser uma rua estreita acentuando a sua verticalidade. Existem alguns edifícios em mau estado de conservação que acaba por trazer uma imagem um pouco decadente do beco.

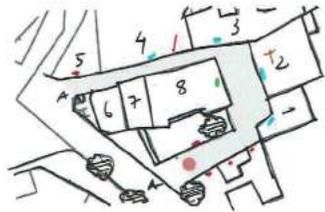
TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel, muito estreito. Pavimento em calçada. Termina em muro alto.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado a habitação e restaurantes. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [2] Edifício com 2 pisos, anexo de acesso ao logradouro do edifício 6. Tem 0 janelas e 1 porta virada para o beco. [3] Edifício com 2 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação e comércio. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [4] Anexo de acesso ao logradouro do edifício antigo. Tem muro e altura equivalente a 1 piso e 1 porta virada para o beco. [5] Edifício de 3 pisos que funciona juntamente com o edifício do lado, tendo entre unidos. Em mau estado de conservação, tem garagem e estrutura 0 portas viradas para o beco, estando enfraquecida a parte existente. [6] Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [8] Edifício que fica numa plataforma superior à cota do beco, tendo acesso desde este por escada lateral e formando um muro alto na fachada do beco, com terraço à cota mais alta. Tem uma porta lateral para acesso desde o beco.



PLANTA



- Fachada de Cego
- muro alto
- Fachada Principal
- T Alojamento Turístico
- ! Edifício atualmente desabitado

A - Largo do Meinino de Deus comprimento aprox. 47,50m  
 largura média aprox. 2-3m

A RUA

Beco com saída. Tem várias zonas com muros laterais que limitam ligeiramente ou compõem as diferenças de cota entre a parte mais baixa e a zona de topo de beco a cota superior. Tem inclinações bastante acentuadas. O telhado em frente aos edifícios 1 e 2 cria quase um pequeno largo, no entanto a inclinação acentuada e a fachada cega do edifício 8 não contribuem para essa ideia. Existem vasos com plantas e uma estufa que ocupam espaços de via pública.

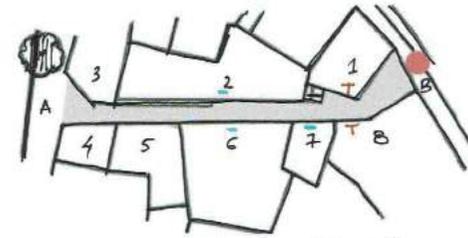
TRÁNSITO

sem trânsito automóvel e sem degraus.  
 Pavimento em calçada, com poucos laterais.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício em bom estado de conservação com 4 pisos. Está habitado e tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [2] Edifício em bom estado de conservação e habitado. Tem várias janelas e 3 portas viradas para a rua. 4 pisos. [3] Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos. Está habitado tem várias janelas viradas para o beco e 3 portas. [4] Edifício em mau estado de conservação e 3 pisos. Parece estar desabitado. Tem várias janelas e 3 portas viradas para o beco. [5] Muro com a colagem de 3 apt. que abriga o logradouro do edifício antigo. [6] Edifício com 2 pisos em bom estado de conservação e habitado. Tem várias janelas viradas para o beco mas 0 portas. [7] Edifício em obras de reabilitação com 3 pisos. Tem várias janelas viradas para o beco e 1 porta. [8] Edifício em obras de reabilitação com 2 fachadas viradas para o beco. Está habitado e em regular estado de conservação. Uma das fachadas é cega e outra tem apenas janelas e 0 portas viradas para o beco. 3 pisos, habitado.



PLANTA



- Fachada Principal
- T Alojamento Turístico

A - Largo do Meinino de Deus B - Rua de São Tomé  
 comprimento aprox. 33m largura média aprox. 2m

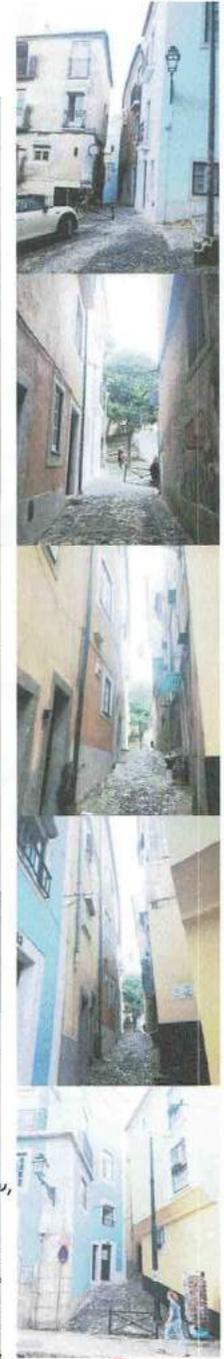
A RUA

Beco com saída, apresenta um declive acentuado, mas sem degraus. Os edifícios 1 e 2 têm no entanto degraus à entrada (estabelecimento). Não apresenta em muito frequentado apesar das casas que une mesmo bastante movimentadas e tem a maioria dos edifícios habitados. Existe a possibilidade de espaço público no edifício 1 onde a loja de roupa para a R. de S. Tomé abriga o beco para o exportador de patatas e no edifício 2 onde se encontram lojas nos degraus de entrada um quillinet a covas e uma florista em vaso.

TRÁNSITO

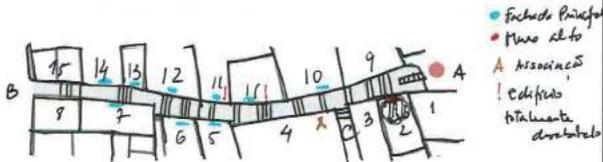
sem trânsito automóvel, existência de sinalização "trânsito proibido" e ruínas no dos extremos de rua.  
 Pavimento em calçada e sem passagens laterais.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício reabilitado, fachada em amarelo com 3 pisos. Tem janelas viradas para o beco e 1 porta de acesso para o beco. verifica-se que está a funcionar como Alojamento local. [2] Edifício em mau estado de conservação, mas notoriamente habitado. Tem várias janelas viradas para o beco (fachada principal) e 3 portas e 1 porta. [3] Edifício em mau estado de conservação, 3 pisos, habitado e com a fachada principal virada para o beco tem várias janelas e 0 portas com acesso ao beco. [4] Edifício reabilitado branco, com 3 pisos. Tem janelas e 1 porta de acesso ao beco parece estar habitado. [5] Edifício reabilitado com 3 pisos tem várias janelas e 2 portas de acesso para o beco. Parece estar habitado. [6] Edifício reabilitado com 3 pisos. Tem várias janelas e 1 porta com acesso ao beco. Parece estar habitado. [7] Edifício em regular estado de conservação com 3 pisos. Tem várias janelas e 2 portas com acesso ao beco. Está em obras de reabilitação. [8] Edifício reabilitado com 4 pisos. Tem várias janelas e 2 portas viradas para o beco. O empreendimento turístico tem vários apartamentos para aluguer.



NOME DA RUA: BECO DOS LÓIOS

PLANTA



- A - Rua de Santa Tráinha Comprimento aprox. 56 m
- B - Rua do Salvador
- C - Beco dos Agulheiros Largura média = aprox. 2-3 m

A RUA

Beco com saída, com degraus ao longo de todo o comprimento.  
 Diferença de cota bastante acentuada.  
 Existem alguns edifícios que embora habitados se encontram em mau estado de conservação, o que acaba por marcar a imagem da rua.

TRÁNSITO

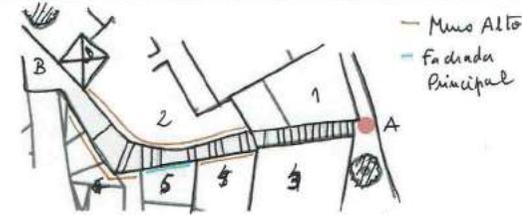
Sem trânsito automóvel. Vários degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada, sem ferrões laterais.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos, destinado a habitação. Tem várias janelas e 1 porta virada para o beco. [2] Muro alto que delimita o logradouro do edifício antigo (2). [3] Edifício em bom estado de conservação, com 4 pisos destinados a habitação. Tem várias janelas e 1 porta virada para o beco. [4] Edifício em razoável estado de conservação com 1 piso + terraço. Destinado ao uso de associação "Grupo do 9º". Tem várias janelas e 0 portas viradas para o beco. [5] Edifício em mau estado de conservação com 3 pisos, habitado. Tem várias janelas e 2 portas viradas para o beco. [6] Edifício em mau estado de conservação com 3 pisos. Habitação. Tem várias janelas e 2 portas viradas para o beco. [7] Edifício em mau estado de conservação com 3 pisos. Este habitado até ter várias janelas e 2 portas viradas para o beco. [8] Edifício em razoável estado de conservação em 3 pisos. Habitação. Não tem janelas viradas para o beco, 0 portas. [9] Edifício em razoável estado de conservação com 3 pisos, habitado. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [10] Edifício em razoável estado de conservação com 3 pisos. Habitação. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco. [11] Edifício destruído, destruído, com 4 pisos. [12] Edifício em bom estado de conservação com 3 pisos. Habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [13] Edifício em razoável estado de conservação com 3 pisos. Habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [14] Edifício em razoável estado de conservação com 5 pisos, habitado. Tem janelas e 1 porta virada para o beco. [15] Edifício em mau estado de conservação com 4 pisos. Habitação. (com fachada). Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DO MALDONADO

PLANTA



- A - Rua de São Tomé Comprimento aprox. 40 m
- B - Rua dos Azeites largura média aprox. 1,9-4 m

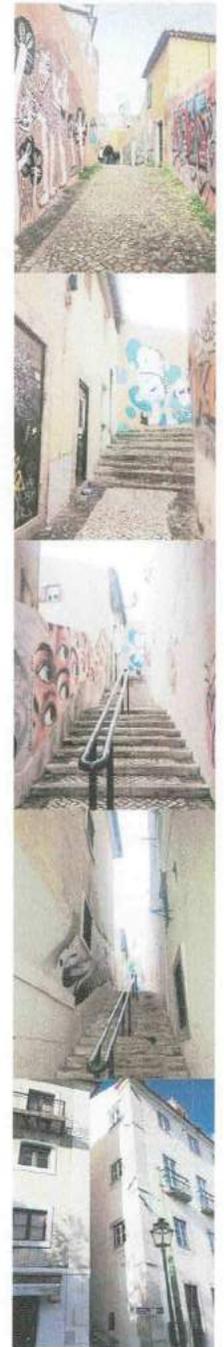
A RUA

Beco com saída e com degraus ao longo do seu comprimento. Apesar da proximidade com o miradouro das portas do Sol e de ser um dos acessos ao Castelo de São Jorge, devido à existência de áreas degradadas com potencialidade remanejar a zona de Pêlo de Fátima.  
 Saliente-se os muros que limitam o espaço público finalizados com mural de graffiti, alguns bastante interessantes e atraindo a atenção de quem

TRÁNSITO

Beco sem trânsito automóvel, com degraus ao longo do seu percurso. Tem vários degraus na parte inicial (A). Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS [1] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [2] Logradouro vedado com muro alto para o beco. Tem 1 porta de acesso (para virada para o beco). Encontro - se pintado com graffiti. [3] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação e atualmente para comércio. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [4] Logradouro com acesso e fachada do beco, muro alto com mural assinado representando o bico. [5] Edifício de 2 pisos em mau estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco. [6] Muro Alto que vede logradouro, com portas de acesso a partir do Beco do Maldonado. Encontra-se pintado com mural assinado "CESA 2016".

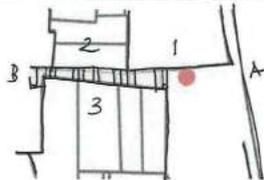


# FICHA Nº 47

DATA: 01.01.2018 HORA: 16h

NOME DA RUA: BECO DO FUNIL

PLANTA



A - Rua de São Tomás Confinamento aprox. 25,5 m

B - Rua dos Coços Largura média aprox. 1 - 2,4 m

A RUA

Beco estreito e auto novo com saída. Faz-se ligação de 2 ~~casas~~ num a casas diferentes. É uma faixa pedonal nos vãos utilizados atualmente. Os edifícios componentes são bastante altos para a faixa com a largura da rua. Nenhum dos edifícios tem fachadas principais visíveis para o beco e faz-se-se que algumas das portas de acesso são quase praticamente utilizadas.

TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel, muito estreito e com degraus ao longo de toda o seu comprimento. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

- 1 Edifício de 2 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- 2 Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- 3 Edifício de 4 pisos em regular estado de conservação destinado à habitação e comércio. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.

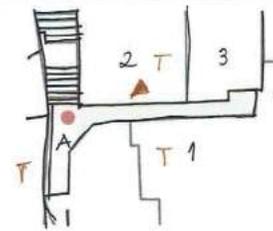


# FICHA Nº 48

DATA: 13.01.2018 HORA: 10h

NOME DA RUA: BECO DOS ARMAZÉNS DO LINHO

PLANTA



T Alojamento Turístico  
Novo Hotel Palácio  
do Conde de Covalry  
A Restaurante Casa  
de Fado e Casa de  
Alinhavar

A - Arco de Jesus Confinamento aprox. 30 m

Largura média aprox. 2,6 m

A RUA

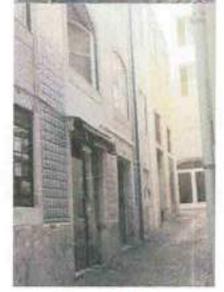
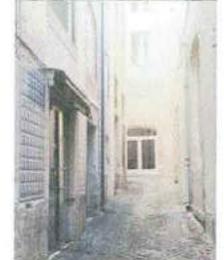
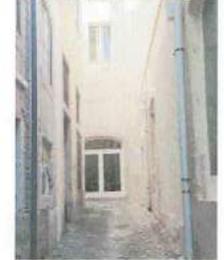
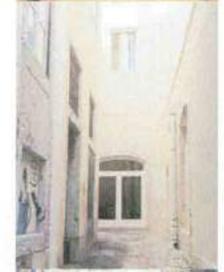
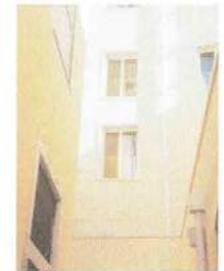
Beco sem saída, atualmente marcado pela existência de Casa de Fados. A reabilitação do Palácio do Conde de Covalry implica um novo hotel de grande dimensão com as basínias que fazem uma das fachadas do beco.

TRÂNSITO

Beco sem saída, com trânsito automóvel muito limitado, devido apenas a motociclos e PK PK que atravessam o Arco de Jesus e entram por vezes o beco para estacionamento temporário. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

- 1 Edifício de grande dimensão "Palácio do Conde Covalry" em fase final de reabilitação e reconversão em Hotel. Na fachada confinante com o beco tem apenas 1 piso e tem moldes de imbricação neoclássica. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- 2 Edifício de 6 pisos em bom estado de conservação destinado à habitação, alojamento turístico e no 1º andar tem comércio - a Casa de Fado "Casa de Alinhavar". Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- 3 Edifício de 5 pisos em regular estado de conservação, destinado à habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.

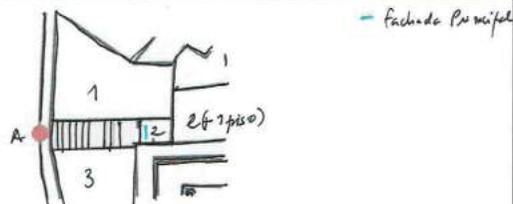


FICHA Nº 49

DATA: 06.12.2017 HORA: 12 h

NOME DA RUA: BECO DO MARQUES DE ANGEJA

PLANTA



A - Rua de São João de Praça

Comprimento aprox. 11,5 m Largura média aprox. 3,8 m

A RUA

Beco sem saída e com degraus ao longo do seu comprimento. Acaba por ser bastante largo em relação ao seu comprimento. A sua localização, numa das ruas com maior fluxo de pessoas no bairro de Alfama, acaba por não afectar a vida do beco onde permanece alguma fauna.

TRÁNSITO

Beco sem trânsito automóvel e com degraus ao longo de todo o seu comprimento. Tem corrimão central. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação e alojamento turístico. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [2] Edifício com 2 pisos (3 pisos fachada mais afastada) em bom estado de conservação e destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco. [3] Edifício com 3 pisos em razoável estado de conservação, destinado a habitação e comércio/restaurante (viradas para a Rua de São João de Praça). Tem janelas e 0 portas viradas para o beco de Marques de Angeja.

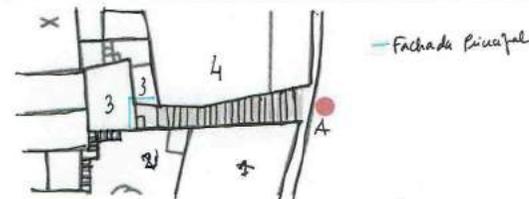


FICHA Nº 50

DATA: 12.01.2018 HORA: 10h

NOME DA RUA: BECO DO BUGIO

PLANTA



A - Rua da Saúde

Comprimento aprox. 21 m  
Largura média aprox. 3,2 m

A RUA

Beco sem saída e com degraus ao longo de todo o seu percurso. Remate em edifício de 4 pisos com aceso desde o beco. Existe um restaurante no edifício 1 com janela virada para o beco mas aceso principal (virado) pela Rua da Saúde. Beco bastante curto e com edifícios altos mas acaba por ter alguma largura em proporção com o seu comprimento e sendo em parte o declive. Não havendo a sensação de se desmaterializar este.

TRÁNSITO

Beco sem trânsito automóvel, mas saída e com degraus ao longo do seu comprimento. Tem corrimão central. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

[1] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação e com restaurante no piso térreo virado para a fachada principal e seu aceso. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [2] Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco. [3] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco. [4] Edifício de 4 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.

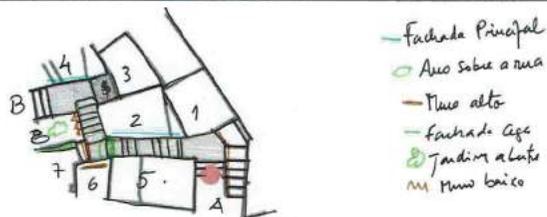


# FICHA Nº 51

DATA: 05.01.2018 HORA: 16h

## NOME DA RUA: BECO DA CORVINHA

### PLANTA



A - Calçada da Figueira comprimento aprox. 20 m

B - Escadinhos de São Miguel largura média aprox. 2 m

### A RUA

Beco com saída e degrau ao longo de todo o seu comprimento. Ao nível do passeio é bastante dinâmico com mudanças de direção e o acesso sobre o beco com elemento decorativo no topo e abertura das portas do Santo Populoso. Localiza-se e equaliza-se numa rede de Muros pedonais com degraus que levam desde a zona mais baixa de Alfama junto ao rio até seus limites com os outros bairros no centro do Castelo.

### TRÂNSITO

Beco sem trânsito automóvel, com degraus ao longo de todo o comprimento. Pavimento em calçada. Integrido em zona de ruínas pedonais.

**EDIFÍCIOS E USOS**

- Edifício de 4 pisos em regime de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 3 pisos em regime de comércio, onde funciona o "Centro de Apoio de reparação de Alfama" propriedade da Junta de Freguesia (S. Miguel) e as Instalações Sanitárias públicas. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Travessa do edifício de 6 pisos em regime de comércio. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- Edifício de 4 pisos em regime de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 3 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Ático do edifício anterior com 1 piso, tem acesso pela fachada oposta.
- Respeitamos de edifício adjacente.



# FICHA Nº 52

DATA: 07.01.2018 HORA: 11h

## NOME DA RUA: BECO DO FORNO DO CASTELO

### PLANTA



A - Rua de Santa Cruz do Castelo comprimento aprox. 60 m

B - Beco do Recolhimento largura média aprox. 2-6,5 m

C - Rua do Recolhimento

### A RUA

Beco com saída muito pequena do Castelo de São Jorge. Devido à tendência de realinhamento de edifícios nestes quarteirões. No edifício 1 funciona o Porto de Turismo e <sup>seu ponto de</sup> ~~o~~ 8 um restaurante com influência no pequeno espaço em frente e é explorado para alojamento turístico bem como o 4.

### TRÂNSITO

Beco sem trânsito, apesar de ter uma configuração bastante linear e sua declive descendente acentuado apresenta um perfil muito estreito em alguns pontos. Pavimento em calçada.

**EDIFÍCIOS E USOS**

- Edifício com 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação e posto de turismo. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Muro alto que rodeia logradouro fortemente ao edifício anterior.
- Edifício de 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Edifício de 3 pisos em regime de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos em regime de comércio, destinado a habitação, propriedade de CHC. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício de 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a alojamento turístico, com restaurante no piso térreo que se apropria do espaço público. Tem janelas e 1 porta virada para o beco.
- Edifício com 3 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 0 portas viradas para o beco.
- Edifício com 3 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Edifício de 3 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 4 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- Edifício de 2 pisos em bom estado de comércio, destinado a habitação. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.

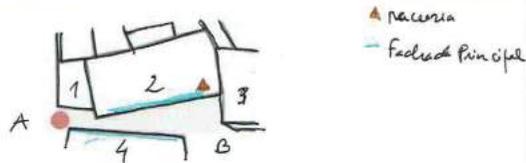


FICHA Nº 53

DATA: 07.01.2018 HORA: 10h30

NOME DA RUA: BECO DO RECOLHIMENTO

PLANTA



A - Beco do Forno do Castelo Comprimento aprox. 21 m

B - Rua do Recolhimento largura média aprox. 2 - 4,5 m

A RUA

Beco com saída, faz ligação entre a Rua do Recolhimento e o Beco do Forno do Castelo, levando mais a sério a intenção de ser duas ruas. É marcado pela necessita com expositores na rua e museu. Estale do Castelo! O edifício 4 tem apenas 1 piso havendo um grande contacto de altura entre as fachadas dos dois lados do beco.

TRÂNSITO

Beco sem saída para trânsito automóvel. Não tem ligação com o beco do Forno do Castelo para automóveis devido a uma muito estreita entre o edifícios 1 e 2. Pavimento em calçada.

EDIFÍCIOS E USOS

- 1) Edifício de 3 pisos em regime de comércio, destinado à habitação. Tem janelas e 1 porta visível para o beco.
- 2) Edifício de 4 pisos em regime de comércio destinado à habitação e com necessita e Estale do Castelo e saída para o beco. Tem janelas e 5 portas visíveis para o beco.
- 3) Edifício de 2 pisos destinado a habitação e comércio, em bom estado de conservação. Tem janelas e 0 portas visíveis para o beco.
- 4) Edifício de 1 piso em regime de comércio, destinado à habitação Património Municipal. Tem janelas e 3 portas visíveis para o beco.

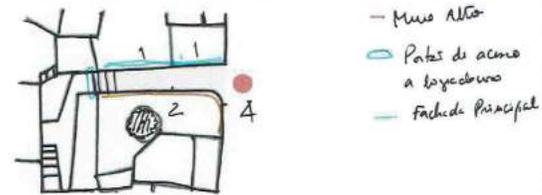


FICHA Nº 54

DATA: 07.01.2018 HORA: 10h

NOME DA RUA: BECO DO LEÃO

PLANTA



A - Rua do Recolhimento Comprimento aprox. 15 m

largura média aprox. 2,60 m

A RUA

Beco sem saída, bastante curto dá acesso a logadouro no topo do beco que servirá de propriedade da CRU. Os edifícios do beco o beco indicam ser propriedade da CRU, tratam-se de edifícios fase habitativa de uma associação cultural "Grupo Desportivo do Castelo".

TRÂNSITO

Beco sem trânsito, sem saída e estivo. Poderá de edifícios de propriedade da CRU. Pavimento em calçada.

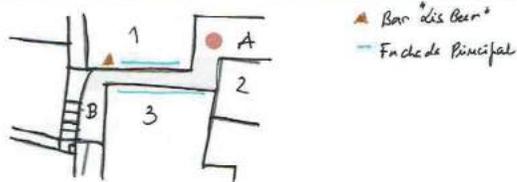
EDIFÍCIOS E USOS

- 1) Edifício de 2 pisos em bom estado de conservação, destinado à habitação. É propriedade da CRU ("Património Municipal"). Tem janelas e 2 portas visíveis para o Beco do Leão.
- 2) Logadouro de edifício que faz parte da CRU e onde funciona o Grupo Desportivo do Castelo. O acesso ao edifício é feito pela Rua do Recolhimento havendo apenas um muro alto visível desde o Beco do Leão.



NOME DA RUA: BECO DO ARCO ESCURO

PLANTA



A - Rua das Pancostas

Comprimento aprox. 20 m

B - Arco Escuro

Largura média aprox. 2-4 m

A RUA

Beco com saída, com edifícios bastante degradados nas proximidades e de geometria e relações entre si bastante complexa, nomeadamente junto ao Arco Escuro. O bar 'olis Beer' com acesso desde o beco é, no entanto, um ponto bastante icónico que promove a sua atratividade. O Arco Escuro é também uma das acessos ao interior do bairro de Alfama, pelo Cruzes da Sé.

TRÁNSITO

Beco com trânsito automóvel muito restrito pelas condições físicas do espaço, essencialmente atravessado por motofeiras e motos. Pavimento em calçada.

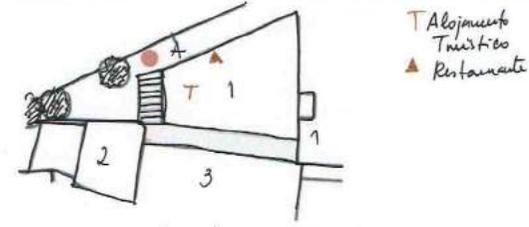
EDIFÍCIOS E USOS

- 1) Edifício de 4 pisos em ~~ruim~~ estado de conservação, destinado a habitação e bar no piso térreo com acesso desde o beco. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.
- 2) Edifício de 5 pisos em obra de reabilitação total. Encontrar-se estado por terminar.
- 3) Edifício de 3 pisos em regular estado de conservação, destinado a habitação. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.



NOME DA RUA: BECO DA CARIDADE

PLANTA



A - Cruzes da Sé

Comprimento aprox. 26,5 m

Largura média aprox. 3 m

A RUA

Beco sem saída e com fachadas principais viradas para o beco. No entanto, tem como limites 2 edifícios de alguma dimensão que têm portas de acesso desde o beco. A sua localização é também privilegiada, encontrando-se ligado às Cruzes da Sé. Existem obras de reabilitação no piso térreo do edifício 3, demonstrando-se a reabilitação dos edifícios na zona envolvente.

TRÁNSITO

Beco sem saída e com degraus e consequentemente, sem trânsito automóvel. Pavimento em calçada com corrimão lateral na zona de degraus.

EDIFÍCIOS E USOS

- 1) Edifício de 4 pisos + cave virado para o beco em bom estado de conservação destinado a habitação, alojamento turístico e restaurante 'Cruzecredo' com acesso desde as Cruzes da Sé nos em janelas viradas para o beco (fachada lateral). O edifício tem fachada e 2 portas viradas para o beco.
- 2) Capela 'Caridade Geral' com uma pequena parte da fachada de 4 pisos (altura equivalente) virado para o beco. Tem janelas e 2 portas viradas para o beco.
- 3) Edifício de 3 pisos em bom estado de conservação destinado a habitação e com pequena atelier no piso térreo. Tem janelas e 3 portas viradas para o beco.

